

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIANA BRUCE GANEM BAPTISTA

**A “Democracia Participativa y Protagónica”, o Povo e o Líder:
A Experiência dos *Consejos Comunales* na *Parroquia 23 de Enero*
(Caracas/Venezuela)**

NITERÓI,
2011

MARIANA BRUCE GANEM BAPTISTA

A “DEMOCRACIA PARTICIPATIVA Y PROTAGÓNICA”, O POVO E
O LÍDER: A EXPERIÊNCIA DOS *CONSEJOS COMUNALES* NA
PARROQUIA 23 DE ENERO (CARACAS/VENEZUELA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense, como exigência parcial para
obtenção do Grau de Mestre em História. Área de
concentração: Democracia e América Latina.

Orientador: Prof. Dr. DANIEL AARÃO REIS FILHO

NITERÓI,

2011

B222 Baptista, Mariana Bruce Ganem.

A “democracia participativa y protagónica”, o povo e o líder : a experiência dos consejos comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela) / Mariana Bruce Ganem Baptista. – 2011.

253 f.; il.

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

Bibliografia: f. 230-239.

1. Venezuela; política e governo. 2. Democracia. I. Reis Filho, Daniel Aarão. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 987

MARIANA BRUCE GANEM BAPTISTA

**A “DEMOCRACIA PARTICIPATIVA Y PROTAGÓNICA”, O POVO E O
LÍDER: A EXPERIÊNCIA DOS *CONSEJOS COMUNALES* NA *PARROQUIA 23
DE ENERO* (CARACAS/VENEZUELA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense, como exigência parcial para
obtenção do Grau de Mestre em História. Área de
concentração: Democracia e América Latina.

Aprovada em agosto de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis – Orientador
UFF

Prof. Dr. Norberto O. Ferreras
UFF

Prof. Dr. Francisco Carlos Texeira da Silva
UFRJ

Niterói,
2011

Dedico este trabalho a todos os meus queridos heróis e lutadores da Parroquia 23 de Enero de Caracas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus heróis da *Parroquia 23 de Enero*, de Caracas, aos quais dedico este trabalho. Um carinho especial ao meu querido *Barrio Sucre* e, em particular, a Peggy Brieva, Mary Vilallobos, César Rivas, Avelino Maya, Fanny Zambrano, Marisol Pérez, Senhora Magali e tantos outros não menos importantes que abriram as portas de seus *Consejos Comunales*, de suas casas, de seus corações, para esta curiosa e apaixonada brasileira.

Ao Gustavo Borges, à Mila Ivanovic e ao José Roberto Duque por terem me recebido com tanto carinho, atenção e paciência. Obrigada por toda a dedicação, apoio e por terem tornado possível a realização deste projeto antes, durante e depois da viagem.

À Yajaira Hernandez por ter sido meus olhos e minha guia na Biblioteca Nacional da Venezuela. Obrigada por ter me ajudado nos momentos em que mais precisei.

À senhora Kety, seu Rosalino, Yanelkar Marquez e William, por terem me acolhido e cuidado de mim como se fosse uma de vocês. Vocês se tornaram minha *família* venezuelana.

Ao meu eterno e inigualável mestre, Daniel Aarão Reis, por sempre ampliar meus horizontes e manter meus pés firmes no chão ao longo de toda a pesquisa. Obrigada por toda a confiança que sempre depositou em mim e por todas as oportunidades oferecidas.

Aos meus amigos e co-orientadores de tantas conversas e trocas de ideias que enriqueceram este trabalho com suas inestimáveis contribuições, em particular, Felipe Addor, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Norberto Ferreras, Brunna Neves Caldas, Amanda Cristine C. Segura, Isabela Dias de Albuquerque e Emilly Feitosa.

À minha família. À minha mãe e ao meu pai, que ajudaram a vencer minhas crises e me deram todo o suporte emocional, material e espiritual que eu tanto precisei para conquistar meus objetivos.

À Família Pereira por todo o carinho, amizade e por nossas eternas discussões políticas. Obrigada por me fazer sentir uma de vocês.

Finalmente, ao meu companheiro Hugo Silva. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos, seja no Brasil, seja na Venezuela. Seu amor, confiança, amizade e tolerância me ajudaram sobremaneira a enfrentar todos os desafios e *ajudam* a tornar-me um ser humano melhor.

EPÍGRAFE

“Lo que importa es que nosotros creemos en lo que estamos haciendo; nosotros creemos en el poder popular”

Manuel Díaz (Consejo Comunal Atlántico Norte 1, 4 y 5)

Parroquia 23 de Enero, Caracas, Venezuela

Janeiro de 2011

RESUMO

Os *Consejos Comunales*/CCs são uma experiência de poder popular praticada nos últimos anos na Venezuela. Trata-se de micro-governos construídos no interior das comunidades, compostos e geridos pelos próprios moradores e que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais voltadas, principalmente, para a melhoria das condições de vida das classes populares. Os CCs fazem parte de um projeto nacional de construção de um *Estado Comunal* articulado por federações e confederações de *Consejos Comunales* e/ou por *Comunas*. É um projeto ambicioso, orientado por uma proposta para o *Socialismo del Siglo XXI*, para a construção de uma “democracia participativa e protagônica” que prevê não apenas a participação política do povo, mas também que este seja o sujeito principal na resolução dos seus problemas, além de envolver o desenvolvimento de um projeto econômico endógeno e autossustentável para o país. Apesar de fortemente incentivado pelo presidente Hugo Chávez Frias, este projeto encontra suas raízes em experiências e demandas existentes nas bases da sociedade desde longa data.

Deste modo, a eleição de Chávez, em 1998, a posterior abertura de uma assembleia constituinte com um chamado para repensar o Estado Venezuelano e a proposta de construção da *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas* como instâncias de poder local são fruto de um longo processo de desgaste da institucionalidade liberal que ocorreu durante o regime *puntofijista* anterior ao governo atual, bem como da articulação da sociedade civil sob diferentes formas com vistas a construir alternativas àquele regime.

O objetivo desta dissertação é analisar de que maneira se deu esse processo de construção de uma “democracia participativa e protagônica” na prática, observando as tensões e dilemas provocados pelas pressões dos poderes *desde arriba* e os dinamismos das bases *desde abajo*, utilizando como estudo de caso a *Parroquia 23 de Enero*, de Caracas, por se tratar de um território reconhecido por suas tradições de organização popular anteriores à eleição de Chávez e por ser considerado um dos principais bastiões de sustentação do governo atualmente.

Palavras-chave: democracia, Venezuela, *consejos comunales*.

ABSTRACT

The Communal Councils (*Consejos Comunales/CCs*) are an experiment of popular power practiced in the last few years in Venezuela. They are micro-governments built inside communities, managed by its own citizens and they have deliberative and executive power in local politics focused, mainly, in the upgrade of popular classes in society.

The CCs are part of a national construction project of a Communal State (*Estado Comunal*) articulated by federations and confederations of *Consejos Comunales* and/or by *Comunas*. It is an ambitious project, guided by a proposal of *Socialismo del Siglo XXI*, aiming the construction of a “participative and protagonist democracy” which foresees not only political engagement of citizens but also that they are the ones to solve their problems, besides embracing the development of an endogenous and self-sustainable economic project for the country. Although strongly supported by Hugo Chavez Frias, this project finds its origins in experiments and demands in the bases of society since a long time.

This way, the election of Hugo Chavez, in 1998, after the opening of a constituent assembly as a call to rethink the Venezuelan State and the proposal of the construction of *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas* as instances of local power are the outcome of a long weary process of liberal institution that occurred during the *puntofijista* regime (Punto Fijo Pact) before the current government, as well as articulation of civil society in different ways aiming to build alternatives to that regime.

The goal of this dissertation is to analyze how the process of a “participative and protagonist democracy” occurred in reality, observing the tensions and dilemmas caused by pressure of powers and the dynamics of bases using as a case the *Parroquia 23 de Enero*, from Caracas, as it is a territory renowned for its traditions of popular organization before the election of Hugo Chavez and it is considered a main support for the current government.

Keywords: democracy, Venezuela, *consejos comunales*.

SUMÁRIO

O Povo e o Líder: Entre a Dependência e a Autonomia.....	p. 1
1. Da Ditadura Civil-Militar (1952-1958) à Vª República (pós-1998): Um Breve Panorama Histórico.....	p. 22
1.1. Venezuela: Uma Nação Petroleira.....	p. 22
1.2. A Ditadura Civil-Militar (1952-1958) e o <i>Nuevo Ideal Nacional</i>	p. 23
1.3. O <i>Pacto de Punto Fijo</i> : Venezuela, “Vitrine da Democracia nas Américas”?.....	p.27
1.4. A Falência do <i>Punto Fijo</i> e o Surgimento de Alternativas.....	p. 34
1.5. A Vª República (pós-1998).....	p. 39
2. Parroquia 23 de Enero: História das Lutas Sociais de um Bairro de Caracas.....	p. 47
2.1. Prazer, <i>23 de Enero</i>	p. 47
2.2. Da História às Histórias: Memórias Subterrâneas do <i>23 de Enero</i>	p. 53
2.3. Um Convite.....	p. 56
2.4. O Passado Presente.....	p. 58
2.5. O <i>Plan Nacional de Viviendas</i> e a <i>Urbanización Dos de Diciembre</i>	p. 64
2.6. A Ocupação dos <i>Bloques</i>	p. 77
2.7. <i>Los Bloques y los Barrios</i> : Tensões Sociais no <i>23 de Enero</i>	p. 83
2.8. Democracia? Luta armada, Repressão e Movimentos Sociais no <i>23 de Enero</i>	p. 88
2.9. Uma Nova Etapa de Luta: A Formação dos <i>Colectivos Políticos</i>	p. 112
3. A Prática Social de uma “Democracia Participativa y Protgónica”: A Experiência dos <i>Consejos Comunales</i> na Parroquia 23 de Enero (Caracas).....	p. 130
3.1. Das <i>calles</i> ao Parlamento: Antecedentes dos <i>Consejos Comunales</i>	p. 130
3.1.1. Os <i>Consejos Locales de Planificación Pública/CLPP</i>	p. 136
3.1.2. Os <i>Comités de Tierras Urbanas/CTU</i>	p. 138
3.1.3. As <i>Mesas Técnicas de Agua/MTA</i>	p. 144
3.1.4. As <i>Misiones Sociales</i> e os <i>Comités de Salud e Educación</i>	p. 146

3.1.5. Outros Casos de Formação de Instituições de Base na <i>Parroquia</i>	p. 154
3.2. Aspectos Normativos da(s) <i>Ley(es) Orgánica(s) de los Consejos Comunales/LOCC</i>	p. 159
3.3. Os Primeiros Passos de um <i>Consejo Comunal</i>	p. 165
3.4. <i>Consejos Comunales e Colectivos Políticos: Uma Articulação Possível?</i>	p. 177
3.5. Os Projetos.....	p. 184
4. Rumo a um <i>Estado Comunal</i>?	p. 194
4.1. O Próximo Passo: A Formação das <i>Comunas</i>	p. 194
4.2. Burocracia e Poder Popular.....	p. 202
4.3. O Papel do Líder e as Transformações na Cultura Política.....	p. 206
4.4. Entre Poderes Constituídos e Constituintes: Potencialidades Emancipatórias	p. 210
Democracia, Participação e Poder Popular: Uma Experiência em Aberto	p. 214
Fontes	p. 224
<i>Desde Abajo</i>	p. 224
<i>Desde Arriba</i>	p. 229
Bibliografia	p. 230
Jornais e Revistas	p. 239
Documentários	p. 239
Sítios na Internet	p. 239

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – *Apoyo a la Democracia* na Venezuela (Latinobarômetro), p. 11.

Fig. 1 - Mapa dos Municípios e *Parroquias* de Caracas, s/d, p. 46

Fig. 2 - Clássica foto panorâmica do *23 de Enero*, s/d, p. 48

Fig. 3 - Vista para o Palácio Miraflores do setor *La Piedrita*, *Parroquia 23 de Enero*, em 2010, p. 49

Fig. 4 - Mapa da *Parroquia 23 de Enero*, s/d, p. 51

Fig. 5 – Setor *La Cañada de la Iglesia* antes da construção dos edifícios, s/d, p. 58

Fig. 6 - *Unité d'Habitation* em Marselha, na França, s/d, p. 65

Fig. 7 - Terreno liberado para a construção de um edifício no *23 de Enero*, s/d, p. 67

Fig. 8 - Complexo de *superbloques*, *bloques pequeños* e espaço para serviços inaugurados na segunda etapa do projeto habitacional *Dos de Diciembre*, em 1956, p. 69

Fig. 9 - Primeira etapa da *Urbanización Dos de Diciembre*, em 1955, p. 60

Fig. 10 - Plano de Conjunto da *Urbanización Dos de Diciembre*, s/d, p. 70

Fig. 11 - Os edifícios e seus estacionamentos, s/d, p. 71

Fig. 12 - Estrutura dos apartamentos dos edifícios, s/d, p. 72

Fig. 13 - Quadra de esportes, s/d, p. 73

Fig. 14 - *Casa de Encuentro Freddy Parra*, em 2010, p. 120

Fig. 15 - Manuel Marulanda Velez (1930-2008) – *El Heroe Insurgente de la Colombia de Bolívar*, em 2010, p. 121

Fig. 16 - Murais de Nelson Santana, em 2010, p. 122

Fig. 17 - *Mural La Virgen de Coromoto y El Niño Jesus*, de Nelson Santana, em 2010, p. 123

Fig. 18 - A Santa Ceia Revolucionária, em 2010, p. 126

Fig. 19 - Kley Gomez com o rosto-símbolo do *Colectivo* e Che Guevara, em 2010, p. 127

Fig. 20 - Croquis do *Barrio Sucre* feito pelo CTU, s/d, p. 138

Fig. 21 - *Misión Barrio Adentro*, s/d, p. 147

Fig. 22 - Formandos da *Misión Robinson II*, em 2010, p. 149

Fig. 23 - CC *La Cañada* faz inspeção em uma casa em situação de risco de desabamento, em 2011, p. 169

Fig. 24 - Chamada para eleição dos *voceros* do *Consejo Comunal da Calle Miranda parte baja*, em 2009, p. 170

Fig. 25 - Eleições no *Bloque 34*, s/d, p. 171

Fig. 26 - Funcionários da FUNDACOMUNAL assessoram o *Consejo Comunal da Calle Miranda, Barrio Sucre*, para a adequação à nova lei, em 2010, p. 174

Fig. 27 - Funcionária do *Ministério del Poder Popular para las Comunas* explica a nova lei dos *Consejos Comunales* para os *voceros* do *23 de Enero*, no *Cuartel Cipriano Castro*, em 2010, p. 174

Fig. 28 - Robert Longa discursa para a *Comuna El Panal 2021*, em 2011, p. 177

Fig. 29 - Três galpões abandonados situados no setor *Los Higuitos*, em 2011, p. 183

Fig. 30 - Espaço onde se postula construir uma *Casa Comunal* no setor *Sierra Maestra*, em 2011, p. 184

Fig. 31 - Espaço onde foi aprovada a construção de um edifício com 100 apartamentos, em *Caño Amarillo*, 2011, p. 185

Fig. 32 - Xiomara Paraguán e os dois representantes do CFB dão início à seção de apresentação dos projetos no INCES, em 2011, p. 188

Fig. 33 – *Moneda Comunitaria* utilizada no *Sistema Nacional de Truekes*, 2011, p. 196

Fig. 34 - Encontro entre *Comunas* no *23 de Enero*, em 2011, p. 197

LISTA DE SIGLAS

AD – Acción Democrática
BR – Bandera Roja
CC – Consejos Comunales
CCSB – Coordinadora Cultural Simón Bolívar
CDI – Centros de Diagnóstico Integral
CFB – Consejo Federal de Gobierno
CLPP – Consejos Locales de Planificación Pública
CMAPP – Centro Municipal de Apoyo al Poder Popular
CNE – Consejo Nacional Electoral
COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente
COPRE – Comisión para la Reforma del Estado
CPPP – Comisión Presidencial del Poder Popular
CTV – Confederación de Trabajadores de Venezuela
CTU – Comités de Tierras Urbanas
DIGIPOL – Dirección General de Policía
DISIP – Dirección de Servicios de Inteligencia y Prevención
FALN – Fuerzas Armadas de Liberación Nacional
FEDECAMARAS – Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
FMV – Federación Médica Venezolana
FRPT – Frente de Resistencia Popular Tupamaros
INAVI – Instituto Nacional de Vivienda
INCES – Instituto Nacional de Capacitación y Educación Socialista
LCR – La Causa Radical
LOC – Ley Orgánica de las Comunas
LOCC – Ley Orgánica de los Consejos Comunales
LOPP – Ley Orgánica del Poder Popular
LS – Liga Socialista
MAS – Movimiento al Socialismo
MBR-200 – Movimiento Bolivariano Revolucionario 200
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionario
MVR – Movimiento Vª República

MRT – Movimiento Revolucionario Tupamaros
MTA – Mesa Técnica de Agua
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OR – Organización de Revolucionarios
OTNRRTU - Oficina Técnica Nacional para la Regularización de la Tenencia de la Tierra Urbana
PCV – Partido Comunista de Venezuela
PDVSA – Petróleos da Venezuela S. A.
PPT – Pátria para Todos
PRV – Partido de la Revolución Venezolana
PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela
PTJ – Policía Técnica Judicial
SAFONACC – Servicio Autonomo Fondo Nacional para los Consejos Comunales
SN – Seguridad Nacional
SIFA – Servicio de Información de las Fuerzas Armadas
SRI – Sala de Reabilitação Integral
TABO – Taller de Arquitectura del Banco Obrero
UCV – Universidad Central de Venezuela
URD – Union Republicana Democrática

O Povo e o Líder: entre a Dependência e a Autonomia

Hugo Chávez Frias foi eleito presidente da Venezuela, em 1998, com um chamado à repensar o Estado depois de uma longa crise da institucionalidade liberal representativa durante o regime *puntofijista*¹. A necessidade de ampliar o raio de participação política do povo venezuelano para além do voto em eleições regulares e de uma influência difusa na opinião pública tornou-se a coluna vertebral desse projeto que ganhou forma nos termos de uma “democracia participativa e protagônica”, conforme disposto em várias leis que analisaremos ao longo desta dissertação e enunciado em diversas ocasiões pelo governo.

Mesmo antes da eleição de Chávez, essa premissa de renovação da democracia já estava presente na sociedade venezuelana há algumas décadas através de um conjunto de experiências, tais como a *Comisión para la Reforma del Estado/COPRE*, de 1985, a revolta popular de 1989 (*Caracazo*) – que, apesar de não ter tido um viés propositivo, representa o ápice da crise deste Estado –, o movimento assembleísta dos *barrios* nos anos 90, além de uma série de iniciativas em nível municipal e estadual – especialmente, com o partido *La Causa R*² à frente – que buscavam promover a participação popular na esfera pública, com a instituição de Orçamentos Participativos, consultas públicas, entre outras medidas; analisaremos todas essas experiências em detalhe nos capítulos seguintes. O que gostaríamos de destacar no momento é que quando o Presidente Chávez é eleito e lança o referendo de 1999 para a abertura da *Asamblea Nacional Constituyente* já havia todos esses precedentes que davam respaldo à iniciativa. Não à toa, a pergunta dirigida ao povo naquela ocasião era: “¿Convoca usted una Asamblea Nacional Constituyente **con el propósito de transformar el Estado y crear un nuevo ordenamiento jurídico que permita el funcionamiento efectivo de una Democracia Social y Participativa?**” [grifo nosso]. Em 25 de abril de

¹ Em 1958, à raiz da queda do ditador Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), na cidade de Punto Fijo, Estado de Falcón, foi assinado um pacto entre alguns dos principais partidos que haviam atuado na clandestinidade ou em oposição à ditadura – *Acción Democrática/AD*, *Comité de Organización Política Electoral Independiente/COPEI* e, em menor escala, a *Unión Republicana Democrática/URD*. O pacto deu início a 40 anos de um regime bipartidário marcado por uma democracia representativa aferida exclusivamente pelos votos. Cf. Capítulo 1 desta dissertação, “Da ditadura civil-militar (1952-1958) a V^o República (pós-1998): Um breve Panorama Histórico”.

² O Partido *La Causa Radical (La Causa R* ou LCR) é uma dissidência do Partido Comunista da Venezuela, formado em 1971, a partir de uma autocrítica da guerrilha e da estrutura verticalizada do PCV. A proposta era construir um partido que estivesse mais ancorado nas classes populares e que buscasse por líderes orgânicos dos movimentos sociais. Sua popularidade cresceu, principalmente, depois do *Caracazo*, quando conseguiu eleger deputados, prefeitos e governadores.

1999, 87,75% dos venezuelanos responderam positivamente à questão (CNE, 1999). Portanto, é importante realçar que o projeto de uma “democracia participativa e protagônica” responde às demandas presentes na sociedade venezuelana e não pode ser considerado **como algo que surgiu exclusivamente da cabeça de algum iluminado ou do próprio presidente, por mais que este último tenha assumido um papel de liderança.**

Desse modo, ao longo desse governo, gradativamente, esse projeto foi sendo delineado, primeiro, com a própria Constituição de 1999, depois, com um conjunto de leis orgânicas subsequentes voltadas diretamente para a questão da participação política e, finalmente, com o *Plan Nacional Simón Bolívar*³, considerado o *Primer Plan Socialista de la Nación* que lança as bases para a construção do chamado *Socialismo del Siglo XXI* que tem na “democracia participativa e protagônica” – ou “democracia revolucionária” - um dos seus motores fundamentais.

Atílio Borón destaca uma entrevista de Chávez, realizada em outubro de 2005, na qual o presidente venezuelano estabeleceu pelo menos quatro traços essenciais que constituiriam o *Socialismo del Siglo XXI*:

Em primeiro lugar, um caráter moral, recuperando o sentido ético da vida destruído por esse “sórdido materialismo da sociedade burguesa” de que falara Marx. [...] [É necessário] “lutar contra os demônios que semeou o capitalismo: o individualismo, o egoísmo, ódio, privilégios”. O socialismo deve defender a ética, a generosidade, a dignidade e a autonomia dos sujeitos sociais. Em segundo, **deve propor uma democracia de tipo participativo e protagônica, potenciando a soberania popular.** Em terceiro lugar, a conciliação da liberdade com a igualdade, posto que a primeira sem a segunda, em uma sociedade de excluídos e explorados, se converte em um privilégio de minoria.

³ O *Plan Nacional Simón Bolívar - Primer Plan Socialista de la Nación*, prevê as ações do governo para o segundo mandato de Chávez (2007-2013) com vistas à construção do *Socialismo del Siglo XXI*. A “democracia participativa e protagônica” consiste no segundo dos sete motores para a construção do socialismo que além desta, inclui também: **uma nova ética socialista** (baseada em valores como a justiça social, a equidade e a solidariedade entre os seres humanos e as instituições da República); *a suprema felicidade social* (termo proclamado por Simón Bolívar que visa a consolidação de uma estrutura social inclusiva e um novo modelo social, produtivo, humanista e endógeno); **um modelo produtivo socialista** (que busca como fim último a eliminação da divisão social, da estrutura hierárquica da sociedade e da dissociação entre a satisfação das necessidades humanas e a produção das riquezas); **uma nova geopolítica nacional** (voltada para integração nacional, numa lógica descentralizadora e acompanhada por um desenvolvimento sustentável); **uma nova utilização do potencial energético do país** (visando garantir o uso soberano dos recursos naturais combinado com esforços pela integração regional e mundial, sem perder de vista a importância do petróleo como peça-chave para financiar a construção do modelo socialista de produção); e **uma nova geopolítica internacional** (voltada para a construção de um mundo com novos pólos de poder que busquem a justiça social, a solidariedade, a paz, o aprofundamento do diálogo fraterno entre os povos, a defesa da autodeterminação e o respeito às liberdades de pensamento).

Para o socialismo, a justiça social é um componente essencial de seu projeto, a virtude primeira que deve ter toda organização social pós-capitalista. Finalmente, considerando o estritamente econômico, o novo socialismo requer mudanças que apontem para o associativismo, a propriedade coletiva, o cooperativismo e um amplo leque de experiências de autogestão, cogestão, assim como diversas formas de propriedade pública e coletiva (BORÓN, 2010: 98-99).

Valores éticos, democracia radical, justiça social e controle coletivo da produção são, portanto, os grandes primados resgatados por essa nova proposta de socialismo. No âmbito da democracia, em linhas gerais, o objetivo é associar a representação à atuação participativa e protagônica do povo nas decisões políticas, isto é, prevê não apenas a participação política, mas também que o povo organizado seja o sujeito principal na resolução dos seus problemas ou, em outras palavras, seja **protagonista**⁴.

A maior expressão desse modelo na atualidade são os *Consejos Comunales/CCs*, micro-governos construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores, que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais. Os CCs fazem parte de um projeto nacional de construção de novas “geometrias do poder”⁵ através do *Estado Comunal* venezuelano que seria uma articulação de federações e confederações de *Consejos Comunales* e/ou *Comunas*⁶, atreladas ao desenvolvimento de um projeto econômico endógeno e autossustentável para o país⁷.

A ideia central desta dissertação é analisar a prática social dessa “democracia participativa e protagônica”, observando as potencialidades abertas por um movimento que tem suas raízes nas classes populares, ou em outras palavras, em um movimento *desde abajo*, e identificando seus limites, dificuldades e tensões. Trata-se de analisá-la não apenas em seus aspectos normativos, mas fundamentalmente como esse participacionismo e protagonismo é exercido no interior das comunidades populares –

⁴ Para uma reflexão sobre a palavra “protagonista”, cf. PORTO-GONÇALVES, 1998. O autor chama atenção para o fato de que em suas origens, a palavra significa “aquele que luta para principiar a ação” e, segundo Hanna Arendt, “tomar a iniciativa da ação” seria o “sentido maior da política”.

⁵ O conceito é da geógrafa britânica Doreen Massey (1993) em suas reflexões a respeito da globalização e das relações dinâmicas e plurais entre espaço, poder e sociedade. A ideia de construção de uma **nova** geometria do poder é um dos principais motores do *Socialismo del Siglo XXI* e está relacionada à reorganização do território venezuelano através da “democracia participativa e protagônica” e do projeto de construção de um *Estado Comunal*. Atualmente, Massey assessora o Governo Chávez.

⁶ As *Comunas* seriam uma agregação de CCs e outras organizações civis articulados por um projeto sócio-produtivo que potencialize as riquezas de sua região correspondente. Para maiores detalhes, cf. Capítulo 4 desta dissertação.

⁷ Cf. Capítulo 3 e 4.

bases sociais do governo – utilizando como estudo de caso a *Parroquia*⁸ 23 de Enero, localizada na zona oeste de Caracas⁹.

Inicialmente, pretendíamos fazer um estudo que se colocasse para além da figura do Presidente Hugo Chávez Frias e que estivesse mais focado nas ditas bases sociais que davam sentido ao processo transformador liderado pelo mesmo, responsáveis por elegê-lo e apoiá-lo sistemáticas vezes e que dão sustentação a esse processo encarnado por sua imagem.

A busca pelo movimento vindo das bases sociais é derivada de um incômodo gerado pelas recorrentes referências à Venezuela contemporânea somente em função da figura de Chávez, uma das personalidades mais polêmicas dos últimos anos em *Nuestra America*¹⁰. A questão seria desvendar quais seriam as tradições *desde abajo* que permitiram que o Presidente se tornasse uma figura tão popular em seu país e de que maneira se daria essa dinâmica com as suas bases.

Quando falamos do fenômeno das “lideranças carismáticas”, o **populismo** – seja em suas versões atualizadas (neopopulismo)¹¹, seja nas mais clássicas¹² - costuma ser um referencial padrão. Contudo, longe de ser auto-afirmativo¹³, o termo tem sua origem no discurso político, sendo depois apropriado e (re)analisado pelo discurso acadêmico e, finalmente, consagrado no senso comum como algo que tende a agrupar diferentes experiências históricas sob a égide de um discurso desqualificador em que os populistas seriam líderes carismáticos e demagogos que iludem ou confundem as classes populares.

⁸ Na Venezuela, *parroquia* é o equivalente a bairro em português.

⁹ As razões para a escolha dessa *Parroquia* para fazer o estudo de caso estão descritas no Capítulo 2 desta dissertação, “Parroquia 23 de Enero: História das Lutas Sociais em um Bairro de Caracas”. Por ora, adiantamos que se trata de um bairro que tem uma tradição de organização popular anterior à chegada de Chávez ao poder e é considerado um dos grandes bastiões de sustentação do governo. Nesse sentido, acreditamos ser um objeto interessante para refletir sobre a dinâmica *desde abajo* antes e depois da eleição de Chávez.

¹⁰ Termo cunhado por José Martí (1853-1895), uma das grandes lideranças da luta pela Independência de Cuba (1895-1898), em um famoso texto no qual o poeta e ensaísta chama atenção para as possibilidades de uma política continental independente dos países localizados ao sul do Rio Grande (fronteira do México com EUA). Cf. BRUCE; FERRERAS; AARÃO REIS *et al.*, 2010.

¹¹ MACKINNON & PETRONE, 1999; ZERMEÑO, 1989; ALBERTI, 1995; LAZARTE, 1992 (apud CAPELATO, 2001).

¹² DI TELLA, 1969; GERMANI, 1974; IANNI, 1975; WEFFORT, 1980.

¹³ Neste caso, não estamos considerando os populistas russos e os estadunidenses. Únicos movimentos históricos que se auto-intitulavam como tais. É muito difícil perceber alguma continuidade destes com o populismo na América Latina no pós-30.

Considerando as discussões a respeito do **populismo** inauguradas por Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Capelato, Daniel Aarão Reis e outros¹⁴, entendemos que se trata de um conceito que não é capaz de dar conta da complexa dinâmica social que subjaz a uma liderança popular¹⁵ e que envolve ganhos objetivos e subjetivos, negociações e interesses bilaterais por parte das classes populares. Esses historiadores cumpriram o importante papel de desmontar aquela estrutura maniqueísta de um Estado opressor, manipulador e uma classe trabalhadora, ingênua, vitimizada. Segundo Jorge Ferreira, o chamado populismo “expressa um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores” (FERREIRA in FERREIRA, 2001: 88). Se, por um lado, as lideranças populares podem ter um poder de convencimento sobre o povo e podem instrumentalizá-lo para se manter no poder; por outro, o inverso também é verdadeiro, isto é, o povo em determinadas circunstâncias históricas também instrumentalizam o Estado, as lideranças, como um meio para ter suas demandas atendidas. José Roberto Duque, historiador venezuelano, em entrevista, destaca um aspecto interessante que ajuda a compreender alguns dos sentidos desta instrumentalização do Estado pelo povo. Trata-se da noção de “permissividade”:

lo que permite la construcción de la democracia aquí “abajo” es que “allá arriba” hay un poder que nos permite hacer cosas por las que antes, en los años 80 y 90, nos perseguían, encarcelaban y asesinaban. Hoy podemos hacer cosas insólitas, como sacar a la policía de un bunker y convertir ese bunker en una radio comunitaria [isso ocorreu na Parroquia 23 de Enero em 2005, Cf. Capítulo 2 desta dissertação]. Chávez no ordenó hacer eso pero **lo permite**. Es la ausencia de represión como estímulo a la creación, a la acción revolucionaria y a la construcción de la democracia desde abajo (DUQUE, entrevista, 2011)

Portanto, apesar de reconhecer os esforços válidos de muitos autores, como Ernesto Laclau, por exemplo, em resignificar o termo **populismo** a partir de um viés positivado, compreendendo a formação histórica do “povo” como um agente histórico que se opõe às estruturas estabelecidas e que, por intemédio de lideranças, pode,

¹⁴ Destaque para a obra pioneira de Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* (1983) e a coletânea organizada por Jorge Ferreira, *O Populismo e Sua História – Debate e Crítica* (2001).

¹⁵ Preferimos utilizar o termo “liderança popular” ao invés de “liderança carismática” para nos afastar de uma perspectiva em que prevalece a ideia do carisma como um elemento que “confunde” ou “manipula” as massas - também herdeiro das abordagens clássicas sobre o populismo, a qual criticamos. “Popular”, portanto, no sentido de “popularidade”, ou seja, que tem abrangência ampla e apoio na sociedade, sobretudo no que se convencionou chamar como “classes populares”.

inclusive, protagonizar um processo revolucionário¹⁶, acreditamos que o conceito carrega em si tal sentido pejorativo, desqualificador que, ao invés de ajudar, acaba atrapalhando a compreensão da complexa relação entre líder e povo.

É importante mencionar que no presente estudo não visamos fazer um balanço sobre o **populismo** em seus marcos teóricos, pois consideramos que já se trata de uma discussão bastante avançada no campo da historiografia. Antes disso, buscamos contribuir com o debate a partir da apresentação e análise de uma experiência em particular, onde é possível observar os dilemas que envolvem esta complexa teia de dimensões que constituem a relação entre líderes e povo, ou mais particularmente, como se daria esta dinâmica *desde abajo*.

No entanto, depois de realizarmos um trabalho de campo em uma comunidade popular de Caracas durante mais de três meses, tornou-se necessário nos desfazer da hipótese de trabalhar o processo bolivariano para além da figura de Chávez e do *chavismo*. Na maior parte das entrevistas com *voceros comunitários*¹⁷, o Presidente é a referência fundamental, é considerado o grande incentivador de todo este processo transformador. Tudo é feito em nome de Chávez. A grande maioria se mobilizou para o trabalho comunitário a partir das convocatórias de Chávez. O Presidente é figura onipresente nas comunidades populares (em cartazes, nas rádios, na televisão, nas leis, nos documentos, nas conversas *en la calle*, nos eventos culturais etc.). As pessoas se auto-intitulam *chavistas* com muito orgulho. Muitos, inclusive, não acreditam na sobrevivência deste projeto sem Chávez na liderança. Em outra via, há também uma profunda tentativa de controle e participação do Estado nas instâncias mais locais de ação popular – desde o programa dominical *Aló Presidente* que cumpre um papel pedagógico de discutir com o povo o que seria o *Socialismo del Siglo XXI* até a

¹⁶ A teoria de Laclau sobre o populismo é muito popular nos demais países da América Latina (diferente do que ocorre no Brasil, onde os estudos acadêmicos, sobretudo no campo da historiografia, tendem a abandonar o conceito – na ciência política ainda é possível encontrar a utilização do termo em muitos estudos). A proposta do autor argentino tem elementos bastante relevantes para compreendermos como se dá o processo de articulação entre diferentes segmentos sociais na categoria ou no agente “povo” e de que maneira se dá a relação deste com as instituições. Esse processo ocorre quando se esgotam os canais formais e institucionais como meio para ter as demandas populares atendidas e a liderança carismática surge como um instrumento do povo para alcançar seus objetivos. Dependendo do contexto, isto é, o grau de organização dessas demandas e as respostas das classes dominantes no sentido de atendê-las ou não, pode resultar em processos radicais e até mesmo revolucionários. Cf. LACLAU, 2007; 1979.

¹⁷ *Voceros comunitários* são aqueles moradores eleitos pela população para representá-la nos diversos Comitês de Trabalho que compõem os *Consejos Comunales* – de infraestrutura, finanças, cultura e esporte, economia comunal, educação etc. – e que atuam na liderança dos trabalhos comunitários em cada setor. Para maiores detalhes, ver Capítulo 3 desta dissertação.

presença de funcionários públicos (*promotores integrales*) no interior de cada *barrio* assessorando, dia-a-dia, o trabalho comunitário.

Portanto, a par de todas as ponderações possíveis, é evidente uma profunda dependência em relação ao Presidente que deriva do fato de se tratar de um projeto que, apesar de ser oriundo de tradições *desde abajo*, é incentivado e impulsionado *desde arriba*, tendo inclusive que se enfrentar com tentativas de controle do Estado. Nesse sentido, sem desconsiderar que o movimento que vem de baixo para cima continua sendo central em nossa análise, passaremos a articulá-lo também com as tensões que vêm de cima. Essa dependência, por outro lado, não será considerada, a priori, como um fator que necessariamente anula o rico processo que se desenvolve atualmente na Venezuela. Procuraremos observá-la no âmbito de uma tensão entre dependência e autonomia, já que não podemos excluir potencialidades emancipatórias decorrentes dessa experiência que analisaremos em detalhe nos capítulos seguintes.

Deste modo, o ponto que se tornou nevrálgico para esta dissertação foi o de compreender de que maneira se dão ambos os movimentos, isto é, os que vêm *desde arriba* e os *desde abajo*, sem cair em uma análise reducionista ou simplista típica das abordagens do **populismo** às quais nos referimos acima e, também, sem nos deixarmos seduzir por visões autocelebrativas, tão comuns em experiências deste tipo, sobretudo quando partem do poder e de seus funcionários.

Afinal, essa liderança potencializa ou anula a autonomia das classes populares? Empodera¹⁸ o Presidente ou o povo? A liderança popular pode ser uma via para se alcançar o *Socialismo del Siglo XXI* ou está fadada à manipulação, esgotamento, burocratização e esvaziamento dos movimentos sociais? O protagonismo popular existe? É possível articular líderes populares e autonomia dos movimentos sociais? Esta autonomia, tão valorizada em certos movimentos revolucionários que tiveram grande importância histórica, deve ser considerada nos mesmos termos para se pensar a atual América Latina? Em outras palavras, qual o sentido prático da autonomia para os movimentos sociais no continente? Qual o sentido de democracia na América Latina? A presença de uma liderança popular compromete o pressuposto democrático ou pode, em certas circunstâncias, potencializá-lo?

¹⁸ A noção de “empoderamento” é muito comum nos discursos dos sujeitos históricos que servem de base para esta dissertação. Significa a “tomada de poder” pelo povo que se dá, sobretudo, na decisão sobre as políticas locais. Contudo, esta “tomada de poder” é refletida aqui no bojo de uma tensão entre autonomia e dependência em relação ao Estado e às instituições liberais representativas (presidência, ministérios, parlamento etc.) que pode culminar ou em um processo emancipatório ou em uma concentração de poderes nas mãos do Executivo personificado na figura de Hugo Chávez.

São muitas as questões e de maneira alguma temos a pretensão de esgotá-las neste estudo, mas, sim, procuraremos investigar as evidências (ou não) de um protagonismo popular e a relação do povo com o grande líder, buscando contribuir para a compreensão de um fenômeno tão particular e, ao mesmo tempo, tão emblemático deste continente¹⁹.

Para tanto, algumas ressalvas são necessárias. Apesar de não querer aprofundar um debate conceitual, nesta introdução é possível identificar um conjunto de conceitos que servem de base para refletirmos sobre a experiência histórica dos *Consejos Comunales* em uma comunidade popular de Caracas. Como ponto de partida, acreditamos ser necessária algumas considerações a respeito do sentido da “democracia” na América Latina, para que o leitor possa compreender de que lugar estamos partindo.

“Democracia”, bem como “protagonismo”, “poder popular”, “autonomia”, entre outros, são conceitos que possuem uma pretensão universal e muitas vezes são utilizados acriticamente como se não tivessem sido construídos historicamente, isto é, são conceitos referidos a tempos e lugares específicos, e, por essa razão, resulta que quando os utilizamos para pensar realidades diferentes daquelas de onde foram construídos, dificilmente é possível encaixar o objeto na fórmula pretendida. Em decorrência, são comuns as análises que identificam os limites de uma dada realidade, incapaz de corresponder fidedignamente às premissas intrínsecas aos conceitos. Nessa linha, por antecipação, já poderíamos responder a várias das perguntas levantadas anteriormente: não existe democracia na Venezuela, não existe autonomia dos movimentos sociais, não há um processo revolucionário, não há protagonismo popular, não há poder popular e assim por diante.

Antes de qualquer precipitação desse tipo, acreditamos que tais conceitos, construídos em sua maioria a partir de um padrão institucional de alguns países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, exigem **traduções** necessárias. A noção de **tradução**²⁰ foi proposta por Dipesh Chakrabarty, autor indiano, teórico do *Subaltern*

¹⁹ Apesar de toda a pluralidade que envolve as diferentes experiências históricas latinoamericanas e das especificidades dos seus 21 países, podemos dizer que se trata de uma região que possui também características comuns. A presença de líderes populares, por exemplo, ainda que personificando processos particulares aos seus respectivos contextos, seria um destes elementos unificadores.

²⁰ Mesmo os conceitos criados na Europa devem ser compreendidos como traduções de outras realidades ou de múltiplas inspirações, pois não nasceram puros. A noção de tradução é adequada, pois reconhece que existem valores universais e várias traduções possíveis destes valores. Deste modo, afastamo-nos de uma perspectiva colonial, imperialista, civilizatória, hierarquizante.

Studies e dos Estudos Pós-Coloniais, em seu livro *Provincializing Europe* (2000). O autor se propõe a analisar a construção da Modernidade na Índia e, para tanto, faz um importante exercício no sentido de reconhecer o legado das práticas e valores europeus modernos difundidos durante os processos de colonização, mas, ao mesmo tempo, destaca também as diferentes apropriações, resignificações ou **traduções** feitas pelo colonizado (CHAKRABARTY, 2000). Para Chakrabarty, provincializar a Europa significa compreender a construção da modernidade na Índia a partir de um referencial europeu, mas indo além dele, reconhecendo o diálogo com as idiossincrasias locais. É nesse sentido que se torna oportuna a utilização da noção de **tradução**, quer dizer, sem perder de vista o caráter universal de muitos conceitos - que é importante para compreendermos o porquê dos movimentos os reivindicarem para qualificá-los -, é necessário analisarmos como estes são colocados em prática de acordo com as circunstâncias históricas de tempo e lugar.

Portanto, apesar do autor tratar do caso indiano, acreditamos ser válido fazer o mesmo esforço para pensar a América Latina e, mais particularmente, a Venezuela. Reservadas as características próprias de cada país, nas circunstâncias do continente, a “democracia liberal” assumiu um sentido bastante peculiar, excludente, associada aos interesses oligárquicos de elites que se assenhoraram dos Estados Nacionais sustentadas por um projeto subalterno, racista e fundamentado na especialização em exportação de *commodities*.

Aníbal Quijano chama atenção para o fato de *Nuestra América* ter se constituído no bojo de uma nova articulação do poder mundial fundamentado no capitalismo moderno/colonial. Este novo poder se constituiu a partir de dois eixos fundamentais:

[...] Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente foi classificada a população da América, e mais tarde, do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO in LANDER, 2005: 228)

O legado desta nova concepção e prática do poder extravasou o período colonial e repercutiu até os dias atuais. Desse modo, depois das lutas da independência, a

construção dos modernos Estados-Nação, concebidos a partir de um modelo eurocentrado, não representou uma ruptura radical com o passado colonial. É certo que muitas coisas mudaram, ou seja, alargou-se o Estado, abriu-se a possibilidade para alguma participação política dos homens e, muito depois, das mulheres que se tornaram, e ainda se tornam, cidadãos. No entanto, apesar dos avanços, a participação era – e é até os dias de hoje - ainda limitada. Índios, negros e mestiços foram relegados aos estratos mais marginalizados e empobrecidos. Não viram seus interesses representados no âmbito do Estado. Suas culturas, línguas e valores, foram desconsiderados. Portanto, dos regimes “caudilhescos” do século XIX às repúblicas do século XX, consolidou-se um regime político-econômico excludente e oligárquico que se perpetuou em *Nuestra América* que, por conseguinte, levou à perpetuação também das desigualdades sociais e da exclusão de grande parte da população do jogo democrático (Cf. BRUCE & FEITOSA in AARAO REIS; ROLLAND, 2009).

Daniel Aarão Reis, buscando compreender o porquê do apoio a Getúlio Vargas pela classe trabalhadora no pós-45, chama atenção para um aspecto interessante que serve também como referência para as experiências das classes trabalhadoras e mais pobres dos demais países latino-americanos, em suas relações com Estado e com a institucionalidade liberal:

[...] as alternativas [dos trabalhadores nos anos 30, 40 e 50] eram muito restritas: “de um lado, a democracia liberal excludente das elites. De outro, o estatismo nacionalista e social (a democracia social e autoritária prezada por Vargas)”. Portanto, no Brasil e na América Latina, pelo menos nessa época, o regime democrático nem sempre esteve afinado com as demandas da classe trabalhadora: “a democracia é ‘liberal’ e não ‘social’, exclui os trabalhadores e o programa social não passa pelas instituições da democracia representativa, os trabalhadores votam nos ditadores” (AARAO REIS²¹ apud FERREIRA, 2003: 33-34)

Estatista, nacionalista e social. Nesse caso, Aarão Reis está se referindo a três características fundamentais que marcaram os movimentos sociais de cunho popular da América Latina, ao longo do século XX. A falência da institucionalidade liberal, o descrédito da democracia representativa e uma política econômica nacional alinhada com os interesses do capitalismo mundial, resultaram em diferentes movimentos que tiveram na centralização do estado – personificado em lideranças populares -, no apelo

²¹ AARAO REIS, Daniel. “Turbulências ao Sul do Rio Grande”. In: *Jornal de Resenhas*. SP, Folha de São Paulo, 1997, p.2.

nacionalista (de defesa da soberania nacional) e na reivindicação por reformas sociais e trabalhistas, importantes pontos de encontro.

O sentido dos movimentos sociais, portanto, assumiu características bastante próprias. A combinação do fenômeno das lideranças populares e da fragilidade das instituições liberais representativas deu um novo sentido à democracia, isto é, será democrático o governo que atender às demandas históricas populares e não necessariamente o padrão da institucionalidade européia que envolve, entre outras coisas, a alternância de poder²², eleições regulares, credibilidade nos partidos políticos e sindicatos ou a autonomia dos Três Poderes.

Nesse sentido, quando emergem movimentos extremamente populares como o liderado por Chávez, que têm a capacidade de reunir em torno de sua imagem, sobretudo, aqueles setores mais marginalizados das sociedades, os mais pobres, as classes populares, há de se buscar um outro sentido para a democracia, antes de rechaçá-la devido a um suposto ofuscamento oriundo de seu carisma e longa permanência no poder.

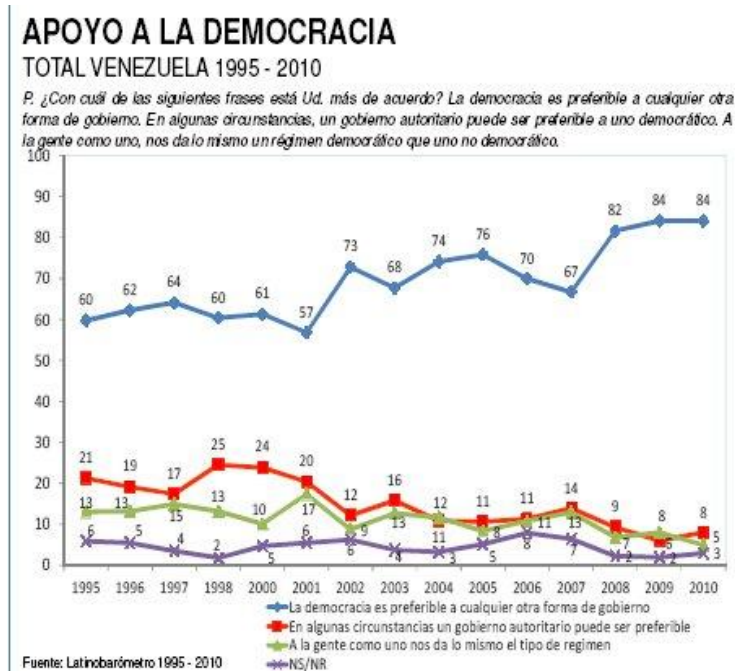
Se observarmos os índices fornecidos pelas pesquisas de opinião pública realizadas pela ONG chilena Latinobarômetro²³, poderemos constatar que a Venezuela atual é o país onde há maior crença na democracia. Em 2010, 84% dos venezuelanos disseram que apoiavam a democracia, enquanto no restante do continente a média era de 64,2% (LATINOBAROMETRO, 2009). No gráfico abaixo, podemos observar o grande salto dado a partir de 2007, de 67% para 82 e, logo depois, para 84%²⁴ - índice que, pelo menos desde 1995, quando as pesquisas foram iniciadas, jamais havia sido computado.

²² O princípio da alternância deve estar sempre presente, porém isso não significa que deva ser necessariamente seguido. Durante o século XX, países arquetipos da democracia liberal contaram com dirigentes que se perpetuaram no poder durante muitos anos, tais como Franklin D. Roosevelt (1933-1945), nos EUA; Charles de Gaulle (1959-1969) e François Mitterrand (1981-1995), na França; e Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra. Somente em tempos mais recentes, nos EUA e na França foram aprovados limites para reeleições e reduções na amplitude de mandatos para evitar a longa permanência no poder de uma única liderança.

²³ O Latinobarômetro é um centro de estatísticas chileno que desde 1995 faz pesquisas sobre a opinião pública em vários países latino-americanos. Por ano, são cerca de 19 mil entrevistas em 18 países do continente, representando cerca de 400 mil habitantes (In www.latinobarometro.org – consulta em 05/04/2011).

²⁴ Embora não possamos determinar uma relação direta, a ascendência a partir de 2007 pode estar relacionada à difusão da experiência dos *Consejos Comunales*, cuja lei é aprovada em 2006 e começa a ser colocada em prática, principalmente, nos anos de 2007, 2008 e seguintes.

Gráfico 1



Numa pesquisa de 2009 que estabelece uma escala de 1 a 10 para o grau de desenvolvimento da democracia no país, onde 1 é nada democrático e 10 é totalmente democrático, a Venezuela possui o índice 7, perdendo apenas para Uruguai (8,2), Costa Rica (7,9), Panamá (7,4) e Chile (7,3). A média do continente foi de 6,5. Porém, é importante mencionar também que, na mesma pesquisa, 47,8% dos entrevistados disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia nesse país – índice pouco acima da média do continente que é de 46,6% (LATINOBAROMETRO, 2009). De qualquer maneira, pode-se concluir que, na Venezuela, o pressuposto democrático é muito significativo, o que coloca em questão uma série de análises que considera os riscos da constituição de uma ditadura *chavista* no país. O que precisamos compreender a partir destes índices é qual o sentido da democracia para os venezuelanos.

Com estas observações não queremos aqui fazer o caminho inverso ao proposto, isto é, ao invés de traduzir, transformar radicalmente o conceito para que se encaixe em uma realidade. Conforme mencionamos, existem alguns princípios que dão sentido universal ao conceito democracia e que não podem ser desconsiderados, caso contrário o mesmo perde seu sentido.

Em relação a este último aspecto é necessário colocar o conceito de “democracia” em perspectiva. Se buscarmos suas origens na Antiguidade Clássica, democracia (demo + kratos) significava o “poder (kratos) do povo (demo)”. Em Atenas,

a cidadania se estendeu aos diversos ramos de trabalhadores livres, em particular, aos camponeses e artesãos (cidadão trabalhador) (Cf. WOOD, 2003). Apesar de terem sido excluídos desse modelo, os hilotas²⁵, metecos²⁶, mulheres e escravos, a democracia ateniense tornou-se um símbolo de um governo marcado pelo poder do povo – ideal este que seria resgatado séculos depois, porém, revestido por um novo significado.

Na Europa Ocidental, os séculos XVII e XVIII foram marcados por um processo de substituição do Estado absolutista por um Estado secularizado, onde a racionalidade e a soberania popular começavam a se fazer presentes como base para sua constituição. No entanto, o liberalismo nasceu antidemocrático, justamente com a prerrogativa de evitar que o poder fosse exercido pelo povo – considerado terreno do caos. Ou então, poderíamos dizer que os liberais possuíam outra concepção de “povo” e “sociedade”: estes eram os “homens de bens”, proprietários, do gênero masculino, pagadores de impostos. Nesse sentido, os regimes políticos deveriam assegurar os interesses destes últimos – e não do “povo” em um sentido mais ampliado, envolvendo as classes populares. As grandes bandeiras liberais eram, a princípio, o Constitucionalismo e a Monarquia Parlamentar - e a República, no caso particular dos EUA²⁷. A incorporação da democracia enquanto modelo de governo só se deu no final do século XIX, às custas de muitas lutas e pressões vindas *desde abajo* (Cf. HOBBSAWM, 2004; 1996 e 2002; BERSTEIN, 1999; WOOD, 2003). Segundo Antonio Negri (2002, p. 48-49),

o conceito de democracia não é uma subespécie do liberalismo ou uma subcategoria do constitucionalismo, mas uma “forma de governabilidade” que tende à extinção do poder constituído, um processo de transição que libera o poder constituinte, um processo de racionalização que decifra o “enigma de todas as constituições”²⁸.

Num primeiro momento, a **representação** foi a adaptação necessária para tornar possível a incorporação de um número maior de cidadãos na esfera política em

²⁵ Os hilotas eram os servos na Grécia Antiga; eram propriedades do Estado.

²⁶ Os metecos eram os estrangeiros que viviam nas *polis* gregas, como Atenas.

²⁷ A República é destacada para o caso dos EUA porque aqui não se contava com a presença de um Rei e tampouco havia legitimidade para se “fazer um Rei”, o que tornou imperativa uma adaptação.

²⁸ Voltaremos ao tema dos poderes constituintes e constituídos no Capítulo 4 desta dissertação. Por ora gostaríamos apenas de chamar atenção para a perspectiva de Negri de que a democracia é um elemento externo ao liberalismo e que nasce do poder constituinte, isto é, das bases sociais em suas ações políticas e processos revolucionários. Uma vez radicalizada, a democracia poderia levar até mesmo à extinção (ou transformação radical) dos poderes constituídos enquanto tais, isto é, os ordenamentos jurídicos constitucionais e o aparato institucional representativo liberal. A Comuna de Paris de 1871 seria um exemplo desse movimento, com a ressalva que não bastaria a liberação política, mas deve estar acompanhada também pela emancipação econômica (Cf. NEGRI, 2002, p. 53-54).

sociedades cada vez mais complexas e de manter o povo numa relação de tutoria (Cf. PITKIN, 2004). Segundo Wood (2003, p. 178), “a doutrina da supremacia parlamentar viria a operar contra o poder popular mesmo quando a nação política já não se restringia a uma comunidade relativamente pequena de proprietários e quando se ampliou a ideia de ‘povo’ para incluir a ‘multidão popular’”. Os governos passariam, então, a **representar** os interesses do povo, mas jamais seriam **formados pelo povo**. Em outras palavras, se por uma indiscutível concessão, as classes dominantes passariam a considerar, ainda que parcialmente, os interesses do povo em seu sentido ampliado, este último ainda não estaria pronto para governar²⁹. A política formal, processada no âmbito do Estado e suas instituições, seria relegada ao controle dos mais ilustrados, assegurada pelo voto censitário e, posteriormente, pelo voto dos alfabetizados. O mundo fora do Parlamento seria despolitizado ou deslegitimado (WOOD, 2003, p. 178).

No conjunto dessas reformas, o **povo** passou a contar também com direitos fundamentais, direitos **individuais** – em oposição aos direitos coletivos, consuetudinários, aos quais estavam habituados. Da mesma forma, na política, o povo foi fracionado em indivíduos na fórmula: um homem, um voto. A igualdade seria formal, somente perante a lei.

Legitimados pelas revoluções que o consolidaram, o programa liberal aparecia com notável petulância, como se fosse a única hipótese de modernidade. Segundo os liberais, sem eles, não haveria modernidade. [...] Entretanto, no interior dos grandes processos revolucionários dos séculos XVII e XVIII, e sem negar os aspectos básicos da modernidade, apareceram projetos e programas alternativos (AARAO REIS in AARAO REIS: 2009: 9).

Projetos e programas alternativos democratizantes (o movimento cartista, na Inglaterra; Thomas Paine, nos EUA; Gracchus Babeuf, na Revolução Francesa) e revolucionários (os diferentes socialismos e anarquismos) contribuíram para as metamorfoses do liberalismo e as incorporações de preceitos anteriormente desconsiderados. A democracia, portanto, é uma tendência que vem pela esquerda, criticando os limites do liberalismo e somente depois ela é incorporada. Ao longo dos

²⁹ Para alguns teóricos, o povo jamais estaria apto para tanto. Segundo Joseph Schumpeter, o exercício da democracia exige que os cidadãos sejam informados, conscientes de suas escolhas e desejosos de alcançar o bem comum e o povo, por sua vez, seria o equivalente a uma massa de alienados, facilmente manipuláveis e “irracionalis”. Por essa razão, a democracia seria, na realidade, mais uma forma de uma minoria governar a partir da luta concorrencial pelo voto (MIGUEL, 1996: 9-10).

séculos, os movimentos sociais, com suas lutas *desde abajo*, vão exigir e conquistar mais e maiores concessões. O objetivo: democratizar cada vez mais a democracia.

Portanto, não podemos compreender a democracia como algo inerente à modernidade liberal e que nasce pronta, mas, sim, como resultado de um longo processo de lutas, conquistas populares e concessões do capitalismo para se ajustar às pressões vindas *desde abajo*. Conforme destaca Margarita López Maya,

[...] la democracia en las sociedades capitalistas, [...] fue instaurada en las sociedades capitalistas de Occidente después de sangrientas y sostenidas luchas populares de los excluidos. [...] Sufragio universal, poderes públicos independientes e iguales entre sí, representación proporcional, alternancia política, partidos políticos, pluralismo y tolerancia a la diversidad, no son *per se* principios que favorecen al capitalismo, que promuevan estructuralmente la explotación y la dominación. Al contrario, conviven con el [liberalismo], donde introducen permanente tensión entre el carácter explotador de éste, y tendencias libertadoras. Fueron incorporados a las sociedades capitalistas como conquistas de los excluidos por ampliar la ciudadanía, [cedidos]³⁰ por el capitalismo del siglo XX al verse desafiado por el socialismo (LÓPEZ MAYA in CASTRO, 2007: 100-102).

O contexto em que vivemos hoje de ampliação da democracia através do reconhecimento e do incentivo aos espaços de maior participação popular nada mais é que um resultado do aprofundamento desse processo conflitivo de mais de 200 anos.

Diante do quadro latinoamericano da perpetuação de regimes oligárquicos excludentes, nos quais prevaleceram os interesses de uma determinada elite em detrimento dos interesses do povo, a presença de lideranças populares, apesar de muitas vezes terem conduzido os processos no sentido de regimes políticos autoritários e centralizados, conquistou sua legitimidade perante as classes mais pobres, pois estas acreditaram ter encontrado nessa fórmula a melhor maneira de superar os limites da institucionalidade liberal e da democracia representativa que poucas vezes estiveram a favor de seus interesses³¹. Foi através dos governos autoritários que foram conquistados direitos elementares, tanto sociais, quanto nacionais (soberania) e trabalhistas.

³⁰ Na citação original, a autora utiliza o termo “outorga” – lê-se “[...] otorgados por el capitalismo del siglo XX [...]” -, porém, “outorga” pressupõe apenas a vontade dos de cima, ou do tirano em particular. Ao contrário, foram conquistas populares, arrancadas, como a própria autora diz. Um processo de conquistas/concessões sob pressão, mas não de “outorga”.

³¹ Vale notar que o descrédito da intitucionalidade liberal representativa não é uma problemática específica da América Latina. O sistema parlamentar representativo é alvo de críticas desde o século XVIII. Jean Jacques Rousseau foi um dos primeiros a chamar atenção para as dificuldades de se sustentar

Além disso, é importante mencionar que, se nos anos 30, 40 e 50 o pressuposto democrático formal não era uma prioridade para as classes populares, no recente reaparecimento de novas lideranças populares em países como Venezuela, Bolívia e Equador, a ampliação dos direitos políticos passa a ser tema central. Isso se deve, em grande medida, ao legado das experiências autoritárias das ditaduras civil-militares latinoamericanas (e do próprio socialismo do século XX que converteu ricos processos de democratização radical em regimes estadolátricos, burocratizados e controlados por um Partido Único) que contribuiu para que as esquerdas passassem a reconsiderar como princípio de seu projeto revolucionário um caminho pautado na *democracia*, na crítica ao emprego indiscriminado da violência e na defesa dos direitos humanos (LECHNER, 1986).

Teremos a oportunidade de analisar em detalhe nos capítulos seguintes como esse processo se deu na Venezuela contemporânea, mas o que gostaríamos de destacar é que **antes de qualquer conclusão precipitada, este estudo propõe a uma reflexão sobre como ocorre a prática social da “democracia participativa e protagônica”**. Quanto ao futuro, precisaremos seguir atentos e aguardar seus desdobramentos.

Tal como fizemos com “democracia”, os demais conceitos merecem igual cuidado quando os utilizamos para refletir sobre a realidade latinoamericana. Quando falamos de protagonismo e poder popular, não significa necessariamente a capacidade do mesmo de se organizar apenas em partidos políticos ou sindicatos – instituições de referência para as democracias europeias. Na Venezuela *chavista*, os *Consejos Comunales* são instituições construídas no interior das comunidades populares onde o povo tem o poder de gerir as políticas locais e resolver os problemas históricos de suas comunidades. Apesar de ser uma instituição criada pelo governo, os CCs têm suas raízes em tradições *desde abajo*, permitem que o povo tenha um espaço próprio para deliberar e executar projetos e podem representar espaços potencialmente emancipatórios. Da mesma forma, “autonomia” na Venezuela, não está atrelada a um afastamento radical do Estado. Ao contrário, o povo exige a participação do Estado nas instâncias locais de poder, mas através de ações de assessoramento, financiamento e incentivo. A soberania local é garantida pela *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, base para qualquer tipo de

uma real soberania do povo através da mediação de representantes. Para o escritor iluminista, o povo só é livre no momento da eleição e, depois, vira um escravo novamente. Ainda segundo Rousseau, um governo só seria realmente democrático quando o povo tivesse o poder de decisão assegurado (ROUSSEAU, 2001). Depois de Rousseau, a partir de diferentes vieses, muitos teóricos teceram críticas contundentes ao modelo representativo, alguns, inclusive, mais céticos sobre a sua real viabilidade (SCHUMPETER, 1942; WEBER, 2004; BOBBIO, 1979; MICHELS, 1982).

organização social (inclusive, os CCs)³² e instância única de decisão e votação de representantes.

Em suma, ao longo desta dissertação, teremos a oportunidade de trabalhar com maior cuidado alguns desses conceitos. O importante é não perder de vista a preocupação com as **traduções** necessárias. Por outro lado, apesar de importante, é válido ressaltar uma vez mais que antes de qualquer discussão de caráter conceitual-teórico, **a proposta deste estudo é analisar a experiência, a prática social desse projeto para somente a partir daí lançarmos algumas hipóteses interpretativas – ainda assim, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto.**

**

A História do Tempo Presente é um campo que pouco a pouco vem sendo descoberto pela historiografia. Os desafios de se trabalhar com um processo como o venezuelano são muitos: é um tema polêmico, contemporâneo, provoca paixões e acirrados debates e ainda está em aberto. Enquanto escrevemos essas linhas, novas leis são discutidas e aprovadas, novos discursos são feitos, novas posturas políticas são adotadas pelos protagonistas, novas críticas surgem, novos horizontes são construídos. Desse modo, qual seria a validade de um estudo que amanhã pode ser considerado obsoleto, equivocado, vencido ou radicalizado? Apesar de todos os riscos, acreditamos que o esforço em discutir a experiência histórica dos *Consejos Comunales* é de extrema relevância para refletirmos sobre os sentidos da democracia e da participação política, bem como sobre a relação entre povo e líder - temas tão recorrentes no nosso continente desde a constituição dos Estados Nacionais e que, hoje, ganham uma nova importância devido ao ressurgimento dos movimentos nacionalistas ocorridos nas últimas décadas em vários países.

No que diz respeito ao movimento *desde arriba*, isto é, aquele oriundo do Estado, do Líder e das normas, consideraremos como fontes, as Constituições de 1961 e 1999, as leis orgânicas subsequentes voltadas para a temática da participação e os discursos de Hugo Chávez proclamados em seu programa dominical *Aló Presidente*.

³² O Artigo 70º da Constituição Bolivariana de 1999 prevê as *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas* como uma das formas complementares de fazer política pela via participativa. Essas assembleias se tornaram a base fundamental dos *Consejos Comunales*, porém, não são exclusivas destes últimos. Qualquer organização social (de mulheres, indígenas, camponesa etc.) pode se constituir a partir de uma *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* cujas decisões possuem caráter vinculante.

Para reconstruir o movimento *desde abajo*, isto é, aquele oriundo das bases sociais, apoiar-nos-emos em dois trabalhos de campo feitos na Venezuela durante os dois anos e meio de pesquisa. No primeiro, residimos durante três meses na *Parroquia 23 de Enero*, de janeiro a março de 2010, quando foi possível estabelecer os primeiros contatos com lideranças comunitárias e tomar conhecimento da dimensão do projeto da “democracia participativa e protagônica”, menos em seus aspectos teóricos ou normativos, e mais como se dava na prática e era compreendida pelos sujeitos históricos. No segundo, um ano depois, em janeiro de 2011, residimos mais um mês na mesma *parroquia* quando pudemos traçar um panorama dos avanços e desafios enfrentados pelos CCs com os quais tínhamos trabalhado na etapa anterior, além de vir a conhecer outras experiências, de diferentes setores.

O espaço de um ano entre os dois estágios foi o suficiente para que ocorressem muitas mudanças, o que demonstra o dinamismo da experiência e as dificuldades de encerrar uma conclusão sobre o assunto. Porém, nosso trabalho não tem por objetivo chegar a conclusões definitivas, mas sim levantar hipóteses interpretativas que permitam a compreensão do fenômeno em seu processo germinal e contribua para refletir sobre temáticas mais gerais que apontamos anteriormente, como a questão da democracia, da participação, da burocracia, da autonomia dos movimentos sociais na América Latina, entre outros.

Dado o caráter improvisado que marcou essa experiência em seus primeiros anos, nos casos estudados, não encontraremos uma estrutura dos CCs **burocraticamente** consolidada no sentido de, com poucas exceções, não podermos contar com a utilização de atas de reuniões e outras formalidades documentais comuns às instituições liberais. Essa pesquisa se baseia fundamentalmente na nossa participação em reuniões de *voceros*, nas assembleias e em diversas atividades realizadas por diferentes CCs na *parroquia*, além dos depoimentos orais concedidos por seus protagonistas. Coletamos um arquivo audiovisual contendo mais de 40 horas de entrevistas com *voceros* de mais de 20 *Consejos Comunales* do *23 de Enero*, além de mais de 15 horas de gravações de reuniões, assembleias, palestras, encontros culturais e outras atividades. Todo esse material estará disponibilizado para o público através do Laboratório de História Oral e Imagem/LABHOI da Universidade Federal Fluminense no curso deste ano. Na composição da história da *Parroquia 23 de Enero* contamos também com mais de 1.000 páginas de transcrição de entrevistas feitas com moradores do bairro nos anos 80, por Milvia Pacheco Concepcion, Elba Rosa Ramos Alvarez e Miryan Elena Rangel Roman,

como parte da pesquisa para a monografia de *Trabajo Social*, intitulada *Aproximacion al estudio de la Parroquia 23 de Enero de Caracas*, defendida em 1987, pela *Universidad Central de Venezuela/UCV*.

Portanto, ficará evidente para o leitor a profusa utilização de fontes orais ao longo de nossa análise³³. A história oral é outro campo da historiografia que vem conquistando maior espaço nas pesquisas na esteira do reconhecimento do campo da História do Tempo Presente. A metodologia utilizada se pautou pelo princípio de nos afastar de qualquer modelo *survey* ou questionário. As perguntas eram abrangentes, tocavam na história de vida dos atores e, a partir daí, eram levantadas algumas questões fundamentais, tais como “o que é um *Consejo Comunal*”, “como são as atividades”, “como se constituiu”, “quais são os desafios”, “quais são as potencialidades”, “como avaliam a experiência” etc. As entrevistas se desenrolaram como se fossem conversas e na maior parte das vezes duraram mais de 1h, pois havia uma preocupação em deixar os interlocutores à vontade para falarem o que considerassem importante, já que os processos de seleção – tanto o que se fala, tanto o que se silencia - são indicativos da visão de mundo construída (POLLAK, 1992).

É importante destacar também que para esta dissertação tivemos que fazer algumas seleções para que se tornasse possível a viabilização do projeto: **uma das mais delicadas foi o fato de termos concentrado nossa pesquisa entre os simpatizantes do processo**. Se a princípio este pode ser um fator que relativize a pertinência da pesquisa, por outro lado, se partirmos do pressuposto que nossa proposta é a de estudar criticamente o conjunto de representações construídas no âmbito das bases sociais do governo e compreender de que maneira estas bases se relacionam com seu líder, o silenciamento das vozes dos opositores, apesar de uma grande falta, não compromete a possibilidade de atingirmos o objetivo proposto. Ao longo deste estudo, ficará evidente a forte vinculação do projeto dos CCs com o governo (cujos desdobramentos serão objeto de reflexão), significando que, apesar de haver CCs formado por *antichavistas*, há um predomínio de *chavistas* à frente deste tipo de organização. Na *Parroquia 23 de Enero* essa premissa se torna ainda mais evidente, pois devido a sua longa trajetória de organização e lutas sociais e por ser considerada um bastião simbólico de sustentação do *chavismo*, há um **autoritarismo popular** que inibe espaços para que vozes opositoras possam se fazer mais presentes. Por essa razão, os *antichavistas* (ou, pelo

³³ O perfil socioeconômico dos entrevistados está descrito na seção de Fontes desta dissertação (p. 224).

menos, não *chavistas*) frequentam outros espaços aos quais não tive acesso, o que inviabilizou ter um maior contato com esse outro lado da história, que passamos a conhecer de maneira indireta a partir dos discursos dos próprios *voceros* que recorrentemente os denominam de “apáticos” ou “escuálidos”.

Outro desafio encontrado residiu na dificuldade de correlacionar os depoimentos orais que servem de base para a pesquisa com outras fontes documentais, pois, conforme mencionamos, somente agora, os CCs começam a formalizar sua estrutura no sentido burocrático do termo. Quer dizer, no último trabalho de campo que fizemos, alguns CCs já começavam a contar com caderno de atas, estavam engajados na construção de uma *Casa Comunal* (onde seria possível centralizar e organizar a administração da instituição), começavam a se preocupar com a construção de um “arquivo” dos CCs, mas, mesmo assim, era ainda um processo muito incipiente. Grosso modo, foi uma dificuldade enorme termos acesso a esses documentos, já que parte estava com algum membro da *Controladoría Social*, outra com algum *vocero* principal, outras partes teriam ficado com a gestão anterior ou teriam simplesmente desaparecido e assim por diante. Porém, mais uma vez, apesar dos limites impostos por essas circunstâncias, é importante ressaltar que a nossa preocupação é, antes de tudo, compreender de que forma esses sujeitos históricos enxergam e avaliam os CCs e não necessariamente buscar **verdades** ou **mentiras** intrínsecas aos seus discursos. Como um contraponto a essa carência, buscaremos inserir os depoimentos orais em um contexto mais amplo de estudos sobre os temas abordados com intuito de traçar paralelos que possam, sempre que possível, ampliar a lente da experiência local, para uma perspectiva mais geral do processo.

Feitas as ressalvas, estruturamos a presente dissertação em cinco partes.

O capítulo 1, **Da Ditadura Civil-Militar (1952-1958) à Vª República (pós-1998): um Breve Panorama Histórico**, tem por objetivo contextualizar as condições que permitiram a ascensão de Chávez à presidência e os sentidos das mudanças propostas durante seu governo, já que a “democracia participativa e protagônica” nasceu da crítica ao modelo de democracia representativa consolidado durante os 40 anos do regime *puntofijista*.

O capítulo 2, **Parroquia 23 de Enero: História das Lutas Sociais de um Bairro de Caracas**, contextualiza em um aspecto micro, o processo de desenvolvimento das lutas sociais e da organização popular no *23 de Enero* que gerou as condições para que

fosse considerado hoje um bastião simbólico de apoio ao *chavismo* e que, por conseguinte, justifica nossa escolha para torná-lo um estudo de caso.

O capítulo 3, **A Prática Social de uma “Democracia Participativa y Protagonica”**: A Experiência dos *Consejos Comunales* na *Parroquia 23 de Enero* (Caracas), procura analisar os antecedentes dos CCs, inserindo-os como parte de um processo mais amplo de desgaste da institucionalidade democrática representativa liberal, que respondem às demandas existentes na sociedade civil desde antes da eleição de Chávez, além, obviamente, de analisar de que maneira se deu essa experiência na região, observando diferentes casos em vários dos seus setores.

O capítulo 4, **Rumo a um Estado Comunal?**, analisa o que seria o próximo passo à formação dos CCs, isto é, a formação das *Comunas* e seus desdobramentos no âmbito de um debate mais teórico sobre as tensões entre a burocracia estatal e o poder popular, o papel do líder e as transformações da cultura política, as tensões entre poderes constituídos e constituintes e as **potencialidades** abertas por essa experiência.

Finalmente, em **Democracia, Participação e Poder Popular: uma experiência em aberto**, fazemos um balanço dos 13 anos do governo bolivariano e lançamos algumas hipóteses interpretativas que buscam responder a algumas das perguntas levantadas nesta dissertação, retomando as **potencialidades** abertas por essa experiência e levantando alguns dos principais dilemas e desafios para o futuro.

1. Da Ditadura Civil-Militar (1952-1958) à Vª República (pós-1998): Um Breve Panorama Histórico.

1.1. Venezuela: Uma Nação Petroleira

Durante toda a história recente da Venezuela, o petróleo movimentou o país econômica, política e socialmente. Segundo Gilberto Maringoni, “para entender o governo Chávez e o que de fato está em disputa nele, é preciso compreender a estreita inter-relação entre petróleo, poder, dinheiro e sociedade” (MARINGONI, 2004, p. 85).

Em linhas gerais, a Venezuela é um país que se tornou dependente de um sistema econômico baseado fundamentalmente na *economía de extracción* (LOMBARDI in ELLNER; HELLINGER, 2003, p. 12) que advém da colonização espanhola e se estende até hoje³⁴. Deste modo, os recursos para movimentar o país ficam à mercê das flutuações do mercado internacional, gerando graves crises econômicas e políticas quando os preços dos produtos de exportação estão em baixa.

Mesmo se considerarmos as expressivas rendas advindas do petróleo e apesar de enunciado por diferentes governos o interesse em diversificar a produção do país, a base econômica de cunho extrativista não foi substancialmente modificada ao longo do século XX.

[...] Durante todo el siglo XX y especialmente después de 1958, Venezuela modernizó su sociedad y sus instituciones políticas y sociales dramáticamente. Aumentó sobremanera su capacidad técnica para administrar sus sistemas de producción y mercadeo, pero nunca logró modificar sustancialmente su régimen económico históricamente derivado de las explotaciones (LOMBARDI in ELLNER; HELLINGER, 2003, p. 15).

Portanto, em meio a ditaduras e democracias excludentes, a história da Venezuela foi marcada por uma economia rentista, importadora de bens industriais e de abertura às empresas estrangeiras.

Por outro lado, houve também pressão por outros rumos, tanto de governos mais progressistas, quanto dos movimentos trabalhistas. O governo de Medina Angarita (1941-1945) é um exemplo disso, pois foi contrário aos interesses das empresas estrangeiras que atuavam no país, dos latifundiários e da burguesia financeira. Seu

³⁴ Primeiramente foi cacau, depois expandiu para o café e, atualmente, baseado principalmente no petróleo.

governo se apoiou na pequena burguesia e na classe operária. Uma das medidas implementadas foi a Lei dos Hidrocarbonetos, em 1943:

Aproveitando-se da conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, a administração pública deu curso a um tenso processo de negociações com as empresas estrangeiras. Obteve novos contratos de concessão, com maiores imposições do Estado às companhias, estabelecendo seu prazo de vigência em 40 anos. Uniformizou-se o regime de concessões e os *royalties* estatais passariam de 15% para 16,6%, o que equivalia dizer que de cada seis barris produzidos, um pertenceria ao Estado. Ao mesmo tempo, conseguiu-se das empresas que uma parcela maior do produto fosse refinado em território venezuelano (MARINGONI, 2004, p. 93)

Entretanto, em função das reformas promovidas em seu mandato que além da Lei dos Hidrocarbonetos, contou também com a Lei de Reforma Agrária de 1945, o país foi levado a um estado de tensão permanente que culminou num golpe de Estado promovido por uma junta “revolucionária”. Romulo Betancourt, então presidente do partido *Acción Democrática/AD* assumiu o poder, dando início ao chamado Trienio Adeco (1945-1948)³⁵, também derrubado por um novo golpe de Estado, desta vez, protagonizado pelo Exército. O Governo Provisório que se seguiu, presidido por Daniel Chalhoub, sofreu um novo golpe com a morte deste último. O General Marcos Pérez Jiménez assumiu o poder com o compromisso de convocar novas eleições. Em 1952, tornou-se Presidente, manipulando os resultados eleitorais, e deu início a uma ditadura que duraria seis anos³⁶.

1.2.A Ditadura Civil-Militar (1952-1958) e o *Nuevo Ideal Nacional*

Com o apoio dos representantes dos bancos, do comércio, da indústria e das Forças Armadas, Pérez Jiménez consolidou-se no poder com o objetivo de garantir a paz e a ordem social, liderar um processo modernizador e representar um obstáculo às tendências comunizantes e de esquerda, num período no qual a Guerra Fria estava no auge. A Constituição de 1953 ratifica o novo *status quo*. As mudanças mais relevantes

³⁵ O Triênio Adeco contou também com o rápido mandato de Romulo Gallegos, entre fevereiro e novembro de 1948. Gallegos havia participado do golpe liderado por Betancourt, em 1945, e venceu as eleições presidenciais de 1947.

³⁶ Não cabe na presente dissertação uma discussão mais pormenorizada sobre as razões dos sucessivos golpes que levaram Pérez Jiménez à Presidência. Para maiores detalhes, ver PLAZA, 1979; BETANCOURT, 2007.

em relação à Constituição anterior foram no sentido de assegurar maiores poderes ao Presidente e acabar com o federalismo (PLAZA, 1978, p. 29-30).

A AD, que havia sido jogada na clandestinidade com o golpe que derrubou Betancourt em 1948, somou-se ao PCV na organização de uma resistência ao novo regime. Porém, as ações repressivas da *Seguridad Nacional*/SN sufocaram as vozes dissonantes compondo um quadro que José Agustín Catalá descreveu como “la década trágica”, em seu livro *Los Archivos del Terror* (CATALÁ, 1998), no qual faz um importante levantamento dos prontuários da SN, destacando todos aqueles que foram presos, torturados, exilados e mortos durante os dez anos que se seguem do golpe de 1948 até a queda do próprio Pérez Jiménez, em 1958.

As ações da SN e o sólido apoio da classe empresarial nacional e estrangeira (comercial, industrial e petroleira) e dos EUA - simpatizantes de um governo que mantivesse as tendências de esquerda sob controle -, garantiram a Pérez Jiménez a estabilidade política necessária para que pudesse aproveitar o período de “bonança petroleira”³⁷ para investir num “plan de desarrollo” para o país, baseado em grandes obras públicas de infraestrutura. Segundo Helena Plaza,

basándose en la renta petrolera, y en su redistribución por la vía del presupuesto, la idea-guía era fomentar el crecimiento del capital privado, en especial en la industria de construcción, en sectores textiles, en servicios y comercio, y en ciertas áreas de la producción agrícola (PLAZA, 1978, p. 31).

Houve também um incentivo à construção de algumas indústrias de base – ainda que sob a chancela de empresas estrangeiras. As italianas, Fiat e à “Inocenti Societá General Per L’Industria Metallurgica Mecánica”, assinaram contratos para o estabelecimento da primeira siderúrgica no país (PLAZA, 1978, p. 32).

A abertura para o capital estrangeiro se manifestou também na ampliação das concessões para a exploração do petróleo. Em linhas gerais, a política econômica do governo, apesar de lançar as bases de um processo de industrialização que só ganharia corpo, de fato, na IV^a República (1958-1998), não estava ancorada em um pressuposto

³⁷ A década de 50 foi de expressiva bonança petroleira, haja vista que eventos internacionais – tais como a Guerra da Coreia (junho/1950 a julho/1953) e a Guerra dos Seis Dias, com o fechamento do Canal de Suez no Egito, em 1956 – provocaram um aumento dos preços dos barris e a Venezuela, que vivia um período de certa estabilidade, se tornou o alvo de muitos investidores (MIR; TORRES & VALOR, 2000: 79).

nacionalista. Ao contrário, era profundamente dependente em relação ao mercado internacional.

En estas condiciones, la implantacion industrial que se va desarrollando es totalmente dependiente de las economías metropolitanas: dependiente en cuanto a la origen del capital, dependiente en cuanto a la estructura tecnológica y las pautas generales de desarrollo, y dependiente en cuanto que ocupa un lugar terminal y/o marginal en el proceso productivo. [...] Por esas razones es sumamente baja su capacidad de absorber la mano de obra que por efectos del crecimiento capitalista, se desplaza de la agricultura y otros sectores tradicionales a la búsqueda de trabajo en los grandes centros urbanos (PLAZA, 1978: 36).

Portanto, o quadro que se vê delineado é, de um lado, o da formação de grandes monopólios empresariais e latifundiários e, de outro, uma imensa dificuldade de absorção de mão-de-obra nacional – sobretudo aquela não especializada que vem das zonas agrícolas, já que as péssimas condições de trabalho no campo a impele a rumar para as cidades em busca de melhores oportunidades.

Desse modo, o *Nuevo Ideal Nacional* de Pérez Jiménez, tido como plataforma ideológica de seu regime, não consistia necessariamente em uma política nacionalista, mas sim em um compromisso com a “modernização da Nação”, a partir do investimento nessas grandes obras públicas, com apoio do capital estrangeiro, e na manutenção da “paz interna”.

No âmbito deste último aspecto, toda a oposição foi jogada na clandestinidade e/ou perseguida pelos órgãos de segurança do Estado. Além do AD e PCV³⁸ que mencionamos, incluíram-se também as organizações sindicais existentes – substituídas pelo *Sindicato Unico de Trabajadores*, criado pelo governo.

A partir de meados de 1957, as forças de oposição começaram a se organizar em uma frente única de luta contra a ditadura. A proposta de formação de uma *Junta Patriótica* partiu do PCV e recebeu o apoio da AD, do COPEI, da *Unión Republicana Democrática*/URD (outro partido que atuava na clandestinidade), dos estudantes e dos militares descontentes com o regime. Era presidida por Fabrício Ojeda, jornalista e um dos fundadores do URD. Apesar dos partidos clandestinos não gozarem de grande apoio de massa – já muito debilitados pela repressão -, cumpriram um importante papel na derrubada do ditador em 23 de janeiro de 1958.

³⁸ Os principais dirigentes da URD foram para o exílio, depois da fraude das eleições de 1952. O COPEI foi o único partido que continuou atuando politicamente de forma legal.

Além das ações da *Junta Patriótica*, a queda de Pérez Jiménez não pode ser compreendida sem as intensas mobilizações populares, *callejeras*, protagonizada pelas gentes dos *barrios* que explodiam em várias partes do país.

As insatisfações com a ditadura começaram a se tornar mais intensas em 1957 - ano marcado por diversos distúrbios estudantis e populares. O governo havia convocado eleições para dezembro. Pérez Jiménez chegou, inclusive, a cogitar concorrer com Rafael Caldera, líder máximo do partido social-democrata cristão COPEI, sob a condição de que este não recebesse apoio dos partidos que atuavam na clandestinidade. Caldera recusou e foi preso. Com isso, Pérez Jiménez enfraqueceu ainda mais suas bases de apoio, em particular, a Igreja, instituição com a qual o COPEI possuía profundos vínculos e também com o Exército que se dividiu entre o apoio e o rechaço ao governo. A partir daí, o COPEI atuaria de maneira mais intensa com os partidos clandestinos, AD, URD e PCV, na oposição à ditadura.

Em novembro de 1957, o governo decidiu adotar o formato de plebiscito para as eleições, o que provocou reações na opinião pública e nos partidos de oposição. No exterior, as lideranças da AD (Romulo Bentacourt), COPEI (Rafael Caldera, já solto) e URD (Jóvilto Villalba), começaram a ser organizar e elaborar um projeto para o que seria um novo regime que garantisse estabilidade política e desse fim a duas décadas de conflitos intensos (MYERS in MCCOY & MYERS, 2006, p. 15).

A “vitória” de Pérez Jiménez no plebiscito de 1957 deflagra a crise final de seu regime. Em janeiro, houve a insurreição do Coronel Hugo Trejo. Apesar de derrotada, a sublevação deixou explícitas as divergências existentes no interior das Forças Armadas quanto à sustentação do regime. Uma série de insurreições populares se seguiram ao episódio. Segundo Plaza,

desde el 10 al 23 de enero se suceden días de conspiraciones; documentos de protesta circulan por la ciudad publicados por los más variados sectores sociales (gremio médico, gremio de abogados, ingenieros, farmaeceutas, odontólogos, damas de la burguesía, amas de casa etc.), así como también hay gran agitación laboral y estudiantil. El gobierno, desesperado, incrementa la represión policial [...] Se desatan luchas de barricadas en los barrios (PLAZA, 1978, p. 68).

As barricadas dos *barrios*, isto é, a luta popular, se deveu em grande medida a uma resposta às profundas contradições econômicas existentes no interior da sociedade venezuelana. Apesar das camadas mais pobres terem visto alguma melhora em suas

condições de vida durante o governo de Pérez Jiménez³⁹, havia uma evidente discrepância com os lucros dos setores privados. Somado à falta de liberdades políticas, as classes populares aliaram-se aos profissionais liberais, estudantes, Igreja e Forças Armadas na grande frente que se opôs a ditadura.

Foram as Forças Armadas, aquelas que desfecharam o golpe final que obrigou a Pérez Jiménez a fugir em seu avião presidencial na madrugada de 23 de janeiro de 1958, dando início a um novo Governo Provisório, liderado, agora, pelo Contralmirante Wolfgang Larrazábal.

1.3.O Pacto de Punto Fijo: Venezuela, a “Vitrine da Democracia das Américas”?

Larrazábal encaminhou o processo eleitoral e concorreu à Presidência com Romulo Betancourt, líder da AD. Apesar de contar com certo respaldo popular, devido, em grande medida, à implementação de um *Plan de Emergencia*⁴⁰ em favor das gentes dos *barrios* durante seu curto governo, Betancourt saiu vitorioso.

Caberia ao líder da AD levar a cabo o projeto formulado por seu partido junto ao COPEI e, em menor escala, a URD: o chamado *Pacto de Punto Fijo*, que formulou as bases do regime que se constituiria a partir de então na Venezuela. Suas diretrizes estão presentes em cinco documentos principais: 1º) na declaração de Nova Iorque de dezembro de 1957, quando os líderes dos referidos partidos assinaram o compromisso de derrubar a ditadura de Pérez Jiménez; 2º) no *Avenimiento Obrero-Patronal* (Reconciliação Operário-Empresarial), assinado em abril de 1958, no qual operários e empresários se comprometeram em respeitar a democracia, os direitos trabalhistas e a privilegiar o diálogo em detrimento do enfrentamento⁴¹; 3º) o *Pacto de Punto Fijo* propriamente dito que estabeleceu o princípio do *power-sharing* entre os três partidos; 4º) a Declaração de Princípios e o Programa Mínimo do Governo; e 5º) a Constituição

³⁹ Como parte do *Nuevo Ideal Nacional*, uma das grandes metas da ditadura foi a de solucionar o problema das moradias em Caracas, investindo em suntuosos projetos habitacionais. O *Plan Nacional de Viviendas* será discutido em detalhe no Capítulo 2 desta dissertação, pois a *Parroquia 23 de Enero* – na época chamada de *Urbanizacion Dos de Diciembre* – foi a coluna vertebral deste projeto onde foram construídos enormes edifícios com centenas de apartamentos.

⁴⁰ O *Plan de Emergencia* será analisado em detalhe no Capítulo 2 desta dissertação. Tratava-se de um projeto para dar solução aos problemas sociais nos *barrios* de Caracas e conter a insatisfação popular. Com o apoio dos moradores, foram executadas pequenas obras públicas – conserto de escadas, calçadas, asfaltamento, iluminação etc.

⁴¹ Além da base sindical organizada no *Comité Sindical Unificado* e pela federação empresarial, o pacto foi assinado também pelo *Partido Comunista de Venezuela/PCV*. Este último, apesar de reconhecer que era um pacto que reduzia os mecanismos de pressão dos trabalhadores apenas à barganha, acreditou ser válido em nome da estabilidade política e da preservação da unidade sindical (CORONIL, 1997, p. 218).

de 1961 que ratificou os compromissos e as diretrizes encaminhadas nos demais documentos (MYERS in MCCOY & MYERS, 2006, p. 17).

Segundo David J. Myers, o acordo entre essas elites pode ser resumido em seis pontos principais: a idéia de *power-sharing* ou compartilhamento do poder entre os partidos envolvidos independentemente do presidente eleito; o princípio da reconciliação e dissolução de antigos antagonismos em nome da coalizão; a garantia dos direitos e das liberdades individuais; o estabelecimento de um maior controle do Estado sobre o desenvolvimento econômico; o adiamento da distribuição das riquezas para um momento posterior - quando a transição para a democracia já estivesse consolidada; e, finalmente, a definição de um posicionamento na Guerra Fria, alinhado aos EUA (MYERS in MCCOY & MYERS, 2006, p. 17-19).

O *Pacto* se manteve por 40 anos, sustentando uma democracia representativa, tornada símbolo de estabilidade política e econômica, num momento em que o restante do continente se via acometido por crises econômicas, golpes de Estado e ditaduras civil-militares⁴² devido, entre outras coisas, às tensões provocadas pela Guerra Fria e aos interesses estadunidenses na região.

O sentido da institucionalidade democrática construído ao longo deste período foi ancorado na premissa da **representação**, apurada principal e quase exclusivamente através de eleições regulares. Na Constituição de 1961, por exemplo, podemos perceber esse princípio expresso em seu *Artículo 3º* das *Disposiciones Fundamentales* que determina que “el gobierno de la República de Venezuela es y será siempre **democrático, representativo, responsable y alternativo**” [grifo nosso], sem qualquer menção a outros mecanismos de participação. No *Artículo 4º*, fala-se também que “la soberanía reside en el pueblo, quien la ejerce, mediante el **sufragio**, por los órganos del Poder Público” [grifo nosso] (CONSTITUCIÓN DE 1961). Na definição dos direitos políticos, todos os artigos se remetem única e exclusivamente às condições de voto e das eleições (do artigo 110º ao 116º).

Além disso, esse modelo de democracia foi concebido de maneira bastante centralizada: não havia eleições diretas para governadores, não existia a figura do

⁴² Na Argentina (Junta Civil-Militar, 1966 – 1983); na Bolívia (Junta Civil-Militar, 1971-1982); no Brasil (Ditadura Civil-Militar, 1964-1985); em Cuba (Fulgêncio Batista, 1952-1959, e, a partir da vitória da guerrilha, ditadura revolucionária desde então), no Chile (Augusto Pinochet, 1973-1990); na Colômbia (Guerra Civil entre as FARC e o governo, pós-1964); em El Salvador (Junta Civil-Militar, 1931-1979); no Equador (Junta Civil-Militar, 1972-1979); no Haiti (Papa e Baby Doc, 1957-1990); na Nicarágua (Família Somoza, 1936-1979); no Paraguai (Alfredo Stroessner, 1954-1989); na República Dominicana, (Rafael Leônidas Trujillo, 1939-1961), no Uruguai (Junta Civil-Militar, 1973-1985); entre outros.

alcalde (prefeito), as eleições eram feitas através de listas partidárias (o que tornava as decisões dos altos escalões dos partidos hegemônicos ainda mais determinantes, inibindo espaços para que outras lideranças pudessem se fazer mais presentes) e, conforme vimos, não havia nenhuma menção à participação política do povo para além do voto.

Apesar dessas características, a democracia *puntofijista* contou com expressiva *accountability*⁴³, sobretudo nos áureos tempos petroleiros que veremos com detalhe mais adiante. Esse modelo representa a busca pela estabilidade e unidade políticas através da dissolução de antagonismos (e de espaços para a expressão de antagonismos) e da conciliação de diferenças em oposição a um processo histórico marcado por golpes de Estado, ditaduras, dissidências, violência e frágeis instituições democráticas.

Por outro lado, a *accountability* do *Pacto* não foi conquistada sem conflitos no interior da sociedade venezuelana. É importante frisar que, em primeiro lugar, nem todos puderam participar desse grande acordo: houve uma clara distinção entre quem estava dentro e quem estava fora da coalizão. A delimitação desta fronteira foi conflituosa e só foi consolidada em 1975.

Entre os que estavam dentro, os três partidos – AD, COPEI e URD –, a princípio, conseguiram o apoio do empresariado, organizado através da FEDECAMARAS⁴⁴, da Igreja e, depois de certa relutância, dos proprietários de terra, bem como das Forças Armadas. No curso do processo, nenhum outro partido conseguiu conquistar alguma proeminência no cenário nacional e a própria URD declinou, enquanto a AD e o COPEI tornavam-se cada vez mais fortes, transformando a coalizão num regime político bipartidário em que estes últimos alternavam-se no poder. Havia uma profunda articulação da AD e COPEI com os sindicatos, em particular, aqueles organizados em torno da *Confederación de Trabajadores de Venezuela/CTV*⁴⁵. O corporativismo, nesse caso, vai ser uma das grandes marcas do regime, quer dizer, a existência de uma profunda articulação entre a sociedade e o Estado, organizando-se patrões e empregados

⁴³ Preferimos utilizar o termo em inglês por não encontrarmos uma tradução exata, mas o mais próximo do seu sentido em nossa língua seria “susceptível de prestar contas” num sentido mais amplo, de ser “controlado”.

⁴⁴ A federação congrega 13 setores produtivos, entre eles criadores de gado, bancos, indústrias, comércio, telecomunicações, seguros, turismo, energia, transportes, etc.

⁴⁵ Agrega dezenas de sindicatos e federações de trabalhadores, representando trabalhadores dos setores indústria, de serviços, do setor público, camponeses, entre outros. Foi plataforma política da AD ao longo das décadas e um dos principais pilares de sustentação do *Pacto de Punto Fijo* na sociedade civil. Até os dias atuais, alguns dos principais cargos continuam nas mãos dos adecos.

em corporações (categorias profissionais/sindicatos), regidas pelos partidos/Estado, na qual prevalece uma postura conciliatória e de diálogo e não de confronto⁴⁶.

Da mesma forma que nos debates a respeito do **populismo clássico** e do **neopopulismo** devemos ter o cuidado para não recair em análises reducionistas que explicam a articulação do povo – ou da classe trabalhadora – com o Estado, a partir do viés da manipulação, alienação e clientelismo, a análise do regime *puntofijista* exige o mesmo esforço, pois se trata de um regime que se manteve relativamente estável no país durante 40 anos e não pode ser explicado somente pela via da repressão e controle sobre os movimentos sociais. Durante os anos 60 e 70, principalmente, com os áureos tempos petroleiros que analisaremos mais à frente, a redistribuição de riquezas e a possibilidade de ter demandas trabalhistas atendidas explicam a opção pela articulação e consenso em torno do pacto por parte das classes trabalhadoras. Porém, ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre as razões para o seu relativo sucesso, sobretudo quando comparado com as circunstâncias históricas dos países vizinhos, nas quais prevaleceram governos ditatoriais.

Se não podemos explicar o pacto somente pela repressão, isso não significa que esta não tenha existido e que não mereça nossa atenção, sobretudo quando consideramos a realidade daqueles que ficaram de fora da coalizão. O *Partido Comunista de Venezuela/PCV*, por exemplo, foi um destes. Apesar de ter conquistado algumas cadeiras no Senado e no Congresso nas eleições de 1958, foi sendo marginalizado das negociações devido aos seus laços com a Internacional Comunista, seu compromisso com a **ditadura do proletariado** e por ser considerado uma ameaça para os planos de alinhamento com os EUA⁴⁷. Por essa razão e também por possuir um projeto próprio para o país, acabou aderindo à luta armada contra o novo regime. Esta última já contava com setores esquerdistas da URD e com a juventude da AD, organizados no *Movimiento de Izquierda Revolucionario/MIR*. A guerrilha sobreviveu à repressão e à marginalização de suas ações até meados da década de 70, quando as

⁴⁶ A proposta corporativista de Estado, adotada em vários países da América Latina, é comumente associada ao fascismo, porém isso é um equívoco. Trata-se de uma proposta que tem autonomia própria, introduzida desde os anos 1920-1930 e que, em circunstâncias variadas, coexistiu com regimes ditatoriais e também com democracias representativas liberais (casos da Argentina, do Brasil e da própria Venezuela). Cf. RODRIGUES, 1989.

⁴⁷ O PCV, apesar de se definir como leninista, assim como muitos outros PCs latino-americanos, era reformista e moderado, relegando a revolução socialista a uma etapa posterior à consolidação do capitalismo e da democracia no país. Por outro lado, foi também bastante influenciado pela Revolução Cubana – diferentemente de seus pares latino-americanos – durante o período que optou pela luta armada contra o *Pacto*, nos anos 60.

forças que a sustentavam decidiram concorrer às eleições, nas quais obtiveram pífios resultados.

A guerrilha na Venezuela já fora um recurso utilizado desde a luta contra a ditadura de Pérez Jiménez. Com as eleições de 1958, após a derrubada deste último, o PCV teve um racha, pois não havia um consenso se deveria continuar ou acabar com a luta armada. Alguns defensores desta última e que se engajaram nesse sentido, tornaram-se importantes figuras nos primeiros anos do governo Chávez, tais como Teodoro Petkoff (hoje opositor do governo), Freddy Muñoz e Douglas Bravo. Fabrício Ojeda foi outro dirigente que se refugiou nas montanhas na *Frente Guerrillero “José Antonio Páez”* para promover a luta armada. Ao lado de Bravo, ele atuou na reorganização das *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional/FALN*, na criação do *Partido de la Revolución Venezolana/PRV*, de linha marxista-leninista, e da *Frente de Liberación Nacional/FLN*, nos anos 60⁴⁸.

A luta armada se estendeu por vários Estados venezuelanos, combinando guerrilha rural e urbana. Nas cidades, pequenos grupos cometiam expropriações financeiras em bancos, grandes estabelecimentos e capturavam embarcações, aviões e pessoas famosas.

A vitoriosa Revolução Cubana acabou por influenciar bastante essas organizações. A partir de janeiro de 1959, o governo revolucionário cubano enviou armas e homens para apoiar a luta no país vizinho. Em 1961, o então presidente Betancourt, sob a bandeira do anticomunismo rompeu com a ilha e manteve uma dura política de repressão contra os **subversivos**. Para se ter uma idéia do caráter da repressão, segundo Steve Ellner, o mote do então ministro do interior Carlos Andrés Pérez era “shoot first and ask questions later” (ELLNER, 2008, p. 60). Os “salões”⁴⁹ das forças de segurança nacional, sob a tutela da *Dirección General de Policía/DIGEPOL*, mantiveram-se cheios de presos políticos sendo muitos torturados, mortos e desaparecidos.

⁴⁸ Um dia depois de ter sido preso pela *Servicio de Información de las Fuerzas Armadas/SIFA*, Ojeda teria supostamente se enforcado em sua cela, em 21 de junho de 1966.

⁴⁹ A metáfora dos salões é inspirada em artigo escrito por Daniel Aarão Reis, para o Jornal O GLOBO, em 14/01/2010, sobre a anistia, quando o autor fala sobre as práticas de tortura realizadas durante os governos autoritários no Brasil. Ao contrário da metáfora recorrentemente utilizada que as torturas ocorreram nos “porões” do DOPS, Aarão diz que, na verdade, elas ocorreram nos salões, aos olhos de todos, já que se tratava de uma política de Estado. Em suas palavras: “em pouco mais de 40 anos, a sociedade brasileira teve, por 23 anos, governos que adotaram a tortura como política de Estado. Insisto: a tortura foi aplicada como política de Estado. Não se realizou nos porões, esta é uma metáfora imprópria. Realizou-se nas salas de visita ou nas salas de jantar. Ninguém pode ousar dizer que a ignorava” (AARAO REIS in O GLOBO, 14/01/2010).

A guerrilha só teria um fim parcial em meados dos anos 70 com a política de pacificação realizada durante o governo de Rafael Caldera (COPEI). Diante da nova conjuntura, parte majoritária da cúpula do MIR, decidiu deixar a luta armada. Porém, facções dissidentes – *Liga Socialista/LS*, *Bandera Roja/BR*, entre outros - tentaram manter viva a luta, mas agora, com uma base social fundamentalmente concentrada entre estudantes universitários em alguns centros urbanos. A *Parroquia 23 de Enero*, objeto desta presente dissertação, foi reduto de muitas dessas organizações, como veremos em detalhe mais adiante.

Outros grupos que foram excluídos do *Pacto* foram as classes médias e os setores pobres urbanos. Durante os áureos tempos petroleiros, isto é, nos anos 60 e 70, apesar de não serem a base principal do regime, puderam vivenciar melhoras em suas condições de vida – de maneira alguma comparado com os lucros daqueles que efetivamente faziam parte da coalizão. Entretanto, durante a crise que teve início nos anos 80, foram os mais prejudicados.

Somente para termos uma idéia dos efeitos da crise, segundo dados levantados pela CEPAL e apresentados por Kenneth Roberts, de 1984 a 1995, período no qual houve a queda dos preços do petróleo, a população pobre aumentou de 36% a 66% e o setor em pobreza extrema triplicou, de 11% foi a 36%. Ainda segundo Roberts, entre 1981 e 1997, a participação dos pobres nos ingressos do país caiu de 19,1% para 14,7% e a porcentagem mais rica aumentou de 21,8% para 32,8% (ROBERTS in ELLNER & HELLINGER, 2003, p. 81). Nesse sentido, podemos perceber que os investimentos, sobretudo durante esse período de crise, se concentraram numa pequena parcela da população e **a sociedade foi ficando cada vez mais polarizada entre ricos e pobres**. Baseando-se em informes do Congresso Nacional, Julia Buxton chega a dizer que em fins de 1994, 79% das famílias venezuelanas eram consideradas pobres e “una de cada tres vivía en condiciones de pobreza crítica” (BUXTON in ELLNER & HELLINGER, 2003, p. 154). Em 1999, o trabalho informal chegava a 53% e o desemprego estava na ordem dos 15% (ROBERTS in ELLNER & HELLINGER, 2003, p. 81).

Uma das principais vulnerabilidades do regime *Punto Fijo* adveio justamente da extrema dependência na redistribuição das rendas do petróleo e no controle sobre a produção como meio fundamental para se garantir a estabilidade política e sustentar a coalizão. Com isso, reafirmava-se, mais uma vez, agora sob os auspícios de tempos democráticos, a manutenção de uma economia rentista sobre a qual se sustentava também o capitalismo venezuelano. A dependência em uma economia rentista é

vulnerável na medida em que qualquer oscilação nos preços do petróleo pode gerar sérias repercussões no âmbito da suposta estabilidade exaltada pelo *Pacto*, conforme pudemos observar nas estatísticas apresentadas acima.

As décadas de 60 e 70 foram de estabilidade do regime porque foram os anos da fundação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e do auge do fluxo de petrodólares⁵⁰. Acreditava-se, naquele momento, que a Venezuela entraria de vez na Modernidade Capitalista, conquistaria sua segunda independência⁵¹ e deixaria de ser uma nação subdesenvolvida⁵². Segundo Myers, “after 1975 most Venezuelans supported Punto Fijo democracy. An undecurrent of opposition persisted, but those who carried that torch were marginalized, and they would remain in the political wilderness for another twenty-five years” (MYERS in MCCOY & MYERS, 2006, p. 24).

Nesse período, a corrupção também tornou-se endêmica. A PDVSA (Petróleos da Venezuela), criada em 1976, com a nacionalização da extração do petróleo, apesar de formalmente pública, na prática, se tornou cada vez mais autônoma, um “Estado dentro do Estado” (MARINGONI, 2008, p. 66), atendendo, sobretudo aos interesses corporativos à revelia dos interesses nacionais.

Finalmente, a centralização política que mencionamos – decorrente, em certa medida, da própria política de controle sobre a renda do petróleo - e a ingerência da AD e do COPEI na esfera municipal e estadual também foram outros fatores de vulnerabilidade. A AD e o COPEI eram “partidos de massa” e possuíam suas “estruturas internas verticalizadas e centralizadas”. Essa ingerência pode ser percebida no sistema de listas eleitorais que já citamos anteriormente, pois concedia uma “autonomia mínima aos parlamentares”, tornando-os extremamente dependente das direções partidárias:

por esse mecanismo, o eleitor vota numa chapa fechada do partido e não em candidatos individuais. Por um lado, a medida fortalece os partidos e reduz o personalismo eleitoral. Por outro, redundando no

⁵⁰ Com a alta dos preços do petróleo no mercado internacional, a entrada dos recursos foi ostensiva, subsidiando, inclusive, muitos dos impostos pagos pelos venezuelanos. No entanto, apesar de algumas melhoras, os salários, por exemplo, permaneceram proporcionalmente baixos; a taxa de desemprego e do trabalho informal continuou alta, próxima a média dos 50%; e a pobreza se manteve crescente (MCCOY in MCCOY & MYERS, 2004: 266-267).

⁵¹ A primeira foi a liderada por Simón Bolívar, em 1821, contra o Império Espanhol.

⁵² A tese de Fernando Coronil em seu livro *The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela* (The University of Chicago Press, 1997) gira em torno fundamentalmente deste aspecto: a Venezuela enquanto um *Estado Mágico* que se pretendia e se apresentava como moderno, progressista e gigante, mas, na verdade, um gigante com pés de barro, ancorado em e profundamente dependente de, uma secular e vulnerável economia rentista.

rigoroso domínio que as direções partidárias têm de toda a sua estrutura (MARINGONI, 2008: 64).

Portanto, a despeito do governo ter se comprometido inicialmente com a descentralização, com a concessão de autonomias para os municípios e com o fortalecimento da participação popular, estas medidas foram relegadas a um momento posterior no qual a transição para a democracia já estivesse consolidada, o que gerou certa frustração que serviria também de combustível para a crise nos anos 80.

1.4.A Falência do *Punto Fijo* e o Surgimento de Alternativas

O primeiro sinal de dificuldades críticas do regime aconteceu em 18 de fevereiro de 1983 com o chamado *Viernes Negro*, quando o então presidente Luis Herrera Campíns (1979-1984) foi “obrigado a desvalorizar abruptamente a moeda nacional”, fruto, em certa medida, “[da] queda substancial dos preços do petróleo, [da] disparada da dívida pública [...] e [do] aumento dos juros para empréstimos internacionais” (MARINGONI, 2008: 67). Entretanto, apesar de importante, não podemos ficar presos somente aos efeitos econômicos, A perda gradativa da *accountability* numa democracia representativa que, sobretudo no período de crise dos preços do petróleo, não representava os interesses de setores que se tornavam cada vez mais importantes – classes pobres urbanas, classes médias, intelectuais e também setores das Forças Armadas⁵³ - não pode ser desconsiderada.

Diante da crise, o regime constituído tentou fazer algumas reformas, em 1985, com a *Comisión para la Reforma del Estado/COPRE*, com o objetivo de recuperar a *accountability* no *Pacto*. Sendo assim, foi instituída a eleição direta para governadores e *alcaldes* e nas eleições proporcionais foram abolidas as listas partidárias⁵⁴. Além disso, o então popular Carlos Andrés Perez que já havia governado o país nos áureos tempos

⁵³ A partir de 1971, as Forças Armadas venezuelanas contaram com uma formação diferenciada que advém do programa Andrés Bello que garante a formação superior do oficialato como forma de aprimorar a carreira militar. As gerações formadas por este plano, das quais Chávez faz parte, são mais profissionais, mais críticas e afastaram-se da influência da Escola das Américas - centro de formação de militares latino-americanos apoiado pelos EUA, com sede no Panamá (1946-1984) – que cooperou com vários governos e regimes autoritários e violentos no continente (vários dos seus cursos ou “adestramentos” incluíam técnicas de contra insurgência, operações de comando, treinamento em golpes de Estado, guerra psicológica, intervenção militar, técnicas de interrogação, envolvendo torturas, execuções sumárias, desaparecimentos). A partir do plano Andrés Bello, jovens oficiais egressos das Universidades, descontentes com o alto grau de corrupção no topo da hierarquia militar e com os limites da democracia representativa *puntofijista* passaram a compor os primeiros quadros de dissidências no interior das Forças Armadas.

⁵⁴ Voltaremos a falar sobre a COPRE no capítulo 3 desta dissertação.

petroleiros, foi reeleito com a expectativa que solucionasse a crise. Entretanto, a implementação de um pacote de reformas neoliberais, aprofundou ainda mais as contradições sociais no país. Nesse sentido, ao invés de todas essas medidas salvarem o *Punto Fijo*, enfraqueceram ainda mais as estruturas partidárias, abrindo a possibilidade para o surgimento de lideranças e partidos que corriam por fora da influência dos *puntofijistas* – tais como, *La Causa Radical/LCR* e o *Movimiento al Socialismo/MAS* – e que propunham uma *alternativa* – coisa que há muito tempo não havia.

Entretanto, mais do que uma mobilização em torno dos novos partidos emergentes e das novas propostas, o que houve foi o decisivo enfraquecimento do sistema de partidos e da própria representação. Deste modo, o que percebemos são o recrudescimento de manifestações de rua e outros processos extra-institucionais como maneiras de fazer pressão ou contestar os caminhos percorridos pelo governo. O abstenseísmo nos episódios eleitorais cresceu vertiginosamente. Em outra via, há uma intensificação da repressão a esses mesmos movimentos por parte do Estado, resultando em alguns massacres que ficaram marcados na história desse país, como o de *Cantaura*, por exemplo, quando 23 combatentes insurgentes da *Frente Guerrillero “Américo Silva”*, do grupo *Bandera Roja*, foram mortos em uma operação militar, em 1982, e o massacre de *El Amparo* (ou *La Colorada*), em 1988, quando 14 pescadores considerados “guerrilheiros”, da região de *El Amparo* (Estado Apure), foram mortos pelo Exército, pela *Dirección de Servicios de Inteligencia y Prevención/DISIP* e pela *Policía Técnica Judicial/PTJ*.

O *Caracazo*, em 1989, representa o auge dessa crise, quando explode uma revolta popular sem precedentes, resultado do acúmulo de insatisfações aprofundadas com o conjunto de reformas neoliberais implementadas por Carlos Andrés Pérez. O estopim para sua eclosão foi aumento em 100%, da noite para o dia, das passagens dos meios de transporte – o que inviabilizou que muitos trabalhadores pudessem sair de suas cidades-dormitórios que ficam ao redor de Caracas.

Apesar de ter ficado mais conhecida como *Caracazo*, a revolta não ficou restrita à cidade de Caracas. Segundo Daniel Hellinger, os saques se estenderam por, pelo menos, outras 19 cidades (HELLINGER in ELLNER; HELLINGER, 2003, p. 48).

O *Caracazo* foi, assim, resultado de um conjunto de fatores: o empobrecimento da população em função de uma crítica recessão econômica e do esfacelamento das políticas públicas; da ausência de canais de mediação entre estas camadas alijadas de seus direitos e as instância de poder – os partidos e sindicatos foram se colocando cada

vez mais a serviço das elites econômicas (ou mesmo se transformando em elites) e se viram envolvidos em escândalos de corrupção, por parte de seus dirigentes, perdendo sua legitimidade -; com a aplicação de políticas de cunho neoliberal, o que acabou por aprofundar ainda mais a crise econômica, sobretudo entre as camadas populares; entre outros.

O governo reagiu através da decretação do estado de sítio e da repressão violenta. Segundo Margarita Lopez Maya, centenas de pessoas foram mortas e houve muitas perdas materiais (LÓPEZ MAYA, 2002a, p. 18). Hellinger, com base em relatos médicos, sobe a cifra de mortes para a ordem de 1.000 a 1.500 pessoas (HELLINGER in ELLNER; HELLINGER, 2003, p. 48). A *Parroquia 23 de Enero*, já famosa por se tratar de um reduto de grupos combatentes e comunitários, foi uma das regiões que mais sofreram com a repressão das forças policiais. Apesar do massacre, ao invés dos movimentos contestatórios do regime arrefecerem, foram abertas as portas para a explosão de outros protestos de caráter *callejero* que marcaram os anos seguintes.

É interessante notar que 1989, foi um ano trágico para as esquerdas. Segundo Richard Gott, “a queda do muro de Berlim no outono e o conseqüente colapso dos governos pró-soviéticos da Europa do Leste foram rapidamente percebidos como presságios do fim de toda uma era comunista” (GOTT, 2004, p. 73). Se, por um lado, foi um ano consagrado pelos neoliberais como o da vitória hegemônica de seu projeto, ao mesmo tempo, o ano de 1989, é também o ano do *Caracazo* que representa para *Nuestra América* o ressurgimento e a expansão de movimentos de protesto e contestação desta mesma ordem neoliberal⁵⁵.

Na década de 90, houve, assim, uma intensa atividade de movimentos sociais na Venezuela, marcada pelo surgimento de novos atores sociais que queriam se fazer presentes no jogo democrático. Nesse sentido, questionavam a legitimidade do Estado, da institucionalidade liberal, do sistema de partidos e sindicatos e exigiam o atendimento de suas demandas⁵⁶. Segundo Maya, a ONG Provea registrou uma média de dois protestos de rua por dia na Venezuela entre 1989 e 1999. Somente nos primeiros

⁵⁵ Diga-se de passagem, que isso não significou a vitória dos projetos populares sobre o neoliberal. Em muitos países latino-americanos, apesar de terem contado com grandes manifestações, a ponto, inclusive, de alguns presidentes terem sido derrubados, governos ainda mais neoliberais vieram a seguir, desencadeando um processo de repressão violenta e, muitas vezes, seus respectivos presidentes acabaram sendo reeleitos, como foram os casos da Argentina e do Brasil, por exemplo.

⁵⁶ Destaque para as manifestações *callejeras* dos *buhoneros* (aqueles que trabalham no setor informal – majoritário na Venezuela); dos pensionistas e aposentados; das associações de vizinhos e do movimento estudantil (Cf. LÓPEZ MAYA, 2002a).

11 meses do governo de Hugo Chávez Frías foram contabilizados quase 1.000 protestos em todo país (LÓPEZ MAYA, 2002a, p. 9-13).

Portanto, a tentativa de golpe de Estado, liderada por Chávez, ainda em 1992, é produto deste contexto maior de contestação do *status quo*. Embora fracassada, serviu para projetar nacionalmente a imagem do tenente-coronel no sentido de personificar algo que já se passava nas ruas. Em novembro deste mesmo ano, uma nova tentativa insurrecional ocorreu, igualmente fracassada, mas, desta vez, com uma maior articulação cívico-militar, liderada por Hernán Gruber Odremán, Luis Enrique Cabrera Aguirre e Francisco Visconsti Osorio e com o apoio dos partidos *Bandera Roja* e *Tercer Camino*⁵⁷.

Toda essa crescente insatisfação não se converteu imediatamente num modelo contra-hegemônico para superar a crise. Os pleitos políticos (executivos e legislativos) foram marcados, ao longo deste período, por um crescente índice de abstenção. O panorama só começou a mudar com as eleições de 1998 e a candidatura formal de Chávez à presidência. Ao mesmo tempo, ainda nesse contexto do começo da década de 90, o *puntofijismo* foi definitivamente enterrado. Outros partidos de esquerda tiveram a oportunidade de disputar eleições com reais possibilidades de vitória, como foi o caso do partido *La Causa R* que, segundo Ellner, aumentou notoriamente sua presença no cenário nacional depois de 1989. Já os partidos envolvidos na política tradicional e o movimento trabalhista controlado por estes perderam a credibilidade e o prestígio, pois não souberam responder às novas demandas crescentes na sociedade.

No interior das Forças Armadas, desde a década de 70, Chávez e outros militares tinham tentado articular um movimento, o *Ejército de Liberación del Pueblo de Venezuela/ELPV* que, segundo Maringoni, tinha por objetivo promover algum tipo de sublevação, mas a iniciativa não teve êxito (MARINGONI, 2004, p. 130). O *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200/MBR-200* surgiu, em seguida, com a mesma perspectiva, sob a mesma liderança. O ideário desse movimento tinha como referência três heróis venezuelanos: Simón Bolívar, o Libertador; Simón Rodríguez, que fora tutor de Bolívar; e Ezequiel Zamora, “líder dos camponeses contra a oligarquia latifundiária durante a Guerra Federal das décadas de 1840 e 1850” (GOTT, 2004, p. 42). Foi o MBR-200 que esteve por trás do golpe frustrado de 1992. Depois do fracasso, o movimento desistiu da via armada. Nas eleições de 1993 apostaram numa campanha

⁵⁷ Formado no início dos anos 90 por dissidentes do PCV que atuaram na luta armada nos anos 60 e 70.

pela “não-participação” que cederia lugar, em 1998, à formação de uma coalizão de esquerda em torno da candidatura de Chávez. O MBR-200, que vinha angariando grande popularidade, transformou-se, então, no *Movimiento Vª República/MVR* para disputar as eleições.

Em linhas gerais,

este decenio [década de 90] doloroso, de cambios políticos, inestabilidad e injerencia militar en Venezuela, contrastó con su propia historia y con la situación en el resto de Latinoamérica. Los desórdenes ocurridos en el país después de 1989 eran poco predecibles, considerando sus 30 años de estabilidad a partir de 1958 y la supuesta fortaleza de sus instituciones políticas. En contraste con Argentina, Perú y Chile [e también o próprio Brasil] donde los electores reeligieron a los presidentes en el ejercicio del poder y las coaliciones del gobierno, la implementación de políticas neoliberales en Venezuela fue clave en la desestabilización política. En otro contraste, el rol activo protagonizado por los militares en la política venezolana de los años 90 difería mucho de la situación en el resto de Latinoamérica” (ELLNER in ELLNER; HELLINGER, 2003, p. 24).

O *Pólo Patriótico*, que foi formado para disputar as eleições de 1998, articulava uma frente única de vários partidos de esquerda, tais como o *Movimiento Vª República/MVR*, além do *Pátria para Todos/PPT*, *La Causa Roja/LCR*, grande parte do *Movimiento al Socialismo/MAS* e do Partido Comunista/PCV. Entretanto, seu programa, denominado “Agenda Alternativa Bolivariana”, não era bem definido. Tratava-se, em certa medida, de uma pluralidade de indivíduos e organizações que encontrou em Hugo Chávez um fator de unidade e uma possibilidade de mudança em relação ao regime anterior, ao menos no que diz respeito a um governo mais voltado para as questões sociais. Se pudéssemos falar de uma ideologia bolivariana, esta se consituiria em torno, principalmente, da apropriação da figura de Simón Bolívar⁵⁸, numa perspectiva nacionalista, antiimperialista e antineoliberal.

⁵⁸ Simón Bolívar foi apropriado, na Venezuela, por todas as classes sociais como um fator de unidade nacional. Desta forma, em sua vertente mais conservadora, esvaziou-se a sua figura de seu "conteúdo transformador e anticolonialista" (MARINGONI, 2004, p.202), enquanto que na resgatada por Chávez, por exemplo, ressalta-se a luta antiimperialista e pela unidade de *Nuestra América*.

1.5.A Vª República (pós-1998)

Segundo Maringoni, a vitória de Chávez no contexto das eleições de 1998 foi um marco na política venezuelana, pois representou uma ruptura com a política de conciliação das classes dominantes (expressa no *Pacto de Punto Fijo*) e das organizações policlassistas, em prol de organizações mais ancoradas em classes definidas. Nas palavras de Hellinger:

[...] Chávez capitalizó la profunda desconfianza y enojo dirigidos hacia quienes estaban asociados con el antiguo sistema y la sensación de la mayoría de los pobres de Venezuela de que él es uno de ellos. Esta apelación especial a las inquietudes de un sector de la población representaba un rompimiento con el multiclassismo de la política venezolana anterior a 1989, cuando el país se caracterizaba por su fluidez de clases. **La solidificación de las actitudes y posiciones de las clases después de 1989, aunque ciertamente estaba lejos de ser absoluta, suministró el marco social para el surgimiento del chavismo** [grifo nosso] (HELLINGER in ELLNER, HELLINGER, 2003, p. 73)

Entretanto, mais do que a referência a uma classe social no sentido marxista do termo, o bolivarianismo se constitui fundamentalmente a partir da referência aos pobres – legado das tradições nacionalistas de *Nuestra América*. Trata-se de uma base muito instável e desorganizada. Condição que iria se transformando ao longo e com o apoio do governo.

O primeiro mandato de Chávez orientou-se mais para mudanças políticas do que econômicas. Foi marcado por eleições, referendos e plebiscito. A *Asamblea Nacional Constituyente* reconheceu os direitos indígenas, ambientais, ampliou o conjunto de direitos sociais, reorganizou os poderes públicos com a incorporação do Poder Cidadão, integrado pela Procuradoria e pela nova figura da Defensoria do Povo, inaugurou formas participativas de exercício da democracia, reconhecendo mecanismos de participação direta, como as assembléias de cidadãos e cidadãs, entre outras coisas (LANDER⁵⁹ apud MARINGONI, 2004: 59). Segundo Luis Vieira, a tentativa de superação do modelo representativo liberal por parte da Constituição de 1999 pode ser percebida nos seguintes artigos: no papel assumido pelo referendo com atribuições para

⁵⁹ LANDER, Edgardo *et. al.* *Venezuela: Un Dialogo por la Inclusión Social y la Profundización de la Democracia*. Caracas, s/e, 2002.

revogar legislações aprovadas (artigo 70º)⁶⁰; no estabelecimento dos cinco poderes, somando aos tradicionais executivo, legislativo e judiciário, o cidadão e o eleitoral⁶¹; na extensão do espaço de formulação das leis para além da *Asamblea Nacional*, envolvendo os outros poderes citados, além de salvaguardar a atuação de um número determinado de eleitores inscritos (artigo 204º); e na quebra do monopólio da legalidade pelo legislador, destacando a necessidade de haver o exercício democrático da vontade popular (artigo 3º), através de uma série de mecanismos, tais como, além da eleição dos cargos públicos, também o referendo, a consulta popular, a revocatória do mandato, a iniciativa legislativa, constitucional e constituinte, a assembleias de cidadãos e cidadãs cujas decisões serão de caráter vinculante, entre outros (artigo 70º)⁶², para ficamos em alguns dos mais expressivos (VIEIRA in ORIQUES, 2005, p. 74-82; Constituição Bolivariana de 1999).

A Constituição de 1999, por outro lado, manteve a centralidade na figura do presidente e o intervencionismo do Estado na economia; reduziu o controle civil sobre os militares; permitiu a reeleição imediata; estendeu o mandato de 5 para 6 anos; e dissolveu o Congresso bicameral, transformando-o em uma única *Asamblea Nacional* (MCCOY in MCCOY & MYERS, 2004, p. 279-280).

A nova institucionalidade democrática, a partir de então, combina, portanto, a promoção da participação e do protagonismo cívico ao lado da manutenção de um executivo forte, personificado em sua liderança e que investe em canais extra-institucionais para aprofundar a relação direta com a sua base social⁶³.

No plano econômico, o governo manteve-se moderado, realista e pragmático, ou seja, manteve-se o pagamento da dívida externa e a dependência em relação à exportação do petróleo com parques investimentos na diversificação da produção e, além disso, a propriedade privada não foi contestada. A política social, por sua vez, também foi tímida até 2002. Nesses primeiros anos, sua carga de radicalização, portanto, ficou

⁶⁰ No caso, temos a lei submetida ao consentimento popular. Os referendos podem ser o consultivo, o confirmatório, o ab-rogatório e o revocatório (artigos 71, 72, 73 e 74).

⁶¹ Estes dois últimos foram construídos com a intenção de complexificar a relação de forças entre os tradicionais três poderes, inserindo instâncias de fiscalização e fomento à participação popular.

⁶² Lembrando que, na Constituição de 1961, a participação popular era restrita ao sufrágio universal e o exercício da soberania aos órgãos do poder público (VIEIRA in ORIQUES, 2005, p. 77).

⁶³ Com destaque para a mídia, em particular, o programa dominical *Aló Presidente* com duração de várias horas, no qual o presidente faz as considerações da semana e conversa com os cidadãos através do telefone. Além do programa, é válido ressaltar a relação estabelecida com as Forças Armadas, tornadas peças centrais na mediação entre o governo (em especial, o presidente) e a sociedade, sobretudo no âmbito dos programas sociais, como as *Misiones Sociales*, para os quais oferecem suporte físico, logístico e humano.

restrita realmente ao plano político. Houve também uma clara ruptura com a premissa *puntofijista* de dissolução dos antagonismos e diferenças e da omissão de possíveis conflitos em nome de uma estabilidade e unidade políticas. O novo governo bolivariano se baseia num posicionamento claro na luta de classes da sociedade venezuelana, a favor das classes mais pobres. Não há por parte do governo a menor intenção de apaziguar os conflitos entre as classes ou se colocar como um árbitro acima delas. Ao contrário, o que há é uma retórica que incentiva os antagonismos - apesar de na prática, em termos de política econômica, por exemplo, nesses primeiros anos não ter havido grandes esforços no sentido de mudança.

Desta forma, o clima de tensão social gerado pelas primeiras medidas do governo de Chávez se deu muito mais em função da incorporação das demandas populares e dos próprios populares na política do que propriamente a uma mudança radical nas estruturas do país. A esta altura, ainda não se sabiam os rumos que o processo de mudanças sociais ia tomar, daí o fato de não ser descartado um possível caminho revolucionário que, por sua vez, seria enunciado em 2001, no anfiteatro da Sorbonne, em Paris:

O que é esse processo? Uma sequência de transições [...] Trata-se de uma mudança de situação, para não ficarmos nas mudanças de Lampedusa, em que tudo muda para que continue igual. [...] Não, não se trata de uma transformação. É mais estrutural, um fenômeno mais integral e pleno que isso; é uma revolução, não há outro caminho a não ser uma revolução. A América Latina não tem outro caminho senão a revolução (CHÁVEZ apud MARINGONI, 2004, p. 203-204).

A partir de então, o governo deu início a uma série de reformas que tinha por interesse fazer avançar o processo. Neste mesmo ano, o presidente Chávez aprovou um pacote de 49 Leis Habilitantes⁶⁴ com intuito de reverter as reformas neoliberais postas em prática ao longo da década de 90. Entre as mais importantes podemos citar:

Lei de Terras, a Lei de Pesca e a Lei dos Hidrocarburos, Lei de Cooperativas, Lei Geral dos Portos, Lei do Sistema Microfinanceiro, Lei do Setor Bancário, Lei de Aviação Civil, Lei do Sistema Ferroviário, Lei de Segurança Cidadã, Lei de Zonas Costeiras, Lei de Gás e Eletricidade, Lei da Marinha, Lei de Caixas de Poupança, Lei do Turismo, Lei do Fomento e Desenvolvimento da Pequena e Média

⁶⁴ As Leis Habilitantes são um dispositivo, de caráter provisório, no qual as leis são aprovadas mediante a outorga do presidente. Para Maya, o uso das leis habilitantes foi um erro, pois comprometeu um debate mais aprofundado sobre o mérito das mesmas, além de ter repercutido na adesão de alguns setores ao *Paro Nacional* que trataremos a seguir (LÓPEZ MAYA, 2002b, p. 100).

Indústria, Lei do Estatuto da Função Pública e Lei de Licitações, entre outras (MARINGONI, 2004, p. 73).

Dessas leis, três leis, em especial, merecem destaque: a *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*, a *Ley de Pesca y Acuicultura* e a *Ley Orgánica de Hidrocarburos*. A *Ley de Tierras* criou o *Instituto Nacional de Tierras/INT* e deu início a uma Reforma Agrária que desencadeou um conflito envolvendo as grandes organizações de produtores (FEDENAGAS, FEDEAGRO, FEGALAGO etc.), camponeses e o Estado. Os primeiros reivindicavam que as terras que o Estado utilizou para a Reforma eram, na verdade, privadas e produtivas. No entanto, muitas destas terras foram apropriadas por essas iniciativas privadas ao longo de décadas à revelia do Estado e, portanto, os proprietários não detinham a documentação necessária para evitar a desapropriação. Essas federações receberam amplo apoio da maior organização empresarial do país, a FEDECAMARAS.

Já a *Ley de Pesca* gerou também um grande impacto, pois atendeu às reivindicações históricas dos pescadores que viam seu espaço de trabalho cada vez mais dominado pela pesca industrial e predatória. Esta lei garantiu e ampliou espaços exclusivos para a pesca artesanal. A FENAPESCA (federação que representa as empresas envolvidas no ramo da pesca industrial) entrou com recursos na Justiça alegando a inconstitucionalidade da lei.

Finalmente, a *Ley de Hidrocarburos* representou um fortalecimento do controle estatal sobre a produção petroleira. Teve por objetivo reverter o grau de autonomização adquirido pela PDVSA ao longo da década de 90. Estabeleceu-se o “aumento dos repasses a título de *royalties* e impostos que o Estado, como seu único proprietário deve receber” (MARINGONI, 2004, p. 76).

A virada do governo pode ser vista também em outras medidas: a) no fomento à formação de cooperativas de trabalhadores e vizinhos. Segundo Ellner, em maio de 2005, 300 mil trabalhadores desempregados se graduaram na *Misión Vuelvan Caras* e, a partir dali, formaram várias cooperativas urbanas e rurais, recebendo investimentos do governo (ELLNER, 2006, p. 85); b) nos incentivos à cogestão em empresas nacionais e privadas. O projeto *Empresas de Producción Social/EPS*, encabeçado pelos *Ministerios para la Economía Popular/MINEP* e *para las Industrias Básicas y Minería/MIBAM*, é expressão dessa iniciativa do Estado de estabelecer a gestão conjunta com os trabalhadores. A estatal CVG ALCASA (*Aluminios Catalán S. A.*) é uma experiência-

modelo do programa. Além desta, há exemplos de empresas recuperadas, isto é, empresas falidas que foram nacionalizadas e/ou reabertas a partir de uma aliança entre trabalhadores e o Estado. Segundo Paulo Marques, com base em um boletim publicado pela CVG ALCASA em 2005, “já foram desapropriadas mais de uma centena de empresas que estavam fechadas para reabri-las como Empresas de Produção Social” (MARQUES, 2006, p. 38); c) na delegação/atribuição de papéis deliberativos e executivos a comissões de moradores - como os *Comités de Tierras* (encarregados de realizar reconhecimento de terrenos, distribuição de títulos de terra a residentes de longa data e delimitar áreas públicas com fins recreativos) e *de Agua* (cuja função é a formulação e execução de projetos de obras públicas em comunidades) (ELLNER, 2006, p. 86), d) no desenvolvimento do projeto das *Misiones Sociales*⁶⁵, e) e no incentivo à formação dos próprios *Consejos Comunales* que analisaremos em detalhe adiante.

Como repercussão dessas medidas, explodiu em 2002, uma série de protestos, entre os quais, locautes de comércio, *Paros Nacionales* (greves) e a tentativa de golpe de Estado em abril. Como Vicente Ribeiro nos chama atenção,

[...] o primeiro período do governo Chávez pode ser caracterizado como de mudanças institucionais, cujas disputas definiram-se, sobretudo no terreno eleitoral. A partir de 2001, suas medidas passam a afetar os principais setores da classe dominante, abrindo um período de aguda disputa hegemônica (RIBEIRO, 2008, p. 3)

A FEDECAMARAS e a CTV foram as principais forças por trás da convocação dos *Paros Nacionales*, em 10 de dezembro, quando da aprovação por decreto das 49 Leis Habilitantes e no dia 9 de abril, este último durando até o dia 11, quando estourou o golpe de Estado. Liderado por Pedro Carmona, presidente da FEDECAMARAS, o golpe contou também com amplo apoio da mídia (nacional e internacional) e das classes médias.

Maringoni chega a dizer que o Golpe de 2002 foi midiático: "a maneira como as marchas opositoras são mostradas - de modo a sempre inflar o número de participantes - e a quase total ausência da cobertura de manifestações pró-governo

⁶⁵ As *Misiones Sociales* foram nosso objeto de pesquisa em trabalho monográfico para obtenção do título de Bacharel em História, com o título “Misiones Sociales e Poder Popular na Venezuela Bolivariana” (2008), pela Universidade Federal Fluminense. São programas sociais que associam as reformas à atuação protagônica e organizada das classes populares Cf. Capítulo 3 desta dissertação.

formam apenas um dos muitos aspectos envolvidos no papel da mídia" (MARINGONI, 2004, p. 32-33).

Durante o mês de abril desse ano, as emissoras, em aliança com os golpistas, prepararam a antesala do golpe. Trocaram sua programação regular por discursos *antichavistas* e convocações aos espectadores para ocupar as ruas: "Que se vá!" e "Nenhum passo atrás. Saia!".

Mais um exemplo do relevante papel da mídia no golpe está no fato de que, na noite em que os conspiradores deram o golpe, eles se reuniram nos estúdios da *Venevisión*, de onde comemoraram abertamente a "renúncia" de Chávez e assinaram o decreto que empossou Carmona e dissolveu a *Asamblea Nacional*. Diante de um quadro não muito claro do que aconteceu, já que não houve uma renúncia oficial e sim o desaparecimento do presidente, a população começou a reagir. A mídia, contudo, promoveu um apagão noticioso. Segundo Andres Izarra, na época gerente de produção da RCTV, ele teria recebido ordens para não veicular qualquer informação "sobre Chávez, seus ministros ou qualquer pessoa que possa ser relacionada a ele". Quando o "palácio [Miraflores] foi retomado pelos *chavistas* e o presidente retornava, as notícias foram trocadas por *Pretty Woman* e desenhos de Tom e Jerry" (COSTA, 2007, p. 30).

Vale notar a complacência da mídia internacional e, inclusive, de Estados Nacionais, com relação ao golpe. Estados Unidos, Espanha e Peru saudaram explicitamente a posse de Pedro Carmona. Segundo o *The New York Times*, a derrocada de Chávez representou uma queda do preço dos barris de petróleo. *El País* e *O Estado de São Paulo* também engrossaram as fileiras desta propaganda *antichavista* e a favor do golpe. Como Maringoni menciona em seu livro, este último jornal atribuiu ao golpe o caráter de um movimento cívico-militar para depor um governo contrário à institucionalidade democrática (MARINGONI, 2004, p. 43).

O retorno de Chávez ao poder não significou o fim das mobilizações. No dia 2 de dezembro, a oposição deu início a um novo *Paro Nacional*. Este último, conhecido como o *Paro Petrolero* - pois contou com, entre outras empresas, a paralisação da PDVSA - que durou dois meses, acarretando sérios danos para a economia. Estima-se que cerca de US\$7 bilhões saíram do país nesse período.

El plan [do *Paro Petrolero*] no era un gran secreto. Parando la producción de petróleo y otras mercancías (incluyendo la cerveza) y luego cerrando las escuelas y hospitales del país, aquellos que apoyaban la huelga esperaban que el caos resultante separara a la

mayoría del país de Chávez y lo obligara a renunciar o, como mínimo, a convocar elecciones inmediatas. Como de costumbre, estaban confiados en que las ganarían y volverían al poder. Por supuesto que tuvieron éxito en crear caos, pero una vez más les salió el tiro por la culatra (ALI, 2007, p. 84).

Foi em reação a este *Paro* que o governo, numa ofensiva, retomou o poder sobre a PDVSA. Mais de 5 mil funcionários foram demitidos até o final de janeiro de 2003 sob a acusação de “sabotadores”, incluindo a diretoria da empresa. No total, segundo Maringoni, foram demitidos 18 mil funcionários, entre grevistas e funcionários considerados supérfluos (MARINGONI, 2004, p. 189).

Todo esse clima de tensão culminou então na convocação de um referendo revogatório, que acabou sendo realizado em 2004, no qual Chávez, debilitado, se viu ameaçado de perder o cargo de presidente. Foi então, a partir dali, contando agora com os recursos advindos da PDVSA e com intuito de fortalecer suas bases de apoio, que o governo voltou-se, finalmente, para os programas sociais, os quais tiveram uma importante expressão nas chamadas *Misiones Sociales*. Deste modo, imprime-se um novo sentido à redistribuição dos recursos advindos do petróleo, agora voltado para a diminuição das desigualdades sociais e para a melhoria das condições de vida das classes populares. Mas apesar de algumas mudanças, muitas das vulnerabilidades presentes no regime de *Punto Fijo* permanecem como vulnerabilidades do novo regime bolivariano.

Uma destas é que o governo continua dependente das rendas do petróleo para avançar com o seu processo transformador. Algumas medidas mais radicais tentaram ser adotadas como, por exemplo, com a derrotada Reforma Constitucional de 2007, aprovada na *Asamblea Nacional*. Na ocasião, previa-se, entre outras coisas, a institucionalização de outros tipos de propriedade, para além da propriedade privada – como as *propiedades comunales* –, o fim da autonomia do *Banco Central*, a proibição dos latifúndios e monopólios, a redução da jornada de trabalho para 6h, a extensão da seguridade social aos trabalhadores informais e a autonomia das universidades. Porém, alguns pontos polêmicos da reforma, como os referentes às reeleições consecutivas, à concentração de super-poderes nas mãos do presidente da república incluindo o direito de decretar estado de exceção sem necessitar da aprovação do Superior Tribunal de Justiça, entre outros, contribuíram para perdesse no referendo ao qual foi submetida.

Posteriormente, o governo acabou conseguindo aprovar algumas dessas medidas em um novo referendo, não mais em bloco, e, por sua vez, a questão da reeleição

indefinida foi aprovada, em 2009 - razão de críticas nas mídias devido ao fato de considerarem que isso representava uma escalada autoritária do governo.

As mídias, cada vez mais, constituem-se como os principais espaços da batalha política, o que pode representar, mais uma vez, um enfraquecimento suplementar das instituições políticas. Não há diálogos entre governo e oposição. Cada um reproduz apenas um lado da história e o outro é demonizado. Em vez de argumentos, há acusações. Em momentos críticos como os referendos – que geralmente são baseados numa resposta sim ou não – a sociedade se divide de maneira bipolar e o enfrentamento nas ruas é comum, com passeatas reunindo milhares de cidadãos de ambos os lados.

O executivo torna-se cada vez mais forte e personalizado – sobretudo depois da aprovação da reeleição indefinida – e o povo é conclamado cada vez mais a se posicionar e a participar de alguma forma da construção deste *Socialismo del Siglo XXI*. Os ganhos sociais aumentam significativamente, mas a economia continua presa ao petróleo e muitos problemas estruturais da sociedade venezuelana persistem⁶⁶.

Um dos maiores diferenciais do governo bolivariano tem sido, em grande medida, o incentivo à participação popular propriamente dita. Além dos dispositivos constitucionais que visam a fomentar a participação nas instituições políticas, a participação popular tem sido determinante nos momentos mais críticos: nos referendos, durante as greves convocadas pela oposição, na reversão do golpe de Estado de 2002 e nos comícios, passeatas e manifestações públicas das mais variadas.

É sobre este aspecto, em particular, que vamos nos debruçar com maior profundidade, isto é, a participação popular – que nos últimos anos vem ganhando o contorno de uma “democracia participativa e protagônica”. Como já tivemos a oportunidade de mencionar, o objetivo é observar como este processo se manifesta na prática a partir do estudo de caso de um bairro de Caracas. Deste modo, antes de aprofundar uma reflexão sobre esta experiência em particular, acreditamos ser necessária e interessante, uma viagem pela história da *Parroquia 23 de Enero*, para compreendermos um pouco mais as tradições que antecedem à chegada de Chávez ao poder e, com isso, observarmos sob uma outra perspectiva os sentidos que este novo governo e que este projeto foram adquirindo neste território - palco de intensas lutas sociais e, hoje, considerado como um dos grandes bastiões do governo.

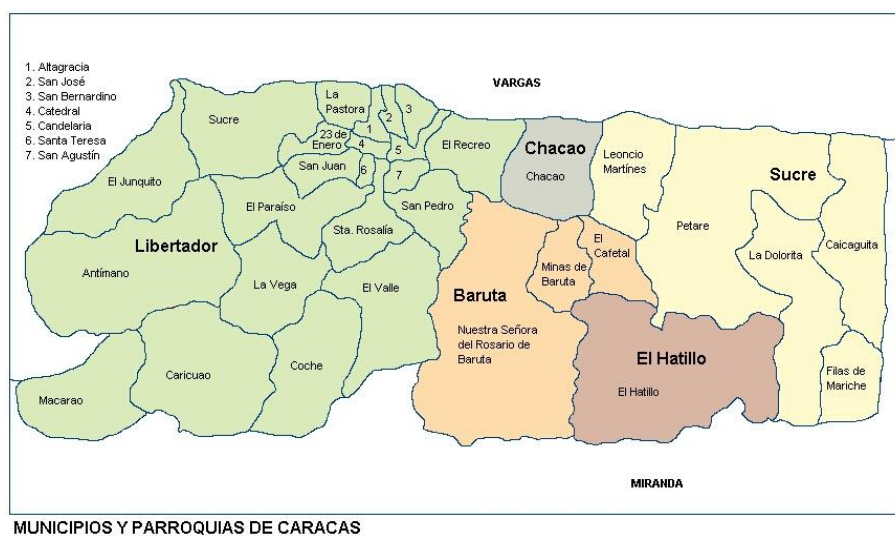
⁶⁶ A violência é um deles. Caracas se mantém como uma das capitais mais violentas do mundo. Além disso, o preço irrisório do combustível sustenta o consumo perdulário; a crise de abastecimento alimentar; o confronto com a mídia - sendo o governo acusado de programar censuras e perseguições; a denúncia de haver presos políticos, entre outros.

2. Parroquia 23 Enero: História das Lutas Sociais em um Bairro de Caracas

2.1. Prazer, 23 de Enero

Durante a pesquisa para nossa monografia de conclusão de curso sobre as *Misiones Sociales* na Venezuela, um dado chamou atenção: a significativa incidência deste projeto numa *parroquia* chamada *23 de Enero*, localizada no Município Libertador, na zona oeste da região metropolitana de Caracas⁶⁷.

Figura 1



MUNICIPIOS Y PARROQUIAS DE CARACAS

Mapa dos Municípios e Parroquias de Caracas

[Fonte: www.fonisol.com/es/venezuela/ - consulta em 18/05/2011]

Como as *Misiones Sociales* estão fortemente atreladas à organização popular, era possível deduzir que se tratava de uma região que contava com algum tipo de organização local. Outra evidência desse aspecto é que essa mesma *parroquia* já foi tema de vários documentários, dentre eles, *Otra Maneira é Possível... na Venezuela* (2002) de Elisabetta Andreoli, Gabriele Muzio e Max Pugh, no qual foram feitas várias entrevistas com lideranças da região, além de um passeio pela comunidade; *Venezuela Rising: A Lesson in Participatory Democracy* (2006), dirigido por Jennifer Wager, que

⁶⁷ Caracas está localizada no Município Libertador (Distrito Capital), porém a chamada Zona Metropolitana de Caracas (Grande Caracas) abarca também os municípios de Baruta, Chacao, El Hatillo e Sucre. O Palácio Miraflores está localizado na *Parroquia Catedral*. No Município de Chacao estão algumas das parroquias mais ricas de Caracas, como Altamira e Chacao. A Parroquia 23 de Enero faz fronteira ao leste com a *Parroquia Catedral*; ao norte com a Parroquia La Pastora, ao sul com a *Parroquia San Juan* e a oeste com a *Parroquia Sucre* (Cf. **figura 1**).

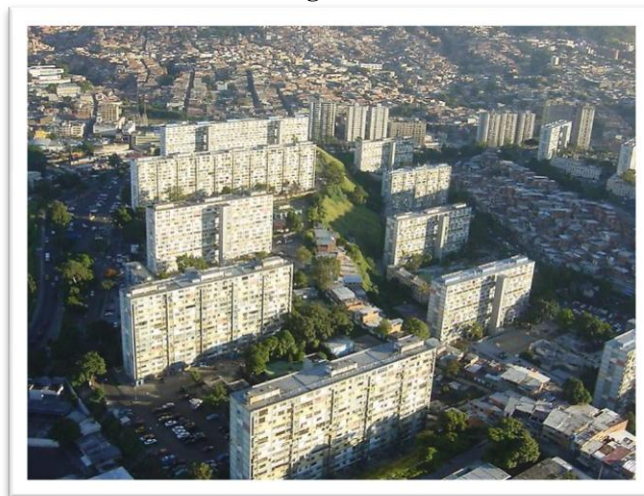
tem a *parroquia* como objeto central para analisar a mobilização popular em favor de Chávez no contexto do Referendo Revogatório de 2004; e o documentário *Fuego Bajo el Agua* (2009), de Lenin Brea e Nuria Vila, que fala sobre a história da *parroquia*, conhecida como *zona roja* pelos organismos de segurança do Estado por ser marcada por diversas lutas sociais. Chávez, em uma das aberturas de seu programa dominical *Aló Presidente*, assim classificou o bairro: “aquí vive el espíritu rebelde de un pueblo, el espíritu rebelde y eterno, la rebeldía perenne pudiéramos decir que radica, vive en estas montañas, en estos barrios del 23” (CHÁVEZ, 2010, nº 358, p.1).

Como nossa intenção neste mestrado era fazer uma discussão sobre poder popular e a “democracia participativa e protagônica” no contexto do *chavismo*, a *Parroquia 23 de Enero* nos pareceu um espaço interessante para se fazer um estudo de caso. Ao investigar sobre a região na internet, deparamo-nos com uma página chamada *El 23*, no endereço www.el23.net, idealizada e gerenciada por Gustavo Borges, que define o sitio como “colectivo de comunicación visual y social nacido en las entrañas de un barrio de la capital Venezolana, que encontró en la unión de estas dos herramientas la llave para explicar la ‘Retrospectiva de un Barrio latinoamericano’” (BORGES, 2009 – consulta em 19/05/2011). Nesse local, encontramos um pouco da história da *parroquia* e um rico conteúdo jornalístico sobre um conjunto de atividades políticas e comunitárias desenvolvidas pela comunidade, o que permitiu que tivéssemos acesso a um conjunto maior de informações sobre o bairro.

De igual forma, não faltam relatos de viajantes de todo o mundo – EUA, México, Argentina, Espanha, Noruega – falando sobre suas experiências no *23 de Enero* com grande destaque para a organização popular existente e seus murais políticos que fazem referência às lutas revolucionárias e ao “espírito do 23” – data na qual o ditador Marcos Pérez Jiménez (1952-1958) foi derrubado depois de ampla mobilização popular. Che Guevara, Simón Bolívar, Simón Rodríguez, o movimento de Chiapas, Ali Primera e os chamados “*combatientes del 23*” (aqueles que morreram nas lutas sociais travadas na *parroquia*), compõem os vários painéis distribuídos por toda a região.

Além disso, o 23 é conhecido também por seu perfil arquitetônico. Os grandes blocos de edifícios, ou *bloques*, idealizados por Carlos Raúl Villanueva nos anos 50, durante a ditadura do próprio Pérez Jiménez, chamam a atenção de qualquer viajante que chega a Caracas e podem ser vistos de diferentes pontos da cidade. Os terraços e as centenas de apartamentos foram espaços profícuos para a atuação da luta armada ao longo da segunda metade do século XX.

Figura 2

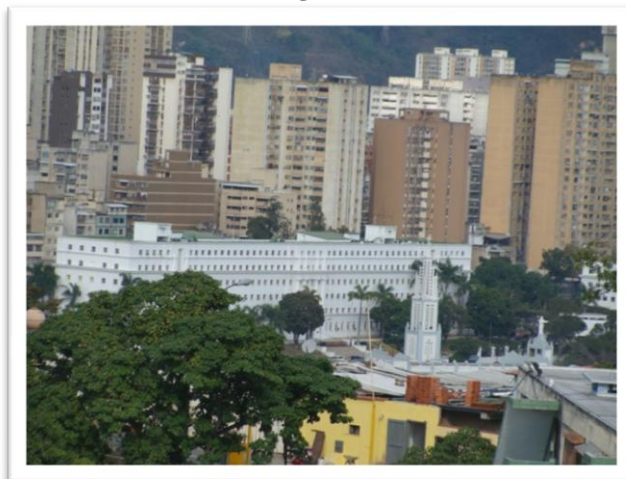


Clássica foto panorâmica do 23 de Enero com seus bloques e barrios
[Fonte: www.el23.net – consulta em 20/05/2011]

Localizada na interseção do centro com a zona oeste, próxima ao Palácio Miraflores, a *Parroquia 23 de Enero* foi palco de intensos conflitos. Durante o período da IV^a República (1958-1998) era conhecida como uma trincheira de resistência ao governo e, portanto, viveu anos de intensa repressão. Já nos tempos de Chávez, tornou-se um dos mais simbólicos bastiões de sustentação do governo, a ponto do próprio presidente ter transferido sua zona eleitoral para o *Liceo Manuel Palacio Fajardo*, na *Zona Central* da *parroquia* e de ter realizado, pelo menos, quatro programas *Aló Presidente* na região⁶⁸. Reza a lenda popular que, hoje, o 23 de Enero teria a função de proteger o Presidente em seu palácio, dada a proximidade geográfica.

⁶⁸ O programa n° 179, na *Plaza Cristo Rey*, em 25/01/2004; o programa n° 227, na sede do INCE (Instituto Nacional de Capacitación y Educación), em 03/07/2005; o programa n° 359, em *Monte Piedad*, em 30/05/2010; e o programa n°369, no setor *Flores de Catia*, em 09/01/2011. Destaque também para o programa n° 363, quando o Presidente, via satélite, inaugurou uma Empresa de Propriedade Social (Empacotadora de Açúcar El Panal 2021), na *Zona Central* do 23 de Enero, em 09/08/2010.

Figura 3



Vista para o Palácio Miraflores do setor *La Piedrita, Parroquia 23 de Enero*
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2010)]

A existência de *colectivos políticos*, organizações armadas egressas da guerrilha urbana que se desenvolveu ao longo dos anos 60 e 70 e do combate ao narcotráfico nos anos 80 e 90, torna a *parroquia* um dos lugares mais temidos pelo cidadão comum e, ao mesmo tempo, mais emblemático da luta popular, conforme veremos em detalhe ao longo deste capítulo.

Apesar do último Censo de 2001 afirmar que se trata de uma região com cerca de 80 mil habitantes, outras estimativas contabilizam uma população que varia de 200 a 500 mil pessoas⁶⁹. Para chegarmos a estes números, podemos fazer o seguinte cálculo: os *bloques* (38 *superbloques* de 15 andares que variam de 150, 300 e 400 apartamentos, além de 42 *bloques pequeños* de 4 andares) somam mais de 9.000 apartamentos construídos **originalmente** para atender a uma população aproximada de 60 mil habitantes. Em 1971, o *Informe Nacional de Barrios da Fundacomun* estimava uma população de 113.865 mil habitantes (PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 77). Quer dizer, ao longo da segunda metade do século XX, esta população obviamente cresceu e, além disso, nas chamadas “áreas verdes” dos edifícios se multiplicaram dezenas de *barrios* – ou seja, comunidades formadas por casas construídas de maneira improvisada, unifamiliares, bifamiliares e multifamiliares. Atualmente são mais de 30 *barrios* ao redor dos *bloques* com centenas de moradias cada um.

A *Parroquia*, portanto, tem a população de uma pequena cidade, apesar de seus 2,31km². Dentre os seus principais setores, podemos destacar: no extremo leste (onde

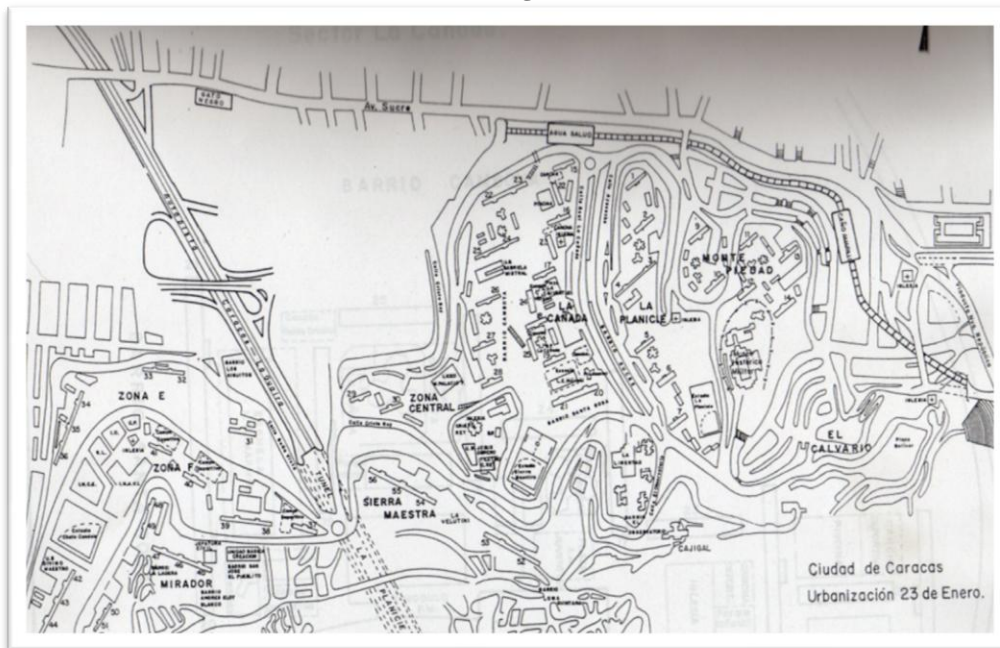
⁶⁹ Em 2007, havia uma estimativa de 500 mil habitantes (In: www.el23.net – consulta em 18/05/2011). Já o *Concejo Metropolitano de Planificación de Políticas Públicas/CMPP*, estima em 200 mil (In: cmpp.gob.ve – consulta em 18/05/2011).

faz fronteira com a *Parroquia Catedral*, *Caño Amarillo*, *Monte Piedad* (*Bloques 1 ao 14*) e *La Planície* (*Cuartel Cipriano Castro*). Mais a oeste, próxima à estação de metrô *Agua Salud* (principal acesso à *Parroquia*), na *Avenida Sucre*, onde faz fronteira com a *Parroquia La Pastora* (base da montanha para onde cresceu o *23 de Enero*) está uma região mais cêntrica, onde se localizam os setores *Barrio Sucre*, *La Cañada* (*Bloques 15-21*) e *Zona Central* (*Bloques 22-30*). Para subir a montanha partindo de *Agua Salud*, temos duas vias principais: pela esquerda, pela *Calle Real La Cañada*, que divide o *Barrio Sucre* do setor *La Cañada* (à esquerda está o *barrio* e à direita estão os *bloques*) e pela direita, pela *Zona Central*. Na primeira opção, no final da rua está uma interseção (redoma): à esquerda, segue-se para *Monte Piedad*; ao nordeste para *La Planície*; ao noroeste para o *Observatório Cagigal*; e à direita, para o setor *Sierra Maestra* (*Bloques 54-56*). Este último é cortado pela rua principal *Sierra Maestra* que termina em uma nova interseção. No começo desta rua, na esquina, junto à redoma, está o setor *La Libertad*, um conjunto de edifícios menores construídos nos anos 80. Se subirmos a montanha pelo leste, pela *Zona Central*, chegamos à mesma interseção (redoma), na qual termina a *Calle Sierra Maestra*. Continuando na direção leste, há três ruas principais que correspondem a “três andares” de uma mesma encosta: mais abaixo, *Zona E* (*Bloques 31-36*); *Zona F* (*Bloques 37-44*); e, mais no topo, *Mirador* (*Bloques 45-51*), todos os três setores têm saída para a *Parroquia Sucre*; finalmente, no extremo norte, está localizado o setor *Observatório* que vai desde o *Observatório Cagigal* citado anteriormente até *Mirador* (onde faz fronteira com a *Parroquia San Juan*).

Vale lembrar que nos setores onde estão identificados os *bloques*, há também a existência de dezenas de *barrios* no seu entorno. Para citarmos alguns, no setor *Monte Piedad*, além dos *bloques*, há os *barrios El Carmen*, *El Descanso*, *El Limón*, *Los Hornitos*, *Museo Histórico Mata Palo*, *El Redentor*, entre outros. No setor *Sierra Maestra* há os *barrios Brisas a Primavera*, *La Piedrita*, *Santa Clara*, *Santa Rosa*, *El Porvenir*, *Santa Eduvigés*, *Las Veredas*, *Los Arbolitos*, *Cristo Rey* e outros. Na *Zona Central*, há o *barrio Camboya*, *El Diamante*, entre outros. No setor *Mirador*, há o *El Pueblito*, *La Ladera*, *Ladera Dos*, entre outros. Na *Zona E*, há o *barrio Los Higuitos*. No *Observatório*, *Las Delicias*, *La Piñas*, *El Viento*, *Alfredo Rojas*, *Andrés Eloy Blanco*, *Cagigal*, *Puerta Grande*, *El Cañol*, e assim por diante.

O mapa abaixo pode ilustrar um pouco melhor este panorama geográfico da *Parroquia* com suas respectivas zonas.

Figura 4



Mapa da Parroquia 23 de Enero

[Fonte: fotocopiado da seção de mapas do Concejo Municipal de Caracas]

Como podemos observar, a *Parroquia* possui várias entradas e saídas, o que a torna ainda mais estratégica do ponto de vista das lutas sociais. Por mais que tenha sido projetada com ruas largas por onde fosse possível transitar veículos militares, como tanques, esta “arquitetura de controle” não foi suficiente para impedir barricadas, queimas de pneus, de lixo, de veículos, durante as manifestações que ocorreram, principalmente, durante a IVª República – período no qual o Estado de Sítio foi proclamado 21 vezes.

Já durante o governo Chávez, com seus sistemáticos incentivos à formação de instituições de base nas comunidades mais pobres, a partir da defesa da construção de uma “democracia participativa e protagônica”, a *Parroquia 23 de Enero* acabou se revelando como uma das que melhor respondeu ao chamado do Presidente, devido à sua longa trajetória de organização, o que faz da mesma um objeto interessante para se refletir sobre a dinâmica *desde abajo* das lutas populares na Venezuela antes e depois de Chávez⁷⁰.

⁷⁰ Destacar que a *Parroquia 23 de Enero* é considerada como um reduto *chavista*, não significa dizer que todos os seus moradores apóiam o governo. Ao contrário, há muitos anti-*chavistas* também – que, no entanto, encontram poucos espaços para se expressar. Essas tensões ficarão evidentes ao longo deste e do próximo capítulo.

2.2. Da História às Historias: Memórias Subterrâneas do 23 de Enero

Quando perguntamos a muitos moradores a respeito da origem da *Parroquia 23 de Enero*, a grande maioria começou a história com o mega projeto habitacional do ditador Marcos Pérez Jiménez (1952-1958). Talvez, o peso do nome, data na qual o ditador foi derrubado, torne imperativo uma referência à origem não daquela região em si, mas daquela região enquanto *23 de Enero* propriamente dito. Outra razão pode ser o fato da maior parte dos entrevistados ter entre 30 e 50 anos e suas famílias terem ido viver no 23 a partir de Pérez Jiménez ou mesmo posteriormente à sua queda - portanto, um passado mais longínquo teria se perdido com a construção dos grandes *bloques*.

Por outro lado, as monografias às quais tivemos acesso – uma delas contando com mais de mil páginas de entrevistas transcritas feitas nos anos 80 - que falam sobre os “antecedentes históricos” da *parroquia*, tampouco nos oferecem muitas contribuições a respeito desse passado. A maior parte das referências ao assunto é recopilação de dois artigos de um livro de cerca de 80 páginas, organizado pela *Fundación para la Cultura y las Artes de la Alcaldía de Caracas/FUNDARTE*, fruto de um projeto sobre a história dos bairros de Caracas. Chama-se *El 23 de Enero* e não tem data de publicação, mas seu prefácio é de 1990.

Portanto, a História Oficial da *parroquia* teria início a partir da construção dos *bloques* pelo ditador. Porém, gera certo desconforto aceitar que o nascimento do *23 de Enero* tenha sido realmente por decreto, de fora, por um ditador, para construir um grandioso complexo habitacional. Ora, antes da construção dos grandes *bloques* de concreto, não havia ali um território desabitado, mas sim famílias, casas, ruas, lendas, cultura, histórias. Não podemos sequer entender o significado do seu nome, sem compreendermos a história daqueles sujeitos que estavam à frente daquele movimento.

A própria viabilização do projeto de Pérez Jiménez foi feita com o suor de muitos moradores daquela região, conforme destaca o historiador José Roberto Duque em seu blog *El Discurso del Oeste*:

la Historia oficial, incluso en este tiempo, sigue glorificando y escribiendo con letras doradas el nombre del señor arquitecto que se copió de Le Corbuisier, pero en ninguna parte están escritos los nombres del señor que metió el cableado en el bloque 20-21, el obrero que se mató al desprenderse un andamio en el bloque 9, la señora que le cocinaba el desayuno cada día a los hermanos que frisaron y pintaron el bloque 50, los hombres y mujeres que organizaron la

primera Asociación de Vecinos en el Siete Machos, los fundadores de la primera línea de transporte [...] Estos detalles y personajes anónimos son los que le dan forma a la Historia del Pueblo del 23 de Enero [...] (DUQUE, 2010 – consulta em 19/05/2011).

Além disso, será que a remoção das moradias para a construção dos *bloques* não encontrou algum tipo de resistência por parte da população? Se houve, por quais razões? Quais garantias aqueles moradores tinham que seriam realocados? E os anos de história que estavam sendo postos abaixo? Como reagiram as diversas organizações civis e políticas que já haviam se constituído naquela região?

Apesar de não contar com muitos recursos para recuperar essa história, acreditamos que esta deveria fazer parte desse capítulo, mas sem a roupagem de “antecedente histórico” e, sim, como parte do processo de construção da representação da *parroquia* como um terreno de lutas políticas e organização popular.

Para tanto, não basta analisarmos o desenvolvimento de seu comportamento político, mas recuperar os valores, normas, crenças, tradições, em suma, o universo cultural comum que é partilhado por esse grupo de moradores, num processo de consolidação que atravessou gerações. A partir das tradições da “descrição densa” da antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1973) e aprimorado com as contribuições de Jean-François Sirinelli e Berstein (1998) a respeito de seu conceito de “cultura política”, passamos a compreender os sentidos da organização popular e da participação política a partir de um leque mais amplo de dimensões. Nesse sentido, torna-se imprescindível o resgate atento e aprofundado deste passado mais longínquo onde esses traços começaram a ser delineados, bem como seu processo de desenvolvimento, sem perder de vista a pluralidade que lhe é inerente, tanto no que diz respeito aos diferentes sujeitos envolvidos, quanto aos diversos sentidos que esta representação vai adquirindo ao longo do tempo de acordo com as demandas do presente.

Portanto, só podemos compreender o significado do dia 23 de janeiro de 1958 – e seus desdobramentos futuros – para a *Parroquia* se recorrermos a esta história prévia quando estavam se constituindo suas tradições de organização. Afinal, a queda do ditador não foi vivida somente pelos moradores daquela região, mas contou com a participação de amplos setores da sociedade. Por que, então, teve um significado diferente para aqueles moradores do então conjunto habitacional *Dos de Diciembre* a

ponto de fazer com que eles mudassem seu nome para o dia da queda do ditador que a princípio foi o responsável pelo seu nascimento⁷¹?

A construção dos *bloques* e *supebloques* – processo que falaremos mais adiante – significou, em grande medida, a remoção e a demolição de muitos “pontos de referência”, para utilizarmos os termos de Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 1990) ou “lugares de memória”, segundo Jacques Le Goff (LE GOFF, 1996), de muitas famílias que se instalaram naquela região às próprias custas, levantando suas casas com seu suor e trabalho, construindo suas histórias, sem qualquer auxílio do Estado - um processo que teve início no final do século XIX e se estendeu até os anos 50, quando do início das obras do projeto *perejimenista*.

Por baixo da inauguração da primeira etapa da *Urbanización*⁷² *Dos de Diciembre*, em 1955, jaziam, portanto, várias histórias que começaram muito antes da data oficial e se mantiveram vivas como “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989 e 1992) – memórias que são aspectos constituintes do processo de formação da cultura política local⁷³. Michael Pollak destaca que, em momentos de crise, essas memórias subterrâneas, subalternizadas, que coexistem com a memória oficial, entram em disputa e concorrem com esta última. É provável que o dia 23 de janeiro de 1958 represente um desses momentos de crise, no qual foi possível que uma dessas memórias subalternizadas ganhasse força a ponto de apropriar-se do maior feito do ditador, convertendo-o em um símbolo de luta e combatividade que, diga-se de passagem, não nasceu nos sucessos daquele dia, mas advêm de uma tradição pouco conhecida daqueles homens e mulheres, pioneiros, que deram vida àquela região no oeste da capital.

A título de ilustração, por exemplo, Leonardo Aguerrevera, habitante do setor La Libertad nos anos 80, dizia que “en el año de 1958, el 23 de Enero era una de las parroquias más luchadoras de Caracas [...] Se veía el saqueo, la violencia, la quema de caucho, la tachuela, la movilización, el niple, la bomba molotov, que para esa época era una bomba incendiaria” (AGUERREVERA in PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 57).

⁷¹ A mudança de nome não foi exclusiva da *parroquia* em questão. Outras regiões no país embarcaram na onda comemorativa à queda do ditador Marcos Pérez Jiménez e também mudaram seu nome para essa data por razões que não cabem na presente dissertação. Ainda assim, a *Parroquia 23 de Enero*, de Caracas, pode ser considerada a mais emblemática desta representação haja vista seu reconhecimento nacional e internacional como um bastião de lutas políticas e movimentos sociais.

⁷² *Urbanización* é o equivalente a um conjunto habitacional.

⁷³ Angela de Castro Gomes tece importante contribuição ao trabalhar com o conceito de “cultura histórica” para pensar a leitura que os homens e mulheres fazem de seu passado no âmbito de uma determinada cultura política (Cf. GOMES, 2007).

Após a queda do ditador, um novo período se iniciou, novas tensões se formularam entre a memória oficial e a memória subterrânea da *parroquia*⁷⁴, entre a democracia *puntofijista* e a guerrilha urbana, entre o Estado e o povo. Neste ínterim, as representações da *parroquia* ganharam novas dimensões, se transformaram diante dos novos conflitos, mas evoluíram sem perder suas âncoras com o passado.

A intenção não é partir de um esforço teleológico que observa um determinado comportamento político no presente e vai buscá-lo no começo do século como se sempre estivesse ali ou fadado a acontecer. Ao contrário, trata-se de chamar atenção para o complexo processo social que está por trás da figura de Hugo Chávez e de seu governo, um processo que não tem início em 1998, mas há décadas atrás. Deste modo, podemos imprimir um novo sentido ao apoio e sustentação oferecidos ao Presidente no presente, escapando de soluções simplistas que analisam esta relação pela via *populista*, da alienação e manipulação das classes populares.

Portanto, em síntese, neste capítulo buscaremos perpassar de alguma forma todos esses momentos, observar as tensões entre transformações e continuidades, analisar os conflitos e compreender o complexo processo de consolidação dessa representação da *parroquia* como um espaço de organização política e de lutas sociais cujos desdobramentos foram os responsáveis pela escolha desta última para se fazer um estudo de caso para se pensar a prática social da “democracia participativa e protagônica”.

2.3. Um Convite

Durante os três meses que vivemos na Venezuela fazendo trabalho de campo tivemos que enfrentar um desconfortável silêncio a respeito da história de um lugar que é ícone de muitas lutas políticas e referência nacional e internacional de organização popular. Por essa tradição, acreditávamos que não faltariam referências ou estudos sobre a *Parroquia 23 de Enero*. Ledo engano. Para muitos moradores com quem conversamos de maneira informal, esse silenciamento tem um sentido político claro e tem a ver com a relação estabelecida entre a *parroquia* e os governos que sucederam à ditadura de Pérez Jiménez num processo que trataremos mais à frente.

⁷⁴ Mesmo dentro da *parroquia*, são várias as memórias que coexistem em permanente tensão.

É interessante notar que, conforme destaca Pollak, o silêncio ocupa um papel central na construção da memória e de maneira alguma é ingênuo. O não-dito é produto de um processo de seleção – consciente ou inconsciente – daquilo que vai representar um determinado grupo ou nação e responde fundamentalmente ao contexto no qual está imerso (POLLAK, 1992). Nos tempos de democracia *puntofijista*, o interesse dos estudos do meio acadêmico sobre a *parroquia* residia, sobretudo, na temática sobre a violência, epíteto da mesma durante estes tempos⁷⁵.

Por outro lado, com a crise do *Pacto de Punto Fijo*, o início da Vª República, a construção de novas Universidades (as chamadas Universidades Bolivarianas) e o apoio do governo a projetos voltados para a história dos *barrios* e das lutas sociais, houve uma inversão no sentido de uma busca por tornar as memórias subterrâneas em oficiais. Sobre este último aspecto, destacamos, por exemplo, a *Misión Cultura*, vinculada ao *Ministério del Poder Popular para la Cultura*, que recentemente esteve engajada em um projeto de *Histórias Locales*, baseado em depoimentos de moradores de uma dada região com intuito de resgatar uma história até então não-oficial e contribuir para a construção de uma identidade local. Na *Parroquia 23 de Enero*, houve também outro projeto apoiado pela FUNDARTE, coordenado por Gustavo Borges e José Roberto Duque, no qual foram feitas várias entrevistas com os moradores e registradas em arquivos audiovisuais. O acesso a este material ainda é limitado, porém, abre uma importante brecha para se discutir as outras histórias que fazem parte da grande História da *parroquia* sobre as mais variadas dimensões da região, com destaque para suas organizações de base e produções artísticas (em especial, os murais políticos pintados nas paredes dos edifícios).

O curto espaço de tempo de pesquisa na Venezuela e o fato do cerne desta dissertação ser o de analisar, em particular, a experiência dos *Consejos Comunales*, nos impediram de debruçar de maneira mais aprofundada no resgate dessa história que pouco a pouco começa a ser contada, em especial, aquela que antecede à ditadura de Pérez Jiménez. Um caminho que poderia ser trilhado a partir da análise de cronistas de época, da história oral e da consulta a jornais. Este é um trabalho que ainda precisa e merece ser feito. Lançamos aqui mais uma sistematização em relação ao que já foi

⁷⁵ Na *Universidad Central de Venezuela/UCV*, por exemplo, persiste até hoje um distanciamento dos estudantes em relação às temáticas relacionadas aos movimentos sociais. Inclusive, os estudantes universitários dos centros tradicionais de ensino (*UCV*, *Universidad Católica Andrés Bello* e outras) são um dos mais importantes segmentos de oposição ao governo - questão que merece uma discussão mais aprofundada, mas que, para esta dissertação, é tocada apenas superficialmente no capítulo seguinte.

escrito, com a expectativa de que essa provocação surta efeitos e contribua para o desenvolvimento dessa pesquisa em momentos seguintes.

2.4. O Passado Presente

O território que atualmente corresponde à *Parroquia 23 de Enero* fez parte, até os anos 60, da *Parroquia Catedral* e da *Parroquia Sucre* e era composto, inicialmente, pelos *barrios Monte Piedad, Colombia, Canarias, La Cañada, La Planicie, Cerro de Belén, Las Flores e Puerto Rico* (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 16).

Monte Piedad foi uma das primeiras *barriadas*⁷⁶ construídas ao final do século XIX, durante o governo do presidente Joaquín Crespo (1892-1898), nas margens da ferrovia *Caracas-La Guaira*⁷⁷. Segundo Mirna Pacheco *et al.* e Manuel Mir *et al.*:

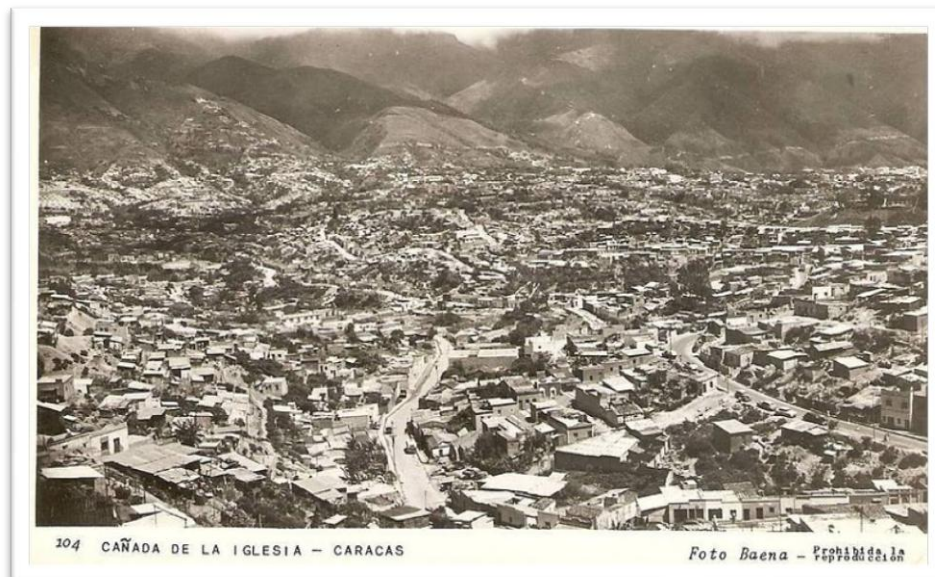
sus calles eran de tierra y las viviendas escasas, algunas de ellas eran utilizadas como pensiones y prostíbulos. Las paredes de las casas eran de caña y tapia; sus pisos de ladrillo y a base de cemento y rodeadas por grandes extensiones de tierra, que eran utilizadas para la cría de animales (PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 9; MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 56).

A região ficava próxima à colina de *El Calvário*, localizada no extremo leste da Montanha de *Los Teques*, famoso reduto religioso. Nas quartas e sextas-feiras a população costumava subir a colina do *El Calvário*, com velas acesas, onde havia três cruzeiros para reverências. A região de *La Cañada de la Iglesia* também está bastante vinculada a crenças religiosas.

⁷⁶ Lembramos que, em Caracas, conforme já fizemos referência, *barrios* são o equivalente às favelas brasileiras, isto é, casas improvisadas construídas por seus próprios moradores.

⁷⁷ A ferrovia Caracas-La Guaira foi construída durante os governos do General Antonio Guzmán Blanco (1870-1877; 1879-1884; 1886-1887), responsável pelos primeiros esforços no sentido de transformar a capital, provinciana e clerical, em uma cidade moderna - tendo como modelo as grandes cidades européias, particularmente Paris (MIR, TORRES & VALOR, 2000, p. 16).

Figura 5



La Cañada de la Iglesia antes da construção dos edifícios
 [Fonte: POSTAL FOTO BAENA, Cañada de la Iglesia, n° 104]

Toda essa região se localiza na zona oeste da cidade de Caracas, mais especificamente no setor de *Catia*, onde as condições de vida eram as mais precárias. Segundo Santiago Key Ayala, “las casas [à exemplo de *Monte Piedad*] perpetúan la memoria de épocas tristes, tiempos de miseria, en que las casuchas de los pobres se encaramaban por las áridas colinas del oeste con el triste recurso de las casas de empeño” (AYALA⁷⁸ apud BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 12). As casas eram construídas a partir dos exclusivos esforços daqueles homens e mulheres que chegavam à cidade em busca de uma vida melhor.

Já no leste da cidade, a ocupação foi sendo feita a cargo de construções de empresas privadas – com o apoio do Estado –, destinadas a pessoas com recursos. Foram construídas em territórios relativamente distantes do centro da capital, mas ligados pelas grandes avenidas construídas durante a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935). O advento do automóvel contribuiu para tornar as áreas do leste da cidade cada vez mais elitizadas (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 19-20). Portanto, há uma expressiva polarização entre um leste mais rico e um oeste mais pobre.

O processo de ocupação das áreas mais pobres foi sendo feito sem o apoio do Estado nos primeiros anos; as relações de vizinhança eram de fundamental importância para a instalação e sobrevivência daquelas pessoas que chegavam de diferentes partes da cidade (e de fora). Em seguida, aconteceram os primeiros esforços no sentido de

⁷⁸ AYALA, Santiago Key. *Historia en Long-Primer*. Caracas: s/e, 1949.

urbanizar a região por parte do Estado com apoio de empresas privadas. Em fins do século XIX, por exemplo, houve a urbanização da antiga fazenda *El Paraíso* pela *Compañía Tranvía de Caracas*, que tinha por interesse unir o centro da cidade à zona oeste através do bonde elétrico (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 21-23). No entanto, apesar dessas iniciativas, a zona continuava associada à pobreza.

Não havia atividade econômica expressiva na região. A maior parte dos trabalhadores era empregada em pequenas empresas privadas que proliferavam no centro, tais como sapatarias, barbearias, ateliês, padarias, aluguéis de quartos, paladares, oficinas, tipografias, na construção civil, no comércio de roupas, metalurgia, vidrarias, na fabricação de alguns móveis, nas ferrovias, nos portos, nas pequenas indústrias têxteis e, mais tarde, automobilísticas, entre outros. O dinamismo local pode ser observado, sobretudo na área alimentícia, no setor de primeiras necessidades, tais como padarias, mercados e hortifrutis. Morella Barreto (in FUNDARTE, 1990, p. 13) recorda a história de “Padrino Colina”, por exemplo, que trabalhou na padaria do senhor Ramela, em 1891, e era conhecido por distribuir doces para as crianças durante 50 anos. Colina foi um dos primeiros moradores de *Monte Piedad*, esteve à frente da construção das primeiras casas e nomeou algumas ruas.

As duras condições de vida e de trabalho destes novos trabalhadores urbanos fomentaram a construção de uma consciência coletiva - não necessariamente classista - que ganhou expressão na formação de sociedades de auxílio mútuo⁷⁹. Os *montepíos* ou os *Montes de Piedad*, fundados em 1855, são um exemplo disso, ou seja, eram cooperativas que funcionavam como um fundo ao qual o trabalhador poderia recorrer em casos de necessidade. Segundo Barreto,

eran instituciones de depósito de dinero, realizados a través de los descuentos hechos a los individuos del cuerpo, o también de otras contribuciones de los mismos, para atender a su jubilación, socorrer a sus viudas y huérfanos, o para auxiliarlos en sus necesidades médico-sanitarias (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 12).

⁷⁹ Sobre uma reflexão mais genérica da formação da classe trabalhadora na América Latina, Cf HALL & SPARDIN in BETHELL (2001). Sob um prisma político-econômico e adotando elementos da História Social da década de 70, os autores fizeram um roteiro da formação da classe trabalhadora desde 1880 até a década de 30 do século XX, quer dizer, desde as sociedades de auxílio mútuo até os movimentos partidários mais organizados, fugindo de modelos pré-fabricados e observando as especificidades do caso latino-americano.

Para a autora, muitas das casas que foram construídas nessa região contaram com os recursos da cooperativa que se transformou em Instituição de Crédito Mobiliário, em 1910 (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 13).

A ocupação demográfica da cidade só se deu de maneira intensiva a partir dos anos 20, com a crise dos preços dos produtos agrícolas e a ascensão da atividade petroleira que provocou um expressivo êxodo rural para a capital. Em 1873, *Catía* era descrita como uma rua da *Parroquia Catedral* composta por 42 casas e 225 habitantes. Em 1881, *Catía* possuía “66 moradias e 482 habitantes” e manteve um crescimento modesto nos anos seguintes (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 16). Somente no Censo de 1936 que vamos ter o registro da “recién formada Parroquia Sucre”, onde se localizava parte do território que correspondente ao atual *23 de Enero* e que, a esta altura, “contaba con un total de 8.676 habitantes ubicados en los barrios *Monte Piedad*, *Colombia* y *Canarias* (VI Censo de la población, 1936: p.33) [sic]” (VARGAS, 2004, p. 34-35).

Em 1928, a fundação do *Banco Obrero*, instituição destinada a conceder crédito para a construção de moradias populares associada ao *Ministério de Obras Públicas*, evidenciava que naquele contexto já havia um problema notório nesse sentido. Através deste, foram construídos os primeiros complexos habitacionais destinados à classe operária, tais como *Bella Vista*, *Pro-Patria*, *El Silencio*, *a Urb. Delgado Chalbaud*, *Cerro Grande*, *Cerro Piloto*, *Simón Rodríguez* até a própria *Urbanización Dos de Diciembre* (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 30).

Muitos moradores dos *barrios* foram obrigados a deixar suas casas ou seus *ranchos*⁸⁰ para viverem nos *bloques* recém-construídos. Contudo, para muitos esta não era a melhor opção. Os *bloques* de *Pro-Patria* e *La Loma*, por exemplo, os primeiros de Pérez Jiménez, não possuíam elevadores. Para Alex Casadiego, morador de *23 de Enero* nos anos 80, o Estado não construiu elevadores porque se acreditava que não era necessário, já que as pessoas dos *barrios* estavam acostumadas a subir e a descer ladeiras. Somente depois é que os elevadores teriam sido incorporados ao projeto dos *bloques*: “fijate que [o elevador] es una estructura independiente del bloque”, destaca Casadiego (CASADIEGO in PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 197)

⁸⁰ *Ranchos* são as casas improvisadas construídas nas áreas verdes da cidade. O nome remonta aos ranchos, habitação tipicamente rural trazida pelos ex-camponeses que haviam migrado para as cidades. Uma característica marcante de muitos *ranchos* é a presença de criação de animais nos jardins (galinhas, porcos, cabras e outros). Assim como os *barrios*, também podemos associá-los às favelas brasileiras.

Além disso, apesar dos esforços do Estado em financiar alguns projetos habitacionais, o panorama no interior dos *barrios* ainda era extremamente desfavorável para os moradores, que continuavam sem contar com o acesso aos recursos básicos. As associações de auxílio mútuo se multiplicavam. A construção da Igreja de *La Cañada* se deu nesse contexto, sob uma iniciativa de moradores motivados por uma intensificação do fervor religioso (PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 13; BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 13).

Nos anos 30, o padre Martín Odriozola construiu as primeiras igrejas no setor de *Monte Piedad*, como a capela *El Carmen* e, posteriormente, a capela de *Cristo Rey*, localizada no atual setor de *Sierra Maestra*. A região do *23 de Enero* possui um caráter bastante religioso, evidenciado numa das principais manifestações culturais da *parroquia* que se mantém viva até hoje: a Festa dos Três Reis Magos, no dia 6 de janeiro (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 13).

Ao longo dos anos 30 e 40, começaram a surgir agrupamentos políticos mais explícitos, células do Partido Comunista e outras correntes, num contexto classificado por Pacheco *et al.* de conflitivo (PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 13). Segundo Manuel Mir *et al.*,

surgieron numerosas agrupaciones políticas, cuyo objetivo principal era o de emprender diversos tipos de luchas; estas actividades de luchas y protestas existentes en la parroquia la convirtieron en la más conflictiva de todas las parroquias de la Capital, actividad que se va a extender hasta nuestros días, teniendo la década de 1950 y 1960 su clímax o efervescencia política más acentuada (MIR; TORRES; VALOR, 2000, p. 59-60).

Esse ambiente conflitivo e combatente, peculiar à *parroquia*, pode estar relacionado também à sua posição geográfica estratégica: na interseção entre o centro e o oeste da cidade, próximo à *Avenida Sucre*, a principal, que liga as duas zonas; porta de entrada da capital⁸¹; na margem esquerda do *Rio Caroata*⁸²; em frente ao Palácio Miraflores, residência presidencial oficial desde 1900; e aos pés do antigo Ministério da Defesa (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 10). Este último ficava alocado no

⁸¹ Vindo do aeroporto Simón Bolívar em direção ao centro, a zona oeste é uma das primeiras que surgem na paisagem junto com os grandes edifícios do *23 de Enero*.

⁸² O *Rio Caroata* nasce nos pés do “Topo Las Piñas” e percorre toda a zona oeste até a colina de *El Calvário*, desembocando no *Rio Guaire*, na altura de *El Paraíso*. Os presos políticos à época da ditadura gomezista foram obrigados a construir uma ponte sobre o rio, ligando aquela região localizada na margem esquerda da *Avenida Sucre*. Recentemente a ponte foi demolida para a construção do Metrô de Caracas, na altura da estação de *Agua Salud* (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 16).

Cuartel Cipriano Castro, na região *La Planície*. O projeto deste quartel foi desenhado por Alejandro Chataing e Jesús María Rosales Boque e construído entre 1903 e 1906, a mando do presidente Cipriano Castro, com o objetivo de criar as condições necessárias para abrigar ali a *Escuela Militar de Venezuela*. Junto ao quartel, também foram reformadas as vias de acesso a ele. O projeto de Escola Militar só seria posto em prática durante a ditadura de Juan Vicente Gómez. Dois presidentes (na verdade, um presidente e um ditador) passaram por lá, General Medina Angarita e o General Marcos Pérez Jiménez. A Escola funcionou até 26 de março de 1950, quando o quartel passou a ser sede do Ministério da Defesa e tornou-se Museu Histórico Militar em 1981 (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 26-27).

A região do *23 de Enero* conta também, desde 1888, com a presença do *Observatório Astronómico y Meteorológico Naves Cajigal*, construído durante o breve governo do presidente Juan Pablo Rojas Paúl (1888-1890). Fica localizado na antiga *Colina Quintana*, hoje conhecida como *Colina del Observatorio* ou *Colina Cajigal* – em homenagem ao matemático Juan Manuel Cajigal, fundador da Academia de Matemática de Caracas –, a oeste da Colina de *El Calvário*.

As crises políticas vivenciadas pela República provocavam duras consequências no interior daquela região e influenciaram seus rumos. Durante o Golpe de Estado de 18 de outubro de 1945 sofrido por Medina Angarita, “la Policía Municipal disparaba sobre Miraflores, al tiempo que atacaba a la Escuela Militar” (PACHECO; ALVAREZ; ROMAN, 1987, p. 15) e a população que vivia ali foi submetida à dura repressão, com toques de recolher, tiros e invasões.

Nesse contexto, houve a formação do *Barrio 18 de Octubre* conforme lembra Luis Alberto Dugarte Gil, cujo pai construiu uma casa na região:

Este barrio 18 de Octubre fue tomado así por la gente a raíz de la “Revolución de Octubre” [...] Me recuerdo muy bien de esos tres días de revolución que hubo por aquí. Eso fue cuando al Presidente Medina Angarita lo tumbaron y se formó la revolución entre los que apoyaban al Presidente Medina Angarita y los que querían tumbarlo, entonces entre ellos mismos el pueblo y la policía hubo la revolución. Una vez culminada la revolución, esas personas se adueñaron de esa zona y construyeron sus casas y sus ranchos (GIL in PACHECO; ALVAREZ; ROMAN, 1987, p. 475-476).

Na medida em que sucessivos golpes não permitiam o retorno à estabilidade política, o grau de violência aumentava. As ações da *Seguridad Nacional/SN* serviram

para alimentar a articulação entre os grupos de vizinhos no âmbito de uma resistência coletiva aos acontecimentos e aumentar a combatividade que crescia em alguns setores:

la acción clandestina se hace sentir y tal como lo dice Domingo Ponte, muchas de las viviendas sirvieron de “cocha” tanto para gente del Partido Comunista como para la Juventud de AD, organizaciones que estaban integradas en buena parte por residentes del sector (PACHECHO; ALVAREZ; ROMAN, 1987, p. 20).

A década de 40 se encerra com um aumento das tensões sociais e políticas, além também de um incremento ainda maior na explosão demográfica na capital devido ao êxodo rural e, com isso, a proliferação de *barrios*, com a ocupação das áreas verdes, e a formação de um grande exército de mão-de-obra barata a ser utilizado pelas empresas privadas. Segundo a *Corporación Venezolana de Fomento*, a população quase dobrou entre 1941 e 1950 (CORPORACIÓN VENEZOLANA DE FOMENTO⁸³ apud MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 51). Quando tem início a ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), o déficit de moradia alcançava um raio de cerca de 300 mil pessoas, aproximadamente 40% da população de Caracas (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 44).

2.5. O *Plan Nacional de Viviendas* e a *Urbanización Dos de Diciembre*

Já falamos em outro capítulo a respeito da ditadura de Jiménez e do *Nuevo Ideal Nacional*. No presente capítulo, gostaríamos de chamar atenção para o *Plan Nacional de Viviendas*, em particular, pois está diretamente relacionado à história da *Parroquia 23 de Enero*. A idéia de construir um enorme complexo habitacional tinha por objetivo suprir o déficit de moradias que assolava a capital do país há vários anos e que na última década havia se transformado num problema crítico com o aumento expressivo do êxodo rural e de movimentos políticos na capital.

O ditador almejava modernizar o perfil da cidade, erradicando os *ranchos* ou as *barriadas* e garantindo a paz social, leia-se, contendo os movimentos sociais. As responsáveis pela execução das obras foram empresas privadas, as quais receberam a maior parte desses recursos. Com as rendas do petróleo⁸⁴ foi possível financiar o projeto

⁸³ CORPORACIÓN VENEZOLANA DE FOMENTO. *Así Crece Caracas*. Texto mimeo, p. 96.

⁸⁴ Conforme mencionamos no capítulo anterior, a década de 50 foi de expressiva bonança petroleira, haja vista que eventos internacionais – tais como a Guerra da Coreia, em 1950-1953, e o fechamento do Canal

que envolvia grandes obras públicas⁸⁵. Estas últimas corresponderam a um terço dos gastos públicos. Segundo Manuel López,

el proceso de acumulación se desarrolla a ritmos inusitados debido a la satisfacción por parte de la dictadura de las demandas del empresariado en cuanto al financiamiento de la industria de la construcción, a favorables condiciones y costos de producción, a exenciones fiscales e incremento de las tasas de beneficio, a fijación de sistemas administrativos y de licitación de obras favorables a las grandes empresas y, particularmente, a una política laboral que garantiza la disponibilidad de la fuerza de trabajo y la “paz social” (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 32).

A articulação entre o empresariado e o Estado, por um lado, permitiu que a maior parte das obras fosse concluída num curto espaço de tempo; por outro, para arcar com os custos cada vez mais suntuosos, o governo foi obrigado a outorgar novas concessões para a exploração do petróleo, gerando inflação no gasto público e contribuindo para a queda do ditador em 1958⁸⁶ (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 34).

A idéia dos grandes blocos habitacionais foi inspirada no *Unité d'Habitation* do suíço Le Corbusier. Durante a reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial, o arquiteto projetou um edifício que fosse capaz de atender a uma quantidade significativa de famílias com acesso a todos os serviços públicos necessários (creches, armazéns, quadras poli-esportivas, escolas, academias de ginástica, bibliotecas, farmácias etc.). Tratava-se de levar a dinâmica urbana para dentro das unidades residenciais, preservando, assim, o meio ambiente. O projeto, de raiz modernista e racionalista, foi realizado primeiramente em Marselha, na França, entre 1947 e 1953, e contava com 337 apartamentos para 1600 habitantes.

de Suez no Egito, em 1956 – provocaram um aumento dos preços dos barris e a Venezuela, que vivia um período de certa estabilidade, se tornou o alvo de muitos investidores (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 79).

⁸⁵ Além dos programas habitacionais, o governo de Pérez Jiménez investiu maciçamente também na construção de avenidas (em Caracas: Fuerzas Armadas, Urdaneta, Francisco de Miranda etc.), rodovias (Panamericana que ligava a Santo Antonio de Táchira), ferrovias (Puerto Cabello – Barquisimeto), sistema de teleféricos (em Mérida e em Caracas), além da criação de uma rede hoteleira cuja maior expressão foi o Hotel Humboldt, e a Cidade Universitária, projetada por Villanueva e declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 2000 (LÓPEZ in REVISTA URBANA, 1994, p. 116).

⁸⁶ No Capítulo 1 desta dissertação analisamos outros elementos que contribuíram para a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez.

Figura 6



Unité d'Habitation em Marselha, na França.

[Fonte: archipaedia.net/IMAGES2/unite-dhabitation-marseille.jpg - consulta em 18/05/2011]

Vários arquitetos de outras partes do mundo tentaram reproduzir o modelo de Le Corbusier. Para citarmos alguns mais importantes na América Latina, Eduardo Catalano, construiu o “Bloque Río de la Plata”, na Argentina, em 1949; Mario Pani construiu na Cidade do México, o complexo “multifamiliar” Presidente Juárez, em 1950; e Oscar Niemeyer projetou o “Hotel Quitandinha” de Petrópolis, em 1950 (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 41).

Na Venezuela, o grupo de arquitetos que estava à frente do *Taller de Arquitectura del Banco Obrero/TABO*, como Carlos Raul Villanueva, seguiu pelo mesmo caminho. A solução de complexos habitacionais verticais atendia também a um aspecto fundamental da geofísica da capital: a falta de espaço para tamanha densidade demográfica. A primeira investida nesse sentido foi ainda antes da ditadura de Pérez Jiménez, no governo do General Medina Angarita, quando foi construído a *Reurbanización El Silencio*, composto por 813 apartamentos, 406 locais comerciais e a Praça General Urdaneta – atualmente, Praça O’Leary – no centro (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 48). O caso de *El Silencio* é emblemático para pensarmos a história do *Dos de Diciembre*: chamava-se *reurbanización* porque a zona na qual foi construído era densamente habitada⁸⁷ e tudo teve que ir abaixo para se começar do zero.

⁸⁷ Segundo Manuel Mir *et al.* com base em informações coletadas na Corporación Venezolana de Fomento, havia ali “331 casas, de las cuales 42 eran prostibulos, 49 casas de vecinidad, 32 botiquines, 9 hospedajes y 199 inmuebles destinados a diversos fines” (MIR; TORRES & VALOR, 2000: 49). Tudo isso num ambiente sujo e desordenado, sem qualquer saneamento ou infraestrutura.

O processo de desalojamento de muitas famílias para o início das obras da *Urb. Dos de Diciembre* não foi encarado por todos como a redenção para um futuro melhor. Ao contrário, provocou resistências.

Segundo Frederico Pernia, em entrevista nos anos 80, “había gente que se oponía a que le tumbaran su casa y le cortaban el agua, la luz, cuando no, metían el tracto y le tumbaban la casa, vimos varias personas que les tocó vivir esa situación” (PERNIA in PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 760).

O espaço de tempo entre a derrubada dos *barrios* e a construção dos *bloques* gerou difíceis condições de vida para os moradores desalojados, já que tudo era improvisado. Anibal Viloría, também morador do *23 de enero* nos anos 80, ratifica: “el desalojo o el desplazamiento de las personas de las viviendas hechas por ellos mismos no fue voluntario; y no fue en principio aceptado por la inmensa mayoría de la gente” (VILORIA in PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 84)

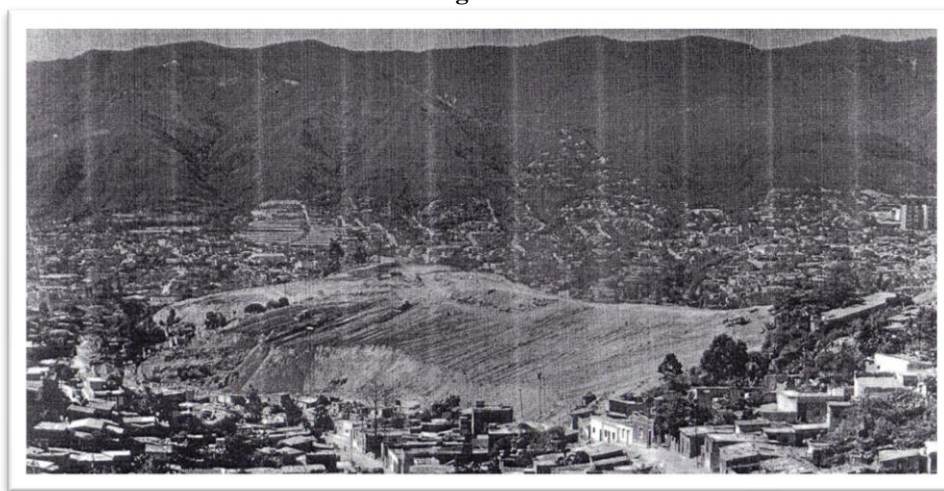
Ramon Delgado, outro morador, em entrevista, lamenta a execução do projeto, pois, para ele, destruiu tudo aquilo que havia sido construído segundo os próprios esforços dos moradores da região: “la parroquia en su nacimiento tenía un parque, pero después de la dictadura comenzaron a echar a perder todo eso, a tumbar lo que teníamos hecho, comenzaron a destruir todo lo que había mejorado. Dimos un salto atrás” (DELGADO in PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 381-382). Ou então podemos analisar o caso de Frederico Pernia que teve sua casa, seu *rancho*, trocado por um apartamento. Segundo Pernia, outro problema era que muitas pessoas não conseguiram se adaptar à vida nos apartamentos. Ao contrário,

mucha gente no estaba de acuerdo con esto, o sea, no se adaptaron, no se acostumbraron a vivir, porque muchas de las viviendas que fueron demolidas eran dobles. Dobles no solo en el sentido de habitación, sino de familias que habitaban en esos sectores como era el “Plan de San Luis”, “La Cañada de la Iglesia”, “El Cerro de Belén” y “La Yerbera” (PERNIA in PACHECO; ALVAREZ; ROMAN, 1987, p. 756)

Todos os protestos foram reprimidos com violência. Não havia espaço para diálogo. O projeto não foi discutido com a população. Esta última era avisada que deveria sair de suas casas num prazo previsto pelo *Banco Obrero*. “La idea era ‘destruir’, ‘tumbar’ y ‘construir’”, recorda Viloría, que viu todo o *Barrio Los Eucaliptos* vir abaixo (VILORIA in PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 32)

À população dos *barrios* só restava aceitar as quantias oferecidas pelo *Banco Obrero* pelo imóvel, sem qualquer garantia que seriam realocadas nos *bloques*. Deste modo, por mais que não concordassem, não tinham outra opção, pois não detinham a propriedade da terra. Aqueles que não aceitavam sair eram expulsos à força. O Estado não assumiu qualquer compromisso formal com o futuro das famílias desalojadas. Elas deveriam encontrar uma solução por elas mesmas: seja construindo novos *barrios* em outros lugares, seja voltando para o interior.

Figura 7



Terreno liberado para a construção de um edifício

[Fonte: imagem fotocopiada do arquivo do *Banco Obrero/Instituto Nacional de la Vivienda/INAVI*]

Antes do *Dos de Diciembre*, Pérez Jiménez investiu no *Plan Cerro Piloto*, em *La Vega*, na *Parroquia El Valle*. O curto prazo de tempo exigido para o cumprimento das obras e as limitações técnicas e geográficas da região exigiram algumas adaptações em relação ao projeto original do *Unité d'Habitación* de Le Corbusier. O projeto inicial de Cerro Piloto era

un edificio de 15 plantas, con *pilotis* en la primera y servicios colectivos en la quinta, que se proyectaban ligar mediante una pasarela a las áreas verdes de la colina que tapa el superbloque. Otros servicios comunales para sus 900 habitantes se localizan en el techo-jardín y en una edificación independiente construida con posterioridad; la estructura aporticada de concreto, con vigas en voladizo y marcos rígidos de dos patas en sentido transversal, sirve de soporte a 144 apartamentos duplex y simplex, con doble exposición norte-sur, a los que sirven dos torres de circulación vertical independizados del edificio (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 42).

No final, os *pilotis*, os apartamentos *duplex* e suas *loggias*, os serviços coletivos e as torres de circulação vertical (na maior parte dos prédios) haviam sido deixados de lado – em muitos casos, o acesso aos apartamentos seria feito por escadas auxiliares – e os *superbloques* foram fragmentos em módulos de 27 metros de longitude (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 44).

O projeto do *Dos de Diciembre* teve como referência, além do *Cerro Piloto*, o projeto de Carlos Brando para a *Unidad de Vivienda Diego de Losada*, que previa um edifício de quase 80 metros de largura e 12 de altura, com uma torre de elevadores independente à estrutura principal que atendia, a cada três andares, os corredores externos de acesso aos apartamentos. Eram dez apartamentos por andar, a maioria com três quartos e o acesso aos andares inferiores e superiores se dava por escadas internas: “es aquí cuando concluye la operación reductiva del modelo corbusierano, convertido ahora en ‘superbloque’ de viviendas y listo para su aplicación masiva” (LÓPEZ in FUNDARTE, 1990, p. 42).

No *Dos de Diciembre* foram construídos prédios de 15 (*superbloques*), 4 e 3 andares. Havia três tipos de *superbloques*: o de 100 apartamentos, o de 300 e o de 450. Já os *bloques pequeños*, contavam com 24 apartamentos e ficavam ao lado dos *superbloques*. As áreas de convívio social, tais como igrejas, escolas, centros médicos, farmácias, creches, quadras poli-esportivas, jardins, áreas verdes, parquinhos, armazéns, padarias, centros comerciais, entre outros, ficaram localizados no centro de um conjunto de *superbloques* e *bloques pequeños* (PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 40-41). Desta forma, os moradores dos *bloques* não precisavam sair de sua região para ter acesso aos serviços, somente para trabalhar.

Figura 8

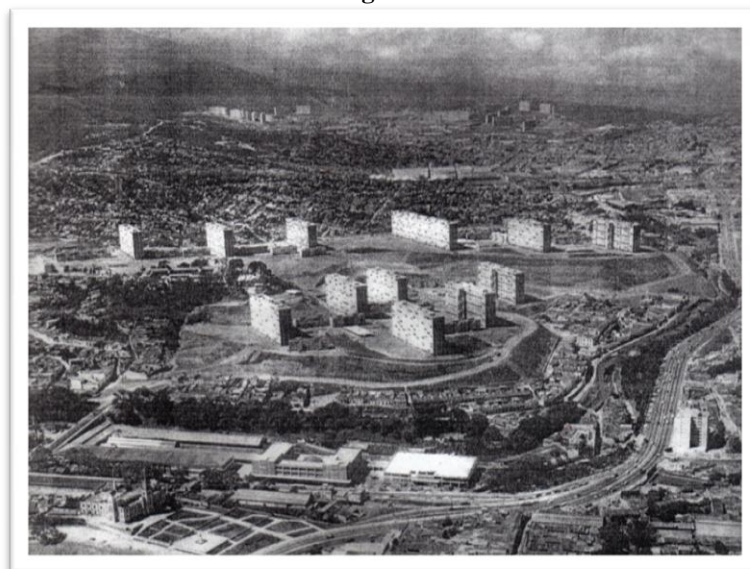


Complexo de *superbloques*, *bloques pequeños* e espaço para serviços inaugurados na segunda etapa do projeto habitacional *Dos de Diciembre*

[Fonte: imagem fotocopiada do arquivo do *Branco Obrero/Instituto Nacional de la Vivienda/INAVI*]

Em apenas seis meses foi inaugurada a primeira fase do projeto *Dos de Diciembre*, considerado modelo para Pérez Jiménez ou, segundo Manuel Mir *et al.*, a “coluna vertebral” desse projeto habitacional para erradicar os *ranchos* (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 4). Os primeiros *barrios* demolidos foram os *Cerro de Belén*, *Monte Piedad* e *La Yerbera* localizados em frente ao Palácio presidencial, no plano de 1955.

Figura 9



Primeira etapa da *Urbanizacion Dos de Diciembre* em 1955

[Fonte: imagem fotocopiada do arquivo do *Branco Obrero/Instituto Nacional de la Vivienda/INAVI*]

A segunda etapa terminou logo depois em 1956 e a terceira em 1957.

En [la] primera etapa se construyeron 39 bloques entre superbloques de 15 pisos con 150 apartamentos y edificios de 4 pisos con un total de 2.366 viviendas. [...] La segunda fase de la obra comprendió el sector central (plan año 1956). Las obras de esta etapa están ubicadas en el sector conocido como La Cañada de la Iglesia y Cerro San Luis. En un total se construyeron 55 edificaciones, de las cuales 22 son bloques de unidades habitacionales que comprenden 2.688 apartamentos, con una capacidad para albergar aproximadamente 18.000 y 19.000 personas. Además 3 superbloques de quince pisos con 300 apartamentos cada uno; 9 edificios de quince pisos con 32 apartamentos cada uno, además de otras obras comunales, educativas, médicos, policiales, de servicios y otros. [...] La tercera y última etapa, comprendió el sector Oeste, plan 1957, la cual ocupó el espacio geográfico de los antiguos barrios 18 de Octubre, Barrio nuevo, La Flores lindando con Barrio Nuevo. En la misma se construyeron 11 superbloques de 15 pisos y 7 edificios de 4 pisos, lo que arrojó un total de 4.122 viviendas obreras (MIR; TORRES & VALOR, 2000, p. 97-98)

Figura 10



Plano de Conjunto da Urbanización Dos de Diciembre (2ª etapa)

[Fonte: imagem fotocopiada do arquivo do Branco Obrero/Instituto Nacional de la Vivienda/INAVI]

Figura 11



Os edifícios e seus estacionamentos
[Fonte: Documentário *Fuego Bajo el Agua* (2009)]

É importante registrar que nem todos os apartamentos foram destinados às classes populares que haviam sido desalojadas. Houve participação das classes médias na distribuição e compra de apartamentos. Inclusive, de acordo com muitos relatos, o público-alvo para a distribuição dos apartamentos seria a própria classe média e os militares. Ora, os apartamentos foram projetados com 3 e 4 quartos, sala ampla e cozinha bem equipada, conforme destaca a moradora Maureen Cobo, em entrevista: “esta urbanización fue creada específicamente para las clases medias y profesionales. Por esto es que las edificaciones son tan completas y los apartamentos son tan grandes y bien hechos: 3 o 4 habitaciones...” (COBO, entrevista, 2010).

Para Manuel Mir, foi a queda de Pérez Jiménez e a tomada dos *bloques* pelos moradores dos *barrios* e pelas pessoas que chegavam das migrações internas que mudaram os rumos das coisas.

Se pensaba que estos bloques eran para los militares, un sector, o era para la clase media venezolana, para la época. Sin embargo, bueno, a la caída de Pérez Jiménez, fueron tomados por la misma comunidad y por la gente que venía de las migraciones internas del campo a la ciudad buscando un mejor vivir (MIR, entrevista, 2010).

Figura 12



Estrutura dos apartamentos (válido tanto para os edifícios grandes quanto os pequenos)
[Fonte: imagem fotocopiada do arquivo do Banco Obrero/Instituto Nacional de la Vivienda/INAVI]

De todo modo, nos primeiros anos, os únicos apartamentos que foram efetivamente vendidos foram os dos *bloques pequeños*. Nos *bloques* foram alocadas algumas das pessoas que haviam perdido suas moradias, mas ficaram na qualidade de inquilinos, o que representava uma profunda transformação no estilo de vida de muitos daqueles que haviam perdido suas casas e que jamais tiveram qualquer compromisso com pagamento de impostos ou taxas para viver (PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 46-47).

O conjunto de serviços que deveria ser oferecido nos espaços de sociabilidade dos *bloques* foi ganhando vida simultaneamente à entrega dos apartamentos, sob a supervisão do *Banco Obrero*.

Figura 13



Quadra de esportes

[Fonte: Documentário *Fuego Bajo el Agua* (2009)]

Durante o processo de construção dos *bloques*, o ideário da *paz social* defendido por Pérez Jiménez se manifestava na prática em duras perseguições aos movimentos sociais organizados e a qualquer iniciativa de revolta diante das obras. Segundo Pacheco *et al.*, os principais partidos da época que haviam se organizado na *Junta Patriótica* de oposição à ditadura – *Partido Comunista de Venezuela/PCV*, *Union Republicana Democrática/URD*, *Acción Democrática/AD* e *Comité de Organización Política Electoral Independiente/COPEI* – atuavam dentro da *Urbanización Dos de Diciembre* e participaram da resistência à derrubada de muitos *barrios* – especialmente na região de *La Cañada de la Iglesia*:

Desde el momento de los desalojos la gente ve la necesidad de unirse y organizarse en función de la defensa de sus derechos, asumiendo una posición política. En la población circulaban manifiestos, volantes, comunicados clandestinos de los partidos AD, URD y del PCV. Comienza en esta época la práctica de tirar piedras, aunque todavía tímidamente (PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 51-52)

Gradativamente, a região foi se tornando um poderoso foco de resistência à ditadura. Estudantes e partidos refugiavam-se ali para realizar suas atividades subversivas. Murais de “abaixo a ditadura” ou “abaixo Pérez Jiménez” eram pintados durante madrugada. Da mesma maneira, a repressão tornava-se cada vez mais aberta até

a tomada quase completa da região pela *Seguridad Nacional* e *Policía Metropolitana* – inclusive, muitos quadros dessas instituições ganharam apartamentos nos *bloques*.

Ainda assim, as ações clandestinas sobreviviam e atendiam ao chamado da *Junta Patriótica*, divulgando seus manifestos, apoiando as greves e outras medidas. Em 23 de janeiro de 1958, Pérez Jiménez foi, finalmente, derrubado depois de amplas manifestações *callejeras*. Segundo o historiador Augustín Blanco Muñoz, “fueron los barrios caraqueños los que acabaron con la dictadura *perejimenista* y de inmediato el pueblo empezó a vivir una gran fiesta, porque había derrocado a Pérez Jiménez” (MUÑOZ, 1983⁸⁸ apud PACHECO; ALVAREZ & ROMAN, 1987, p. 57)⁸⁹.

Ao fim e ao cabo, apesar de ambicioso, o projeto habitacional de Pérez Jiménez não conseguiu suprir o déficit de moradias na capital. Com as construções e as oportunidades de emprego oferecidas, o êxodo se tornou ainda maior e a quantidade de apartamentos não foi suficiente - até mesmo para os que já habitavam a região há longo tempo. Deste modo, o objetivo de eliminar os *ranchos* não foi bem sucedido, pois eles continuavam a se multiplicar nas áreas verdes, destinadas a espaços de lazer dos *bloques*.

Portanto, o alto investimento não recebeu a contrapartida esperada, o que levou ao abandono do projeto nos anos seguintes à queda do ditador.

No final, os 55 *bloques* acabaram distribuídos nas seguintes zonas (considerando a conclusão das etapas ainda no período *perejimenista* e também algumas finalizações em anos posteriores):

Zona de Monte Piedad Arriba: constituida por 5 Bloques tipo A [15 andares/150 apartamentos]: 1, 2, 5, 6 y 7; y un Superbloque tipo B [duplo/300 apartamentos): 3-4;

Zona de Monte Piedad Abajo: constituido por 6 Superbloques tipo A: 9, 10, 11, 12, 13 y 14.

Zona La Cañada: constituida por 5 Superbloques tipo A: 15, 16, 17, 18 y 19, un Superbloque tipo B: 20-21.

Zona Central: constituida por 5 Superbloques tipo A: 26, 27, 28, 29 e 30; dos Superbloques tipo B: 22-23 (conocido como el Siete Machos⁹⁰), y el 24-25;

⁸⁸ MUÑOZ, Augustin Blanco. *Conferência: El Cuadro Histórico que produce el 23 de Enero de 1958. Beneficiarios y representantes del Nuevo Orden*. FACES, UCV, 11/04/1983, p. 19-20.

⁸⁹ Para maiores detalhes sobre a queda de Marcos Pérez Jiménez, ver Capítulo 1 desta dissertação.

⁹⁰ O nome foi inspirado no filme mexicano *El Siete Machos* (1950), protagonizado por Mario Moreno “Catinflas”. Há uma anedota também que remete o título à existência de terem vivido ali sete rapazes brigões, dentre eles, estavam “Pata-de-cabra”, Williams e José Manuel Gil. Segundo o sobrinho deste último, “le llama el bloque ‘Siete Machos’ porque eran todos ‘machos’ peleadores” (GIL in PACHECO, ALVAREZ; ROMAN, 1987, p. 476-477).

Zona E: constituída por un Superbloque tipo A: 31; un Superbloque tipo B: 32-33 y un Superbloque tipo C [triplos/450 apartamentos]: 34-35-36;

Zona F: constituída por 3 Superbloques tipo A: 37, 40 y 41; un Superbloque tipo B: 38-39 y un Superbloque tipo C: 42-43-44;

Zona del Mirador: constituída por 2 Superbloques tipo B: 48-49 y 50-51; un Superbloque tipo C: 45-46-47;

Zona de la Sierra Maestra⁹¹: constituída por un Superbloque tipo B: 52-53 (conocido como el Bloque Azul); un Superbloque tipo C: 54-55-56 (CONTRERAS, 2000, p. 50)

Havia também os 42 *bloques pequeños* a que já nos referimos (de 4 andares e 24 apartamentos, construídos ao lado dos *bloques*) e, posteriormente, foram incorporados os *bloques* 1, 2 e 3 de *La Silsa* que se localizavam na *Parroquia Sucre* e o conjunto de edifícios *La Libertad*, construído em frente ao *Bloque 7*, mais recentemente.

É interessante notar que apesar da numeração dos grandes *bloques* irem até o número 56, trata-se de 55, pois não há o *Bloque 8*. Este último foi dado de presente ao ditador colombiano Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) pelo próprio Pérez Jiménez em razão da catástrofe gerada pela explosão de 7 de agosto de 1956⁹², ocorrida na cidade de Santiago de Cali, capital do Estado Valle de Cauca, localizado no oeste da Colômbia. Juan Contreras, em entrevista, ao contar a história deste *bloque*, destaca o fato das primeiras células que fundariam o *Ejército de Liberación Nacional/ELN*, da Colômbia, terem nascido ali, associando o *bloque* às lutas características que ganharam vida em seus pares de Caracas.

[...] No existe el Bloque 8, pero no existe aquí, pero sí fue edificado, fue construido en la ciudad de Cali, en Colombia, allí está y se llama “el venezolano”, no se llama Bloque 8. Es una réplica igualita. Pero, además, hay una [otra] similitud [...] los primeros núcleos que darían a la formación al ELN, el Ejército de Liberación Nacional, salieron de este edificio. Y en el 23 de Enero, desde su nacimiento - siempre ha

⁹¹ Os *bloques* da zona da *Sierra Maestra* foram construídos depois da queda de Pérez Jiménez, em 1958, durante o governo de Larrázabal a frente da *Junta de Gobierno*, por uma empresa que possuía um contrato para terminar as obras. A nomenclatura da zona foi resultado das pressões populares a favor de uma homenagem à luta que Fidel Castro e os guerrilheiros cubanos travavam em *Sierra Maestra*. Diogenes Cavallero, liderança comunitária da *parroquia* na época da queda de Pérez Jiménez, fala que se chegou a levantar um fundo de contribuição à guerrilha cubana, onde cada morador deveria colaborar com Bs 1,00 (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 252).

⁹² Segundo o Museu Nacional da Colômbia (“Cali, la explosión de 1956: catástrofe histórica” in www.museonacional.gov.co – consulta em 20/05/2011), na madrugada de 7 de agosto de 1956, seis caminhões do Exército Nacional, carregados com 42 toneladas de dinamite, explodiram misteriosamente provocando um grande desastre. Além de milhares de mortos e feridos, a explosão destruiu oito *bloques* de um complexo residencial e comercial que havia nas redondezas (conhecido como Zona Negra), razão pela qual Pérez Jiménez contribuiu com a construção de um novo *bloque*, que ficou conhecido como “El Venezolano”.

habido rebeldes, aquí estuvo la guerrilla, tenemos una conducta rebelde, de lucha - es un barrio de resistencia, como yo digo (CONTRERAS, entrevista, 2010).

2.6. A Ocupação dos *Bloques*

Com a queda de Pérez Jiménez, houve um movimento expressivo por parte da população que habitava os *barrios* nos arredores do *Dos Diciembre* – e de gente que chegava do interior - ouvindo aos chamados de que os apartamentos estavam sendo distribuídos pelo governo, no sentido da ocupação dos *bloques* que ainda não estavam habitados. Segundo Juan Contreras, “para el año de 1959, se encontraban invadidos un total de 4.000 apartamentos” (CONTRERAS, 2000, p. 44).

Diante deste quadro, seria complicado desalojar todas essas pessoas. Além do mais, havia um movimento organizado por parte daqueles novos moradores para defenderem tal ocupação.

Ao largo das invasões, o *Banco Obrero* também distribuía as chaves de muitos apartamentos a preços irrisórios em escritórios improvisados, conforme destaca a moradora da *Zona Central*, Grisel Marin, em entrevista:

[...]onde yo vivo [Zona Central], todos [los apartamentos] fueron adjudicados a los propietarios. Hay un cerro que esta hacia el oeste, cerca de la Zona E. Allí improvisaron una oficina, venía un funcionario del Banco Obrero a repartir las llaves y las ponía en una tapa que estaba allí, todo improvisado y “tome su apartamento”, y la gente honestamente se llevaba una [llave]. Pero esto no sucedió en otros edificios donde vino una avalancha de gente y ocuparon los edificios espontáneamente así. Por eso es que en algunos bloques están familias completas: en lo piso 4, la tía, en el 2, la suegra etc. (MARIN, entrevista, 2010).

O *Banco Obrero* tinha uma sede central em *El Silencio*. Segundo Barreto, nesta, o *Banco* contou com a ajuda de estudantes da *Universidad Central de Venezuela/UCV*. Sob a liderança de Francisco José Ferrer, eles conseguiram registrar cerca de vinte mil solicitações de contrato dos novos moradores dos *bloques*:

El 24 de Enero, según cuenta el mismo Ferrer, más de dieciocho mil personas, con llaves o sin ellas, llenaran al Estadio Nacional, y en “ochenta cuadernos y otros tantos lápices para efectuar las anotaciones respectivas, en tres horas, esos ochenta cuadernos se llenaron y me

fueron restituidas unas mil seiscientas llaves que – así como los cuadernos – entregué a los funcionarios del Banco Obrero, según recibos que obran en mi poder. Ahí nos pudimos enterar que por las llaves se habían pagado desde treinta hasta quinientos bolívares; pero nada pudimos hacer ni para restituir el dinero que muchos pagaron por las llaves, ni para desalojar a los que se habían instalado (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 11).

A situação, no entanto, era incontrolável, pois muitos continuavam invadindo com ou sem o aval do *Banco Obrero*. Num quadro geral, as invasões ocorreram, principalmente, na zona oeste da *parroquia*, isto é, *Mirador*, *Zona F* e *Zona E*, já que na *Zona Central*, em *Monte Piedad* e em *La Cañada*, a esta altura, os apartamentos já tinham sido quase todos adjudicados (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 62).

A tomada dos *bloques* não representou imediatamente uma melhoria radical nas condições de vida, pois como a maior parte deles estava recém-construída ou mesmo sequer finalizada, havia muitos problemas: “[...] los apartamentos estaban por terminar, faltaban puertas, instalaciones sanitarias, eléctricas [...]” (CASADIEGO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 199). Além disso, os elevadores não funcionavam e havia uma carência de serviços (luz, água, gás etc.).

Neste ínterim, começou a surgir uma série de organizações comunitárias com o objetivo de defender as ocupações e resolver um conjunto de problemas que afligiam os novos moradores.

Diógenes Cavallero, líder comunitário, conhecido como “el Hombre de la Chaqueta Negra”, foi um dos fundadores da *Junta Representativa del 23 de Enero*. Esta última foi construída, a princípio, com o objetivo de canalizar a explosão popular daqueles dias que antecederam à queda do ditador e pressionar a *Junta de Gobierno* que assumiu o poder, pois, a seu ver, estava composta por indivíduos identificados ainda com o *perejimenismo*. A organização liderada por Cavallero acabou refugiando-se na então *Urb. Dos de Diciembre*, onde se dedicou a expurgar da comunidade muitos moradores que estavam vinculados de alguma forma aos órgãos repressivos da ditadura, tais como o corpo da *Seguridad Nacional*, da *Judicial* e da *Servicio de Información de las Fuerzas Armadas/SIFA*:

[...] Después que hicimos esa protesta [contra a composição da *Junta de Gobierno* que assumiu depois de Pérez Jiménez] en Miraflores (éramos un grupo bastante grande de aquí de la parroquia “23 de enero”, yo vivía en Monte Piedad), nos trasladamos aquí al “23 de Enero” y la finalidad del trabajo nuestro aquí, fue detener a unos

cuantos miembros de la Seguridad Nacional, de la Judicial y del SIFA [...] veníamos a cazar esbirros, esa es la palabra (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 246-247).

A *Junta Representativa del 23 de Enero* nasceu objetivamente à raiz da tomada dos *Bloques* 48 e 49, do setor *Mirador*. É importante considerarmos que para aquelas pessoas, a **invasão** era considerada “un acto de reivindicación popular” (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 250). Ainda segundo o relato de Cavallero, a partir dali, foram tomados outros *bloques* pela junta: do 31 ao 53, além dos *bloques pequeños* – praticamente, todo o setor oeste da *Urbanización* até *La Silsa* – e, depois, ocuparam também os apartamentos vazios de outros setores, como *Monte Piedad* e *La Cañada* (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 251).

A *Junta* procurou de alguma forma organizar a tomada dos apartamentos, mas nos primeiros dias,

hubo mucha confusión, individuos inescrupulosos, vagabundos. Hubo algunos que llegaron a tomar 10 y 20 apartamentos, en cada uno de ellos metieron a un familiar o un amigo [...] Ese fue uno de los problemas que enfrentamos aquí, quitarles a esas personas, esos apartamentos para dárselos a las familias que verdaderamente veíamos la necesitaban y llegaban inclusive con la mudanza. A muchos le facilitamos camiones de mudanza. Yo mandé a buscar muchos camiones para que la gente trajera sus corotos y ocuparan de una vez. Sobre todo cuando me llegó el rumor aquí de que el Banco Obrero le había pedido al Almirante Larrázabal [presidente da *Junta de Gobierno*] la desocupación de los bloques, allí fue donde no estuvimos de acuerdo y nos declaramos en rebeldía, no acatamos la orden (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 255).

Muitos membros da junta estavam armados, prontos para um confronto se necessário. O clima era de tensão, pois demorou até o que o Estado reconhecesse que se tratava de uma situação irreversível. Os *bloques* serviam de esconderijo e posição estratégica para atacar as forças policiais do Estado. Os rebeldes subiam no terraço dos *bloques* e jogavam bombas, pedras e atiravam. Ainda nas vésperas da derrubada de Pérez Jiménez, Cavallero conta como eram as ações nos *bloques*:

no éramos muchos, más o menos 30. Teníamos armas cortas, revólveres, pistolas. Entonces, cuando nosotros veíamos que venían las patrullas, que venía la Seguridad Nacional, desde las terrazas le

tirábamos plomo e piedra. El que no tenía arma, para eso habían piedras y bomba molotov. Había varios que sabían fabricar bombas molotov y sacábamos la gasolina de los carros y se fabricaban. Luego el día 23 nos fuimos extendiendo a otros bloques y se fueron incorporando otras personas. La mayoría jóvenes y las mujeres colaboraban. Había mujeres que nos traían sándwich, cigarrillos, iban a buscar la gasolina, conseguían botellas, compraban botellas de pepsi-cola y se las tomaban y no las daban vacías para las bombas molotov [...] eso era a veces 1, 2 y 3 horas de plomo continuo [...] (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 288).

Voltando à *Junta*, esta ganhou força e expandiu suas brigadas para além das fronteiras da então *Urbanización Dos de Diciembre*, chegando a ser considerada como um poder paralelo que ameaçava o novo governo.

Llegó un momento en que las brigadas nuestras tenían más de 5.000 hombres, estaban en toda la ciudad, dirigiendo el tráfico en Petare, La Pastora, por todas partes, persiguiendo ladrones, cazando esbirros, prestando toda clase de servicios [...] Se dijo que habían dos gobiernos: el de Larrázabal y el mío (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 257).

Em meio à dura repressão que se seguiu às principais lideranças da *Junta*, foram organizadas também nos *bloques Comités de Autodefensa* e outras associações civis.

A *Junta* acabou dissolvida devido a uma série de problemas, entre eles, o desgaste de suas lideranças, como o próprio Diógenes Cavallero, acusado de vender apartamentos a altos preços e por seus enfrentamentos com os estrangeiros (colombianos, bolivianos, peruanos etc.) que eram proibidos de se mudar para a região, além da própria questão da repressão do Estado que acabou prendendo Cavallero por razões políticas. Porém, antes de se dissolver, a *Junta* mudou o nome da então *Urbanización Dos de Diciembre* para *23 de Enero*, condição que, no entanto, só seria oficializada pelo Conselho Municipal em 1967, depois de várias tentativas de abaixo-assinados.

[...] recogimos 5.700 firmas en 1958 y en 1959 [...] Fuimos los primeros que utilizamos ese nombre para la parroquia. Lo utilizamos y lo insistimos en que debería llamarse así “23 de Enero” ante los organismos oficiales y ante la comunidad en general (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 264-265).

É interessante notar que o fato de aqueles moradores terem reivindicado a data da queda do ditador para nomear sua *parroquia*, é repleto de significado. Nas entrevistas

por nós realizadas, quando perguntados sobre o sentido do *23 de Enero*, foi recorrente observar nas respostas uma associação do nome a um sentimento de rebeldia, de combatividade, de resistência. O dia 23 de janeiro é a data em que um ditador foi derrubado pelas pressões populares. Portanto, entre os entrevistados, esse resgate tem o sentido de colocar em evidência o protagonismo popular - que se manifestou no combate à ditadura, no combate ao caráter exclusivista da democracia *puntofijista* e, atualmente, na sustentação da Vª República.

Para Juan Contreras, liderança histórica da *parroquia*, que atuou na guerrilha urbana dos anos 80, a data tem o seguinte sentido:

El 23 de enero desde el punto de vista histórico, pues, significa el quiebre con un sistema, con el sistema de la dictadura y significa el nacimiento del sistema democrático en Venezuela que, por cierto, esas esperanzas de sueños, de libertad, de democracia, rápidamente fueron secuestradas por una elite que pactó con el gobierno de los EUA [...] El 23 de enero, es eso... una fecha histórica, es la caída de la dictadura, es la entrada en vigencia de un sistema que no satisface desde el principio las necesidades y secuestra ese espíritu de rebeldía, ese espíritu de libertad que buscaba esa generación del 23 de enero que luchó para derrocar la dictadura (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Ao falar sobre o sentido do “23 de enero”, César Rivas, outro morador da *parroquia* que também atuou (e atua) na militância comunitária (sobretudo à frente de grupos culturais), ressaltou em sua entrevista o fato de que o povo derrubou o ditador, porém sua queda deu início a uma democracia representativa e repressora, responsável por sistemáticas perseguições, assassinatos e desaparecimentos. Para ele, durante o regime *puntofijista*, a *Parroquia 23 de Enero* se tornou um espaço onde teria sobrevivido o espírito de rebeldia que marcou aquele dia de 1958.

[El 23 de enero] fue una fecha muy importante porque eso dio pié para que naciera una nueva democracia entre comillas que no fue tanto eso [...] luego de esa fecha nace esa fulana democracia que no fue otra cosa que la persecución a la izquierda [...] Eso genera, por supuesto, el hecho de que esta parroquia haya asumido un papel muy importante, pues, porque aquí la guerrilla fue un bastión guerrillero. Aquí se ha dado la lucha, producto de esa persecución... [...] Yo pienso que ese bastión era fuerte, de izquierda, había muchos líderes, había gente que era muy crítico al sistema – sistema que no era otra cosa que sistema democrático entre comillas que lo que hacía, bueno, era reprimir salvajemente (RIVAS, entrevista, 2010)

O sentido da representação da *parroquia* varia ao longo do tempo, respondendo sempre às demandas do tempo presente. Nesse sentido, essas entrevistas estão inseridas em um contexto no qual existe um governo que é entendido como uma vitória de todo esse “espírito de luta”, de combatividade, de militância e, portanto, são adjetivos bastante ressaltados tanto pelo próprio governo, quanto por suas bases sociais.

Já durante a democracia *puntofijista*, outros elementos ganharam maior destaque: se para muitos moradores, havia uma perspectiva do *23 Enero* como uma região rebelde e combatente; na mídia e no senso comum, prevaleceu uma representação associada também à violência, drogas, mortes, desaparecimentos – mas este viés analisaremos melhor adiante.

Voltando à *Junta Representativa do 23 de Enero*, esta, ao se dissolver, cedeu lugar para *Junta Pro-Vivienda del “23 de Enero”* que Cavallero também presidiu. Segundo ele, “uno de los objetivos que nosotros nos habíamos planteado era que se nos diera la adjudicación legal de los apartamentos” porque havia uma “ocupación de hecho, pero no de derecho” e havia grande resistência por parte do governo em reconhecer aquele *status quo* (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 248) . Por fim, o governo acabou obrigado a institucionalizar a situação, regulamentando os aluguéis e encaminhando procedimentos de compra. De acordo com o *Proyecto de Evaluación de los Superbloques*, a idéia era definir cotas condizentes com as condições de vida daquela população que então passara a viver nos *bloques*. Segundo Maureen Cobo,

Cuando cayó la dictadura de Pérez Jiménez [...] la gente invadieron los edificios, pero logo el INAVI (Instituto Nacional de la Vivienda) impuso al derecho de todo el mundo a pagar sus cuotas. Se pagaban unas cuotas muy bajas, porque en aquel entonces 100 bolívares era muchísima plata, era lo que muchas veces ganaba un trabajador: 50, 100, 20... Entonces, las cuotas para los apartamentos eran muy bajas. Los apartamientos costaban 17 bolívares [...] pagaban 5 bolívares mensuales por el apartamento (COBO, entrevista, 2010).

Os contratos foram entregues ao longo dos anos 60.

Outro objetivo da *Junta* era recuperar as áreas verdes do processo de *ranchificación*, ou seja, da ocupação das mesmas por moradias improvisadas feitas por novos imigrantes. Nesse sentido, é interessante arpofoarmos um pouco mais as tensões sociais existentes entre os moradores dos *bloques* e os moradores dos *barrios* (e

dos *ranchos*), que ilustram as pluralidades existentes no interior da *parroquia* – tema que será analisado na sequência.

2.7. Los Bloques y los Barrios: Tensões Sociais no 23 de Enero

Diante do quadro crítico que a *Junta de Gobierno* teve de enfrentar no momento de sua posse, isto é, crise econômica, instabilidade social e política, desemprego – devido ao fim das grandes obras públicas de Pérez Jiménez –, forte êxodo rural, entre outros, foi definido um *Plan de Emergencia*. Este último tinha como objetivo diminuir em algum grau a insatisfação popular, evitando, assim, que o processo saísse do controle e fosse garantida uma transição pacífica para a democracia. Desta forma, o governo investiu em obras de infraestrutura e de provisão de serviços nos *barrios*, ampliando a oferta de emprego.

Os resultados foram positivos no sentido de que houve uma melhoria das condições de vida nos *barrios*, com a construção de escadas, escolas, bombas d'água etc. Ao mesmo tempo, o *Plan* potencializou as organizações de base que estavam sendo construídas nas comunidades, especialmente no 23 de Enero. As *Juntas Pro-Mejoras* são um exemplo disso, pois a ideia era que os próprios moradores dos *barrios* orientassem os trabalhos do *Plan* (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 70) Paquita Yuliani foi integrante destas *Juntas*. Segundo a senhora, essas juntas também tiveram importante papel na distribuição de alguns apartamentos – especialmente os dos *bloques* do setor de *Sierra Maestra* que ficou pronto depois da queda de Pérez Jiménez – e na promoção de diversas atividades culturais e desportivas.

As atividades dessas *Juntas* fortaleceram um sentimento de participação e organização popular e garantiram apoio ao Governo Provisório. Wolfgang Larrázabal, candidato da coalizão da URD com o PCV, que estava à frente do *Plan* como presidente da *Junta de Gobierno*, conseguiu milhares de votos nas eleições de dezembro de 1958 a ponto de quase ganhar o pleito do então candidato do popular *Acción Democrática/AD*, Rómulo Betancourt. Segundo Pacheco *et al.*, na região do 23 de Enero, o Partido Comunista foi o que recebeu a maior votação. Por sua parte, Cavallero lembra que houve uma forte reação do povo com a derrota de Larrázabal:

esa noche, ardió Caracas, esa noche – quemaron El Silencio, la mayoría de los negocios, y los saquearon y volvieron a quemar a la

Central Madeirense⁹³ (que siempre la queman, eso no falla, esa está en número uno en la lista en el “23 de Enero”) (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 276).

Outra consequência do *Plan* foi que a oferta de empregos atraiu ainda mais gente que saía do campo em direção às cidades. Por essa razão, houve uma proliferação de *barrios* em várias partes da capital, inclusive, na região do *23 de Enero*. Cavallero observa com muitas reservas o crescimento deste setor no *23 de Enero*. Inclusive, um dos objetivos fundadores da *Junta Representativa do 23 de Enero* era o de preservar as áreas verdes da ocupação. Em outras palavras, trata-se de preservá-las dos chamados *rancheros* condição que, diga-se de passagem, muitos dos novos moradores dos *bloques* já haviam vivido. Segundo Cavallero, se não houvesse algum tipo de precaução,

iba a llegar un día en que el “23 de Enero” iba a estar lleno de ranchos por todos lados y eso [...] trae aparejado una serie de problemas, problemas de servicios públicos, por ejemplo, de transporte, de agua, y efectivamente después se agravó todo, aquí el agua nos es suficiente, ni los teléfonos, ni el transporte, ni nada. Además, eso trae la delincuencia de mal vivir, tiran cosas por las ventanas, tiran a veces bombonas y neveras (CAVALLERO in PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 279)

Portanto, percebe-se uma associação direta dos *ranchos* a um elemento estranho, que não deveria estar ali e que sua presença só traria problemas.

José Roberto Duque, em entrevista, destaca o cuidado que devemos ter ao tratar da história do *23 de Enero* justamente por esta estar repleta de dinâmicas diferenciadas.

[...] es muy difícil hablar de una historia del “23 de enero” porque el 23 de Enero no es una unidad homogénea, sino que es una construcción donde hay muchas comunidades... donde hay varias comunidades que tienen sus particularidades, que tienen sus historias particulares y cuando tú juntas todas estas historias lo que tienes son historias de confrontaciones, de incongruencias, que te hablan no de una comunidad, sino de muchas. Por ejemplo, yo recuerdo [...] la impresión horrible que me quedó a mí una vez cuando oí a mis tías que vivían en los bloques, que vivían en los edificios, referirse a la gente que vivía en los ranchos - las casitas informales -, como “los rancheros”... Eso es un término despreciativo muy fuerte: “¡salgan los rancheros!” (DUQUE, entrevista, 2010).

⁹³ A Central Madeirense era o maior armazém da região do *23 de Enero* onde eram vendidos alimentos e suprimentos básicos. Nos episódios mais críticos, a Central era um dos principais alvos dos revoltosos, que a saqueavam e a ateavam fogo.

Por outro lado, soluções inusitadas foram encontradas para resolver esse tipo de problema. Duque destaca o caso do conflito que havia entre os jovens do *Barrio Los Arbolitos* e do *Bloque 7* que, apesar de frequentarem a mesma escola, viviam em um permanente estado de tensão que se desdobrava em brigas frequentes:

[...] el barrio que se llama Los Arbolitos, queda cerca de la redoma del Bloque 7. Pero los muchachos de Los Arbolitos tenían una pelea, una zona de confrontación, con la gente del Bloque 7 [...] Todos iban a la misma escuela, pero se identificaban como miembros de vainas distintas y así se les pasaban... cayéndose a golpes, a piedras... Entonces, un día, a alguien de Los Arbolitos se le ocurrió acercarse a alguien del Bloque 7 y le dijo “mira, vamos hacer una vaina, chico, vamos hacer un juego de beisbol... vamos hacer un juego de beisbol entre Los Arbolitos contra el Bloque 7 y matamos esa vaina, hacemos un sancocho⁹⁴ y resolvemos estas diferencias”. Y eso fue creando una unidad [...] (DUQUE, entrevista, 2010)

Jogos de vários esportes opondo *barrios* de um lado e *bloques* de outro são muito comuns até hoje no *23 de Enero*.

Apesar dos vários esforços e das relações já terem melhorado significativamente ao longo dos anos, atualmente, ainda é possível encontrar certo ressentimento em relação aos *barrios* e a seu processo de ocupação, levando em consideração que eles provocaram mudanças nas condições de vida dos moradores dos *bloques*. É o caso do relato de Maureen Cobo. A moradora do *Bloque 52-53* de *Sierra Maestra* lembra que

la vida aquí era sabrosa. Aquí había mucha neblina. En las tardes, ya después de las 2, de las 3 de la tarde, era sabroso porque el clima era muy frío. Había muchas plantas de eucalipto. Entonces, siempre en la tarde nos poníamos suéteres... después, fueron invadiendo y al invadir desforestan... y al desforestar el clima cambia... ya no es la misma neblina de las tardes... ya no tomamos más los chocolaticos en las tardes porque no vale la pena... porque no hay... eso friito de la tarde que era tan sabroso (COBO, entrevista, 2010).

Para Cobo, apesar das pessoas dos *barrios* afirmarem que os moradores dos *bloques* vivem em melhores condições, hoje, seriam os moradores dos *barrios* que teriam melhor infraestrutura:

la gente que venía e invadía, decía que los que vivían en los bloques tenían dinero y todavía aún dicen que las personas de los bloques

⁹⁴ *Sancocho* é uma sopa feita com várias carnes que é muito comum de ser oferecida em ocasiões de confraternização entre os vizinhos. Ao redor de uma grande panela de sopa, as pessoas comem, conversam e se divertem. Seria algo parecido com a nossa feijoada.

tienen dinero. Sin embargo, esas invasiones ahora se convirtieron en unas casas muy bien hechas, con pisos de falqué y todo lo demás que muchas veces está mejor, desde el punto de vista inmobiliario todo, que lo mejor apartamento (COBO, entrevista, 2010).

Mesmo quando observamos em alguns relatos uma preocupação maior em destacar que há solidariedade e harmonia entre os *barrios* e os *bloques*, como foi o caso da entrevista de Grisel Marín, dois elementos podem ser considerados como certa hierarquização na relação entre ambos: primeiro, em seu discurso, Marín fala que os moradores dos *bloques* **receberam** os moradores dos *barrios* (como se a propriedade da região, na verdade, fosse originalmente deles e os últimos estivessem ali por uma **concessão**, um **gesto de solidariedade**). Nessa linha, no relato, Marín diz que, no começo, **deixaram** certo vizinho permanecer vivendo numa casinha próxima ao *bloque* que, por sua vez, teria dado origem ao *Barrio Camboya*;

Bueno, acá en el sector central todo comenzó por un señor que habitó al lado del Bloque 28. [Cuándo] empezaran a adjudicar los apartamentos, él, por supuesto, quedó fuera. Entonces, la gente, organizándose desde ya para administrar el edificio, bajo la figura del condominio, **decidieron dejarlo allí**, porque lo apreciaban, era un vecino... **han dejado al señor allí por solidaridad** también... es el nacimiento del Barrio Camboya. Nuestro querido Barrio Camboya donde hay una vida cultural multicolor. Entonces, este... hemos aprendido a convivir con ellos y ellos con nosotros. **Los recibimos y ellos son nuestros hermanos**. Detrás esta Santa Rosa... igualmente... la misma génesis... y esta Santa Clara... y el Barrio Observatorio [grifos nossos] (MARIN, entrevista, 2010)

Um segundo aspecto é o destaque dado pela entrevistada na caracterização dos *barrios* como *ranchos* que pode ser interpretado também como certo preconceito naturalizado – conforme explicaremos melhor adiante –, muito comum entre os moradores dos *bloques*: “recuerdo cuando se comenzaron a construir las primeras casas – *ranchos* –, cuando la ordene era tumbarlos... eso era en tiempos de Pérez Jiménez [...]” [grifos nossos] (ibid.)

Associo este conteúdo pejorativo ao termo *ranchos* ou, sobretudo, *ranchero* – que apareceu também em outras falas - porque ele não é utilizado com a mesma naturalidade por um habitante de um *barrio*. César Rivas, por exemplo, quando fala da fundação do *Barrio Sucre*, diz que foi difícil nos primeiros anos, pois os moradores dos *bloques* os viam como “invasores” e “rancheros” (termos que lhe causam certo desconforto). Para Rivas, é importante considerar que a proliferação de *barrios* não pode ser resumida a

um problema de devastação de áreas verdes, quando, na verdade, se tratava da necessidade daquelas pessoas que saíam do campo para as cidades, de conseguirem um lugar para viver:

[...] Barrio Sucre nasce, pues, cuando se ocupa una área verde en 1958, 57. [...] Esa área fue, bueno, llaman de “invadida” [...]. **Pero más que invadida, eran las necesidades que tenían la gente de poseer vivienda.** El éxodo de la gente del interior a la ciudad fue muy grande en estos tiempos y había que vivir en algún lado. La vivienda era muy caótica, no existía y, bueno, fueron tomándose áreas. Esto trae como consecuencia un aspecto contraproducente con los bloques porque había rencilla, ¿no? Nosotros éramos los fundadores de la calle Miranda, del sector Barrio Sucre. Pero, **éramos invasores para los habitantes de los bloques, cuando decían rancheros también.** [...] fuimos golpeados muchas veces... atacados... porque para los bloques estos eran áreas verdes y que no tenían que haber sido invadidas, pero como te dije, muchas de las áreas de aquí de Caracas la urbe ya empezaba a habitarse de esta manera y el Barrio Sucre no escapó de esto.... [...] (RIVAS, entrevista, 2010).

De todo modo, esses relatos nos ajudam a refletir sobre os cuidados que devemos ter ao tratar da história do *23 de Enero* e, por conseguinte, de suas representações. Conforme Duque já havia chamado atenção, são muitas as histórias e dinâmicas que subjazem aos *bloques* e aos *barrios* e, diríamos mais, não apenas entre estes últimos, mas em cada *bloque*, em cada *barrio*, de cada setor. A dinâmica de vida do setor *Mirador* é bastante diferente do setor de *La Cañada*, por exemplo, já que este último conviveu por muito tempo com um *Módulo de la Policía Metropolitana* na vizinhança e se trata de uma região central. Porém, isso não significa que deveríamos nos abster de buscar traçar uma história que englobe todas essas diferenças e que busque compreender de que maneira foi se constituindo essa representação geral da *parroquia* como um espaço de lutas políticas e organização popular. Este, inclusive, é um dos maiores desafios do ofício do historiador: escrever uma história de caráter mais geral, sem perder de vista a pluralidade e o dinamismo local.

Poderíamos indagar agora, quais elementos poderiam unir de alguma maneira esses diferentes espaços e moradores do *23 de Enero*? Ora, vivendo nos *barrios* ou vivendo nos *bloques*, em qualquer setor do *23* – sendo, é claro, em alguns lugares com mais intensidade, noutros com menos – uma coisa é certa: a convivência com a luta armada e com a repressão foram experiências que, de alguma forma, marcaram a vida de todas aquelas pessoas – direta ou indiretamente – e são de fundamental importância

para compreendermos a elevação da *parroquia* a esta condição de ícone de combatividade e de violência pelo qual ficou conhecida e nos ajuda a imprimir um novo sentido aos áureos tempos de democracia *puntofijista* que se seguiram à queda de Pérez Jiménez.

2.8. Democracia? Luta Armada, Repressão e Movimentos Sociais no 23 de Enero

Avenida Sur 2, esquina de *Pajaritos*, em frente às Torres do *Centro Simón Bolívar*, centro de Caracas, março de 2010, por volta das 17h. Estava na companhia de Grisel Marín, nossa entrevistada, saíamos do centro em direção ao *23 de Enero*. Íamos pegar um táxi. Quando o primeiro carro parou, o motorista nos perguntou o destino. Ao respondermos “23 de Enero”, o homem pensou e exigiu uma quantia exorbitante para o equivalente à corrida, cerca de Bs 40. Marín, incrédula, criticou a quantia estipulada pelo motorista, alegando preconceito pelo fato do destino se tratar o *23 de Enero* – considerado até hoje uma zona de risco. O motorista se manteve irredutível. Tivemos que aguardar por um outro táxi, até aparecer um senhor que não conhecia muito bem a região e aceitar fazer a corrida pelo valor normal de Bs 20.

Para os moradores do *23 de Enero*, até hoje, a vida é um pouco mais complicada que a dos moradores de outras regiões da capital. Ouvi recorrentes histórias de estágios e ofertas de emprego que eram negadas ou comprometidas no momento em que se apresentava o comprovante de residência. Muitos moradores se viam obrigados a mentir sobre o lugar onde viviam.

Peggy Brieva, por exemplo, vivia em *Petare* antes de ir morar no *23 de Enero*, nos anos 80. Em entrevista, ela nos conta sobre o medo que tinha do 23, pois sua imagem estava associada à violência, mortes, desaparecimentos, sem saber exatamente o porquê. Ouvia-se falar dos *encapuchados*, da luta armada, mas seus fundamentos e objetivos eram obscurecidos pelos enfrentamentos com a polícia. O *23 de Enero*, em síntese, ainda é um símbolo de perigo e poucas pessoas tem a coragem de atravessar suas fronteiras.

[...] muchas veces escuchaba el “23 de Enero”, pero le escuchaba que matan a la gente... Me daba miedo. Estaba viviendo allá en Petare... Lo que se escuchaba [del 23] era plomo [...] Una vez me fui de vacaciones detrás a Maracaibo y me dieron una carta para traérsela aquí mismo al Bloque 17 donde estaba el módulo de la PM e yo no me

atreví ni siquiera a meterme por los comentarios que hablaban del “23 de Enero” (BRIEVA, entrevista, 2010).

Duque também ao chegar no *23 de Enero*, depois de emigrar de uma pequena cidade do interior do Estado de Lara, ficou impressionado com a violência protagonizada por jovens que naquela época tinham a sua idade.

En al año 81, entonces, yo tengo 16 años y me vengo a Caracas estudiar... [...] Yo pasé de un pueblo donde raras veces se escuchaba una explosión a una parroquia donde los muchachos andaban con armas de fuego [...] Uno de los mis primeros encuentros con la violencia política tuve lugar seguramente unas pocas semanas o meses de llegar al 23 de Enero. Recuerdo que había una manifestación que tenía que ver seguramente con el transporte o con el agua y había una cantidad de muchachos poniendo barricadas en la calle, levantando la alcantarilla, poniendo tacos en la vía, echando basura en la calle y quemándolas [...] Esa fue la primer cena que yo vi de activismo relacionada con la violencia política... eran muchachos muy jóvenes. Es decir, después me enteré que había mucha herencia de violencia política y de lucha armada en el 23 de Enero, pero ver muchachos de mi edad haciendo esta clase de activismo fue una cosa que me impresionó mucho (DUQUE, entrevista, 2010).

Esse tipo de caracterização do *23 de Enero* é muito comum não apenas nas entrevistas, mas na escassa produção bibliográfica sobre a história da *parroquia*. Quando avançamos um pouco mais no tempo, a temática da luta armada ou basicamente sobre a violência, ganham um maior espaço. É certo que a violência política é o alvo da maior parte dos estudos, embora a violência comum de pequenos delitos, roubos, assaltos, também fizesse parte dessa realidade – como em todas as regiões onde predomina um quadro socioeconômico marcado por profundas carências⁹⁵. Nos anos 80, conforme veremos adiante, essa violência comum vai ganhar uma maior proporção devido à disseminação das drogas no *23 de Enero*, convertido em um dos principais fornecedores de Caracas.

No que diz respeito à violência política, em primeiro lugar, é importante destacar o crescimento das organizações políticas na região. Estas últimas protagonizaram a luta

⁹⁵ Nos anos 80, Romulo Guédez (1998, p.40-41), em sua monografia sobre a violência no *23 de Enero*, destacou que a violência delitiva era inferior no 23 em relação às demais *parroquias* de perfil equivalente, embora bastante significativa: numa progressão dos anos 70 aos anos 80, fornecidos pelo Ministério da Justiça e utilizados pelo autor, podemos perceber um aumento dos índices de delitos no 23 (de 832, em 1977, para 1074, em 1981), porém isso se deu a nível do Distrito Capital. A *Parroquia La Vega*, por exemplo, subiu de 1047 delitos, em 1971, para 1747, em 1981; e a *Parroquia El Valle*, de 2.649 para 2.956. Isso para não mencionarmos *parroquias* com maior densidade demográfica onde se percebe índices ainda maiores de progressão de delitos.

armada na *parroquia* ao mesmo tempo em que surgiram e se consolidaram um conjunto de associações de vizinhos, grupos culturais, desportivos, religiosos, sob iniciativa de outros moradores e, muitas vezes, em articulação com os partidos hegemônicos *puntofijistas*, AD e COPEI.

A opção de muitas dessas organizações pela luta armada não é uma especificidade da Venezuela ou do *23 de Enero*. Nos anos 60, em particular, sob a influência da vitoriosa Revolução Cubana, milhares de homens e mulheres, em vários países latino-americanos, tentaram reproduzir a fórmula que havia tido sucesso naquela pequena ilha do Caribe: a guerrilha urbana e rural. Apesar do contexto na Venezuela ser relativamente peculiar, pois à diferença de seus pares de *Nuestra América*, que estavam imersos em ditaduras civil-militares, ali se vivia uma democracia, considerada por muitos como um modelo para as Américas, esta democracia, consagrada pelo regime *puntofijista*, tinha uma face obscura e repressora, a qual muitos moradores do *23 de Enero* conheceram de perto. Juan Contreras, militante da luta armada na *parroquia* e líder comunitário até os dias atuais, ilustra essa influência da Revolução Cubana naqueles jovens, nos anos 60:

se da en 1º de enero del año 1959, el triunfo de la Revolución Cubana que impacta a toda América Latina por igual y ese proceso revolucionario deja, en toda esa juventud que se está formando en América Latina y en Venezuela, ese espíritu de rebeldía. Y mucha gente pensó que dejarse crecer la barba, irse a las montañas, agarrar un fusil, para luchar por la justicia social y el socialismo era sinónimo de triunfo como había ocurrido en Cuba (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Rômulo Betancourt foi o primeiro presidente venezuelano do período democrático. Suas políticas voltadas para as comunidades mais pobres, como o *23 de Enero*, são classificadas por Mirna Pacheco *et al.* como “política de fome” (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 81), quer dizer, o novo presidente não teria cumprido suas promessas de campanha de melhorar as condições de vida da população, sobretudo dos *barrios* de Caracas, que continuavam crescendo em grandes proporções.

Para termos uma idéia, segundo o Censo Nacional de 1950, a população do Distrito Capital somava cerca de 709.602 mil habitantes, um crescimento relativo de 86,69% em relação ao último censo de 1941. Na *Parroquia Catedral*, onde se localizava parte do *23 de Enero*, a população cresceu de 28.798 para 40.648 habitantes

(crescimento relativo de 41,15%); e na *Parroquia Sucre*, que correspondia à outra parte do *23 de Enero*⁹⁶, saiu de 33.607 para 112.758 habitantes (crescimento relativo de 235,52%)⁹⁷. Já o Censo de 1961 fala de uma população para o Distrito Capital de 1.257.515, para a *Parroquia Catedral* de 76.837 e para a *Parroquia Sucre* de 202.990 habitantes.

A inexistência de um programa de políticas públicas por parte do governo para solucionar os problemas mais imediatos da população, somada ao desemprego – aprofundado com o fim das obras do *Plan de Emergencia* – e à recessão econômica que vivia o país – ainda se recuperando dos efeitos da queda dos preços do petróleo no final dos anos 50 – compuseram um quadro ainda mais crítico para a consolidação da transição democrática. Esta última seria assegurada com ampla repressão. Um dos primeiros alvos foi o PCV que, apesar de ter assumido um papel protagônico na derrubada de Pérez Jiménez, foi excluído e jogado na clandestinidade. Junto aos comunistas, todos aqueles que não concordassem com as novas diretrizes do governo passaram a ser duramente reprimidos. O famoso lema “atire antes, pergunte depois” se tornou emblemático destes tempos.

No *23 de Enero*, em particular, o PCV com seu braço armado - as *Fuerzas Armadas de la Liberación Nacional/FALN* -, o recém-formado *Movimiento de la Izquierda Revolucionária/MIR* (dissidência da AD) e a URD foram os partidos de maior aceitação na região, compostos majoritariamente por jovens dos 16 aos 18 anos. Foram eles que estiveram à frente da luta armada e das primeiras investidas contra as ações repressivas do Estado e a favor de melhorias das condições de vida da *parroquia*. Apesar dos esforços do governo em silenciar essas vozes dissonantes através da violência, financiando a entrada de grupos paramilitares na região (*La Cobra Negra*), construindo *Comandos de la Policía* nos últimos andares de alguns *bloques* da zona do *Mirador* e incentivando desaparecimentos, torturas e assassinatos; a resistência sobrevivia, protegida pela geografia da zona, com seus *bloques*, *barrios*, diversas entradas e saídas para a região e pela colaboração dos vizinhos (que escondiam os rebeldes em suas casas, lhes arranjavam comida, dinheiro, guardavam e forneciam

⁹⁶ A *Parroquia Sucre* foi construída em 1936 devido aos altos índices de concentração demográfica na região oeste da cidade. Os *Bloques* de *La Silsa*, posteriormente vão fazer parte da *Parroquia 23 de Enero*. O restante da região continuava sob a unidade territorial da *Parroquia Catedral*.

⁹⁷ Para colocarmos estes dados em perspectiva, este crescimento que estamos tratando nem se compara ao equivalente do censo de 1936 para o de 1941: a *Parroquia Catedral* havia crescido de 24.199 para os 28.798 habitantes já citados (crescimento relativo de 19%); a *Parroquia Sucre*, de 10.123 para os 33.607 (crescimento relativo de 231,99%); e o Distrito Capital como um todo de 283.418 para 380.099 habitantes (crescimento relativo de 34,11%). Ver Censo de 1951.

armas ou artefatos para construir armas, como gasolina e garrafas, por exemplo, para as bombas molotov etc.) (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 87-90).

No governo de Betancourt, houve um esforço no sentido de apoiar outras organizações sociais no interior das comunidades. No *23 de Enero*, por exemplo, as *Juntas Pro-Mejoras* dos *barrios*, se converteram em *Juntas Pro-Desarrollo de la Comunidad*, com grande participação de lideranças da AD e URD⁹⁸. Segundo Octavio Anderson, residente do setor *El Porvenir*, em *Sierra Maestra*, havia muita corrupção entre os membros das *Juntas Pro-Mejoras*, pois se tratava de um pequeno grupo que recebia recursos do governo, mas que não os transferiam para a comunidade (ANDERSON, entrevista, 2011). Porém, os altos índices de votação em partidos hegemônicos do *Punto Fijo* na *parroquia* – aspecto que analisaremos mais adiante –, não podem ser explicados somente pelo clientelismo, demonstra que havia também certa legitimidade dessas organizações.

Da mesma forma, nos *bloques* foram construídos os *Comités Sociales* que tinham por objetivo contrabalançar a influência da esquerda radical no encaminhamento das políticas na região. O governo se dispunha a oferecer recursos através do *Banco Obrero* e outras instituições para financiar algumas obras necessárias. Um grupo de moradores mais mobilizados, de 5 ou 10 membros, respondiam diretamente ao Estado e decidiam quais obras seriam feitas (conserto de elevadores, pintura de paredes, provimento de água, gás, luz, entre outras demandas imediatas). A opção cativou, principalmente, os militantes e ativistas mais velhos (cerca de 40 anos). (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 93-95).

A juventude militante que atuava nas organizações armadas de vanguarda possuía restrições a estas instâncias e reivindicavam seus direitos através de outros meios. Em oposição aos comitês, esses jovens do MIR e do PCV, principalmente, formaram os *Clubes Juveniles* ou *Comités Juveniles*. Sua função era, concomitante à luta armada, promover atividades culturais na *parroquia* relacionadas a temáticas políticas, tais como dança, teatro, festas, excursões, artes plásticas etc. (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 96-97). Houve muita repressão sobre essas iniciativas, o que contribuiu para que acabassem desmanteladas nos anos seguintes. Porém, isso não significou o fim da organização política da *parroquia* que vai sobreviver ao longo dos anos, através de novas formas e com novos sujeitos à frente.

⁹⁸ Lembrar que houve uma ruptura na URD, parte do movimento se dedicou à luta armada, parte continuou participando do *Pacto de Punto Fijo*.

Portanto, os efeitos de todas essas organizações foram ambíguos no *23 de Enero*. Observamos, por um lado, a persistência de uma organização rebelde armada e, por outro, a existência de outras organizações comunitárias que atuavam com o apoio dos partidos hegemônicos, ambos possuindo certo respaldo da comunidade. A questão é que se o respaldo à ordem vigente pode ser observado nos índices eleitorais, o respaldo à luta armada é mais difícil de ser medido. O que podemos inferir é que a sobrevivência dessas organizações na *parroquia* ao longo dos anos depende, em certa medida, da conivência ou mesmo do apoio dos vizinhos que não as delatavam para os órgãos de segurança e que as auxiliavam de diversas formas no cotidiano.

Em termos de repressão, ela se tornou mais feroz, sobretudo durante o governo de Raul Leoni (1964-1968), sucessor de Betancourt. Kléber Ramírez Rojas, em seu livro de memórias sobre o 4 de Fevereiro de 1992⁹⁹ que reúne uma antologia de cartas e entrevistas concedidas pelo ativista político, relembra em uma oportunidade as ações da *Cobra Negra* e as vincula a uma política deliberada e intimidatória do Estado:

eso de los escuadrones de la muerte, las amenazas y las intimidaciones de grupos como la Cobra Negra, es parte de la política [repressiva] del Estado en un momento en que se encuentra acorralado, pues ha perdido el consenso y la legitimidad. La desesperación y la ausencia de un piso político sólido y su compromiso con una política económica y social francamente impopular, los lleva a asumir [...] la represión como último recurso. No hay que olvidar que la política de desaparecidos comienza en América Latina con el gobierno de Leoni. Gonzalo Barrios¹⁰⁰ es el ideólogo de este tipo de operaciones. A diferencia de Betancourt, quien combatía a sus enemigos de una manera frontal, Leoni y Barrios son los precursores de este tipo de medidas [...] intimidatorias (ROJAS, 2006, p. 213-214).

Grisel Marín também recorda das ações desse grupo na *Zona Central* da *parroquia*. Segundo a moradora do *Bloque 30*, o *Cobra Negra* invadia os edifícios, arrombava portas e reprimia indiscriminadamente a todos os moradores.

Recuerdo que una vez entraron al bloque 30 a cuenta de un disturbio que había aquí, estudiantil, en el [Liceo Manuel] Fajardo, y ellos allanaran, incluso, hasta aquí llegaron a entrar violando toda la

⁹⁹ Data do golpe de Estado, liderado por Hugo Chávez, contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Cf. Capítulo 1 desta dissertação.

¹⁰⁰ Barrios junto a Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Luis Beltrán Prieto Figueroa, Andrés Eloy Blanco, Leonardo Ruiz Pineda e Jesús Ángel Paz Galarraga, fazem parte da “Geração de 1928” – movimento de estudantes que teve importante papel na derrocada da ditadura de Juan Vicente Gómez - e são os fundadores do *Acción Democrática/AD*, em 1941. Barrios era Ministro das Relações Exteriores do governo de León.

inmunidad de este recinto estudiantil. Entonces, así mismo, entraron en los apartamentos a los edificios tanto el 30 cuanto el 29 y se hacían llamar La Cobra. Eran el grupo Cobra. Y fueron reventando puertas, golpeando gente por todo su camino. Eso era algo cotidiano aquí en el 23 de Enero. Después que terminaba el disturbio aquí en el Liceo, ellos terminaban en los bloques (MARÍN, entrevista, 2010).

Em termos de um quadro econômico-social da *parroquia*, será possível encontrar informações mais específicas da mesma a partir do Censo de 1971, pois em 26 de janeiro de 1966, o *Concejo Municipal* a reconheceu e regulamentou como *Parroquia 23 de Enero*, tornando-a uma unidade político-geográfica do Distrito Capital (GACETA MUNICIPAL, mês VII, año LXIV, nº 11.806), atendendo a uma demanda de quase uma década dos moradores daquela região. Em consequência, em 1967 foi construída também a chefatura civil da *parroquia*, localizada no setor *Mirador* (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 18).

Barreto, baseando-se no Censo de 1971 fala que àquela altura havia uma população de 113.865 habitantes, uma das maiores de Caracas (BARRETO in FUNDARTE, 1990, p. 18). Porém, é curioso notar que o Censo de 1981 registra um total de 86.767 habitantes, índice que vai decrescendo ao longo dos anos. O Censo de 1990 registra 81.529 habitantes e o de 2001, 76.721¹⁰¹. Isso não ocorreu com outras *parroquias* ou com o próprio Distrito Capital que viu sua população crescer ao longo desses anos, ainda que em proporções significativamente menores¹⁰². É provável que o aumento dos índices de violência na *parroquia* tenha contribuído para construir esse quadro, pois, além dos permanentes confrontos envolvendo mortes e assassinatos, aquela região deixou de ser a opção daqueles que ainda emigravam do campo ou de outras partes do país: segundo o Censo de 1981, 96,6% da população do *23 de Enero* era composta por venezuelanos, sendo que 75,5% eram caraquenhos. Entretanto um estudo mais específico sobre as razões deste decréscimo ainda é necessário. Por outro lado, é importante destacarmos que as informações contidas no censo são bastante limitadas. As dificuldades em censar os *barrios* que proliferaram no entorno dos

¹⁰¹ É importante lembrar que, no início deste capítulo, destacamos que as cifras levantadas pelo censo não dão conta da totalidade de indivíduos residentes na *parroquia*. Referimo-nos anteriormente que, dado o significativo aumento do número de *barrios* e das famílias residentes nos blocos, a população do *23 de Enero* poderia chegar a cerca de 500 mil habitantes. Ainda sim, as cifras trazidas pelo censo podem ser interessantes para pensarmos em termos tendências de crescimento da região.

¹⁰² Em 1971, o Distrito Capital registrava 1.658.500 habitantes; em 1981, 1.816.901; em 1990, 1.823.222; e, em 2001, 1.836.286.

edifícios, com suas moradias multifamiliares, explicam os índices conservadores apresentados.

O Censo de 1981 nos fornece outros dados interessantes no que diz respeito ao perfil socioeconômico da *parroquia*¹⁰³. Segundo Roberto Briceño León (in FUNDARTE, 1990, p. 52), foram registrados 16.454 moradias das quais, 62% eram apartamentos e 31%, casas que correspondiam aos *barrios*, sendo que destas, 3,2% eram consideradas *ranchos*, isto é, casas em condições mais precárias. A média era de 5,5 habitantes por apartamento e 5,2 habitantes por casa/rancho. Trata-se de uma população relativamente jovem, 56% dos habitantes possuíam menos de 25 anos, sendo a maior parte nascida e criada em Caracas, no próprio *23 de Enero*. No aspecto educacional, havia uma taxa de 3,2% de analfabetismo (contudo, este índice descarta os analfabetos funcionais), sendo que somente 35% terminaram os estudos do 2º grau e, destes últimos, quase a metade atingiu o ensino superior. Conforme atesta León, “no hay ni muchos analfabetos, ni muchos universitarios, es una población de fines de la primaria a inicios del bachillerato”. O índice de desemprego estava em torno de 10% da população economicamente ativa. Dos 48% da população que se encontravam trabalhando de maneira remunerada, 54% eram empregados, provavelmente nos arredores do centro da capital. Deste índice, 30% estavam empregados no setor privado e 24% no setor público. Os operários correspondiam a 25% dessa população, tanto do setor público, quanto do privado. Os trabalhadores autônomos correspondiam a 9,6%, dos quais 1% se julgava patrões. Cerca de 46% da população trabalhava no setor de serviços.

Es importante insistir en estas cifras, pues existe una difundida imagen del 23 de Enero como zona de obreros, lo cual, como se ve, no es del todo verdad. Es una población de lo que podemos llamar la ‘modesta clase media’, compuesta por empleados de nivel bajo o medio en la escala jerárquica de las empresas privadas y oficinas públicas [...] En conclusión, ni patrones, ni obreros, sino empleados (LEÓN in FUNDARTE, 1990, p. 53).

Esse panorama social mais orientado a uma classe média é fruto também dos efeitos dos áureos tempos petroleiros dos anos 70, quando a economia do país se reergueu da crise com o aumento dos preços do barril e houve uma relativa melhoria das condições de vida da população como um todo. Porém, nos anos 80, com a crise

¹⁰³ O Censo de 1971 contou com escassos recursos do Estado para sua realização, de sorte que o resultado final ficou bastante incompleto, fornecendo poucas informações a nível *parroquial*.

provocada pelas reformas neoliberais, houve uma mudança desse panorama no sentido de um empobrecimento da população e do aumento dos custos de vida.

Entre 1969 e 1974, depois dos duros anos do governo León, o novo presidente Rafael Caldera, deu início a uma “política de pacificação”. Àquela altura, muitos dos grupos políticos mais radicais que tinham vida no *23 de Enero* haviam sido desmantelados (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 102). Na metade dos anos 60, o PCV havia entrado em crise e passou a questionar a luta armada, voltando-se para a disputa eleitoral. Um pouco depois, o MIR também seguiu pelo mesmo caminho. Segundo Contreras, “en el año de 65, 64 o 65, el Partido Comunista entra en crisis: dice que la lucha armada está claudicada... y se lanzan a la lucha abierta, a buscar a través de los votos la elección para participar del Congreso de la República... otro tanto lo hace el MIR, en el año 69” (CONTRERAS, entrevista, 2010).

É importante ressaltar que, nos “salões”¹⁰⁴ do *Módulo de la Policía Metropolitana*, localizado na *Zona Central* da *parroquia*, muitos desapareceram e foram torturados – o que contribuiu para esse desmantelamento do PCV e do MIR.

Ainda assim, algumas organizações persistiram com a luta armada, como o *Partido de la Revolución Venezolana/PRV* ligado à FALN, nascido em 1966, com Douglas Bravo à frente; o *Bandera Roja/BR*, com Carlos Betancourt, nos anos 70, produto de uma divisão do MIR; e o *Organización de Revolucionários/OR*, com Julio Escalona, Marcos Gómez e Fernando Soto Roja. “Cada una de esas organizaciones son organizaciones político-militares que pretenden tomar el poder a través de las armas y implantar el socialismo” (CONTRERAS, entrevista, 2010). Estas organizações tinham frentes políticas legais para desenvolver concomitantemente a luta ideológica e a organização da comunidade – como a *Ruptura*, do PRV-FALN; e a *Liga Socialista*, da OR – através das quais se lançavam revistas de discussões e se organizavam comitês de trabalho. Segundo Contreras, “de esta época son las experiencias de ‘La Voz Del Mirador’, en el *Bloque 45*; la Casa de Cultura de Monte Piedad, y el ‘Frente Cultural’, ubicado entre La Cañada y la Zona Central” (CONTRERAS, 2000, p. 53).

O *Bandera Roja* tinha três frentes: *Comité de Lucha Estudiantil Revolucionária/CLER*, *Comité de Luchas Populares/CLP* e *Comité de Luchas Obreras/CLO* cujo objetivo era combinar ações dos estudantes, dos *barrios* e dos operários. Além disso, também possuía a revista “Que Hacer”.

¹⁰⁴ Para uma diferenciação entre os “salões” e os “porões” das forças repressivas do Estado, cf. citação nº 48 do capítulo anterior.

Todas esas organizaciones que son producto de esa división comienzan a militar en todo el país y comienzan a militar en el 23 de Enero [...] Esos primeros núcleos armados de organizaciones político-militares, como la OR, el PRV, Bandera Roja y Punto Cero. Punto Cero fue una organización que recibió el apoyo de Cuba, estuvieron allá entrenándose, y uno de los máximos jefes de ellos vivía aquí en el 23 de Enero, Rubén Álvarez [Ramón Antonio Álvarez o Comandante Rubén], cariñosamente llamado El Cabezón, que es asesinado en el año 72 (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Dentre as principais reivindicações estavam: “el tema de la represión, [a luta por] un servicio de agua permanente, que los servicios públicos funcionaran y calidad de vida para nuestra comunidad” (CONTRERAS, entrevista, 2010)

A questão da repressão, em particular, foi determinante para que muitos jovens aderissem às organizações armadas. No 23, eles eram o principal alvo das arbitrariedades da polícia conforme podemos observar na fala de Contreras,

La Guardia Nacional acostumbraba llegar aquí en el 23 de Enero con unas peinillas y nos cortaban el pelo... en esa época se usaba el (peinado) afro. Entonces, golpeaban a todo el mundo por igual, había una indiscriminación de la represión contra todos los que estuviesen y los que no estuviesen involucrados en la actividad. Y eso fue formando en uno un espíritu de rebeldía por los palos, la persecución. Prácticamente era un delito ser joven acá en el 23 de Enero [...] Mi casa fue allanada 49 veces por los cuerpos de seguridad del Estado [...] (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Este discurso está presente em outras entrevistas realizadas com tradicionais líderes comunitários do *23 de Enero* que estiveram ligados também à luta armada nos anos 70 e 80.

Luis Isturiz, por exemplo, mais conhecido como *Chaca*, destaca que esses grupos armados lutavam por direitos elementares, mas eram duramente reprimidos pelos corpos de segurança e, por essa razão, precisavam responder à altura.

Aquí había muchos grupos armados, por supuesto, peleaban por lo que era el agua, lo que era la justicia social, que todos tuviesen los mismos derechos y deberes, que existiera un sistema de transporte que funcionara, la permanencia de luz, de agua blanca y agua servida [...]. Lo que pasa es que cuando los cuerpos represivos del Estado atacaban, bueno, los compañeros atacaban. Atacaban de igual manera que los atacaban a ellos (ISTURIZ, entrevista, 2010).

Nos anos 60 e 70, os combatentes dessas organizações eram chamados de *ñángaras*¹⁰⁵. Porém, a partir dos anos 80, um novo adjetivo passou a ser utilizado para identificar a todos aqueles jovens *encapuchados*¹⁰⁶ que estavam envolvidos na luta armada: *tupamaros*. Esta denominação genérica, que tem suas origens numa caracterização feita pela polícia, se tornou extremamente popular nos meios de comunicação e no senso comum para qualificar toda e qualquer ação armada no *23 de Enero*, seja daqueles grupos envolvidos com a luta armada, seja dos grupos de narcotraficantes que ao longo dessa década vão ganhando cada vez mais espaço. Até hoje, a *parroquia* é conhecida como território dos *tupamaros* e, na maior parte das vezes, possui um sentido pejorativo, associado à violência.

A escolha do termo “tupamaros” para designar os “subversivos” venezuelanos está relacionada às semelhanças identificadas pela polícia com a famosa guerrilha urbana que ocorreu no Uruguai¹⁰⁷ e pelo fato de alguns jovens uruguaios que participaram dessa organização terem se refugiado no *23 de Enero* e, depois, presos. Nas palavras de Contreras,

la policía pone este nombre en boga para estigmatizar, para criminalizar a la juventud que en ese momento se venía levantando. Entonces, coincide con dos cosas: uno, la metodología que se está utilizando en ese momento [...] de expropiaciones financieras, pasando por los vehículos, el enfrentamiento armado, la propaganda armada [...] Como eso se estaba haciendo en un barrio muy cercano, al centro de la capital y se está haciendo en plena ciudad, era una metodología muy similar a la que utilizó el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros, en el Uruguay [...] Pero también, a mediados de esos años 80, cuando se bautiza a los movimientos del 23 de Enero de “tupamaros”, pues coincide con un hecho: que es el desmantelamiento de una banda que se decían ‘Los Tupamaros’, formada supuestamente por ex guerrilleros y por gente de Uruguay, dentro ellos, un sobrino de [Julio Maria] Sanguinetti [...] y otros muchachos jóvenes [que] caen aquí detenidos por expropiaciones a las entidades financieras

¹⁰⁵ Em Cuba, Honduras e Venezuela, em especial, *ñángara* é um termo utilizado para designar os comunistas, socialistas ou esquerdistas (militantes ou simpatizantes de partidos de esquerda).

¹⁰⁶ Um dos maiores símbolos da luta armada desses anos são os capuzes. Eram utilizados pelos jovens que atuavam na clandestinidade sob um permanente estado de confronto com a polícia, razão pela qual suas identidades eram mantidas anônimas.

¹⁰⁷ Os *Tupamaros* do Uruguai foram os protagonistas da guerrilha urbana naquele país nos anos 60 e 70 e durante a ditadura civil-militar (1973-1985). Foram duramente reprimidos pelo Estado, mas sobreviveram e voltaram à vida pública com a redemocratização formando um partido. O nome deriva do legado histórico da sublevação camponesa liderada José Gabriel Condorcanqui, no século XVIII, contra o Império Espanhol, que contou com amplos setores da sociedade. Condorcanqui mudou seu nome e ficou conhecido na História como Tupác Amaru II, em homenagem ao Tupác Amaru I, considerado herdeiro do trono Inca e que também havia se sublevado contra o Império Espanhol em fins do século XVI, na região do Peru.

buscando dinero para financiar la lucha en Centroamérica. (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Dentre as várias organizações que existiam na *parroquia* algumas se apropriaram do nome como o caso do *Movimiento Revolucionario Tupamaros/MRT* ou a *Frente de Resistência Popular Tupamaros/FRPT*.

Porém, existe uma grande polêmica entre as organizações do *23 de Enero* em relação aos “autênticos” *tupamaros* venezuelanos. Alguns membros do MRT, por exemplo, em entrevista a Maryory Fernández, em 2006, apresentaram-se como porta-vozes de todo esse movimento plural que representou a luta armada nos anos 70 e 80. Como se o movimento fosse um estuário para todas aquelas organizações.

Segundo Oswaldo Canica, líder do MRT, a apropriação do nome *tupamaro* pelos movimentos sociais da *parroquia* teria servido para dar uma unidade à luta contra repressão e ao narcotráfico – problemática que se tornou grave na *parroquia*, conforme veremos mais adiante.

Nosotros comenzamos a llamarnos Tupamaros, cuando empiezan a llamarnos [...] los Tupas del 23 de Enero. Se dieron aquí acontecimientos que [...] no teníamos nada que ver con eso pero sí asumíamos la responsabilidad porque era una lucha que se estaba generando a nivel nacional. [...] Entonces en ese momento comenzamos nosotros a fusionarnos, a integrarnos dentro de un planteamiento revolucionario (CANICA¹⁰⁸ apud FERNÁNDEZ, 2006, p. 119-120).

Sobre esse processo de fusão dos movimentos sociais da *parroquia* em torno do emblema “tupamaros”, Canica cita algumas dessas organizações

Dentro de esas corrientes bueno se encuentran: compañeros del MRT, Movimiento Revolucionario de los Trabajadores, compañeros que vienen de Bandera [Bandera Roja] [sic], compañeros que vienen de Venceremos; compañeros que vienen también, si se quiere de las luchas populares, centros culturales, deportivos, de agrupaciones que de alguna o otra manera contribuyeron al planteamiento de lo que hoy en día es Tupamaro (CANICA¹⁰⁹ apud FERNÁNDEZ, 2006, p. 113).

Lisandro Pérez, também conhecido como *Mao*, ex-militante do *Bandera Roja* e da *Frente de Resistência Popular Tupamaros*, associa os *tupamaros* ao primeiro

¹⁰⁸ Entrevista de Oswaldo Canica cedida à Maryory Ferndandez.

¹⁰⁹ Ibid.

*colectivo*¹¹⁰ formado na *parroquia*, como um desdobramento da luta armada e formado no âmbito do combate aos narcotraficantes:

El primer colectivo que nace, que no es con Chávez sino antes de Chávez, es lo que la gente llama "Tupamaros" [...] Mi persona y otros compañeros, vamos creando ese colectivo, pero muy en la clandestinidad [...] Nosotros nunca nos llamamos Tupamaros. Tupamaros nos puso fue el pueblo. [...] ¿Cuál era [nuestro objetivo]? Rescatar los espacios. ¿Por qué los espacios? Porque se estaba cayendo en lo que era el narcotráfico. [...] Entonces, nosotros comenzamos... claro, quizás con un método no muy correcto, [...] enfrentamientos directos con ellos (PEREZ, entrevista, 2010).

Alguns líderes autodenominados *tupamaros* decidiram, além do combate ao narcotráfico, participar de eleições e formaram o *Partido Político Tupamaro/PPT*. Segundo Fernández, trata-se da primeira ruptura do *Movimiento Revolucionario Tupamaro/MRT*, quando uma fração, sob a liderança de José Pinto, decidiu sair da clandestinidade e concorrer às eleições parlamentares de 2004, já sob o governo Chávez. No entanto, a porcentagem de apoio ao partido representou 2% dos votos válidos na circunscrição correspondente ao *23 de Enero*, sendo que o *Movimiento Al Socialismo/MAS* – partido de esquerda – recebeu 89% (FERNÁNDEZ, 2006, p. 126-129). Lisando Pérez não participou do partido, manteve-se na *Frente de Resistência Popular Tupamaros* por mais um tempo e, atualmente, desvinculou-se de todos os *colectivos políticos* e milita unicamente pelo *Partido Socialista Unido de Venezuela/PSUV*.

Juan Contreras, por sua vez, faz uma distinção entre o que seriam os “tupamaros históricos” e os “novos tupamaros”, mas ressalva que muitos daqueles militantes da luta armada estão fichados nos organismos de repressão como *tupamaros*.

En principio del año 98, producto de un asesinato aquí, pues, empieza un grupo a protestar eso que fue denominado los Nuevos Tupamaros. Pero los Tupamaros, digamos que históricos, fue la gente que se levantó aquí a los finales de los años 70, principios de los 80 que participó en toda esa jornada de lucha que se libró. De hecho, muchos de nosotros estamos reseñados en los cuerpos de seguridad de Estado como la DIM, la DISIP, que son los organismos de Inteligencia, como “tupamaros” (CONTRERAS, entrevista, 2010).

¹¹⁰ Os *colectivos políticos* são bastante característicos do *23 de Enero*, são organizações armadas que existem até os dias atuais, egressas da luta que se travou na *parroquia* nos anos 80 e 90 contra o narcotráfico, e voltados para um conjunto de trabalhos comunitários que analisaremos em detalhe mais a frente.

Nelson Santana, liderança de outro *colectivo político* que surgiu nos anos 80, o *La Piedrita*, e há muito tempo envolvido na luta política e cultural na *parroquia* - sobretudo através da pintura de murais políticos nos prédios e paredes dos *bloques*¹¹¹ -, quando perguntado sobre os *tupamaros*, no sentido de quem eram, negou-se a falar sobre eles, pois, para o *La Piedrita*, eles são considerados inimigos e assassinos.

É válido notar que, ao lado da luta armada dos anos 70 e 80, outras organizações foram ganhando forma e espaço: grupos culturais, associações de vizinhos, movimento estudantil, diversos tipos de trabalhos comunitários, grupos religiosos e desportivos. Segundo Pacheco *et al.*, essas organizações não tinham como perspectiva um horizonte revolucionário, mas sim o de desenvolver atividades na *parroquia* de diferentes tipos e obter melhorias. Contreras cita alguns destes grupos:

Unión Cultural Cañada, Cine Club La Hormiga, Jóvenes Unidos, Por un Mejor Vivir, Grupo Cultural José Félix Rivas, Amigos Del Teatral Cristo Rey, Fundarte (23 de Enero), el grupo Experimental Canaima, El Bambú, Nuestro Barrio, El Hombre Nuevo y Fetra cultura 23 de Enero (CONTRERAS, 2000, p. 55).

No âmbito dos grupos culturais, no princípio, muitos jovens estavam à frente, desenvolvendo atividades de caráter educativo, como “charlas de sexología, control de natalidad, pintura e historia” (PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 105). Como não estavam vinculados a nenhuma filiação partidária, tanto as organizações de esquerda, quanto as instituições governamentais ofereciam apoio às iniciativas numa disputa por áreas de influência. O resultado foi a politização e radicalização de muitos desses grupos. O objetivo passou, cada vez mais, a estar voltado para o resgate da cultura popular e para a construção de uma identidade local. “Se buscaba el desarrollo de una concepción de cultura popular que los conducía a la defensa de los derechos y libertades de su parroquia, por medio de actividades de teatro o danzas folklóricas” (PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 108). Na medida em que estes grupos passaram a enfrentar os corpos policiais com protestos, houve um distanciamento de muitos moradores com medo da repressão. Já no final dos anos 70, houve o esgotamento parcial dessas iniciativas.

¹¹¹ Santana é conhecido por homenagear em suas pinturas os combatentes do 23 que foram mortos e personagens históricas identificadas com as lutas sociais, como Manuela Sáenz, Che Guevara, Simón Bolívar, entre outros.

Houve também um forte estímulo dos partidos tradicionais do governo que, por sua vez, tinham bases sociais na *parroquia* também, para a formação de *Juntas de Vecinos*, que atuavam no combate tanto de narcotraficantes e outros delinquentes, quanto a ativistas de esquerda.

De esta época son las famosas Juntas de Vecinos de Cornelia Ruiz en el Bloque 3 y 4 de Monte Piedad, la de Diógenes Cavallero en el Bloque 45 de El Mirador y la de Rafael Centella en el Bloque 30 en la Zona Central, quien actuó con mucha dureza contra delinquentes y activistas de izquierda por igual argumentando la lucha contra la venta, distribución y consumo de drogas (CONTRERAS, 2000, p. 54)

Pacheco *et al.* estimam que, nos anos 80, havia cerca de 52 associações de vizinhos. Estas associações se dedicavam também a trabalhos comunitários tais como “el lavado de escaleras, trabajos de electricidad o siembra de plantas – para embellecer los bloques” (PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 112). São trabalhos com um perfil bastante pragmático, sem envolver reivindicações mais amplas, como o tema das liberdades. Todas as associações precisavam ter o registro oficial fornecido pela chefatura civil da *parroquia* e as reivindicações deveriam ser encaminhadas como forma de petição pelo presidente da associação e deveria ter a autorização do chefe civil da *parroquia* para ser atendida. “La via legal imponía que el contacto con la institución oficial y que los dirigentes fuesen personas afines del gobierno” (PACHECO; ALVEREZ & ROMAN, 1987, p. 113).

Da mesma forma, os grupos cristãos e religiosos que se engajavam em algum tipo de trabalho comunitário, acabaram se afastando de discussões políticas mais amplas, sobressaindo, deste modo, um caráter mais pragmático de atendimento das necessidades imediatas.

A popularização destas organizações torna-se evidente quando consideramos os índices eleitorais. Os partidos hegemônicos, como AD e COPEI, costumavam ser os mais votados na região a partir dos anos 70. Nas eleições de 1973, num total de 47.057 votos válidos, 33,7% foram para a AD e 28,3% para o COPEI, que contribuíram para a eleição de Carlos Andrés Pérez, candidato do primeiro. Esta tendência só fez aumentar ao longo dos anos: em 1978, a AD, partido mais votado, levou 33.7% dos votos; nas eleições de 1983, 45.3%; e nas eleições de 1988, 51%. De 1968 a 88, os votos correspondentes aos partidos de esquerda (*Movimiento al Socialismo/MAS*, *Movimiento de la Izquierda Revolucionária/MIR* e *Movimiento Electoral del Pueblo/MEC*)

migraram cada vez mais para AD e COPEI¹¹². O MAS, por exemplo, partido de esquerda, se manteve sempre em 3º lugar nos votos, com 16,6% nas eleições de 73; 13%, na de 78; 8%, na de 83; e 9,3% na de 88, esta última contando com o apoio do MIR (CNE, *Análisis Electorales del Estado desde 1958 hasta 1983*, p. 139 e *Elecciones de 1988*, p. 573)¹¹³.

É certo, portanto, que havia um significativo respaldo aos partidos hegemônicos que não podem ser explicados somente pelo clientelismo¹¹⁴. O *puntofijismo* foi um projeto de direita que se tornou popular e conquistou sua legitimidade perante a maioria da população. Até os anos 80, em especial, os efeitos da bonança petroleira se fizeram sentir nas comunidades populares, contribuindo para construir esse quadro (lembramos que anteriormente foi traçado um perfil socioeconômico da *parroquia* nos anos 80 que apontava para uma incipiente classe média). Essa postura só começa a mudar de maneira mais significativa depois das reformas neoliberais implementadas nessa década cujas consequências teriam como ápice o *Caracazo*.

Portanto, quando caracterizamos o *23 de Enero* como uma região onde se travaram importantes lutas sociais ao longo destes anos e como um território marcado pela organização popular, no que tange à luta armada, esta era desenvolvida por organizações vanguardistas que atuavam na clandestinidade, herdeiras do modelo marxista-leninista dos anos 60 e 70. Se havia a solidariedade de muitos moradores ao movimento social (senão não teriam sobrevivido por tanto tempo), por outro lado, havia também apreensão, medo, cautela. Finalmente, quando falamos também da “organização popular”, não podemos ignorar a existência dos outros tipos de organizações comunitárias que mencionamos, que atuavam de forma legal e com o apoio dos partidos vigentes.

Além dos grupos armados e dessas organizações comunitárias às quais nos referimos, os estudantes constituíam também outra força política bastante significativa

¹¹² Nas eleições de 1968, o partido *perejimenista Cruzada Cívica Nacionalista/ CCN* foi o mais votado na *parroquia*, ganhando 27.9% dos votos; seguido pelo AD, com 16.4%; *Movimiento Electoral del Pueblo/ MEP*, de viés mais esquerdista, com 12, 4%; e COPEI, com 5% - sendo este último o partido vencedor do pleito, com Rafael Caldera. Outros partidos somaram 31.6% dos votos.

¹¹³ A *División de Estadística* do *Centro Nacional Electoral* conta com poucos levantamentos eleitorais, em nível das *parroquias*, do período correspondente ao *Punto Fijo*. Não conseguimos encontrar informações sobre as eleições legislativas municipais. Vale lembrar que não havia eleição direta para prefeitos e governadores durante este período.

¹¹⁴ O clientelismo, por si só, não pode explicar a popularidade dos partidos hegemônicos nas eleições. Porém, é um elemento que tampouco pode ser desconsiderado. A utilização da máquina pública (em termos de propaganda, recursos, trocas de benefício etc.) também cumpre um papel nos resultados eleitorais, ainda que não tenhamos condições de medi-lo nesta dissertação.

da *parroquia*, especialmente aqueles que estavam à frente do *Liceo Manuel Palacio Fajardo*, localizado na *Zona Central*. O colégio, desde que foi criado em 1959, foi palco de vários protestos. Por essa razão, os mecanismos de repressão do Estado fizeram duras investidas contra os estudantes, culminando, inclusive, na morte do jovem Luis Rafael Villegas, em 1978, causando grande comoção popular.

O *Liceo* se tornou uma referência, um símbolo da luta dos estudantes na *parroquia*. Não foi à toa que, conforme mencionamos, Hugo Chávez Frias tenha mudado sua zona eleitoral deliberadamente para o *Liceo* para referendar essa tradição de combatividade – não apenas do colégio, mas também da *parroquia* como um todo.

Quando son tiempos electorales, este Liceo es centro de votación. Por cierto, el Presidente de la República, Hugo Chávez Frías, aquí vota él. Él antes votaba en La Pastora, en la Parroquia La Pastora, y en reconocimiento al gran apoyo que ha recibido del pueblo del 23 de Enero el proceso bolivariano, él viene a compartir con nosotros este día (MARÍN, entrevista, 2010).

Segundo Pedro Figueroa Guerrero, ex-morador do *23 de Enero*, testemunha daqueles anos 70 e 80, em depoimento para a agência de notícias *Aporrea* (aporrea.org), durante o governo de Caldera, o presidente se viu obrigado a “eliminar el 4to y 5to año [sic] del ‘Fajardo’” (FIGUEROA, 2009 – consulta em 19/05/2011), encaminhando os estudantes para outras instituições fora do *23 de Enero*. Além disso, criou também o *Instituto Nacional de Capacitación y Educación/INCE*, que oferecia cursos profissionalizantes para jovens, atraindo muitos daqueles que compunham o movimento estudantil na *parroquia*. Segundo Pacheco *et al.*,

esa especialización de la mano de obra ocasionó un desplazamiento de los jóvenes activistas del movimiento estudiantil, quienes van en búsqueda de las instituciones que les ayudarán en sus estudios y su incorporación al mercado de trabajo, lo que trajo como consecuencia la dispersión del movimiento. Hay que destacar, además, que contra las luchas estudiantiles se llevó a cabo una de las mayores acciones represivas, mediante agitadores profesionales o los cuerpos policiales. Fueron muchos los jóvenes del liceo [Fajardo] que murieron al enfrentarse a la represión estatal durante las manifestaciones estudiantiles (PACHECO; RAMOS & RANGEL, 1989, p. 118-119).

Luiz Isturiz, antes de entrar para luta armada no *23*, fez parte desse movimento estudantil - ainda que não diretamente pelo *Liceo Fajardo*. Acabou sendo expulso de

vários colégios pelos quais passou por se destacar como liderança estudantil, inclusive, quase foi morto quando participava de um protesto.

En ese tiempo había mucha protesta... mucha protesta de calle, precisamente con todos los liceos. Me recuerdo que [hubo una] protesta cuando a mí me eligieron [para dirigente estudiantil] y por casualidad no me mató la Policía Metropolitana. En aquel tiempo, la Policía Metropolitana era más represiva, era mucho más represiva que ahora en este momento. [...] Había una línea del gobierno que a dirigentes estudiantiles [...] fuesen sacados de los liceos. Así como me sacaron a mí, sacaron a muchos dirigentes estudiantiles (ISTURIZ, entrevista, 2010).

Isturiz, posteriormente, militou junto a FALN e *Bandera Roja* até se retirar parcialmente da luta armada nos anos 80 para terminar os estudos. Ele chegou a começar o curso de economia na *Universidad Central de Venezuela/UCV*, mas acabou expulso também.

Apesar da luta armada ter sido prejudicada com a repressão ao longo dos anos 60, na década de 70, a atuação de grupos de extermínio no *23 de Enero* se mantinha. Na página do *Centro Gumilla*, por exemplo, há um trabalho do jornalista Marcelino Bisbal sobre o jornal popular “La Voz de Catia: Diario del Oeste”, no qual Bisbal faz referência a uma manchete do dia 20 de janeiro de 1977, na edição nº38 do jornal, sobre a reparação do grupo paramilitar “La Cobra Negra” no “23 de Enero”: (BISBAL, 1977, p. 6 – consulta em 20/05/2011)

Portanto, podemos perceber que o estado de violência e os confrontos com a polícia avançaram por esta década. Inclusive, esta é uma razão fundamental para compreendermos o processo de desp litzac o de muitas organizações comunitárias que mencionamos acima. Aqueles que não seguiam os ditames institucionais para reivindicações de demandas, corriam o risco de serem duramente reprimidos pelos corpos policiais.

Nos anos 80, o tráfico de drogas passou a ter um papel cada vez mais relevante. Se, por um lado, havia conivência dos órgãos de segurança, por outro, havia também a participação de muitos moradores da *parroquia*, inclusive, de antigos membros da luta armada.

Eso logra clima más alto en años 80, 81, 82, cuando baja la organización popular; la gente empieza temerosa a perder los espacios, esos espacios que antes utilizaba para la organización, para

la discusión, para la recreación, para la cultura; empieza a ser tomada por bandas de narcotraficantes y la gente empieza a encarcelarse, a encerrarse en sus casas, con candados, con rejas etc. y ya tu veías un 23 de Enero desolado, donde las bandas de narcotraficantes y delincuentes eran los que asumían el control absoluto del 23 de Enero, y la propia represión amenaza con desmembrar el propio movimiento popular como tal (PINTO¹¹⁵ apud FERNANDEZ, 2006, p. 115-116).

Em 1997, um grupo de três estudantes fez um estudo sobre a violência no *23 de Enero* para sua monografia de conclusão de curso em antropologia. Durante as duas semanas em que residiram na *parroquia*, escreveram um diário com suas impressões e observações sobre os comportamentos de seus moradores. Recorrentes em suas anotações estão: a presença de grupos armados circulando para todos os lados, tanto durante o dia, quanto à noite; os diversos pontos de venda de droga por onde transitam jovens de várias idades submetendo-se a todo tipo de humilhação para ter acesso ao produto; o consumo indiscriminado em áreas públicas – sobretudo nas madrugadas -; o tráfico de armas; os disparos permanentes (seja devido aos confrontos, seja para testar as armas para vendê-las); as marcas de tiros nas paredes das casas e nos muros dos edifícios; os assaltos de todo tipo (furtos de carteiras, invasão de casas, assaltos a ônibus, a postos de gasolina, a padarias, entre outros); o abandono de carros roubados e saqueados em vias públicas; os constantes enfrentamentos entre bandos diferentes de narcotraficantes; e a existência de grupos armados compostos por moradores da própria comunidade que tentam combater os grupos ilícitos.

El ejercicio del poder de los grupos ilícitos se sustenta en el miedo como un elemento primordial; la comunidad sabe quiénes son, cuántos, dónde están, qué hacen, cómo lo hacen, para qué lo hacen, a quiénes agreden y como agreden; pero es mejor no comprometerse, resguardar la integridad física individual y familiar es el principal objetivo. [...] por un lado rechazan las acciones violentas, por el otro existe complicidad (GONZÁLEZ; HERNÁNDEZ & SULBARÁN, 1997, p. 109-110).

Juan Contreras explica que, em muitos casos, a população optou por respeitar os espaços de cada atividade na medida em que não havia condições para um enfrentamento direto que realmente solucionasse o problema no interior da comunidade. “Persiste la idea de que la imposición de una parte de la comunidad sobre la otra pasaría necesariamente por un enfrentamiento de muy profundo alcance, y en esas condiciones

¹¹⁵ Entrevista concedida à Maryory Fernández.

es preferible la convivencia de los ciudadanos ‘de bien’ con los que han desviado su rumbo” (CONTRERAS, 2000, p. 57)

A violência está presente em todos os aspectos da vida do morador do *23 de Enero* desde longa data. “Está presente en el quehacer diario de la familia, en la escuela, en el barrio, en el trabajo, en los sitios de recreación...” (GONZÁLEZ; HERNÁNDEZ & SULBARÁN, 1997, p. 108). Ela invade a vida privada dos moradores com as perfurações de bala nas paredes e portas; com a falta de serviços públicos, levando a condições insalubres de vida (com cortes sistemáticos no fornecimento de água, com a deterioração das estruturas e dos espaços públicos; com o acúmulo de lixo por falta de coleta etc.); com a perda de um ente querido devido a algum enfrentamento com bandos narcotraficantes ou como consequência do consumo das drogas ou como fruto de algum enfrentamento com a polícia; com o toque de recolher não-oficial, já que depois de determinadas horas as ruas são tomadas por drogados e traficantes e a polícia tem o aval de reprimir a qualquer um; com a presença constante da *Guardia Nacional* revistando jovens, agredindo-os, exigindo documentos, proibindo a utilização de cabelos longos, de barbas; com as agressões sofridas, entre outros aspectos.

Em resposta a este quadro e sem poder contar com a polícia ou a *Guardia Nacional* para solucionar o problema, as organizações existentes na *parroquia* passaram a se voltar cada vez mais contra esses bandos, com o objetivo de recuperar os espaços públicos e reativar atividades culturais e desportivas. Com isso, passaram a contar com o apoio de muitos moradores.

Gustavo Rodriguez em entrevista para o documentário *Fuego Bajo el Agua* (2009), conta que, no começo dos anos 80, no setor de *Monte Piedad* surgiu a ideia de sequestrar alguns veículos públicos e privados para chantagear o Estado a atender às demandas da comunidade.

En la década de 80, los servicios estaban en franco deterioro, las plantas bajas, las escaleras, no había iluminación, el aseo no funcionaba y [...] alguien del grupo se le ocurrió: “¡Mira, vamos a secuestrar unos vehículos!” [...] tuvimos cerca de 36 vehículos de distintos institutos [...], incluso, de la empresa privada [...] Fueron 5 meses de lucha, día y noche, en asambleas diarias y continuas, de ir y venir, desde que la gente preparaba la comida, nos llevaba la comida a los puesto de batalla... en la noche, las señoras bajaban con el café, con las arepas para los que cuidaban de noche. La gente estaba participando de una manera masiva. Se había conformado comisiones en todos y cada uno de los bloques. Y evidentemente el enemigo

circundaba de noche y era repelido (RODRIGUEZ in FUEGO BAJO EL AGUA, 2009).

No final, as instituições públicas assinaram atas nas quais se comprometeram em atender às demandas dos revoltosos, isto é, conserto de “ascensores, tuberías de águas blancas y negras, cableado de electricidad y teléfonos, reparacion de ductos y servicios permanentes de recolección de basura” (CONTRERAS, 2000, p. 55-56).

É nesse contexto que começam a surgir os *colectivos*, organizações armadas egressas das lutas que se desenvolveram em décadas anteriores e comprometidas com o combate aos narcotraficantes, com a recuperação dos espaços públicos e com o incentivo a trabalhos comunitários para melhorar as condições de vida da população. Em 1986, por exemplo, sob a liderança de Valentín Santana, foi formado um dos *colectivos* mais tradicionais do *23 de Enero*, o *La Piedrita*, num *barrio* de mesmo nome.

Lisandro Pérez, também veterano da luta armada e que se envolveu de igual maneira na formação de outro *colectivo*, fala que a expulsão do *Módulo de la Policía Metropolitana* da *Parroquia*, em 2005, foi expressão do papel assumido por essas organizações sociais da *parroquia* na defesa de seu território. Segundo *Mao*, como Pérez é conhecido, o *23 de Enero* não precisa de policiamento. Este fica a cargo dos *colectivos* e milícias populares que a constituem (PEREZ, entrevista, 2010). Para Pérez, na *parroquia*, predomina a justiça comunitária exercida pelos próprios habitantes:

cuando estaba muy de moda el hampa¹¹⁶ [...] la gente se organizaba. Formaba sus grupos de autodefensa. Aquí se hacían juicios. ¡Juicios populares! [...] A veces tenía que tomar medidas extremas. Pero eran decisiones soberanas. No se trata de linchamientos, nada, porque no estamos de acuerdo con eso. Pero, sí, había que a veces tomar decisiones y eso ameritaba ejecutarlos. Nosotros no vemos las acciones como venganza, no, creemos que es la justicia. ¿Por qué no vamos al derecho? ¡Porque el derecho es burgués! El derecho no va anteponer los intereses populares por encima de los privilegios burgueses. Entonces, había que levantar la gran virtud que es la justicia. Y por eso se hacíamos esas cosas (PÉREZ, entrevista, 2010).

Muitos moradores da *parroquia* não concordavam com as ações desses grupos, considerados responsáveis pelos frequentes embates com a polícia. Portanto, o aval da *parroquia* para essas ações deve ser relativizado. A construção da *Coordinadora Cultural Simón Bolívar*, em 1993, sob a liderança de Juan Contreras, por exemplo, é

¹¹⁶ Leia-se, o narcotráfico.

parte de uma autocrítica desses grupos armados quando viram a necessidade de construir uma alternativa à luta armada como meio para efetivamente integrar o trabalho político e social com a comunidade – processo que trataremos melhor adiante.

Em 1989, a violência atingiu seu ápice na *Parroquia* com o *Caracazo*. Já tivemos a oportunidade de falar sobre esta revolta em outro capítulo, porém no que diz respeito ao *23 de Enero*, em particular, trata-se de uma das zonas que sofreu maior repressão. Houve muitos protestos espalhados em diversos setores. Na época, Manuel Mir era secretário da *jefatura civil* do *23 de Enero* e lembra que os revoltosos chegaram, inclusive, a matar o comandante do *Módulo de la Policía Metropolitana* do setor *La Cañada* (MIR, entrevista, 2010).

Por outro lado, Grisel Marín destaca também que a repressão no *23 de Enero* foi também muito dura. Lembra do barulho das ambulâncias e dos tiroteios, das matanças indiscriminadas e, em especial, lembra do massacre que testemunhou de seu apartamento, no *Bloque 30*, da *Zona Central*. Segundo Marín, da janela foi possível ver o fuzilamento em fila, nos arredores de *Catia*, de vários presos que haviam sido retirados da prisão em que estavam e exterminados em plena luz do dia. Depois, seus corpos e de outras vítimas foram jogados no *Rio Guaire* onde dificilmente seriam encontrados. Para Marín, não há como estimar o número de mortos.

Fue una arremetida contra el 23 de Enero muy fuerte. Y las ambulancias, los sonidos de las sirenas, las balaceras, los gritos, todo eso [se] quedó grabado [en la memoria]. Hubo allanamientos, la Guardia Nacional y la Policía Metropolitana se instalaron aquí a matarnos. [...] En ese día nunca se supo qué cantidad de muertos hubo. Yo he visto cifras de 200, yo he visto cifra de 700, pero es incalculable el número de muertos. Fueron días bien, bien, oscuros para nosotros. Espero que no regresen [...] El día 27 de febrero, los Bloques 22 y 25, eso quedó como [...] piezas de museo. La Guardia Nacional sacaba las ventanas de los apartamentos a punta de bala. Era una diversión para ellos (MARÍN, entrevista, 2010).

José Roberto Duque arrisca dizer que foram mais de 3.000 mortos, considerando as fossas comuns encontradas depois. Além disso, fala também que este episódio acabou por dividir a história da Venezuela em antes e depois do *Caracazo*, assim como dividiu sua vida.

Luego se produce el estallido del 27 de febrero de 1989, eso que es por ahí se conoce como el Caracazo o Sacudón, y es el momento en que yo entré definitivamente... así a... convertirme en un sujeto

políticamente activo [...] fue un año después, en el año 90, cuando empezaron a desenterrar los muertos de las fosas comunes... La cifra oficial de muertos era de 247 [...] y resulta que eran más de 3.000. Fue una masacre espantosa lo que se hizo contra el pueblo de Venezuela... la historia de la Venezuela se divide en antes y después de febrero de 1989. Yo creo que mi vida también... (DUQUE, entrevista, 2010).

Duque testemunhou também o que chamou de enfrentamento desigual espantoso entre a polícia e os combatentes do *23 de Enero*:

El día 28 de febrero, en la noche, yo no pude entrar en mi casa, yo no pude ir a mi casa. Porque cuando yo iba entrar en la Avenida Sucre que es la avenida que divide el 23 de Enero del resto de la Parroquia Sucre, estaba tomada por el Ejército y la Policía y estaban disparando con armas de guerra contra los bloques. Los efectivos militares estaban disparando con armas largas y con cañones .50 [...] La gente del 23 de Enero respondía con armas cortas (DUQUE, entrevista, 2010).

César Rivas, morador do *Barrio Sucre*, também faz menção aos tanques que haviam na *Avenida Sucre*, de um lado, e a resposta das armas curtas no *23 de Enero*, de outro. Segundo Rivas, uma das estratégias do governo foi a de buscar guarnições policiais fora de Caracas para reprimir o povo e, assim, formava-se um corpo de soldados assustados que atiravam indiscriminadamente. Quanto à suspensão das garantias, lembra também que para sair de casa era preciso ter um salvo-conduto, caso contrário poderia ser preso ou assassinado.

Escuchar las ametralladoras, las pistolas .45, que sonaban por aquí cerca, la pistola .38, revolver .38, FAL, eso fue cotidiano. [...] ¿Cuánta gente no murió allí? ¡Tengo amigos que murieron allí! Esto parecía un cementerio. A esta parroquia le dieron duro. ¡Bien duro! [Hubo] suspensión de garantías, estos bloques fueron averiados [...] hubo una tanqueta que pusieron en la Avenida Sucre [...] Bueno, se saquearon los supermercados, hubo muertos, hubo de todo. [...] Yo recuerdo que había que salir con salvoconducto. No podíamos salir prácticamente. Aquellas personas que tenían que cumplir funciones cotidianas tenían que tener el salvoconducto, pues, si no, mira, lo mataban (RIVAS, entrevista, 2010).

É unânime entre os entrevistados uma perspectiva que entende o *Caracazo* como um marco de ruptura na história do país. Para muitos, trata-se do antecedente histórico do processo que se vive hoje. Teria sido o dia em que o povo disse basta e o Estado mostrou, de uma vez por todas, a sua real face ao massacrar os pobres.

Na insurreição militar, liderada por Hugo Chávez, em 1992, contra o presidente Carlos Andrés Pérez - que fora quem decretou o estado de sítio no *Caracazo* e massacrara o povo -, a *Parroquia 23 de Enero* também jogou um papel importante. Um dos espaços que os revoltosos, inclusive Chávez, tentaram ocupar foi o *Cuartel Cipriano Castro*, no setor *La Planície*. Por essa razão, houve muita repressão na região também. Muitos membros das organizações do 23 participaram da insurreição, como Luis Isturiz, o *Chaca*, que já nos referimos anteriormente.

De hecho, el día 4 de Febrero para el 5 de Febrero hubo mucha represión en nuestra parroquia. Todos los compatriotas que participaron en esa gesta tuvieron que esconderse, tuvieron que irse de la parroquia y una de esas personas fui yo. Porque participamos activamente en ese ... no lo llamemos Golpe de Estado... realmente nosotros no lo vemos así... nosotros lo vemos como una respuesta más a ese puntofijismo, a esa exclusión que tenía ese pueblo venezolano en ese momento. Y, bueno, esa fue la respuesta, pues, que les dio ese pueblo venezolano y ese apoyo que les dio ese pueblo venezolano al Comandante Chávez. Y durante todo ese año le dieron apoyo al Comandante Chávez cuando estaba preso, a todos los militares que estaban presos [...] Fueron los militares que planificaran el Golpe de Estado, pero junto con los civiles, fue cívico-militar, junto con el pueblo (ISTURIZ, entrevista, 2010).

Como para *Chaca*, para César Rivas, o golpe teve um outro significado também:

ya habíamos pasado por acontecimientos como aquél, como el 27 de Febrero [*Caracazo*], una experiencia, bueno, que quedó para la historia. Es allí donde nace las bases de lo que fue el Golpe, no el Golpe, diría que una Insurrección Militar, en todo caso - hay que estar claro en eso porque Golpe Militar es una cosa y una Insurrección Militar creo que es otra, que fue lo que pasó en el 4 de Febrero. En este caso, el presidente Chávez había participado de este evento del 27 de Febrero, 27-28 de febrero de 1989, y se había levantado un movimiento militar allí porque se masacró el pueblo (RIVAS, entrevista, 2010).

Sobre a repressão na *parroquia*, Rivas lembra que foi pego de surpresa e fala como o discurso de Chávez em rede nacional de televisão representou uma esperança para aquele povo que já não aguentava mais o *puntofijismo*.

Yo recuerdo que era de madrugada, yo estaba durmiendo y escuchaban las tanquetas, el sonido de FAL y cosas así. [...] y, bueno, el Estado tomó en control rápidamente, y luego vino el discurso de Chávez. El “por ahora” se hizo famoso. Luego, fue preso y se inició

una militancia [...] Chávez envió una mensaje de esperanza (RIVAS, entrevista, 2010).

Sem dúvida, parte da construção desta perspectiva em relação ao Golpe de 1992 está relacionada ao momento vivido no presente. Momento em que um daqueles militares acabou se tornando presidente da República e deu início a um processo, do qual Rivas se sente parte. Porém, mesmo que naquele momento não estivesse tão clara a proposta daqueles militares, o fato de seu líder, Hugo Chávez, depois de derrotado, ter tido a oportunidade de falar em rede nacional que seus planos de libertar o povo “*ainda* não tinham sido completados”, abriu um novo horizonte de expectativas em torno de sua imagem. Expectativas que se converteram em uma proposta de governo que saiu vitoriosa nas eleições de 1998.

De fato, o que podemos perceber no nível da *Parroquia 23 de Enero* é que os efeitos do *Caracazo* provocaram uma mudança substancial no caráter de muitas das organizações políticas e sociais do *23 de Enero*, durante os anos 90. A violência havia assumido grandes proporções. Os grupos guerrilheiros acabaram implodindo em vários *colectivos políticos* e grupos culturais, somando-se às demais organizações que sobreviveram às margens da luta armada na *parroquia* e que continuavam exercendo algum tipo de trabalho comunitário. Apesar das mudanças, esses grupos continuaram sendo hostilizados pela mídia que sustentava uma imagem do *23 de Enero*, como zona de risco e foco guerrilheiro na Venezuela. Nos anos 90, em uma expressiva quantidade de jornais, é recorrente a utilização do termo “tupamaro” de maneira indiscriminada para indicar qualquer ação violenta dentro da *parroquia*.

2.9. Uma Nova Etapa de Luta: A Formação dos *Colectivos Políticos*

Como vimos, os primeiros *colectivos políticos* começam a se formar a partir do combate ao narcotráfico e como produto também do desgaste da luta guerrilheira como via para se conquistar o poder. Muitas organizações fizeram uma autocrítica e buscaram, por outros meios, envolver-se de maneira mais profunda com a comunidade para desenvolver o trabalho social.

Miguel Diaz em entrevista para o documentário *Fuego Bajo el Agua*, conta que o surgimento da Associação “Amigos de los Niños de *Monte Piedad*” surgiu justamente

da autocrítica que muitas organizações tiveram que fazer após os duros enfrentamentos com os narcotraficantes na *parroquia*.

[En los años 80] es cuando comienza ese período de enfrentamiento. Íbamos a un espacio a buscar unos delincuentes, después los delincuentes venían a buscarnos a nosotros y fue así que se comenzó la pérdida de algunas vidas. [...] Posteriormente comenzamos a ver, en los años 93, 94, que la metodología que estábamos utilizando no era la mejor [...] Comenzamos a ver que [...] teníamos que buscar era la prevención. Mi hermano murió en 93. Al otro año, nosotros creamos la Asociación Amigos de los Niños de *Monte Piedad* con la idea y el objetivo específico de darles alternativa a los niños para que no volvieran a caer en ese mundo y nosotros tuviésemos que combatirlo posteriormente. Darles la alternativa de correr un camino productivo, en el estudio, en el trabajo, en la concreción de sus sueños. Darles igualmente alternativa en relación al deporte y la cultura... (DÍAZ in FUEGO BAJO EL AGUA, 2009).

De igual forma, há o caso da *Coordinadora Cultural Simón Bolívar/CCSB* que, talvez, seja um dos mais emblemáticos desta nova tentativa de se consolidar na *parroquia* um poder local. Antes de constituírem-se como *coordinadora* enquanto tal, aqueles que seriam seus fundadores, egressos das organizações dos anos 70 e 80, já organizavam um conjunto de atividades na *parroquia*, tais como: “limpieza de áreas comunes, talleres de creatividad infantil, cine-club, foros y charlas; además de actividades recreativas como conciertos, teatros de calle, celebración de fiestas tradicionales como la Cruz de Mayo etc.” (CONTRERAS, 2000, p. 60). Há nesse sentido um predomínio de uma postura mais reformista que revolucionária. O assalto ao Estado não era mais um projeto viável há décadas e as necessidades cotidianas da vida em comunidade eram imensas. Sem abandonar um horizonte revolucionário futuro, as organizações se voltaram cada vez mais para ações de caráter mais imediato.

Depois de uma viagem a Cuba feita por alguns destes líderes, a ideia de construir uma *Coordinadora* que permitisse construir um maior vínculo com a comunidade ganhou mais força:

Tuvimos un mes allá y producto de toda esa experiencia y toda esa convivencia y producto de un acto de reflexión de que nosotros decíamos que hablábamos al nombre de la comunidad pero que no estábamos insertos en la comunidad, pues, conformamos la Coordinadora Simón Bolívar (CONTRERAS, entrevista, 2010).

A ideia foi também impulsionada pelas oportunidades abertas durante o mandato de Aristobalo Isturiz, *alcalde* do Município Libertador de Caracas, entre 1993 e 1996, pelo partido de esquerda *La Causa R*. Com o apoio da FUNDARTE, Isturiz incentivou a formação de *coordinadoras culturales* nos *barrios*, através das quais seriam recebidos recursos para serem investidos em atividades culturais. Não por acaso um dos principais objetivos da *Coordinadora* do *23 de Enero* era desenvolver atividades culturais e desportivas na *parroquia*, envolvendo também o resgate dos espaços públicos.

[La Coordinadora] nace en principio con una premisa fundamental: la construcción del poder local, o lo que es lo mismo, el poder popular. Y trabajar con tres líneas estratégicas: el rescate de los espacios, el rescate de las tradiciones y el deporte como una manera de englobar las otras dos (CONTRERAS, entrevista, 2010).

O resgate dos espaços está relacionado à luta contra o narcotráfico e também aos esforços em dar uma solução à falta de investimentos na *parroquia*. Além disso, a realidade violenta que marcou os anos 70 e 80 contribuiu para que se restringissem os espaços de sociabilidade e as relações entre vizinhos, elementos que o *colectivo* se propunha a reconquistar e impulsionar. É por essa razão que o resgate de tradições, envolvendo a organização de festas comemorativas, tais como a “Paradura del Niño”, o “Sanguero de San Juan” e a “Cruz de Mayo”, se tornaram um dos alvos desta nova organização.

Lo que hacemos es utilizar la cultura como un puente de comunicación con nuestra comunidad a través de la organización de todo este tipo de jornadas, que tienen que ver con la Cruz de Mayo, que tienen que ver con la Paradura del Niño, que tienen que ver con el Sanguero de San Juan que es el 24 de junio – es también el día de la Batalla de Carabobo -, este... conmemorar... celebrar el Día de Madre, del Padre, el Día del Niño, utilizar ese tipo de actividades culturales y mágico-religiosas para acercarnos a la comunidad (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Houve também um incentivo às práticas desportivas, organizando torneios dos mais diversos tipos: beisebol, vôlei, futebol, basquete, dança, luta, entre outros, com intuito de atrair os jovens para práticas sociais que os afastassem das drogas. A *Coordinadora* também se ocupa de organizar fóruns, debates, festivais e incentivar a formação de grupos de atividade, como o *club de abuelas*.

Em entrevista à *Revista Letras*, nº 119, na coluna “Gente”, no dia 23 de outubro de 1997, os membros da *Coordinadora* contaram que a primeira sede do *colectivo* foi um edifício resgatado do abandono e era lá o espaço onde se realizavam grande parte destas atividades. Alguns dias antes desta entrevista, o jornal *La Nación*, com uma reportagem de Doménico Chiappe, também havia feito um especial sobre a CCSB e conta que este edifício que se tornou a sede do *colectivo*, se tratava de um colégio abandonado, ao lado do *Bloque 4*, em *Monte Piedad*, e dentro viviam cerca de 50 delinquentes que dali foram retirados.

El mejor lugar [para la sede] era un colegio abandonado, ubicado al lado del Bloque 4. El único inconveniente radicaba en que dentro vivían alrededor de 50 delincuentes quienes tenían el edificio de tres pisos como guarida. La versión oficial de la coordinadora es que ganaron el local gracias al diálogo. [...] Pero lo que cuentan los vecinos es otra cosa, y tal vez desde entonces comienzan a mezclarse los nombres de la coordinadora y los ‘Tupamaros’ [...] Se dice que se agotó el diálogo y que [...] se escucharan tiros de ambas partes y que finalmente los antisociales fueron sacados a golpes. Ninguno se atrevió a regresar; los vecinos refaccionaron con sus propias manos los dos primeros pisos y crearon aulas de pintura, de música y de reunión (LA NACION, 14/10/1997, p.18).

Essa sequência de reportagens e entrevistas sobre a CCSB se dá em um contexto no qual o *colectivo* havia sido alvo de várias acusações de envolvimento com um caso que, à época, havia abalado a opinião pública do país: a explosão de bombas em diferentes pontos de Caracas em agosto de 1997¹¹⁷.

Ainda associados aos *tupamaros*, os membros das CCSB viram suas casas serem invadidas sistematicamente pelos órgãos de segurança do Estado, além da prisão de vários dirigentes. Inclusive, pessoas comuns cujo único “erro” era morar na *Parroquia 23 de Enero* também foram alvo de todo tipo de investigação.

São vários os jornais¹¹⁸ que reportam o clima de tensão que viveu a capital do país entre setembro e outubro daquele ano e a forma como o *23 de Enero* e suas organizações populares se tornaram os “bodes expiatórios” do incidente. No jornal *Así es la Noticia*, no dia 10 de outubro de 1997, a chamada para uma reportagem sobre o *Caso de los Niples* (das bombas), era justamente que o “Gobierno busca Chivo

¹¹⁷ O episódio das bombas está relacionado a uma série de protestos em resposta à profunda crise institucional vivida pelo *Punto Fijo* em seus últimos anos. Além de terem espalhado artefatos em vários pontos da cidade, exploraram três bombas no Poder Judicial e houve uma explosão de um carro-bomba, cheio de dinamite, em um centro comercial (Cf. LÓPEZ MAYA, 2005, p. 113).

¹¹⁸ *El Nacional*, *El Globo*, *Ultimas Noticias*, *Así es la Noticia* e outros.

Expiatório en el 23 de Enero”. Na ocasião, a reportagem mencionou que o setor de *Monte Piedad* estava cansado de ser “bode expiatório” para todas as atividades subversivas que acontecem em Caracas.

La comunidad del sector *Monte Piedad*, de la parroquia 23 de Enero, ya está cansada de que la tengan de chivo expiatorio cada vez que ocurre alguna actividad subversiva en Caracas. Los vecinos del sector se quejan porque los mantienen en zozobra, y que de los allanamientos que la Disip realizó el sábado, donde detuvieron a 29 personas, todavía siguen en cautiverio 9 ciudadanos (ASÍ ES LA NOTICIA, 10/10/1997, s/n).

Em reportagem no dia 24 de setembro deste mesmo ano, o jornal *El Nacional* noticia um protesto dos moradores do *23 de Enero* contra a DISIP no centro da cidade:

Representantes de la Coordinadora Simón Bolívar, de la Embajada de los Niños y de las asociaciones de vecinos de la Parroquia 23 de Enero se concentraron en la Plaza Bolívar para realizar un acto de protesta, en vista de que cada vez que ocurre algo en Caracas, la Disip va a la zona para allanar y practicar detenciones (EL NACIONAL, 24/09/1997, p. 1).

Tal como ocorreu no incidente das bombas, o sequestro do jovem Diego Antonio Sigala – escândalo na época – e a queima de ônibus no *23 de Enero*, em 1996, serviram de pretexto para que os órgãos de segurança acusassem a CCSB e outras organizações populares como os responsáveis e, acompanhado disso, seguiram-se invasões e prisões indiscriminadas na região.

Portanto, a política repressiva do Estado continuou fazendo parte do cotidiano da *parroquia* mesmo nessa nova etapa. Em 30 de maio de 1996, o jornal *Nuevo País* denunciou inclusive, a existência de grupos de extermínio no bairro. O jornal *Ultimas Noticias*, no dia 24 de abril deste mesmo ano, noticiou a existência de uma “lista de morte” feita por paramilitares ligados aos órgãos de segurança do Estado que ameaçavam as lideranças comunitárias, dentre elas, as lideranças da CCSB.

De maneira geral, tudo que acontecia em Caracas atribuía-se à responsabilidade dos *encapuchados* ou *tupamaros*, termo que acabou banalizado e, nestes anos, passaram a estar associados tanto aos narcotraficantes quanto aos *colectivos políticos* organizados.

A relação de integrantes da CCSB com Cuba serviu para alimentar ainda mais a perspectiva de uma grande ameaça presente na capital do país. Em reportagem do jornal *El Globo* de 26 de setembro de 1997, acusava-se o *colectivo* de servir de fachada para

manter relações com ilha do Caribe: “Se indica que dicha organización cultural, además, les serviría como fachada para encubrir y justificar frecuentes viajes de algunos de sus integrantes a La Habana” (EL GLOBO, 26-09-1997, p. 08). A reportagem acusa a Embaixada Cubana de financiar de 8 a 10 viagens a Cuba desde 1992 até aquele momento.

A repressão na *parroquia* era tão desproporcional que, no dia 28 de novembro de 1996, o jornal *Ultimas Noticias* registrou a vitória da CCSB num processo encaminhado ao Tribunal 16º Penal contra a DISIP por conta das sistemáticas invasões das casas dos membros do *colectivo*, bem como de prisões sem justificativa. O juiz da vara concedeu o amparo ao *colectivo* e proibiu os órgãos de segurança do Estado de continuarem com essas políticas contra a *Parroquia 23 de Enero*. A medida não resolveu o problema, mas é simbólica desse estado de coisas.

Com a eleição de Chávez, o panorama muda radicalmente. Os *colectivos políticos* se tornaram bastiões de apoio ao presidente. As diferentes organizações populares lá existentes aproveitaram a oportunidade aberta pela assembleia constituinte para levarem propostas de segurança pública, de poder popular, de autonomia da *parroquia*, entre outros. A reportagem de Angel Velarde para o jornal *Ultimas Noticias*, no dia 28 de janeiro de 1999, registra esses esforços:

Con el nombre ‘La Presencia de la Parroquia 23 de Enero en la Constituyente’ y con el auspicio activo de los párrocos, este sábado [...], en el liceo Manuel Palacios Fajardo, esa comunidad se reúne en asamblea para intercambiar proyectos en 6 mesas de trabajo, de las que saldrán sus propuestas para hacer sentir en la Asamblea Nacional Constituyente que cambiará las bases y fundamentos de nuestro sistema democrático. [...] las 6 mesas de trabajo discutirán sobre (1) Educación y Cultura; (2) Salud; (3) Seguridad; (4) Servicios Públicos; (5) Deporte y Recreación y (6) Constituyente y Poder Local (ULTIMAS NOTICIAS, 28/01/1999, p. 6).

Juan Contreras havia sido eleito deputado nas eleições legislativas de 1998, pelo *Polo Patriótico*¹¹⁹, *Circuito 2*, representando a CCSB e o *23 de Enero*, e foi um dos principais entusiastas da organização da *parroquia* para a participação nas discussões da *Asamblea Nacional Constituyente*.

¹¹⁹ O *Polo Patriótico* foi formado para fazer frente aos tradicionais políticos venezuelanos AD e COPEI e em apoio ao presidente Hugo Chávez Frias e à abertura da *Asamblea Nacional Constituyente*. Em Caracas, a liderança do Polo ficou a cargo de Aristobalo Isturiz. Ver *El Nacional*, dia 02 de agosto de 1998, p. D2; *El Universal*, 02 de agosto de 1998, p. 1-16 e o capítulo 1 desta dissertação.

No dia 31 de janeiro de 1999, o jornal *Ultimas Noticias*, com reportagem de María Alejandra Monagas, fez um levantamento de algumas das principais propostas que seriam discutidas pelos grupos de trabalho do *23 de Enero* e que constariam no documento levado à *Asamblea Constituyente*: a necessidade de se eleger um *gabinete parroquial*, através do qual os recursos sejam encaminhados; a criação de microempresas e cooperativas para inserir a comunidade – sobretudo os jovens - no processo de comercialização de produtos de primeira necessidade a preços solidários; uma nova articulação entre polícia e comunidade, envolvendo a formação diferenciada de policiais, com novos valores; a construção de *Frentes de Seguridad Comunal*, para atuar articuladamente com os corpos do Estado; eleição a cada dois anos de Juízes de Paz, responsáveis por solucionar os conflitos na *parroquia*, entre outros.

Em relação ao *gabinete parroquial*, em particular, uma reportagem no jornal *El Universal* de Liza López V., fala sobre um *Plan de Autogestión* idealizado pela CCSB que tinha por objetivo tornar a *parroquia* autônoma.

Plantean, según señala el diputado y representante de la Coordinadora [Simón Bolívar], Juan Contreras, que la unidad primaria de gestión local no sea el municipio (alcaldía) sino la parroquia. “Que los recursos lleguen directamente a la parroquia”, dice, sin pasar por los canales burocráticos de los entes jurisdiccionales. Esto es, descentralizar aún más el ejercicio del poder. Explica que la alcaldía podría supervisar los asuntos administrativos, pero el poder local estaría gerenciado por un gabinete integrado por vecinos. Así se evitaría la burocracia y habría una relación directa entre el habitante y el Gobierno, [...] se conformaría un gabinete parroquial [a partir de todas as organizações populares da *parroquia*] para que lidere la resolución de problemas comunitarios junto al juez de paz [...] El jefe civil sería la máxima autoridad de la parroquia, el cual trabajaría codo a codo con el gabinete en la gerencia del poder local. Los miembros de la Coordinadora insisten en que este jefe civil debe habitar en el 23 de Enero, con el fin de que conozca la perfección la realidad y los problemas que afectan a la comunidad. ‘La idea es que el jefe civil sea elegido por los mismos vecinos (EL UNIVERSAL, 07/03/1999, p. 1-18).

É interessante notar que este projeto foi entregue aos escritórios de Miraflores, da Prefeitura e do Governo do Distrito Capital. A proposta foi levada também para a *Asamblea Nacional Constituyente* e, apesar da organização do poder local não ter sido aprovada nestes termos, vários dispositivos abriram a possibilidade para se avançar nesse sentido, tais como o artigo 70º que prevê diversos meios de participação, entre eles, o da *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*.

Portanto, podemos identificar nestas proposições da CCSB um dos germens que darão origem aos *Consejos Comunales* que trataremos no capítulo seguinte, como expressão de um movimento que vem *desde abajo* e que não se encerra em uma mera emanção do executivo.

Deste modo, partindo da nova Constituição, durante o governo Chávez, foi incentivada a organização de várias instituições de base – a exemplo dos círculos bolivarianos, comitês de trabalho, mesas técnicas, *misiones sociales* até os próprios *Consejos Comunales*. Na *Parroquia 23 de Enero*, além destas iniciativas, multiplicaram-se os *colectivos políticos* e, atualmente, a região conta com mais de 30 organizações desse tipo em meio aos seus cerca de 500 mil habitantes.

Os *colectivos*, em essência, são organizações políticas que variam de 15 a 50 membros e colaboradores principais, numa estrutura que combina horizontalidade de ação e decisão e verticalidade, pois o papel das lideranças, por vezes, se faz predominante. No caso da CCSB, por exemplo, Juan Contreras afirma que a soberania reside na assembleia:

nuestro máximo órgano de decisión, de tomada de decisiones, es la asamblea. Hay reuniones todos los lunes, a las siete de la noche, se debaten, se plantean, se les hacen las propuestas un día a la semana sobre algún tema en particular, un foro, una charla, las organización de un acto cultural o de una fecha que nosotros queremos conmemorar o celebrar; la propuesta de un acto musical, un festival. Todas esas actividades que se hacen, se traen acá a la reunión, se hacen planteamientos y se le va dando forma con el debate político. Entonces, allí se hace todo un programa de actividades con la participación de todos los muchachos. Hay diferentes compañeros de diferentes sectores del 23 de Enero y fuera del 23 de Enero (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Não há cobranças de mensalidades ou um financiamento sistemático de alguma agência governamental. Os recursos são adquiridos a partir dos projetos que o *colectivo* se propõe a desenvolver na *parroquia*, quer dizer, a partir dos projetos os membros vão em busca dos recursos em diferentes instituições, *alcaldías*, *gobernaciones*, governo federal, ONGs, entre outras. Para continuarmos com o caso da CCSB, Juan Contreras deu o exemplo do caso da construção da rádio comunitária *Al Son del 23* com o apoio da *Brigada Internacionalista Askapena*, do País Basco¹²⁰:

¹²⁰ Território autônomo localizado no extremo norte da Espanha, na fronteira com a França cuja independência plena é reivindicada por setores radicais do ETA.

En el caso de la radio, nosotros presentamos un proyecto a una Brigada Internacionalista de Askapena, del país Vasco, y un ayuntamiento, que es decir, una alcaldía, nos dio los recursos, nos aprobó el proyecto para la radio y nos dieron una cantidad de dinero que con esos recursos se compraron los aparatos. Les metimos otro proyecto a la Alcaldía, ya acá en Venezuela, la Alcaldía Mayor cuando estaba el Dr. Juan Barreto y, con esos recursos, montamos la radio.

O centro de informática foi outro exemplo. A *Coordinadora* buscou recursos junto a *alcaldía* para implementação do mesmo na parroquia.

El infocentro, funcionamos con el principio de la corresponsabilidad que está establecido en la Constitución. [...] Ellos brindan la asistencia técnica, es decir, reparan las maquinas, hacen los software, comandan todo y nos brindan la parte técnica. Nosotros ponemos el personal y ese personal se encarga de dar los talleres, se encarga de velar que esas computadoras, que esas maquinas no sean deterioradas, no sean dañadas, que no se las roben. Y reciben una remuneración a través de la Fundación Infocentro que está adscrita al Ministerio de Ciencia y Tecnología.

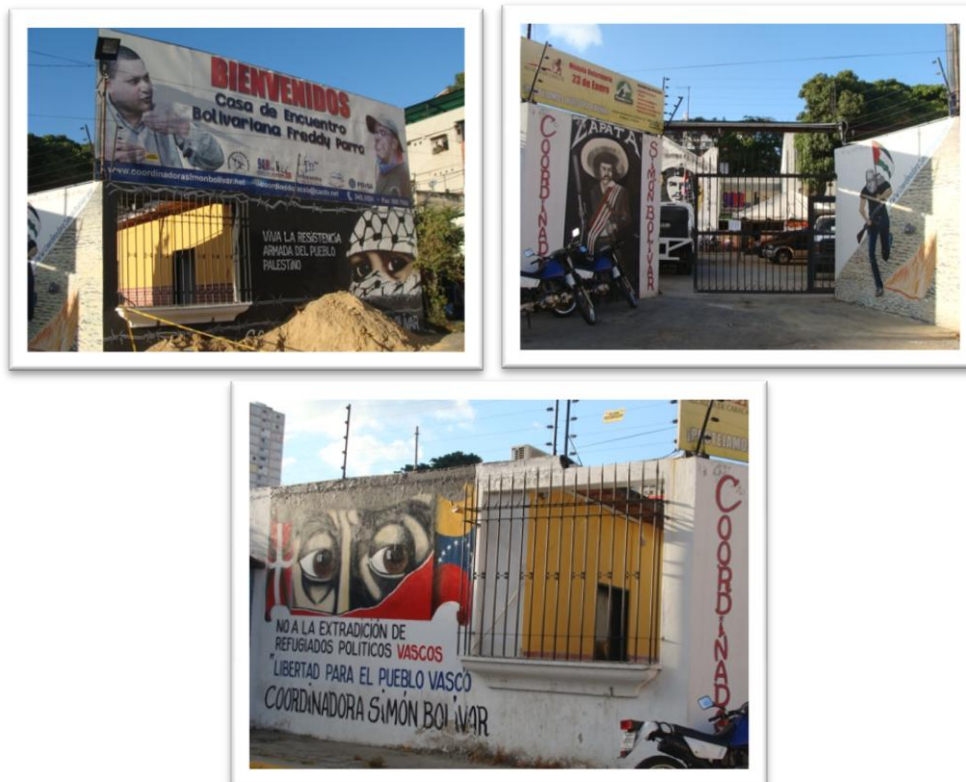
Contreras cita, por fim, como outra fonte de recursos, a *Comisión de Servicios*: “pertecemos a una institución determinada, pero estamos trabajando en esto momento acá, producto de esa Comisión de Servicios... es una formula administrativa que nos permite estar aquí realizando trabajo” (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Em 2005, a CCSB, com uma parceria com a *alcaldía* de Caracas, cujo mandato era de Juan Barreto, teve uma das conquistas mais emblemáticas da história do *23 de Enero*: transferiu a sede do *colectivo* para o antigo *Módulo de la Policía Metropolitana*, no setor *La Cañada*, de onde partia a maior parte das ondas repressivas sobre a *parroquia*. O antigo módulo se tornou a *Casa de Encuentro 'Freddy Parra'* em homenagem ao militante do *23 de Enero* e da CCSB que morreu num trágico acidente naquele ano.

Na *Casa de Encuentro* é que estão localizados a rádio e o infocentro supracitados. Neste último são oferecidos cursos de informática e acesso à internet de forma gratuita. Atualmente, contam com 65 computadores. O espaço da *Casa de Encuentro* pode ser utilizado por qualquer morador da *parroquia* e lá se realizam as mais diferentes atividades: grupos de discussão, esportes, danças, festas, seminários, cursos. O *colectivo* está à frente também de uma brigada muralista, responsável por pintar nos muros da *parroquia* suas representações políticas. Dentre as mais populares está o líder da independência Simón Bolívar, além também de Che Guevara, Emiliano Zapata, o apoio

à Causa Palestina e aos Bascos, Manuel Marulanda, Cacique Guaicaipuro e Jesus Cristo, para ficarmos em alguns dos mais importantes.

Figura 14



Casa de Encuentro Freddy Parra
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2010)]

Alguns desses mártires ou causas eleitas geraram muitas polêmicas nos meios de comunicação. Desde os anos 90, por exemplo, muitos refugiados bascos do grupo político ETA, buscaram asilo na Venezuela e, especialmente, na *Parroquia 23 de Enero*. A CCSB possui vínculos com setores do ETA que, inclusive, foram os que apoiaram a construção da rádio que mencionei acima. Em 2002, a *Coordinadora* saiu na defesa Juan Victor Galarza, refugiado basco, que havia sido extraditado para a Espanha. O jornal *El Nacional*, de 7 de junho de 2002, reporta que membros da CCSB do *23 de Enero* iam mover uma ação contra o diretor da DISIP, Miguel Rodriguez, por ter prendido ilegalmente Galarza e o deportado para Espanha, ignorando sua condição de refugiado político. Em agosto do mesmo ano, houve uma grande polêmica nos jornais devido a um vídeo apresentado pelo deputado Pedro Castillo que comprovava uma suposta relação entre setores do governo bolivariano – no caso, a CCSB - e o ETA, considerado pelos meios de comunicação, pela ONU e pela União Europeia como um agrupamento político terrorista. No dia 23 de agosto, os jornais *El Nacional* e *La*

Nacion publicaram reportagens nas quais Juan Contreras saiu em defesa da presença de membros do Batasuna – partido considerado braço político do ETA – no *23 de Enero*, condenando a classificação de “terrorista” e dizendo que há três anos a CCSB organizava a vinda de convidados bascos para a *parroquia* para intercâmbio cultural a político. O partido do governo, MVR, não reconheceu qualquer relação com o *Batasuna*, relegando total responsabilidade de sua vinda à Venezuela à CCSB.

Outra grande polêmica de repercussão internacional foi quando da morte de Pedro Antonio Marín, mais conhecido como Manuel Marulanda, ou *Tirofijo*, fundador das FARC, organização também considerada terrorista pelos meios de comunicação, EUA, Canadá e União Europeia¹²¹. Em comemoração aos seis meses de sua morte, em setembro de 2008, foi inaugurada uma estátua com o busto de Marulanda na praça central do setor *La Cañada*, próximo a sede da CCSB e da Biblioteca Pública da região, o que gerou duras críticas tanto da mídia nacional quanto internacional.

Figura 15



Manuel Marulanda Velez (1930-2008) – El Heroe Insurgente de la Colombia de Bolívar
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]

Conforme já tivemos a oportunidade de mencionar, estas representações não são exclusivas da CCSB, mas outros *colectivos* da *parroquia* dedicam-se também à pintura de murais em homenagens a estas e outras lideranças políticas e aos combatentes caídos do próprio *23 de Enero*. O *Colectivo La Piedrita*, tendo a frente o artista plástico Nelson Santana, fez algumas das pinturas mais ousadas da *parroquia* preenchendo toda a

¹²¹ Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Equador e vários países da África não aplicam esta classificação, preferindo o termo “força beligerante”. Já Cuba e Venezuela classificam como “força insurgente”.

coluna de um edifício e pintando também o famoso tanque (ponto de referência para o *23 de Enero*, podendo ser visto da várias regiões).

Figura 16



Murais de Nelson Santana

[Fonte: nosso arquivo pessoal (março de 2010)]

Santana recentemente inaugurou uma *Escuela Muralista* para os jovens do *23 de Enero*. O artista plástico foi alvo de polêmica com a Igreja Católica com ecos, inclusive aqui no Brasil, devido a um novo mural de sua autoria no qual ele pintou um Jesus Cristo e a Virgem de Coromoto – patrona da Venezuela – com fuzis nas mãos. Mariana Timóteo da Costa, repórter do *Jornal O Globo*, no dia 7 de maio de 2010, associou a arte de Santana a um esforço do Estado Bolivariano há cerca de um ano para incentivar “artistas de rua” a pintarem murais políticos nas ruas da capital. Trata-se de uma interpretação equivocada, pois perde de vista justamente toda essa tradição existente na *Parroquia 23 de Enero*. O trabalho de Nelson Santana, artista plástico – e não “artista

de rua” -, vem sendo desenvolvido de maneira autônoma há muitos anos junto ao *Colectivo La Piedrita*.

Figura 17



**Mural La Virgen de Coromoto y el niño Jesus, de Nelson Santana
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]**

Voltando à CCSB, o *colectivo* está também à frente da revista “Desafío” de circulação comunitária; e, atualmente, se articula com outros núcleos em diversos Estados, tendo estendido seu raio de ação:

nosotros extendemos nuestro trabajo social, hoy, a casi diez Estados en el país [...] Poco a poco, se ha venido convirtiendo el proyecto de la Coordinadora en un proyecto nacional, con pisos nacionales, donde estamos construyendo toda una plataforma que tiene que ver con la organización de nuestro pueblo en los diferentes ámbitos donde están las comunidades, trabajando y participando también de los programas sociales (CONTRERAS, entrevista, 2010).

Torna-se compreensível, portanto, o papel assumido pela *parroquia*, tendo à frente seus moradores, *colectivos* e outras organizações de base, na sustentação e na definição dos rumos desse processo iniciado com a eleição de Hugo Chávez, com altos índices de mobilização e participação nas eleições, referendos e marchas de todos os tipos.

Para citar mais um exemplo, quando houve o Referendo Revogatório, em 2004, um grupo de jornalistas estadunidenses cobriram o episódio a partir de um enfoque sobre as ações cotidianas dos moradores do *23 de Enero* e, em especial, da ativista Gladys Bolívar. Desse esforço foi produzido o documentário *Venezuela Rising: A*

Lesson in Participatory Democracy, dirigido por Jennifer Wager, onde fica evidente, mais uma vez, este alto índice de mobilização existente na região.

Não à toa, devido a essa característica, em outros episódios mais delicados, a região sofreu também duros reveses, como no Golpe de Estado de 2002, quando morreram muitas lideranças locais. A ONG PROVEA, em seu informe anual de 2002 sobre os Direitos Humanos na Venezuela, fala sobre os enfrentamentos entre a polícia e civis simpatizantes do governo que geraram um número indeterminado de mortes¹²².

Durante los días del gobierno de facto (12 y 13 de abril), al menos 7 manifestaciones que exigían la restitución del hilo constitucional fueron reprimidas u obstaculizadas en distintas zonas populares de Caracas. Ello ocurrió, según denuncias presentadas en Provea, en los siguientes lugares: Fuerte Tiuna (a la altura de la carretera Panamericana), Petare, Carmelitas, Caricuao, La Candelaria, Catia y el 23 de Enero. En esos hechos, fue denunciado el uso de camiones hidrantes y armas de fuego por parte de la PM, resultando un número indeterminado de personas heridas (PROVEA, 2002, p. 9).

Uma das lideranças locais do *23 de Enero* assassinada foi José Alexis Gonzalez Revette da CCSB. Segundo seus familiares, no dia 11 de abril deste ano, depois de se manifestar a favor de Chávez nos arredores de *Miraflores*, ao voltar para casa, no estacionamento dos *Bloques* 18 e 19, policiais do *Módulo de la Policía Metropolitana* lhe dispararam quatro tiros que resultaram em sua morte – episódio também registrado pela ONG supracitada (PROVEA, 2002: 23). Sua morte foi noticiada pelo jornal *El Nacional*, no dia 23 de abril de 2002:

¹²² O Golpe de Estado de 2002 contou com o apoio de amplos setores das Forças Armadas, sobretudo o alto escalão da hierarquia militar. Em Caracas, o então *alcalde*, Alfredo Peña, que havia rompido com o chavismo, apoiou o golpe e deflagrou a repressão através da *Policía Metropolitana* que desde que foi criada em 1969, era submetida à *alcaldía*. Em 3 de abril de 2009, depois de mais de 5 anos de julgamentos, vários funcionários da PM foram condenados à prisão acusados de homicídios (qualificado frustrado e qualificado consumado), diversos tipos de lesões e uso indevido de armas de fogo e de guerra. As penas variaram de 3 a 30 anos. Dentre os que tiveram as maiores condenações, destacamos os *comisarios* Lazaro Forero e Henry Vivas; o ex-secretario de *Seguridad Ciudadana*, Ivan Simonovis; e os funcionários Erasmo Bolívar, Julio Ramón Rodríguez e Luis Enrique Molina. Em 2008, sob o mandato de Juan Barreto (PSUV) na *alcaldía*, a *Policía Metropolitana* passou a responder diretamente ao *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Interiores y Justicia* sob o argumento de que a *alcaldía* não teria condições operativas de controlar 8.500 funcionários (Cf. *Aló Presidente*, n° 303, 10/02/2008). Porém, o que subjaz a esse projeto é uma tentativa de desarticular a PM em prol de um fortalecimento da *Policía Nacional Bolivariana* construída em 2009, como consequência da *Comisión Nacional para la Reforma Policial/CONAREPOL* que previa a construção de uma polícia nacional que atuaria paralelamente aos demais órgãos policiais municipais e estaduais, mas de maneira articulada com os *Consejos Comunales*, baseada em uma formação em direitos humanos.

El Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos (PROVEA), recibió la denuncia de los familiares de José Alexis González Revette, que era miembro de la Coordinadora Simón Bolívar del 23 de Enero y murió durante un tiroteo la noche del sábado 12 de abril [na verdade, 11 de abril], cerca del bloque 18 de La Cañada. Los denunciantes presumen que los tres disparos que alcanzaron a González Revette provinieron de un módulo de la Policía Metropolitana que está en el lugar (EL NACIONAL, 23/04/2002, p. 1).

Em sua homenagem, foi criado o *Colectivo Alexis Vive* em 2005. Seus membros faziam parte do grupo *Travesía* que militava dentro da CCSB e reivindicam o legado marxista-leninista, guevarista e bolivariano em sua definição ideológica. Sua atuação no *23 de Enero* reside, principalmente, na *Zona Central*, onde foi construída a *Comuna Socialista El Panal 2021*¹²³. De acordo com a Revista *Alexis Habla*, de 2009, volume 2, nº 5, a ideia de um favo (*panal*) tem o sentido de associar o trabalho dos moradores “para transformar la realidad de su sector, por médio del trabajo voluntario, cohesionado, articulado”, com o das abelhas para produzir o mel (ALEXIS HABLA, 2009, p. 2). Como os demais *colectivos*, suas ações são voltadas para a recuperação dos espaços públicos e melhorias da infraestrutura urbana do bairro – quadras poliesportivas, praças, ruas, jardins, passarelas, coleta de lixo, construção de escadas, plantação de árvores, reparação e pintura dos edifícios -, com destaque para a recuperação da piscina pública do *23 de Enero* que estava abandonada há 17 anos. Além disso, desenvolvem atividades culturais e desportivas, atuam nas áreas de educação e saúde – doando equipamentos, apoiando às atividades escolares, exercendo a controladoria social - e oferecem também cursos de formação política.

A *Comuna El Panal*, atualmente, está articulada com outras regiões do país; conta com uma padaria socialista, que vende produtos a preços solidários a partir de uma articulação com produtores¹²⁴; um sistema de segurança com câmeras e alarmes nos terraços dos edifícios; possui a rádio comunitária *Arsenal*; uma horta para incentivar a produção de determinados vegetais, frutas e plantas medicinais na própria *parroquia*; um sítio na internet (www.colectivoalexisvive.es.tl); a Revista *Alexis Habla*; e uma

¹²³ Na *Zona Central*, o *Colectivo Alexis Vive* se apropriou das novas formas de organização que se popularizaram durante o Governo Chávez no âmbito do projeto da “democracia participativa e protagônica”. A formação da *Comuna El Panal* representa uma tentativa de dar uma dimensão maior ao nível de organização comunitária, articulando diferentes setores e envolvendo ciclos produtivos. Analisaremos com maior detalhe essas novas organizações (*Comunas, Consejos Comunales, Comités de Trabajo, Mesas Técnicas* etc) no capítulo seguinte.

¹²⁴ O trabalho dentro da padaria é voluntário e são oferecidos cursos de formação aos moradores do *23 de Enero* para que possam aprender a fazer pães e outras atividades ligadas a esta área.

brigada muralista. Esta última, de reconhecimento internacional, é responsável também por muitos dos murais espalhados pela *parroquia*. Um dos mais emblemáticos é o da Última Ceia de revolucionários:

Figura 18



A Santa Ceia Revolucionária

Da esquerda para direita: Manuel Marulanda, Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tse-Tung, Lênin, Marx, Jesus Cristo, Simón Bolívar, Alexis González, Kley Gomez¹²⁵, Hugo Chávez, Simon Rodriguez (tutor de Simón Bolívar) e Cacique Guaicaipuro.

[Fonte: nosso arquivo pessoal (março de 2010)]

Outra característica que se destaca no *Colectivo Alexis Vive* é a quantidade de jovens. São muitos e todos atuam uniformizados. A utilização do coturno e do clássico lenço para cobrir o rosto quando necessário – símbolo do *colectivo*, como pode ser observado na imagem abaixo - remontam a um legado da luta armada na *parroquia* que tem na liderança de Robert Longa uma de suas maiores expressões.

¹²⁵ Kley Gomez, membro da direção do Colectivo Alexis Vive, foi assassinado em 2005, com apenas 20 anos, nas imediações do *Bloque 26*, depois de abordar uma figura suspeita que caminhava pela *parroquia*.

Figura 19



Kley Gomez com o rosto-símbolo do Coletivo e Che Guevara
 [Fonte: nosso arquivo pessoal (março de 2010)]

Como os demais *colectivos*, o *Alexis Vive* entende que não é mais o momento para este tipo de luta, porém é sabido que nenhum *colectivo* abriu mão de suas armas acumuladas nos anos anteriores. Este aspecto imprime um sentido de força e combatividade na *parroquia*, mas, ao mesmo tempo, para o morador comum que não confia plenamente na “justiça comunitária”, pode representar um universo opressivo, sobretudo para aqueles que não concordam com os rumos do processo. Portanto, há que se considerar que, na elevação desta representação da *Parroquia 23 de Enero* como bastião *chavista*, desconsideraram-se as vozes dissonantes do processo que não possuem espaços para se expressarem.

Outro aspecto é que, se os tempos não são de luta armada, isso não significa que os *colectivos* tenham aberto mão totalmente de ações violentas. Conforme vimos no depoimento de *Mao*, a luta contra o narcotráfico continua. Além disso, também não significa que os *colectivos* tenham se submetido ao Estado. Se o apoio ao Presidente é reiterado diversas vezes, ao mesmo tempo, é mantido um largo lastro de autonomia resultando em ações que muitas vezes vão de encontro às diretrizes do governo, como na realização de algumas ações violentas como forma de protesto. O *Colectivo La Piedrita*, por exemplo, esteve presente nas páginas dos jornais devido aos seus ataques aos “inimigos da Revolução”. Valentín Santana, admitiu a uma série de jornais que foram eles quem atiraram bombas de gás lacrimogêneo contra a embaixada do Vaticano, contra residência de Marcel Granier, diretor da rede RCTV, além de outros ataques contra o canal *Globovisión*, contra o Arcebispo de Caracas e contra o diretor

do jornal *El Nacional*, Miguel Henrique Otero. O *Colectivo Alexis Vive* também se responsabilizou por ataques à FEDECAMARAS e à *Globovisión*.

Como estes *colectivos*, existem muitas outras organizações na *parroquia*, porém acredito que este breve levantamento já dá conta de certa maneira do panorama de organização política da região - cujas origens remontam a muito antes de Chávez - e como, em seguida, esta tradição articulou-se com as mudanças trazidas por esse novo governo. É, portanto, no bojo deste contexto mais amplo que se insere a experiência dos *Consejos Comunales* na *Parroquia 23 de Enero*, temática que vamos nos deter com maior profundidade no próximo capítulo.

3. A Prática Social de uma “Democracia Participativa e Protagônica”: A Experiência dos *Consejos Comunales* na *Parroquia 23 de Enero*, de Caracas.

3.1. Das *calles* ao Parlamento: antecedentes dos *Consejos Comunales*

Os *Consejos Comunales*/CCs são uma experiência de poder popular na Venezuela. São micro-governos locais construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores e que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais. Os CCs fazem parte de um projeto nacional de construção de um *Estado Comunal* venezuelano articulado por federações e confederações de *Consejos Comunales* e/ou por *Comunas*. É um projeto ambicioso, orientado por uma proposta para o *Socialismo del Siglo XXI*, de construção de uma “democracia participativa e protagônica” e de um desenvolvimento econômico endógeno e autossustentável. Apesar de fortemente incentivado pelo presidente Hugo Chávez, este projeto encontra suas raízes em experiências e demandas existentes nas bases da sociedade desde longa data.

Um conjunto de inovações participativas começou a ganhar corpo na Venezuela, antes da formalização dos CCs, muitas delas já vimos em capítulos anteriores, porém, acreditamos ser válido retomarmos com maior profundidade algumas. Uma das primeiras iniciativas no sentido de uma modificação da estrutura consolidada pelo regime *puntofijista*¹²⁶ se deu, em 1985, com a *Comisión Presidencial para a Reforma Política del Estado*/COPRE cuja proposta era a de promover a descentralização política em um contexto marcado por uma profunda crise de legitimidade das instituições.

Hacia mediados del primer gobierno de [Carlos Andrés] Pérez (1974-1979), comenzaron a propargarse las denuncias de autoritarismo y corrupción en el seno del gobierno y de los partidos [...]. durante los siguientes años de gobierno del presidente [Luis] Herrera [Campins] (1979-1984), a estas críticas se sumarían reproches a los partidos y sindicatos por falta de ideas y debate sobre el porvenir de la sociedad. A partir de 1983, y ante la evidencia de que se agotaba el modelo [...] comenzó el cuestionamiento al desempeño del Estado

¹²⁶ Para maiores detalhes sobre essa estrutura, ver o Capítulo 1 desta dissertação. Aqui nos referimos, sobretudo, a um regime marcado pela centralização política (não havia eleição direta para governadores e prefeitos; o voto era feito através de listas partidárias; o país era governado basicamente por dois partidos, AD e COPEI etc.) e um sentido de democracia ancorado na premissa da *representação*, apurada principal e quase exclusivamente por eleições regulares e uma influência difusa da opinião pública (Cf. Constituição de 1961, Artigos 3º, 4º e do 110º ao 116º).

[...] así como el diseño y la conducta de los partidos hegemónicos (LOPEZ MAYA, 2005, p. 46).

Em decorrência das profundas tensões entre o Executivo e a *Comisión*, as propostas aprovadas – depois de ampla consulta pública - só puderam ser implementadas, sob o calor da conjuntura eleitoral que se aproximava em 1988¹²⁷. Em decorrência dessas reformas houve o surgimento de lideranças e partidos que corriam por fora do controle dos *puntofijistas* (como *La Causa R* e o MAS)¹²⁸. Acreditamos ser válido nos deter um pouco mais na experiência desses novos governos, pois são emblemáticos de um conjunto de medidas voltadas para incentivar o participacionismo ainda nos anos 90.

Em 1989, na primeira eleição direta para governador, o tradicional AD perdeu em vários Estados e o MAS e *La Causa R* ganharam em algumas regiões com destaque para Carlos Tablante, do MAS, que foi eleito pelo Estado Aragua; e Andrés Velásquez, do *La Causa R*, pelo Estado Bolívar. Estes últimos criticaram duramente o governo de Carlos Andrés Pérez e solidarizaram-se com as insurreições de 92, apesar de terem negado qualquer vínculo. Ambos foram reeleitos com ampla maioria dos votos em novembro daquele ano. Segundo López Maya (2005, p. 134), Velasquez chegou a concorrer à Presidência nas eleições de 1993 e, apesar de ter perdido para Rafael Caldera, ex-líder do COPEI, lançado por uma coligação que envolvia o apoio do MAS¹²⁹, o candidato do LCR conseguiu obter 22% dos votos, o que é expressivo para um partido que pouco a pouco se tornava conhecido¹³⁰. Nesse ano, no Parlamento, o

¹²⁷ Lembrando que as principais medidas foram: o criação da figura do *alcalde* eleito por voto direto, secreto e sufrágio universal; a criação das *parroquias* e *juntas parroquiales*, a fim de promover a participação popular na esfera local; o reconhecimento das associações de vizinhos como sujeitos políticos locais; o estabelecimento de medidas complementares para aprimorar o exercício da democracia, como *cabildo abierto* (assembleias populares), referendos e revogações de mandato; a eleição direta de governadores; e a suspensão das listas partidárias nas eleições proporcionais (Cf. Capítulo 1 desta dissertação).

¹²⁸ Vimos no Capítulo 1 também que mais do que uma mobilização em torno dos novos partidos emergentes e das novas propostas, o que houve, de imediato, foi o decisivo enfraquecimento do sistema de partidos e da própria representação; o recrudescimento de manifestações *callejeras*; o crescimento do abstenseísmo nos pleitos eleitorais; e a explosão de revoltas populares e cívico-militares, como o Caracazo, em 1989, e as duas fracassadas insurreições de fevereiro e novembro de 1992. Todos esses elementos expressam a profunda crise vivida pelo regime *puntofijista* em sua última fase.

¹²⁹ O *Convergencia Nacional* foi uma proposta de coligação que envolveu partidos como o MAS, o *Movimiento Electoral del Pueblo*/MEP, o *Movimiento de Integridad Nacional*/MIN (), o PCV e outros independentes, no apoio à candidatura de Caldera, em oposição ao monopólio político de AD e COPEI. Caldera, apesar de ter sido líder e fundador do COPEI, acabou expulso por, entre outras razões, ter se solidarizado com as insurreições militares de 1992, enquanto o partido democrata-cristão havia tomado uma posição de defesa do “sistema democrático”.

¹³⁰ Caldera foi eleito com 30,46% dos votos (CNE, *Elecciones Presidenciales Cuadro Comparativo 1958-2000*).

LCR saiu de 3 para 40 deputados, além de 9 senadores, tornando-se o terceiro maior partido do país.

O LCR ambicionava se constituir como uma plataforma para os setores populares. Velasquez, egresso do movimento sindicalista da *Siderugica del Orinoco/SINDOR* e à frente do governo do Estado Bolívar, dizia que a ideia fundamental do partido era construir um mecanismo que permitisse que “os trabalhadores pudessem governar”. A nível municipal, o LCR conseguiu eleger *alcaldes* no Estado Bolívar, Estado Carabobo e no Distrito Capital¹³¹. Neste último, Arístobalo Isturiz (LCR) foi eleito contrariando todas as previsões e sob forte aclamação popular – milhares de pessoas encheram as praças da capital para respaldar sua eleição. Tanto a gestão de Isturiz, quanto a de Celemente Sotto (LCR) pelo município de Caroní, no Estado Bolívar, recebem destaque de López Maya, por terem sido experiências voltadas no sentido do desenvolvimento de práticas democráticas e participativas que, de alguma forma, servem de antecedentes para o projeto da “democracia participativa e protagônica” executado nos anos seguintes pelo governo Chávez. Vale notar que muitas das lideranças do LCR participaram da aliança que elegeu este último presidente em 1998 e, hoje, ocupam cargos no governo¹³² (Cf. LÓPEZ MAYA, 2005, p. 154 e 298).

Dentre as principais medidas desses governos municipais destaca-se o incentivo à formação de assembléias populares de vários tipos para discutirem os problemas da cidade. “Mediante las asambleas, la alcaldía rescató el espacio público para la consulta con la gente; a través de ellas pudo ir identificando problemas, prioridades, aspiraciones” (ibid: 310). As assembleias podiam ser constituídas por categorias, como a dos *buhoneros* (trabalhadores informais), setoriais (por *parroquia*), orçamentárias (Orçamento Participativo) ou para a prestação de contas.

¹³¹ No Distrito Capital só foram permitidas eleições a nível municipal; o governador continuava sendo indicado pelo Executivo.

¹³² David Velasquez foi nomeado Ministro do *Poder Popular para la Participación y Protección Social* e esteve à frente da implementação dos *Consejos Comunales*; depois de militar pelo Partido Comunista da Venezuela/PCV, Velasquez se filiou ao PSUV em 2007. Já Arístobalo Isturiz foi Ministro de *Educación, Cultura e Deportes* (2001-2005) e manteve-se à frente da pasta de educação e esportes, quando houve a fragmentação do Ministerio em *Ministerio del Poder Popular para la Educacción, Ministerio del Poder Popular para el Deporte* e *Ministerio del Poder Popular para la Cultura*. Em 2007, Isturiz concorreu novamente à *Alcaldía* de Caracas, porém perdeu as eleições para Antonio Ledezma, da oposição. Militou durante muitos anos pelo *Pátria Para Todos/PPT*, dissidência do LCR, formado em 1997. Porém, rompeu com o partido em 2007 e, atualmente, é membro da Direção Nacional e Vice-presidente do PSUV pela região de Caracas e Estado de Vargas.

O PPT apoiou o *Polo Patriótico* que elegeu Chávez em 1998, mas, em 2000, rompeu com o chavismo, mantendo uma postura crítica ao governo, porém sem se aliar à oposição. O partido é crítico à proposta de criação do PSUV que aglutina todos os partidos pró-governo. Desde 2008, houve um estreitamento de laços com as coalizões da oposição. Nas últimas eleições parlamentares de 2010, recebeu 3,03% dos votos, tornando-se o sétimo partido venezuelano mais votado (CNE, 2010 – consulta em 25/05/2011).

Los funcionarios llevaban a la reunión un portafolio con un diagnóstico de los problemas de la comunidad: déficit de vivienda, de escuelas, de aguas blancas, chanchas deportivas etc. Después de recibida la información, se daba el derecho de palabra y un funcionario iba anotando las opiniones de los asambleístas; al final se sumaba lo que la gente había propuesto y se informaban los resultados. Si todos quedaban de acuerdo se levantaba un acta donde el alcalde se comprometía a invertir en la parroquia un presupuesto de tantos millones para esas prioridades (ibid: 311)

Diversos dispositivos complementares foram abertos para ampliar o diálogo entre o Estado e as organizações civis, tais como: o incentivo e fortalecimento dos *gobiernos* ou *juntas parroquiales* como órgãos locais de poder cidadão¹³³; o apoio a experiências de autogestão e cogestão; a formação de conselhos consultivos e de mesas de trabalho através dos quais técnicos, governo e moradores pudessem dialogar e decidir sobre os projetos; a formação de juntas de fiscalização de preços e produtos, entre outros. Como vimos no capítulo anterior, Aristóbaldo Isturiz, em Caracas, incentivou também a formação de *coordinadoras culturales* nos *barrios* da capital, para estimular o trabalho comunitário de construção de uma identidade local e resgate das tradições¹³⁴.

As medidas implementadas por esses governos foram também uma resposta ao movimento assembleísta dos *barrios* que ocorreu durante essa década e que teve seu epicentro em Caracas. A “Asamblea de Barrios de Caracas” nasceu em 1991, a raiz do *Primer Encuentro Internacional de Rehabilitación de los Barrios del Tercer Mundo*, e durou até 1993. Segundo Andrés Antillano (2005, p. 207), as assembléias chegaram a “reunir a dirigentes de más de doscientos barrios capitalinos en torno de debates y propuestas muy diversas” que resultaram em um “programa de luchas de los barrios de Caracas” que envolvia, entre outras coisas, “el planteamiento de la regularización de la tenencia de la tierra ocupada por los pobladores de las comunidades populares, las

¹³³ No caso do projeto de *gobiernos parroquiales* defendidos por Isturiz em Caracas, tratava-se de ir além das *juntas parroquiales* prevendo a transferência de poderes às mesmas e não apenas utilizá-las como instrumentos de consulta. Tanto em Caroní quanto em Caracas, houve, inclusive, a transferência de recursos para serem administrados por esses governos, o que resultou em muitos problemas devido à falta de preparo técnico dos moradores para administrar o orçamento.

¹³⁴ Foi nessa ocasião que foi fundada a *Coordinadora Cultural Simón Bolívar*, na *Parroquia 23 de Enero*, que tem em Juan Contreras, uma de suas principais lideranças. Nas últimas eleições parlamentares de 2010, Contreras foi eleito deputado suplente pelo PSUV pelo Circuito 2, que aglutina as *Parroquias 23 de Enero, San Juan, Santa Teresa, Altigracia e Catedral*. Recentemente foi convidado pelo *Ministério del Poder Popular para la Agricultura y Tierras*, para assessorar as expropriações de terras no Estado de Zulia.

discusiones sobre la rehabilitación física de barrios, la propuesta de cogestión del servicio de agua¹³⁵ de la ciudad [y] la demanda del autogobierno local”.

Para Roland Denis (2001, p. 11), a “Asamblea de Barrios” foi o “centro de inauguración del poder social en el país y agente articulador de las luchas populares”, pois se tratava de um “espacio de debate y unidad de acción que finalmente elevó a un lugar hegemônico el discurso ideológico que se sustenta en la autonomía del poder popular y [...] como fuerza fundamental de legitimación de la nueva democracia”. Em entrevista concedida para o documentário *Fuego Bajo el Agua*, o *ex-vice* ministro do governo Chávez, observa nesse movimento outro gérmen do que mais tarde se tornou o programa político bolivariano.

Cada una de esas grandes reuniones recorría al redor de 700, 800 dirigentes de lo que eran las comunidades barriales de Caracas. Ahí [...] comenzó a escribirse un programa de lucha que [...] fue muy importante para ordenar lo que era, más adelante, el programa bolivariano (DENIS in FUEGO BAJO EL AGUA, 2009).

Portanto, a eleição de Chávez, em 1998, a abertura de uma *Asamblea Nacional Constituyente* comprometida com refundação do Estado e a proposta de construção da *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas* como instâncias de poder local são fruto desse longo processo de desgaste da institucionalidade liberal durante o regime *puntofijista* e da articulação da sociedade civil sob diferentes formas com vistas a construir alternativas ao mesmo.

Além disso, todo esse quadro de reformas está inserido também em um contexto mais amplo, continental, de redefinição da democracia com a abertura de Constituintes em vários países latino-americanos recém-saídos de ditaduras civil-militares, nos anos 80 e 90. Apesar do tema do socialismo não ter estado presente na maior parte das agendas políticas, os limites da democracia representativa liberal foram questionados e, por essa razão, algumas reformas foram levadas a cabo no sentido da ampliação da participação política para além das eleições e de uma influência difusa da opinião pública. O caráter dessas “instituições participativas”, para utilizarmos os termos de Leonardo Avritzer (AVRITZER, 2009) variou de país a país, desde uma abertura mais

¹³⁵ Como resposta ao movimento assembleísta, em seu mandato, Isturiz impulsionou a formação das *Mesas Técnicas de Agua/MTA* com intuito de regularizar a questão da água nos *barrios* de Caracas, a partir de uma articulação entre os moradores e a *Hidrocapital*, empresa responsável. Porém, esta experiência ficou limitada às *Parroquias Antímano e El Valle*. Com o fim do mandato do *alcalde*, o projeto foi abandonado. Em 1999, houve uma retomada das MTA pela iniciativa do presidente Chávez e, a partir de 2003, se difundiram em várias *parroquias* do país.

moderada favorável a espaços deliberativos, mas com pouco poder de execução (como é o caso do Orçamento Participativo ou das Conferências Nacionais, no Brasil, por exemplo) até soluções mais radicais, revestidas de um caráter reformista-revolucionário, como é o caso da “democracia participativa e protagônica”.

Na Venezuela, em particular, também vimos em outro capítulo, apesar de ser um dos poucos países latino-americanos que não viveu uma ditadura civil-militar formal, os 40 anos de democracia representativa *puntofijista* – especialmente os últimos 20 anos (anos 80 e 90) -, de igual forma, desgastaram profundamente a institucionalidade liberal representativa e relegou um quadro socioeconômico marcado por profundas desigualdades sociais.

Em 1998, Hugo Chávez foi eleito com 56,20% dos votos válidos (CNE, 1998) e uma de suas primeiras medidas no governo foi fazer uma consulta popular via referendo para aprovar a convocação de uma *Asamblea Nacional Constituyente* com um chamado para a refundação do Estado. A iniciativa contou com amplo respaldo da população.

A *Asamblea Nacional Constituyente* propôs mudanças substanciais em relação à Constituição de 1961 que só dispunha princípios voltados para a representação política. O Artigo 70º, por exemplo, conforme já vimos, prevê diversos meios de participação para além do voto em eleições regulares:

Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativas, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros [...] (CONSTITUCIÓN DE 1999).

Esse artigo se insere numa concepção mais ampla sobre a democracia presente no Artigo 6º que determina que “el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y de las entidades políticas que la componen es y será siempre **democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables**” [grifo nosso] (CONSTITUCIÓN DE 1999) e, no Artigo 5º, que afirma que

la soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la **ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e, indirectamente, mediante el sufragio**, por los órganos que ejercen el Poder Público. Los órganos del Estado emanan de la soberanía

popular y a ella están sometidos [grifo nosso] (CONSTITUCIÓN DE 1999).

A descentralização de tomadas de decisão, as tentativas de diminuição da burocracia estatal na administração pública, o incentivo ao participacionismo por intermédio de instâncias locais de poder local, como a *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, a revogabilidade de mandatos em todas as instâncias, o destaque para referendos, plebiscitos e consultas populares como mecanismos complementares para ratificar ou não leis e decretos são algumas características desta reforma do Estado venezuelano. Posteriormente, muitos destes princípios foram aprofundados e normatizados em Leis Orgânicas específicas. No caso do participacionismo, uma das primeiras tentativas de regulamentação desse poder local se deu com a *Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública/CLPP*, em 12 de junho de 2002.

3.1.1. Os *Consejos Locales de Planificación Pública/CLPP*

A proposta de lei dos CLPP era a de articular o poder público constituído com as várias organizações de base que tinham vida por todo país, permitindo que esses setores pudessem participar da gestão das políticas locais, elaborando diagnósticos da comunidade, propondo projetos – sempre a partir da aprovação dos mesmos nas *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas* – e contribuindo com o Orçamento Participativo. Esses *Consejos Locales* eram subordinados à prefeitura (alcaldía), uma vez que o *alcalde* ou a *alcadeza*, são o presidente ou presidenta da instituição, conforme estipulado no *Artículo 3º*, parágrafo 1, da Lei. Segundo Américo Martinz (2007, p.176),

[...] los concejales del Municipio y los presidentes de las Juntas Parroquiales forman parte también del CLPP. La novedad está en que igualmente se integran a él los consejeros de las organizaciones vecinales y comunales [ver Artículo 3º da Lei, parágrafo 4]. No hay poder paralelo sino una sana alianza entre el sector público municipal y las organizaciones sociales de la localidad. Parece claro el espíritu conciliador de esta Ley, la idea de promover la colaboración constructiva entre lo público y lo privado.

No interior de cada *gobierno parroquial*, um representante da *alcaldia* senta-se ao lado de representantes da comunidade para decidir sobre as políticas locais para a região. Segundo Dario Azzellini, “a los CLPP correspondia decidir sobre el 20% de los recursos financieros del fondo de descentralización FIDES [...] La participación sin

embargo se quedo siendo mayoritariamente una pretensión [...] la iniciativa quedaba a cargo de los alcaldes” (AZZELLINI, 2010: 175). Para Azzellini houve um processo de instrumentalização dos CLPP pelos *alcaldes* e *alcadezas*, envolvendo práticas clientelistas e uma profunda burocratização das decisões, tornando difícil a aprovação dos projetos.

O nível de abrangência do CLPP – nível *parroquial* – também dificultou a participação direta da comunidade, sobretudo em espaços em que não havia uma organização de base bem estruturada. Apesar de haver a premissa da construção de *consejos* no interior das comunidades para discutir as políticas, na prática, não houve um impulso nesse sentido. O que houve foi o surgimento de propostas para tornar estes *consejos* instituições autônomas. Deste modo, a ideia dos *Consejos Comunales* propriamente ditos surgiu, em parte, das críticas feitas ao CLPP no âmbito do chamado *parlamentarismo de calle*¹³⁶, conforme sugere Azzellini (2010, p. 228):

la necesidad de una ley de CCs surgió en el marco del Parlamentarismo de Calle, en el debate sobre el artículo 8 de la ley de los Consejos Locales de Planificación Pública (CLPP), que introdujo a los CCs como instancia de los CLPP. A través de las críticas y objeciones recogidas por los diputados en los debates públicos se hizo evidente la necesidad de una ley propia de los CCs, que los define como organismos independientes.

Portanto, devido a todas essas críticas, outras iniciativas acabaram ganhando maior popularidade e a aprovação dos *Consejos Comunales*, em 2006, acabou retirando o sentido dos CLPP. Outras experiências de planificação pública existiram, porém sem obter grande sucesso, tais como, o *Consejo Metropolitano de Planificación de Política Públicas*, a *Constituyente Municipal*, os *Gobiernos Comunitarios* (modelo mais próximo dos CCs) e os *Gabinetes de Obra Local* (Cf. AZZELLINI, 2010). Na *Parroquia 23 de Enero*, não encontramos referência a nenhuma destas experiências. As administrações públicas formais – prefeituras e governos estaduais –, na maior parte das vezes, foram os maiores obstáculos para o desenvolvimento de um poder local. Não à toa, uma das premissas dos CCs será a de construir uma instituição independente destas instâncias.

¹³⁶ O *parlamentarismo de calle* é uma iniciativa da *Asamblea Nacional* para articular o trabalho dos deputados com a sociedade civil organizada através da organização de fóruns para discutir as leis e avaliar as políticas públicas. Porém, segundo Azzellini, tal experiência foi bem sucedida apenas em alguns casos de leis mais importantes, como a dos *Consejos Comunales*. A participação civil nos debates sobre as leis se dá, principalmente, através das comissões da *Asamblea Nacional* (AZZELLINI, 2010: 228).

Dentre as iniciativas alternativas de promover a gestão popular das políticas locais que ganharam maior popularidade antes dos CCs, podemos citar os *Comités de Tierras Urbanas/CTUs*, a reativação das *Mesas Técnicas de Agua/MTA*¹³⁷ e as *Misiones Sociales* com seus *Comités de Salud e Educación*.

3.1.2. Os *Comités de Tierras Urbanos/CTU*

Em 4 de fevereiro de 2002, é assinado pelo Presidente Chávez o Decreto 1.666 que previa a formação da *Oficina Técnica Nacional para la Regularización de la Tenencia de la Tierra Urbana/OTNRRTU* e dos *Comités de Tierras Urbanas/CTU*, com o objetivo de regularizar a propriedade da terra dos *barrios* a partir da “participación protagónica de las comunidades organizadas” (Artigo 1º) e submeter à discussão pública um projeto de lei para a regularização da propriedade da terra nos assentamentos populares para dotar o processo de uma base legal sólida (a lei foi aprovada em 2006). Segundo Antillano (2005, p. 209),

el significado y el alcance de este decreto se entienden en el contexto de un conjunto mayor de medidas legislativas e institucionales que, abandonando el modelo anterior de negación, indiferencia o incluso tentativa de eliminación de los barrios, los reconoce como parte de la ciudad, y enfila los esfuerzos por su incorporación a la trama urbana.

Além da entrega da titularidade, o projeto prevê ações de urbanização e melhora das condições de vida dos moradores dos *barrios*. Estas últimas são definidas pelos próprios moradores a partir do CTU, “tanto aspectos técnicos (definición de poligonales urbanas, levantamiento catastral etc.), políticos (decisiones sobre planes y proyectos, propuestas de ordenación espacial del barrio) y incluso ‘judiciales’ (mediación en los casos de diferendos sobre la legitimidad de la posesión etc.)” (ANTILLANO, 2005, p. 210). Trata-se, portanto, de um projeto diferente dos programas neoliberais que se pautam na premissa exclusiva de regulamentação de novas propriedades para alimentar o mercado imobiliário, já que toca em dimensões subjetivas e coletivas para o bem-viver do cidadão comum.

Na *Parroquia 23 de Enero* de Caracas, na sequência do Decreto, houve a formação do CTU, no *Barrio Sucre*. César Rivas, ao lado de Aurora Volcam, Avelino

¹³⁷ Lembrando que uma primeira tentativa ocorreu sob a administração de Aristóbalo Isturiz, entre 1992 e 1995, como resposta ao movimento “asambleísta de los barrios”.

Maya, Eliseo Pérez e outros vizinhos dessa zona foram eleitos pela *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* para liderarem os trabalhos no *Comité* e, assim, viabilizar a execução do projeto. O setor *Barrio Sucre* foi um dos primeiros do país a se organizar nesse sentido. Segundo Rivas, o *barrio* é formado por aproximadamente 520 moradias, unifamiliares, bifamiliares e multifamiliares, distribuídas em três ruas principais: *Calle Ayacucho*, *Calle Miranda* e *Calle Real La Cañada*. No croquis abaixo feito pelo CTU, podemos ver em destaque a parte correspondente ao setor constituída pelas três ruas citadas. A *Calle Real La Cañada* divide o *Barrio Sucre* dos edifícios do setor *La Cañada*.

Figura 20



Croquis do Barrio Sucre feito pelo CTU.

Ao sul está localizada a *Calle Real La Cañada*, no centro a *Calle Miranda* e ao norte, a *Calle Ayacucho*

[Fonte: arquivo do CTU/Barrio Sucre]

Houve primeiramente uma reunião de esclarecimentos com membros da *alcaldía*, do *Ministério Nacional de la Vivienda* e da *Junta Parroquial* com a própria comunidade. Para Eliseo Pérez, um dos maiores ganhos dessa iniciativa foi a chance de promover contatos com e entre os vizinhos da comunidade, pois até então muitos ali não se conheciam.

Premio a ese decreto 1.666 es haber descubierto o descubrir que en todos los espacios de la vida cotidiana había otras cosas que nosotros mismos no sabíamos... cómo eran las necesidades que desde las puertas hacia adentro existían. O sea, nos convertimos en trabajadores sociales natos, psicólogos, sociólogos, todo eso sin ser titulado ingeniero de tierra (PÉREZ, entrevista, 2010).

Avelino Maya, veterano em militância política na *parroquia*, ressalta a importância dessa iniciativa, pois transformou as necessidades individuais em necessidades coletivas e assegurou o primado da participação como via para resolver os problemas:

cuando de los años 90 para tras, existía la necesidad. Y usted veía la necesidad como una necesidad individual. Cuando nuestro Presidente es elegido, esa necesidad individual se convierte en necesidad colectiva y es ahí donde nuestro Presidente ve la necesidad de invertir en correctivos, aparatos, gestiones que permitieran que esas necesidades colectivas tuviesen una respuesta mediante la participación hecha por esa comunidad (MAYA, entrevista, 2010).

Para Pérez, graças à Constituição Bolivariana de 1999, que havia estabelecido o princípio da cogestão, foi possível demonstrar que o povo, sim, poderia gerir as políticas locais dentro de suas comunidades.

La Constitución Nacional en el artículo 70 [...] se habla de lo que es la cogestión, la autogestión y la relación interinstitucional es de suma importancia para también administrar las cosas. [...]. Gracias a esta Constitución logramos realmente articular y esa articulación también con nuestro grado de conciencia puede mostrar que sí podemos, [...] lograr nuestros objetivos (PÉREZ, entrevista, 2010)

César Rivas chama atenção para o fato de que, apesar de haver intensa organização popular na *Parroquia* desde muito tempo antes de Chávez, era o Estado quem, ao fim e ao cabo, se responsabilizava pelos serviços públicos. Havia muita luta para conquistar direitos, mas quem executava os serviços eram os burocratas do Estado: “el Estado, pues, transitaba todo que tenía que ver con proyecto, todo que tenía que ver con arreglo, pero desde un punto de vista excluyente” (RIVAS, entrevista, 2010). Por outro lado, a nova Constituição permitiu que aqueles setores que eram atuantes dentro das comunidades pudessem assumir, de fato, um papel protagônico para resolver seus problemas:

con la palabra participación englobada dentro de nuestra Constitución, [...] los grupos sociales que hacen vida comunitaria [...] serán buscados para hacer eso trabajo precisamente por la participación, con un sentido protagónico (RIVAS, entrevista, 2010).

Portanto, com a própria comunidade à frente dos projetos, o trabalho se aperfeiçoa na medida em que esses moradores conhecem muito melhor as necessidades de seus territórios e a forma de resolvê-las, do que os burocratas enviados pelo Estado. Yanelkar Marquez trabalhou com o governo central na experiência dos CTUs. Como geógrafa e funcionária do Estado apresenta premissas que vão na direção daquela lançada por Rivas, isto é, que a articulação da ação protagônica dos moradores de cada região com os organismos técnicos do Estado otimizam a execução das políticas sociais. Nesse caso, permitiu que o trabalho de regulamentação da propriedade da terra se tornasse mais eficaz já que os moradores são aqueles que melhor conhecem a realidade onde vivem e podem discernir, por exemplo, quem é o real dono de um terreno e quem é inquilino, entre outras coisas.

[La comunidad] empezó a organizarse y formar los Comités de Tierras y cada uno de nosotros geógrafos estábamos encargados de una parroquia. [...]. Los Comités de Tierras Urbanas se inscribían en la oficina donde yo trabajé que es la Oficina Técnica para la Regularización de las Tierras Urbanas, ellos creaban una poligonal, es decir, seleccionaban un número de casas que comprendese un ámbito territorial que abarcara todas sus casas. O sea, ellos como Comités de Tierras que conocían las personas y todo eso definían el ámbito territorial. Nosotros empezamos a actuar como geógrafos explicando y auxiliando en lo establecimiento de la poligonal y sus límites [...] dábamos un sentido técnico para después hacer el catastro. Ordenábamos las casas, se hacían manzanas, había un grupo de encuestadores que iban en las casas, hacían el censo socio-economico, hacían mediciones de todo lo que era su terreno. Después todo eso era chequeado por los geógrafos y, luego, con los Comités de Tierras, se definían quien era dueño del terreno o no. Los Comités de Tierras eran quien conocían a todas las personas y ¿quien mejor que los propios vecinos para saber quien es dueño, quien es inquilino y todo eso? (MARQUEZ, entrevista, 2010).

Os próprios membros do *Comité de Tierras* também foram submetidos a *talleres* explicativos – uma espécie de cursos técnicos para que aprendessem noções básicas de engenharia e outros conhecimentos para levarem a cabo o projeto. Conforme vimos no depoimento de Marquez, uma das metas a serem cumpridas pelo *Comité* era montar o cadastro da comunidade. Para tanto, teriam que entrar em todas as casas, fazer as medições dos terrenos, identificar ruas, escadas, becos, além de fazer um registro socioeconômico, tal como explica Rivas:

Luego que fuimos elegidos, fuimos preparados [...] Hicimos algunos talleres [...] y luego de las charlas preparativas a esos talleres fuimos

inducidos al trabajo de campo [...] que significaba una recolección de informaciones catastrales en una planilla que es un levantamiento catastral. [...] En principio tuvimos la instrucción de los funcionarios y, luego, guiados por nosotros del CTU [...] (RIVAS, entrevista, 2010).

Esse procedimento é interessante para refletirmos sobre o sentido de comunidade construído pelos moradores, quer dizer, não se trata apenas de um registro espacial, geográfico, físico, mas envolve também, um sentido de pertença, a construção de uma identidade local. Nas palavras de Antillano, “el ámbito de actuación de um CTU no es solo un espacio físico, sino un espacio social e incluso ‘afectivo’, definido por la identidad colectiva y las interacciones cara a cara entre los miembros de la comunidad” (ANTILLANO, 2005, p. 211).

Dentre as dificuldades encontradas, vale mencionar que muitos vizinhos não conheciam os membros do CTU e não os deixavam entrar em suas casas. Muitos não acreditavam que a titularidade seria entregue. Portanto, era preciso fazer um trabalho concomitante de convencimento sobre a importância do projeto: “empezamos a realizar asambleas por manzanas [quarteirões] para conocerles y explicar a las personas cual es el proceso de tener el título porque tenía mucha importancia tener la titularidad de su tierra” (VOLCAM, entrevista, 2010).

Porém, foi encontrado também muito apoio e com o cumprimento da promessa do Estado de entregar a titularidade, as ações do grupo foram reconhecidas, legitimadas e deram combustível para que, dessa iniciativa, se desenvolvessem outras.

Se, por um lado, existe a presença do Estado no sentido de incentivar e impulsionar a formação dos CTUs, de fornecer assessoria, cursos explicativos, recursos etc., por outro, a todo o momento é destacado também que esse trabalho deve ser realizado, executado, gerenciado, protagonizado pelos moradores, conforme podemos observar em um dos vários discursos de Chávez para o Programa *Aló Presidente* em que aborda essa temática:

la Revolución tiene que avanzar desde abajo con la organización comunitaria para mejorar notablemente el nivel de vida de estos barrios: el agua potable, los sistemas de aguas servidas, el ambiente, los campos deportivos, las viviendas, las zonas que están en riesgo, hay que sacar gente de las zonas de riesgo y llevarlas a otras zonas; el trabajo, el empleo, empleo comunitario, empleo en la misma zona. En fin, es una de las más grandes tareas que la Revolución está comenzando, o estamos comenzando: la organización desde abajo, y la asignación de recursos, capacitación, tecnología, recursos financieros etcétera (CHÁVEZ, 2006, n°245, p. 50).

Nesse sentido, para alguns autores, essas organizações comunitárias, apesar de serem, em grande medida, resultado de uma política de Estado, são instituições autônomas e funcionam de maneira independente das instituições¹³⁸ (Cf. AZZELLINI, 2011; ANTILLANO, 2005). Para López Maya (2005, P. 351), no entanto, os CTUs funcionam sob uma tensão entre autonomia e dependência em relação às instituições que “atraviesa permanentemente sus dinamicas”. Sem dúvida, há uma vinculação significativa entre a organização comunitária e o governo, no sentido da grande maioria dos CTUs ser simpatizante do processo (ANTILLANO, 2005, p. 211); porém, é importante destacar também, conforme atesta Ada Colau em informe sobre o *III Encuentro Nacional de los Comités de Tierras Urbanas*, realizado em Maracaibo, em 2005, que os CTUs, por sua vez, não se eximem de criticar o governo quando necessário, sobretudo tudo no que diz respeito à questão da burocracia e da corrupção das instituições:

ejemplos de esse apoyo crítico al gobierno son las constantes denuncias que los CTU hacen de la excesiva burocracia, la corrupción de algunas de las instituciones, los desalojos arbitrarios y en los que con frecuencia se producen abusos policiales, o la lentitud y los conflictos con algunas instituciones en el proceso de entrega de los títulos de tierras (COLAU, 2007, p. 3)

A autora cita ainda como exemplo os protestos dirigidos ao Executivo para que fosse aprovada a *Ley de Reforma de la Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos Populares*, considerada de fundamental importância para aprofundar o processo de regularização e que, naquele momento, se encontrava em trâmite na *Asamblea Nacional* a espera de ser debatida (ibid, p. 3).

Segundo dados do *Instituto Nacional de Vivienda/INAVI*, estima-se que para o ano de 2007, haviam “casi 7.000 CTU constituidos a nivel nacional, lo que se calcula que significa más de millón y medio de familias organizadas y más de siete millones y medio de habitantes organizados” (ibid., p. 1)

Voltando ao *Barrio Sucre*, a partir do trabalho do CTU foi possível também conquistar a regularização do serviço de gás na comunidade. Com o Golpe de Estado de

¹³⁸ Inclusive, Antillano (2005, p. 211) destaca que a *Oficina Técnica Nacional para la Regularización de la Tierra* só começou a funcionar dois anos depois de constituídos os CTUs.

2002, houve o corte na distribuição dos bujões. Aproveitando-se deste episódio, os membros do CTU, que desde antes já alegavam a necessidade de fazer um projeto que garantisse o serviço de gás encanado para comunidade, com o apoio da PDVSA GAS, conseguiram superar muitos preconceitos daqueles que não acreditavam que um serviço dessa monta pudesse ser feito e, hoje, o *barrio* conta esse serviço. O *Barrio* foi o primeiro da *Parroquia 23 de Enero* a contar com gás encanado e, segundo muitos relatos, é possível que tenha sido um dos primeiros do país.

Da mesma forma ocorreu com o serviço de água, de onde surgiu a *Mesa Técnica de Agua/MTA*.

3.1.3. As Mesas Técnicas de Agua/MTA

As MTA são outro comitê formado por vizinhos que junto à *Hidrocapital* - empresa responsável pelo serviço de água potável e saneamento -, tinha por objetivo solucionar tal problemática dentro das comunidades populares. No *Barrio Sucre* foi renovada toda a estrutura de encanamento, além de terem conseguido instalar um serviço de água potável: “hace 50 años practicamente nosotros peleamos con el gobierno porque son casas deterioradas, [con muchas] filtraciones. Con las Mesas de Técnica de Agua organizamos todo el servicio de agua” (VOLCAM, entrevista, 2010). Segundo Rivas,

Nos llega un proyecto con 531 millones de bolívares y las Mesas Técnicas de Agua juntamente con la comunidad asumen el papel y pudimos colocarle el agua juntamente con un equipo de trabajo en la comunidad. Hoy en día la comunidad tiene un servicio de agua potable producto de eso (RIVAS, entrevista, 2010).

A problemática da água já havia estado presente em outros momentos das lutas da população dos *barrios* como uma de suas principais demandas. Mencionamos, por exemplo, o movimento assembleísta dos anos 90 e o mandato de Aristóbaldo Isturiz em Caracas que, pela primeira vez, havia fundado as chamadas MTA. Naquele contexto, mais de 30% da população de Caracas não estava conectada à rede de água potável e mais de um milhão de pessoas tinham acesso somente através da distribuição precária feita por caminhões ou de maneira improvisada com tubulações clandestinas (Cf. AZZELINI, 2010, p. 220). Desde o início do governo Chávez, em 1999, várias comunidades organizaram-se no sentido da construção de um diagnóstico sobre a

trágica situação dos *barrios* em relação à carestia desse serviço. Para López Maya, essa organização também caminha sob uma tensão entre autonomia e dependência em relação às instituições, porém, reconhece que as MTA

han sido un factor importante en la intervención exitosa de comunidades en la resolución de problemas relacionados con el proceso de agua potable y saneamiento, y han creado incluso los consejos comunitarios de agua como espacio de intermediación institucionalizada con las instituciones públicas y entre las distintas MTA (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 352).

Da resolução do problema específico da escassez do serviço se desdobraram questões políticas cada vez mais abrangentes. Em 2003, houve o *Primer Encuentro Nacional de Experiencias en Agua Potable y Saneamiento*, quando se reuniram as diversas MTA e os *Consejos Comunitarios de Agua* (reunião de várias MTA de uma dada região), e onde foi possível estabelecer um diagnóstico geral que identifica os problemas estruturais existentes na administração da Hidrocapital sobre o setor e na própria problemática da água como um todo. Segundo Santiago Arconada (2006, p. 129), ativista que esteve à frente da experiência das MTA na *Parroquia Antúmano*, nos anos 90, “si en un primer momento lo que había motorizado la organización de la gente era la falta concreta de agua en su comunidad o la existencia de situaciones de saneamiento muy graves”, em 2003, a demanda ganha um caráter mais abrangente, quando ocorre, à raiz do Encontro, um questionamento mais amplo sobre o papel das empresas públicas no país - “¿cuál es en realidad la magnitud de los sistemas hidráulicos sobre los cuales las Mesas Técnicas tienen incidencia?” – e da “comprensión del problema del agua” em um sentido mais amplo que o local.

Em Caracas, o ativista destaca que as MTA passaram a trabalhar junto com o *Ministerio del Poder Popular para el Ambiente* na construção de uma nova concepção sobre o *Rio Guaire* que corta toda a capital e é um depósito de águas negras com intuito de construir um modelo que viabilizasse o equilíbrio entre a cidade e os recursos naturais¹³⁹.

¹³⁹ Em 1999, quem estava à frente da Hidrocapital impulsionando as MTA era Jacqueline Faría que, por sua vez, havia participado da equipe de Aristóbaldo Isturiz quando este foi *alcalde* de Caracas e implementou pela primeira vez essa instituição de base nos anos 90. Posteriormente, Farías também esteve à frente do *Ministerio del Poder Popular para el Ambiente* (2004-2006), quando apoiou a participação das MTA na formulação dos diagnósticos/projetos para a despoluição do *Rio Guaire*. Atualmente foi designada pelo Presidente (e aprovada na *Asamblea Nacional*) como *Jefe de Gobierno* do Distrito Capital.

Trata-se, portanto, de um princípio pautado na ideia de que as organizações de base devem participar não apenas da deliberação e execução dos projetos de políticas locais para a resolução do problema, mas também na formulação de políticas públicas¹⁴⁰ para o setor.

Esta nueva institucionalidad local y las formas de participación comunitaria, así como las nuevas políticas públicas tienen un fuerte referente territorial e incentivan la corresponsabilidad, el control social por parte de las comunidades y la transparencia en la rendición de cuentas. En este sentido, se aspira a superar la dicotomía más mercado menos Estado que se intentó imponer en la década de los noventa, bajo la denominación de gobernabilidad para entrar en el campo de lo que llamamos régimen participativo del agua, donde el peso de las comunidades y del Estado es fundamental (LACABANA & CARIOLA, 2005, p. 116).

Para o ano de 2009, estima-se que havia cerca de 6.600 MTA em todo o território nacional (MACHADO, 2009, p. 176).

3.1.4. As Misiones Sociales e os Comités de Salud e Educación

O projeto das *Misiones Sociales* também se estruturou a partir da preocupação em aliar reformas sociais ao fomento à atuação protagônica e organizada das classes populares. As *Misiones* abrangem diferentes áreas que vão desde as dimensões mais básicas, tais como saúde, educação, alimentação e moradia até missões voltadas para a promoção da cultura, da ciência, ao fomento de novas formas de produção (no caso, a formação de cooperativas, com a missão *Vuelvan Caras*, atual *Misión Che Guevara*), entre muitas outras.

No que diz respeito à *Parroquia 23 de Enero*, continuando com o exemplo do *Barrio Sucre*, uma das primeiras *Misiones* a serem instaladas no setor foi a de saúde, também conhecida como *Misión Barrio Adentro*. Esta última surge a partir de um acordo firmado entre os governos venezuelano e cubano ensejando a troca de petróleo pelo envio de médicos cubanos para o país para atuar no interior das comunidades

¹⁴⁰ Por políticas públicas se entende a participação das comunidades não apenas na deliberação e execução das políticas locais, mas também na formulação das diretrizes e sentidos das políticas públicas no alto escalão do governo.

populares¹⁴¹. No *Barrio Sucre*, alguns membros do CTU, fundaram o *Comité de Salud* e viabilizaram a chegada dos primeiros cubanos na comunidade.

Un trabajo integral como el de CTU, de ordenamiento territorial, nos permitió conocer todas vicisitudes, debilidades y fortalezas de la comunidad como un todo. Llegando la Misión Barrio Adentro fue más sencillo el trabajo en principio porque ya conocíamos parte de la situación social, económica y también política de nuestro espacio. Conociendo esa información automáticamente podemos definir el encaminamiento de los beneficios en nuestra comunidad sobre todo se vienen de manera continua y progresiva (PÉREZ, entrevista, 2010).

Como o governo não tinha recursos suficientes para arcar com a hospedagem e a subsistência dos médicos cubanos, estes ficaram hospedados em casas de famílias nas comunidades. Eliseo Pérez foi uma dessas pessoas que recebeu os cubanos em sua própria casa até que se disponibilizasse um local para eles exercerem a atividade:

bajo la cuestión de salud, llegó la Misión Barrio Adentro [...] Contamos primero con dos consultorios, uno en la casa de Eliseo y otro en la casa de Sra Lourdes hasta 2009 cuando los ubicamos en uno consultorio en la parte de abajo para toda la comunidad (VOLCAM, entrevista, 2010).

Além de encontrar um espaço para os cubanos, o *Comité de Salud* tem a função de vencer as desconfianças existentes entre os próprios moradores – muitos consideram os cubanos “espiões comunistas”, tal como qualificados pelos meios de comunicação e, além disso, também não são reconhecidos pela *Federación Medica Venezolana/FSM*¹⁴² – e auxiliar na gestão da saúde integral da comunidade que, envolve, não apenas a medicina preventiva, mas também ações educativas, ecológicas, culturais, de lazer etc. (Cf. LÓPEZ MAYA, 2005, p. 358). Portanto, mais uma vez, a ação protagônica das classes populares organizadas se faz necessária como condição para que a idéia se tornasse realidade.

¹⁴¹ Os primeiros médicos cubanos chegaram à Venezuela em ajuda humanitária em função de um desastre natural que afetou dez Estados do país, particularmente, o Estado de Vargas, em 1999. As brigadas cubanas levaram apoio médico para as famílias que sofreram os efeitos do desastre. Depois da superação da catástrofe natural, os cubanos permaneceram no país, prestando atendimento e serviços de medicina preventiva às populações carentes, dada a ausência do poder público em regiões mais pobres. Foi daí que surgiu a idéia da *Misión Barrio Adentro*: transformar a atuação episódica dos cooperantes cubanos nos *barrios* em ajuda humanitária permanente.

¹⁴² Esse aspecto gera uma série de transtornos entre os venezuelanos. Os diagnósticos feitos por cubanos não são reconhecidos pelos hospitais. Então, quando há a necessidade de um tratamento mais intensivo, muitas vezes, é preciso repetir todos os exames nas instituições formais. Médicos venezuelanos diplomados em universidades cubanas igualmente encontram dificuldades em ter seu diploma reconhecido no país.

Atualmente, na *Parroquia 23 Enero* há 52 ambulatórios octogonais (tal como demonstrado na **Figura 21** abaixo) do *Barrio Adentro*, onde residem os médicos cubanos e onde há o atendimento à população. Além disso, como fruto da expansão do projeto foram construídos quatro *Centros de Diagnóstico Integral/CDI*, dentre eles, destacamos o *CDI Ibis Pino*, no setor *Sierra Maestra* (que inclui uma *Sala de Rehabilitación Integral/SRI*), e o *CDI Carmen Clemente Travieso*, na *Zona F*.

Figura 21



Misión Barrio Adentro

[Fonte: www.misionbarrioadentro.gob.ve – consulta em 24/05/2011]

Ao lado da *Misión Barrio Adentro*, a *Misión Robinson*¹⁴³, de alfabetização, foi também um sucesso na *parroquia*¹⁴⁴. Segundo Yaritza Motta, moradora da *parroquia* e atual coordenadora da *Misión* no Distrito Capital, o *23 de Enero* foi o primeiro território do país a vencer o analfabetismo, tendo alfabetizado, nesse primeiro momento, 769 pessoas (MOTTA, entrevista, 2010).

A ex-facilitadora da *Misión Robinson* no *23 de Enero* conta que o projeto teve início a partir da convocatória do presidente Chávez:

aquí en la parroquia la Misión arranca cuando nos solicita el presidente Chávez [...] eso fue por julio del año 2003. El presidente lanza la Misión Robinson y dijo “cada venezolano que sepa leer y escribir busque sus 10 personas y salgan a alfabetizar” [...] yo fui una de esas personas y me vi alfabetizando mi suegra y así como mi

¹⁴³ O nome é inspirado no pseudônimo utilizado por Simón Rodríguez, educador do século XIX e tutor de Simón Bolívar.

¹⁴⁴ Quando Chávez foi eleito, o país possuía taxas de escolaridade precárias, cerca de 59%, sendo 7% o índice de analfabetismo, o que significa mais de 1 milhão e meio de venezuelanos. Isso sem contar, os mais de 2 milhões de pessoas que não tinham condições de chegar ao 6º grau, nem os outros 2 milhões que não chegavam ao ensino médio e muito menos ao ensino superior (Cf. D’ELIA, 2006).

persona muchos fueron buscar sus suegras, sus papas, sus tios [...] [la alfabetización ocurría] en la biblioteca, en las casas, en la platabandas con un pedacito de techo [...], cualquier espacio donde se pudiere poner un televisor y un VH, un facilitador con un grupo de personas, allí se llevaba a cabo la actividad educativa (MOTTA, entrevista, 2010).

Portanto, assim como observamos na missão de saúde, a viabilização da missão educativa dependia da organização da comunidade, pois esteve e está fortemente ancorada numa prerrogativa de *autogestión e participación comunitária*. Em julho de 2005, devido ao sucesso da campanha de alfabetização no país, Chávez deu início a um giro por todos os Estados onde iria declarar desde as *parroquias* – segundo ele, de baixo para cima -, territórios livres do analfabetismo. A primeira *parroquia* que visitou foi o *23 de Enero*, lugar onde foi realizado o *Aló Presidente*, n° 227:

Territorio libre de analfabetismo, y aquí estamos, pues. Le vamos entregar municipio por municipio esta bandera roja y azul que dices “Una sola Misión, Misión Robinson”. Hoy vamos entregarle a la Parroquia 23 de Enero. [...] la declaratoria de Venezuela desde abajo, como territorio libre del analfabetismo ha sido un milagro, gracias al pueblo venezolano (CHÁVEZ, 2005, n° 227, p. 3).

Chávez instiga a formação de mais *Comités de Educación* na *parroquia*: “en la Parroquia 23 de Enero debe nacer no uno sino vários comités de educación, que tienen que darle impulso, continuar impulsando la misión educativa y de conciencia” (ibid, p. 14)¹⁴⁵. A UNESCO chegou a visitar a *parroquia* também em outubro de 2005, quando atestou o sucesso da missão não apenas no 23, mas no país, declarando a Venezuela, país livre do analfabetismo (MOTTA, entrevista, 2010).

A missão educativa contou com o apoio do governo cubano que forneceu professores, tecnologias e o próprio método de alfabetização, o *Yo si puedo*, desenvolvido pela pedagoga cubana Leonela Relys do *Instituto Pedagógico Latinoamericano y del Caribe/IPLAC*. Trata-se de um método que atende aos fundamentos e às necessidades práticas de se efetivar o projeto porque é simples, flexível e de resultados em curto prazo. “En 65 sesiones de dos horas se prepara al participante, llamado ‘patriota’, en las destrezas básicas de leer y escribir” (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 356). Mediados por um “facilitador” que é um voluntário geralmente da própria comunidade, o aluno tem acesso a um material didático que, além das

¹⁴⁵ Aristóbaldo Isturiz, ex-*alcalde* de Caracas, era o *Ministro de Educación y Deportes* (2005-2007) na ocasião e participou, ao lado de Chávez, do programa.

cartilhas do educador e educando, é baseado em vídeo-aulas, conforme observamos no relato de Yaritza Motta. A televisão é o instrumento essencial no processo. O facilitador tem o papel de contextualizar e atender às necessidades especiais de cada aluno.

A *Misión Robinson* veio acompanhada também da *Misión Robinson II* que tinha por objetivo dar continuidade aos estudos daqueles que foram alfabetizados, sob o lema *Yo sí puedo seguir*. O método, como o próprio nome já sugere, acompanha a lógica do *Yo si puedo*, ou seja, conta com ampla utilização de mecanismos audiovisuais através dos quais as turmas têm aulas de matemática, geografia, história, gramática, ciências naturais, inglês e informática. Contabiliza-se um total de 600 aulas com uma duração de 10 meses.

Quando estivemos em 2010 no *23 de Enero*, acompanhamos a *IVª Promoción de la Prosección a 6º Grado*, isto é, pela quarta vez se formavam turmas da *Misión Robinson II*, possibilitando que as pessoas – de diferentes idades e perfis¹⁴⁶ - continuassem estudando e tivessem a oportunidade de ingressar no ensino técnico profissionalizante ou no ensino médio para, em seguida, entrar em uma Universidade.

Figura 22



Formandos da *Misión Robinson II*

[Fonte: nosso nosso arquivo pessoal (fevereiro de 2010)]

Atualmente, segundo dados fornecidos por Yaritza Motta em entrevista nos concedida, a *parroquia* conta com três ambientes de alfabetização, de onde saíram 15

¹⁴⁶ Chamou atenção uma jovem de 14 anos, ao lado de uma senhora de 70 anos, recebendo o mesmo diploma da *Misión Robinson* (ver **Figura 22**). Um dos momentos mais emocionantes que testemunhamos foi quando um rapaz que sofria de um retardo mental, emocionado com seu diploma, pegou o microfone e às lágrimas e aos gritos, agradeceu a todos os facilitadores que o ajudaram a conquistar aquele pedaço de papel cujas letras atestam um mínimo de dignidade para muitos que jamais sonharam em ter um dia.

pessoas formadas naquela ocasião e 17 ambientes de continuação até o 6º grau. Em nível da capital, são 70 ambientes de alfabetização, 500 de continuação até o 6º grau e 43 círculos de leitura; são 1.588 pessoas estudando e sendo atendidas por 590 facilitadores. Em outubro de 2009 foram graduadas 80 mil pessoas na continuação até o 6º grau em todo país (MOTTA, entrevista, 2010).

Em 2003, foi criada também a *Misión Ribas*, destinada àqueles que almejavam finalizar os estudos secundaristas. A missão oferece bolsas de estudos para os que não têm condições financeiras de dar continuidade ao processo educativo. Seu objetivo era atender aos 5 milhões de venezuelanos excluídos do sistema educacional em todo o país. Segundo Steve Ellner (2010, p. 44), a *Misión* graduou 450 mil estudantes no ano de 2008.

Finalmente, foi construída a *Misión Sucre* com intuito de se completar o ciclo de estudos voltando-se para o acesso ao ensino superior. Com esta última, foi construída a *Universidad Bolivariana de Venezuela/UBV*, ponta-de-lança de todo o projeto. A Universidade possui sedes em Caracas, Zulia e Bolívar. Os cursos ministrados ou “programas de formación” oferecidos na mesma, segundo balanço de 2004, são, entre outros: administração e gestão, artes plásticas, direito, educação, educação física, enfermagem, geologia e minas, gestão ambiental, gestão social em desenvolvimento local, informática, licenciatura em química e em matemática, medicina geral integral e turismo. Neste mesmo ano, foram inscritos mais de 60 mil alunos (D’ELIA, 2006, p. 106-107). A orientação dos cursos e da própria estrutura da universidade tem por intuito a criação de uma “alternativa al sistema educativo tradicional, al tiempo que da un vuelco a la vinculación de la Universidad con la realidad nacional y latinoamericana” (UBV, 2007, p. 1¹⁴⁷ *apud* RIZZOTTO, 2007: 6). Esta alternativa se fundamenta, mais uma vez, na prerrogativa de se estabelecer vínculos diretos com as comunidades, ou seja, são, por exemplo, as demandas locais que determinam a oferta de cursos, nos termos de uma “política de municipalização da educação, em todos os níveis, o que não tem significado a transferência de responsabilidade de financiamento nem a ausência de uma articulação nacional” (RIZZOTTO, 2007: 7)¹⁴⁸.

Um dos grandes dilemas que subjazem às *Misiones Sociales* é a questão da *qualidade* do ensino. Há uma expansão da oferta de educação para a população e, nesse

¹⁴⁷ UBV. *República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em: www.ubv.edu.ve. Acesso em: 15/03/2007.

¹⁴⁸ Sobre uma análise mais aprofundada sobre as *Misiones Sociales*, ver BRUCE & FEITOSA in AARÃO REIS, 2009 e BRUCE, 2008.

caso, as classes populares, tradicionalmente excluídas dessas áreas, têm, pela primeira vez, a chance de conseguir chegar à Universidade. Não foram poucos os casos na *Parroquia 23 de Enero*, de moradores que jamais tiveram a chance de dar continuidade aos estudos e que, com as *Misiones*, puderam chegar à Universidade, mudando radicalmente suas vidas e perspectivas para o futuro. Porém, apesar do projeto ampliar as possibilidades para que os mais pobres tenham condições de se qualificar enquanto indivíduos e para o mercado de trabalho, a oposição alega que os diplomas e títulos deveriam ser diferenciados daqueles emitidos pelas escolas e universidades tradicionais, uma vez que há uma evidente disparidade acadêmica entre ambas. Aqueles que se formam pelos meios tradicionais se vêem prejudicados, pois terão que competir com aqueles egressos das *misiones*.

El uso de videocassetes y “facilitadores” como substitutos de los profesores es una innovación práctica, pero no sorprende que no iguale la calidad de las escuelas tradicionales. [...] Los “perdedores” son los graduados de las escuelas tradicionales que eventualmente compiten con los egresados de la Misión en el mercado laboral, y las universidades privadas que pierden los estudiantes que terminan inscribiéndose en la Misión Sucre y la Universidad Bolivariana. (ELLNER, 2010, p. 44).

Para Steve Ellner, mais do que uma manipulação provocada pelos meios de comunicação – conforme insiste o governo -, esse poderia ser um dos elementos que nos ajudam a compreender a razão pela qual os estudantes universitários de centros tradicionais de ensino tenham se tornado um dos segmentos mais significativos da oposição.

Los chavistas pasan por alto esta incongruencia cuando atribuyen la movilización de un gran número de estudiantes antichavistas a la influencia de los medios de comunicación privados mientras no reconocen que objetivamente los programas de las misiones perjudican los intereses del sistema educativo tradicional (*ibid.*, p. 48).

Paralelamente às *misiones*, foi aprovado também em 24 de setembro de 2004 pelo *Ministerio de Educación y Deportes/MEP*, tendo à frente o Ministro Aristóbaldo Isturiz, o projeto das *Escuelas Bolivarianas* que tem por objetivo estruturar uma nova concepção de ensino na Venezuela: a educação *bolivariana*, que vai desde o chamado *Simoncito*, passando pela *Escuela Bolivariana*, *Liceo Bolivariano*, *Escuela Técnica*

Robinsoniana e até a *Universidad Bolivariana*. Abrange, portanto, desde a pré-escola até o ensino superior, incluindo-se também o ensino técnico profissionalizante. Segundo o programa aprovado pelo MEP (2004, p. 36), “la educación bolivariana se desarrolla a través de una nueva concepción de escuela, para la indentidad y la ciudadanía bolivariana”.

Assim como as *Misiones*, esse sistema de ensino é também duramente criticado pela oposição por seu conteúdo ideológico e por representar um desvio de recursos do ensino tradicional. Para Laura Gurfinkel, o plano

deseña un currículo adoctrinador, homogeneizante, con el propósito de convertir en “revolucionarios” a toda la juventud venezolana, sino que se engaña a los desposeídos al implantar una educación hacia abajo, en lugar de intensificar y ampliar los esfuerzos que se habían realizado para llegar a ofrecer una educación de calidad para todos que nos de la posibilidad de lograr un desarrollo integral (GURFINKEL, 2004 – consulta em 27/05/2011).

Na *Parroquia 23 de Enero*, atualmente, existem, pelo menos, três *Liceos Bolivarianos* e uma *Escuela Técnica Robinsoniana*. Tivemos a oportunidade de conhecer a *Escuela Bolivariana José María Vargas*, no setor *La Cañada*, próximo ao *Bloque 17*. A concepção do projeto é a de promover um ensino integral que permita a formação do “novo republicano”. A escola funciona das 7h às 15h30m; os alunos têm direito a café-da-manhã, almoço e lanche; são oferecidas diferentes atividades extracurriculares (dança, teatro, pintura, música etc.) combinadas ao currículo tradicional; as salas de aula são equipadas com televisão e videocassete; há também salas de computadores onde se executa a *Misión Canaima* que leva o ensino de informática às crianças desde o 1º grau; são dadas muita ênfase aos símbolos pátrios (heróis nacionais, bandeiras, dizeres de “amor à Pátria” e princípios revolucionários etc.), pintados nos muros e notórios também nos trabalhos colados nas paredes; além de comportar ainda diversas outras *Misiones* (Robinson, Sucre, de Cultura).

Voltando ao estudo do *Barrio Sucre*, podemos perceber como a partir do trabalho do CTU e, com o apoio do Estado, garantindo todo o tipo de recursos para se executar os projetos, foi possível multiplicar as organizações de base que tinham por objetivo solucionar os problemas da vida cotidiana da comunidade. Esta premissa é atestada por Rivas quando fala que “los CTU fueron una herencia primogénita de este proceso. Esto es decir, le tocó asumir un papel duro, fuerte, [...] gracias a ese trabajo y producto de

ese proyecto, pues, fue importante para existir las otras organizaciones” (RIVAS, entrevista, 2010).

Este é apenas um exemplo de como as políticas sociais do governo foram se articulando com a ação participativa e protagônica das classes populares numa região. Na mesma *Parroquia 23 de Enero*, houve muitos outros casos semelhantes.

3.1.5. Outros Casos de Formação de Instituições de Base na *Parroquia*

No setor *Caño Amarillo*, tal como César Rivas no *Barrio Sucre*, Carmen Quitero, liderança comunitária, afirma que nos tempos da IVª República (ou do *puntofijismo*), “[...] nosotros no teníamos ningún tipo de participación, sino que venían las instituciones y ellos eran quien construían, ellos eran quien hacían sin tener la participación de la comunidad” (QUITERO, entrevista, 2011).

Neste setor, a chegada de Chávez à presidência da República, a abertura da *Asamblea Nacional Constituyente* e a aprovação de algumas leis foram determinantes para que a população começasse a se organizar para solucionar os problemas de sua comunidade. Um grupo de vizinhos formou, então, as *Mesas Técnicas de Agua/MTA* e, em seguida, os *Comités de Terras Urbanas/CTUs* através dos quais se lançaram pela primeira vez no trabalho comunitário.

[...] Cuando llega nuestro Presidente en 1999, empieza Chávez a aprobar las leyes y empieza lo que es la parte de la Constitución y ahí da una amplitud a la participación [...] El Presidente empieza a hacer un llamado a las comunidades para que se organicen porque como lo dije anteriormente, no estábamos organizados de ninguna forma. A través de este llamado del Presidente, empezamos a organizar las Mesas Técnicas de Agua y después vimos conformándonos como Comités de Tierra. Yo creo que este [los CTUs] fue el impulso más grande, la organizaron más grande que aún hemos tenido. Eso porque [...] el Comité de Tierras Urbanas no solamente es la entrega de títulos de la propiedad a la persona de la casa, sino que el hábitat... es todo lo que lo rodea en cuanto a la mejora, a darle comodidad a las comunidades (QUITERO, entrevista, 2011).

Na medida em que estes grupos de trabalho comunitário ganhavam o respaldo das instituições, possibilitando que executassem seus projetos, conquistavam também legitimidade diante dos vizinhos e ampliavam a dinâmica organizacional para outras frentes, formando *Comités de Salud* e participando das diferentes *Misiones Sociales*.

Segundo Maira Blanco, militante da *Misión Cultura Corazón Adentro* deste mesmo setor,

[...] de esas organizaciones [mesas técnicas y comités de tierras] es que van naciendo las Misiones porque al organizarnos, vamos exponiendo nuestras necesidades, viendo nuestras inquietudes [...] se hace Barrio Adentro por las deficiencias que habían en el sistema de salud; nace la Misión Robinson, Misión Ribas y Misión Sucre para cubrir las necesidades que habían en la parte de educación. Luego nace la Misión Cultura, que se llama “Corazón Adentro, Misión Socialista”. Esta Misión nace de la necesidad de recuperar nuestros valores, de fortalecer nuestras costumbres, de dar a conocer lo que se estaba perdiendo en todo ese proceso de deterioro que estábamos viviendo anteriormente (BLANCO, entrevista, 2011).

Em muitos setores, portanto, a organização popular começou, de fato, a partir da convocatória de Chávez e da regulamentação de uma série de decretos e leis que tinha por objetivo promover a referida organização nas comunidades mais pobres.

Em linhas gerais, a luta e a organização que havia na *parroquia* em tempos anteriores a Chávez se davam ou de maneira muito restrita a algumas lideranças e grupos mais corajosos que atuavam na clandestinidade e enfrentavam as duras ondas de repressão dos corpos de segurança do Estado, ou em torno de algumas *Juntas Vecinales* que atuavam com o apoio dos partidos hegemônicos, mas a partir de uns poucos moradores mais mobilizados. Portanto, num nível mais amplo, havia muito medo a tudo que dissesse respeito ao trabalho comunitário, processo que foi mudando durante o governo Chávez e com o apoio de muitos lutadores que sobreviveram aos tempos da IV^a República.

A história de Carmen Mécia, da comunidade *Los Higuitos*, na *Zona E* da *Parroquia*, é bastante emblemática nesse sentido. Nos anos 1970, Mécia foi uma das fundadoras do *barrio*, localizado num setor da *parroquia* onde só existem edifícios. A luta para se instalar naquela região foi árdua, pois diariamente as casas eram derrubadas pela polícia e, em seguida, havia a necessidade de reconstruí-las. Fruto destes permanentes embates, Mécia e mais quatro moradores construíram o *Comité de Defensa* para organizar uma resistência coletiva às ações repressivas, além de traçar estratégias para regularizar aquela situação. Chegaram a invadir o *Concejo Municipal* por duas vezes, foram perseguidos, alguns foram presos, Mécia teve que fugir da *parroquia* por um tempo, mas com a persistência da luta - e com o apoio dos *colectivos* -, o *barrio* foi

se consolidando no setor e, pouco a pouco, se transformando em “comunidade” – termo menos depreciativo.

Na medida em que o *barrio* foi reconhecido, surgiram outros problemas graves que exigiam soluções, como a questão do serviço de água e esgoto, já que, como em qualquer *barrio*, as casas foram construídas de maneira improvisada. Para solucioná-los, alguns vizinhos mais mobilizados organizaram o *Equipo Comunitario de Trabajo Los Higuitos*, com intuito de, com o respaldo da comunidade, lutar por melhorias nas condições de vida. O problema é que, conforme relembra Mécia, nunca tiveram apoio de nenhuma instituição ou ente governamental. Além do mais, as pessoas de maneira geral não se mobilizavam, não participavam das atividades. A grande ruptura se deu com o famoso “por ahora”, de 4 de fevereiro de 1992: “despues del famoso ‘por ahora’, nosotros decimos ‘este es el hombre’, y decidimos hacer la lucha por el Comandante” (MECIA, entrevista, 2011).

A eleição de Chávez, seus discursos e convocatórias à organização mobilizaram muitas pessoas que até então jamais haviam se envolvido com qualquer tipo de trabalho comunitário. Ao mesmo tempo, fortaleceu e incentivou ainda mais aqueles que já faziam trabalho comunitário há muito tempo. Mécia foi uma das grandes incentivadoras dos diversos grupos de trabalho, batendo de porta em porta e convocando as pessoas a participarem, a vencerem a resistência ao trabalho comunitário e às atividades de auto-gestão. Foi assim que se formaram a *Mesa Técnica de Agua*, o *Comité de Tierras Urbanas* e os próprios *Consejos Comunales* em seguida.

Da mesma forma ocorreu no setor *El Porvenir*, de *Sierra Maestra*. Octavio Anderson já possuía um histórico de luta comunitária desde os anos 1980 e 1990 na frente estudantil e apoiando grupos culturais, mas afirma que era muito difícil trabalhar naqueles tempos por causa da repressão e da ausência de recursos.

[...] desde hace años yo soy trabajador social. Desde los 16 años, milité en el frente estudiantil en los años 90, 80 [...] Pero hacer trabajo social era ser subversivo, entonces hacer trabajo social era un poco más difícil [...] Poco a poco hemos ido mejorando, desde que llegó el Comandante Chávez se las hecho las cosas más fácil porque cada uno consigue los recursos. [...] Antes se hacía más difícil porque tenía que trabajar uno por las uñas, trabajar uno por sus propios medios, no había apoyo de las instituciones, de los ministerios. Y cuando eso existía había la Junta de Vecinos, era una Junta de Vecinos controlada por el partido Acción Democrática y nunca se vio los recursos llegaren en la comunidad. [...] Había exclusión. [...] Ahora se ha más

enlace entre las comunidades y los ministerios. [...]. (ANDERSON, entrevista, 2011).

Como nos outros casos, com a convocatória de Chávez, houve a formação dos *Comités de Tierras Urbanas*, de *Salud* e as *Mesas Técnicas de Agua*.

Con los CTU se le entregaron a titularidad de las personas de sus viviendas, sus terrenos. Aquí nosotros ya entregamos títulos. Faltan como que el 2 o 3% de las personas por título porque las personas que no entregaron los documentos, tienen problemas entre familias, tienen que firmar 5 o 6 hermanos por falleció la dueña de la casa y no se ponen de acuerdo [...]. Después se vinieron conformando los Comités de Salud, aquí tenemos los Módulos Octagonales que se fueron instalando aquí en la parroquia, se empezaron a llegar los médicos cubanos [...] En mi casa, nosotros la cedimos por dos semanas de consultas porque el primer médico que llegó fue el de La Piedrita y nosotros íbamos alternando por casas hasta que logramos un espacio y montamos un ambulatorio [...] Después se fueron conformando las Mesas Técnicas de Agua y, después de las Mesas Técnicas de Agua se formaron los Consejos Comunales que aglutina todos esos grupos de trabajo (ANDERSON, entrevista, 2011).

Nos edifícios, ainda que as demandas sejam diferenciadas – quer dizer, não há uma demanda por uma titularidade da terra, por exemplo – o processo foi bastante parecido. Ao invés de se formarem os *Comités de Tierras Urbanas*, se formaram *Comités de Salud*, como foi o caso da *Zona Central*, no *Bloque 30*, onde Grisel Marin esteve à frente da formação do *Comité de Salud* Luis Beltran Prieto Figueroa para receber os médicos cubanos na comunidade para a *Misión Barrio Adentro*. Marin desenvolveu um trabalho de convencimento das pessoas sobre a importância de receber os cubanos, tendo de confrontar o discurso dos meios de comunicação que diziam que eram “espiões comunistas” e tendo de encontrar um espaço para alocá-los e para construir um ambulatório. Outros *comités* foram construídos também: de *Comunicaciones*, *Mesa Técnica de Agua*, de *Infraestructura*, de *Educación*, de *Cultura*, entre outras áreas onde haviam sido diagnosticadas demandas.

No *Bloque 34*, da *Zona F*, foram criadas *Mesas de Energía y Gás*, *Mesas Técnicas de Agua* e *Comités de Salud*. Nancy Concepcion começou a se envolver com o trabalho comunitário ao entrar em contato com uma associação de moradores do *23 de Enero*, chamada *Asociación Antonio José de Sucre*, composta majoritariamente por moradores dos edifícios, através da qual se conseguia pressionar as instituições para aprovar projetos de melhorias, tais como um conserto de elevadores, impermeabilização, reparação na tubulação de água, entre outras demandas. Estimulada pela possibilidade

real de obter melhorias, Concepcion tratou de convencer os vizinhos de seu edifício a participarem também, em seguida, os vizinhos do prédio ao lado e assim por diante.

São, portanto, múltiplas as experiências que levaram à formação dos *Consejos Comunales*, porém todas marcadas pela presença desses grupos de trabalho voltados para resolução de demandas históricas dos diferentes setores. É válido destacar também que além de algumas lideranças que já estavam envolvidas com algum tipo de trabalho comunitário antes do governo de Chávez, houve a participação significativa de pessoas que jamais haviam se mobilizado anteriormente. Motivadas pelas novas circunstâncias políticas, pelas convocatórias do Presidente e pela existência de leis, engajaram-se na luta e, de igual forma, acabaram se tornando novas lideranças comunitárias.

Mais uma vez, é preciso destacar que o fato desse movimento *desde arriba* ter sido de fundamental importância para a propagação dessas diversas organizações de base, isso não as torna necessariamente dependentes. Há uma identificação profunda com o Presidente, mas a partir do momento em que aqueles moradores passam a atuar protagonicamente na resolução de seus problemas cotidianos, outras consequências de maior amplitude resultam desse processo: a construção de uma identidade local, de um sentimento de pertencimento, de novos valores, do sentido de coletividade, do voluntarismo dos *voceros* em resolver os problemas de sua zona, além do fato de que de um projeto, se desdobram vários outros, cada vez mais abrangentes e complexos. Nesse sentido concordamos com López Maya, quando afirma que o que há no interior dessas instituições é uma permanente tensão entre a autonomia e a dependência.

Finalmente, os *Consejos Comunales* foram regulamentados, em lei em abril de 2006, numa tentativa de articular em uma única instituição os diferentes grupos de trabalho que tinham vida no interior das comunidades conforme vimos nos exemplos anteriores: *Mesas Técnicas de Agua*, *Comités de Tierras*, de *Educación*, de *Salud*, de *Infraestructura*, de *Cultura*, de *Deporte*, entre outros. Até então, a população não tinha acesso aos recursos de maneira direta. Através dos *Consejos Comunales*, os vizinhos organizados ganharam personalidade jurídica e uma conta corrente em um banco através da qual o Estado e outras instituições depositariam os recursos necessários para a execução de obras, delegando de maneira plena a gestão das políticas locais às instituições existentes nas comunidades. Antes de abordar algumas experiências da *Parroquia 23 de Enero* neste processo de formação dos *Consejos Comunales*, é importante destacar alguns dos aspectos normativos presentes na legislação correspondente.

3.2. Aspectos Normativos da(s) *Ley(es) Orgánica(s) de los Consejos Comunales/LOCC*

Os CCs receberam uma primeira regulamentação em abril de 2006, como consequência de todo o processo que analisamos anteriormente. Porém, a prática social provocou intensas polêmicas que exigiram uma reformulação em novembro de 2009, proposta pela *Comision Permanente de Participación Ciudadana , Descentralización y Desarrollo Regional* da *Asamblea Nacional* depois de amplo debate com vários CCs (Cf. AZZELINI, 2010, p. 286)

Originalmente, a definição dos CCs presente no artigo 2º da Lei de 2006 era a seguinte:

los Consejos Comunales en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de una sociedad de equidad y justicia social (LOCC, 2006)

Na Lei de 2009, foi incorporado o princípio socialista, tido como horizonte norteador das ações no interior dessas instituições. Deste modo, neste mesmo artigo 2º, os objetivos foram alterados para “[...] orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad **socialista** de igualdad, equidad y justicia social” [grifo nosso] (LOCC, 2009).

Na prática, trata-se de mobilizar pequenos grupos locais, tendo como abrangência máxima 400 famílias (aproximadamente de 200 a 400 famílias nas cidades, a partir de 20 nas áreas rurais e 10 nas comunidades indígenas), e inserir a população na gestão das políticas de cada comunidade – processo que já vinha se desenvolvendo através de todas as experiências que aludimos.

Os CCs, ao seguirem os passos de formalização definidos na lei, têm a possibilidade de acesso aos recursos públicos destinados a suas localidades e, com isso, através de seus comitês de trabalho (de educação, cultura, esporte, lazer, infraestrutura, economia etc.), solucionar seus problemas cotidianos.

Os projetos de cada área são levados para votação na *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, “maxima instancia de deliberación y decisión para el ejercicio del poder comunitario, la participación y el protagonismo popular; sus decisiones son de carácter vinculante” (LOCC, 2009, Art. 20º)¹⁴⁹. É o espaço, portanto, onde reside a soberania do conselho. Segundo Rivas,

La Asamblea de Ciudadanos tiene un poder tal que la misma Constitución lo afirma y es vinculante... es decir que se toman decisiones con peso. Eso es el poder que está por cima del Consejo Comunal. Las Asambleas de Ciudadanos toman decisiones, quitan, ponen. Los Consejos Comunales nacen de la Asamblea de Ciudadanos (RIVAS, entrevista, 2010)

A Lei determina as condições para as eleições dos representantes, para a *Controladoría Social*¹⁵⁰ e para a administração dos recursos. No que diz respeito às eleições, os mais votados tornam-se os *voceros* principais, porta-vozes da instituição. Além destes, há também os *voceros* de cada comitê de trabalho. O trabalho é voluntário e não remunerado, eles são eleitos pela *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* para um mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos ou revogados¹⁵¹. Apesar da indicação na lei para que as eleições sejam secretas (Cf. Art. 12º da LOCC de 2006), na prática a mesma pode ser feita de maneira aberta, com os vizinhos levantando as mãos ou com urnas eleitorais¹⁵². O voto é direto, uninominal e sufrágio universal para maiores de 15 anos.

Para se postular como *vocero* nas eleições, o candidato deve ser venezuelano ou estrangeiro residente na comunidade há pelo menos um ano; maior de 15 anos; de reconhecida “solvencia moral y honorabilidad”; possuir “espíritu unitario y compromiso con los intereses de la comunidad”; não possuir parentesco até o 4º grau de consanguinidade e 2º grau de afinidade com os demais *voceros* ou *voceras* integrantes da *Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria* e da *Controladoría Social* (salvo em comunidades rurais e indígenas); não ocupar cargos de eleição popular; “no estar sujeto

¹⁴⁹ Na Lei de 2006, lê-se que as *Asambleas* são “instancia primaria para el ejercicio del poder, la participación y el protagonismo popular cuyas decisiones son de carácter vinculante para el consejo comunal respectivo” (LOCC, 2006, Art. 4º, nº 5).

¹⁵⁰ A *Controladoría Social* tem a função de “realizar la evaluación de la gestión comunitaria y la vigilancia de las actividades, recursos y administración de los fondos del consejo comunal” e é integrada por “cinco habitantes de la comunidad, electos o electas, a través de un proceso de elección popular” (LOCC, 2009, Art. 33º). Não houve grandes alterações quanto ao sentido da *Controladoría Social* em relação à Lei de 2006 (Cf. LOCC, 2006, Art. 11º).

¹⁵¹ Sobre as condições para revogação de mandatos, ver Capítulo IV da Lei de 2009 (Art. 38-43)

¹⁵² Na experiência de campo desenvolvida, pudemos observar ambos os métodos em diferentes *Consejos Comunales*.

a interdicción civil o inhabilitación política”; “no ser querido por instancias judiciales”, entre outros critérios de caráter mais formal (LOCC, 2009, Art. 15°).

Gostaríamos de destacar dois desses critérios levantados: a) a iniciativa da Lei de inibir casos de nepotismo no interior do CCs, no sentido de uma família ou poucas famílias terem o poder de controlar a instituição em seu favor (sobretudo a partir dos comitês financeiro e de controladoria) e b) a problemática dos critérios subjetivos que as comunidades devem levar em consideração para permitir ou não a postulação de um candidato. Em relação a este último aspecto, uma questão que decorre desse princípio é: quem será o juiz a determinar quem tem respaldo moral e quem não tem para se candidatar? Em última análise é a *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, porém, em alguns casos, essa premissa pode se misturar com componentes políticos e pessoais. A nosso ver, essas imposições morais, apesar de bem intencionadas, podem ter o efeito inverso e ser, inclusive, perigosas. O ideal é que esses critérios fossem deixados para o momento da eleição: se a pessoa não tem “solvencia moral”, “honorabilidad”, “espíritu unitario” ou “compromiso con los intereses de la comunidad”, que a própria população decida por não elegê-lo. Os critérios de “no estar sujeto a interdicción civil o inhabilitación política” e “no ser querido por instancias judiciales” já seria suficiente para impedir, num primeiro momento, que pessoas com maus antecedentes não pudessem concorrer aos cargos¹⁵³.

Com a lei, os CCs não estão mais submetidos ao CLPP ou às *alcaldías* ou mesmo às *gobernaciones*. Na lei de 2006, o registro, análise dos projetos e liberação dos recursos se dava através de uma *Comisión Presidencial del Poder Popular/CPPP* cujos membros eram indicados pelo próprio presidente Chávez. Esta premissa foi objeto de muitas críticas que identificavam na iniciativa uma tentativa de se estabelecer uma relação direta entre presidente e povo, esvaziando o poder constituído das esferas municipais e estaduais e aumentando os poderes do presidente sobre os movimentos sociais. Para Margarita López Maya

tal y como están concebidos en la actualidad, los consejos comunales tienen limitaciones significativas para impulsar una participación democrática y autónoma. Según la ley, los consejos dependen en todo del Ejecutivo Nacional. Allí se registran y a través de la CPPP, nombrada por el presidente, en sus distintos niveles administrativos,

¹⁵³ Outra premissa que vai nessa direção é a de proibir que cidadãos que tenham sido revogados de seus mandatos de postularem “durante los dos períodos siguientes a la fecha de la revocatoria” (LOCC, 2009, Art. 42°).

se revisan y aprueban los recursos que se les otorgan. En definitiva, el Presidente es quien decide quién recibe el dinero [...] la ley [...] promueve la dependencia al Presidente y se podría prestar fácilmente al clientelismo. Hoy te financio y mañana me pagas con tu voto (LÓPEZ MAYA, 2007, p. 104).

Na Lei de 2009, a figura do CPPP foi extinta, atribuindo tais competências de registro, análise de projetos e liberação de recursos ao “Ministerio del Poder Popular con Competencia en Materia de Participación Ciudadana” (Cf. LOCC, 2009, Art. 17°). Temos, nesse caso, a *Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder Comunal/ FUNDACOMUNAL*, órgão adstrito ao *Ministério do Poder Popular para las Comunas y Protección Social*, ao qual os CCs devem se dirigir com toda a documentação necessária (censo sócio-demográfico, história local do setor onde reside o CC, ata constitutiva do CC, documentos de todos os *voceros*, entre outros) para efetuar o registro oficial. A partir de 2009, com a nova Lei, além do *Registro de Identificación Fiscal/RIF*, o CC recebe carimbo, um caderno de atas, ganha personalidade jurídica e pode abrir uma conta no *Banco de Venezuela* para receber os recursos.

O acesso aos recursos também sofreu adaptações desde 2006. A princípio havia sido criado no interior de cada *Consejo Comunal*, o *Banco Comunal*, “organización flexible, abierta, democrática, solidaria y participativa” (LOCC, 2006, Art. 4°) composta por 5 *voceros* eleitos pela *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, responsáveis pela gestão financeira. Na prática funcionava como uma cooperativa dentro do CC, o que gerou muitos conflitos no interior do mesmo uma vez que somente os *voceros* do *Banco Comunal* podiam ter acesso aos recursos, resultando em muitos casos de corrupção. Na Lei de 2009, foi excluído o *Banco Comunal*, em prol da *Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria* com disposição de funções e responsabilidades mais claramente definidas. Segundo Érika Farias, Ministra do *Poder Popular para las Comunas*,

el Banco Comunal era, dentro del Consejo Comunal, una organización que realizaba la intermediación financiera con los fondos generados, asignados o captados por el Consejo Comunal. Nos dimos cuenta que, para los efectos del proceso de presupuesto y ejecución de las obras, a veces, eso generaba conflicto; porque, habían ciertos niveles de autonomía, ya que era una cooperativa independiente. De manera que, suprimirlos nos va a dar la ventaja de que sea la misma Comisión Coordinadora del Consejo Comunal la responsable de administrar los recursos. Eso va a hacer mucho más eficiente y rápido el proceso: la Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria podrá administrar

los fondos y recursos, sin ningún tipo de intermediarios” (FARIAS, 2010 – consulta em 26/05/2011)

A *Unidad Administrativa y Financiera* é composta por cinco *voceros*, eleitos pela *Assamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* e assinam a responsabilidade pelo manejo dos recursos. São eles que têm acesso direto aos recursos, que pagam as empresas que vão executar as obras, a mão-de-obra utilizada, a comprar materiais etc. Porém, os recursos estão no nome do *Consejo Comunal* propriamente dito e não mais em uma cooperativa no interior do mesmo. Os *voceros* “incurrirán en responsabilidad civil, penal y administrativa, según sea el caso, por los actos, hechos u omisiones que alteren el destino de los recursos del consejo comunal, por lo cual serán sancionados conforme a las leyes que regulen la materia” (LOCC, 2009, Art. 32°).

Os recursos podem vir de diversos fundos e instituições do Estado. Na Lei (LOCC, 2009, Art. 47°) está previsto que podem ser transferidos pela República, estados e municípios; pelo *Fondo Intergubernamental para la Descentralización/FIDES* e pela *Ley de Asignaciones Económicas Especiales derivadas de Minas e Hidrocarburos/LAEE*; através de doações; podem ser gerados a partir de atividade própria do CC, entre outros. Além do disposto na Lei, os CCs podem buscar recursos também através do *Servicio Autonomo Fondo Nacional para los Consejos Comunales/SAFONACC*, órgão adstrito a FUNDACOMUNAL¹⁵⁴; através dos diferentes ministérios; de empresas interessadas em investir nas comunidades (públicas ou privadas); e através do, recentemente aprovado, *Consejo Federal de Gobierno* (regulamentado em 2010)¹⁵⁵. Em suma, dependendo do perfil do projeto se busca a instituição que melhor tem condições de aprová-lo e financiá-lo.

¹⁵⁴ O SAFONACC foi criado em 2006 (Gaceta Oficial N° 5.806) com o objetivo de administrar os recursos destinados aos CC, financiando projetos comunitários, sociais e produtivos. Estava adstrito ao *Ministério de Finanzas* até 2008, quando foi transferido ao *Ministério de las Comunas*. No ano de 2009, o SAFONACC financiou mais de 13.536 comunais nos 24 Estados da federação. Em 2010, houve a criação de *direcciones estadales* para tornar mais eficiente a avaliação e liberação dos recursos aos CCs (In: www.safonacc.gob.ve – consulta em 26/05/2011).

¹⁵⁵ O *Consejo Federal de Gobierno* é um órgão encarregado de planificar e coordenar as políticas e ações voltadas para o processo de descentralização e transferência de competências do Poder Nacional aos estados, municípios e às organizações de base do *Poder Popular (Ley Orgánica del Consejo Federal de Gobierno/LOCFB, 2010, Art. 2°)*. É presidido pelo(a) Vice-presidente(a) cuja secretaria é composta por dois ministros(as), três governadores(as) e três *alcades(as)*. Todas as decisões são levadas à plenária, espaço onde se reúnem todos os membros do *Consejo*, que incluem também representantes dos poderes locais (*voceros* de *Consejos Comunales* e outras organizações de base), municipais (um *alcalde* ou *alcaldesa* por cada Estado), estaduais (governadores ou governadoras de cada Estado) e federais (ministros(as) e vice-presidente(a) da República). O *Consejo* conta com o *Fondo de Compensaciones Interterritorial/FCI* destinado a financiar projetos e promover o desenvolvimento equilibrado de todas as

Há também um sistema de crédito voltado para os CCs a partir do *Fondo de Desarrollo Microfinanciero/FONDEMI* em articulação com os chamados *Bancos Comunales*, administrados pelos próprios CC. Através dessas instâncias, prevê-se a entrega de créditos, a preços mais favoráveis que os de mercado, para o desenvolvimento de projetos sócio-produtivos no interior das comunidades.

Fondemi [...] forma y aconseja a las comunidades en la construcción de Bancos Comunales, en su administración, elaboración de proyectos y conformación de cooperativas. Los proyectos deben surgir desde la misma comunidad, que los evalúa y decide en asambleas sobre la urgencia y utilidad de los proyectos presentados y la confiabilidad de los creditarios. Los primeros dos meses el crédito es libre de intereses, luego se cobra un 6% de intereses por año, tasa de interés mucho menor que la de los bancos comerciales, donde la mayoría de los que piden un crédito de Fondemi, no recibirían de todas maneras ningún crédito por no poder presentar suficientes seguridades (AZZELINI, 2010, p. 294)

Um último aspecto da nova lei de 2009 que gostaríamos de destacar é a introdução do chamado *Ciclo Comunal*, que tem por objetivo “hacer efectiva la participación popular y la planificación participativa que responde a las necesidades comunitarias y [contribuir] al desarrollo de las potencialidades y capacidades de la comunidad” (LOCC, 2009, Art. 44°). Através de cinco fases – diagnóstico, planejamento, orçamento, execução e controladoria social – propõe-se o engajamento da comunidade na construção de projetos sócio-produtivos a partir das potencialidades locais, impulsionando a propriedade coletiva, orientada à satisfação das necessidades coletivas e vinculada a um plano comunitário de desenvolvimento integral (ibid., Art. 46°).

O *Ciclo Comunal* serve como uma orientação para a formação das *Comunas*, próximo passo dos *Consejos Comunales*, que começaram a ser regulamentadas em Lei recentemente. Nos Artigos 5° e 6° da *Ley Orgánica de las Comunas/LOC* de 2010, afirma-se que a *Comuna* “es un espacio socialista” integrado por comunidades vizinhas que compartilham um universo cultural e territorial comum onde se exerce o “autogobierno” através

de la planificación del desarrollo social y económico, la formulación de proyectos, la elaboración y ejecución presupuestaria, la

regiões (LOCFB, 2010, Art. 3°). Os recursos destinados a esse fundo são aprovados anualmente pela *Asamblea Nacional* (ibid., Art. 5°).

administración y gestión de las competencia y servicios que conforme al proceso de descentralización, le sean transferidos, así como la construcción de un sistema de producción, distribución, intercambio y consumo de propiedad social, y la disposición de medios alternativos de justicia para la convivencia y la paz comunal, como tránsito hacia la sociedad socialista, democrática, de equidad y justicia social (LOC, 2010).

Em outras palavras, trata-se de uma articulação entre vários CCs e/ou outras organizações populares reconhecidas, tornando possível a ampliação do raio de ação de um CC para universos mais complexos, além de envolver também a construção de um projeto sócio-produtivo que permita um desenvolvimento endógeno e autossustentável de uma dada região.

Com isso, com o aval de uma Lei que regulamenta e estabelece os termos de organização nas comunidades, normatiza-se uma forma de participação e se amplia a capacidade de ação dos moradores.

Para Rivas, “los Consejos Comunales nacen como una estrategia nueva del Estado para fortalecer el poder popular”. Trata-se, portanto, de uma tentativa de desburocratizar os procedimentos para a execução dos projetos: “traer los recursos delante de esas organizaciones para la aplicación en los proyectos que no tenga que pasar por esa cantidad de trabas que tenían”. Além disso, é um reconhecimento de que as classes populares têm condições de gerir as políticas locais de suas regiões: “el Presidente está claro: [...] las comunidades tienen la capacidad de administrar los recursos y gerenciar sus proyectos. Nosotros demostramos” (RIVAS, entrevista, 2010).

É certo que entre a norma e a prática há uma longa distância e são muitos os problemas e críticas que ainda persistem. Mais à frente abordaremos estas questões com maior profundidade. Para o presente momento, vamos analisar como foram dados os primeiros passos na formação de alguns *Consejos Comunales*, na *Parroquia 23 de Enero*.

3.3. Os Primeiros Passos de um *Consejo Comunal*

O processo de formação dos *Consejos Comunales* é incentivado e assessorado por funcionários públicos em tempo integral (*promotores integrales*) da FUNDACOMUNAL, que atuam diariamente no interior de todas as *parroquias*. A *Parroquia 23 de Enero* foi dividida em nove *ejes*, isto é, em nove zonas: *Monte Piedad*,

Barrio Sucre, La Cañada, Sierra Maestra, Zona E, Zona F, Zona Central, Observatório e Mirador. O objetivo é que cada setor destas zonas esteja constituído em *Consejos Comunales* para, em seguida, integrá-los em *Comunas*.

Em janeiro de 2011 existiam 66 *Consejos Comunales* em todo o *23 de Enero*, duas *Comunas* conformadas (*Comuna Juan 23* que reúne 15 *Consejos Comunales* do eje do *Observatório e Mirador* e *Consejos Comunales* da *Parroquia* vizinha *San Juan*; e a *Comuna El Panal 2021*, da *Zona Central* com forte atuação do *Colectivo Alexis Vive*), além de duas *Comunas* em formação (*Comuna da Zona E-Zona F* e *Comuna Sierra Maestra*).

No *Barrio Sucre* estão formados quatro *Consejos Comunales*: CC *La Cañada*, CC *Miranda parte alta*, CC *Miranda parte baja* (*Churun-Meru*), CC *Gran Mariscal Ayacucho*. A meta para os próximos anos é que se forme uma *Comuna* nesse setor.

Um dos primeiros passos para a constituição de um CC é a formação de uma equipe promotora que se encarrega de divulgar para a sua comunidade os objetivos e finalidades de um *Consejo Comunal*; de definir o seu âmbito geográfico; de organizar um censo demográfico e socioeconômico da comunidade; e de convocar a primeira *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* (com participação mínima de 10% dos habitantes da comunidade maiores de 15 anos) para eleger uma *Equipo Electoral Provisório* que, por sua vez, ficará encarregada de convocar a *Asamblea Constitutiva Comunitaria* onde serão eleitas as *vocerias* dos diferentes grupos de trabalho (neste caso, a participação mínima é de 30% dos habitantes numa primeira assembleia e 20% numa segunda convocatória). Todos estes passos, bem como o processo de eleição, registro e organização do *Consejo Comunal*, estão definidos na LOCC.

Apesar do *Barrio Sucre* já ter contado com o trabalho do *Comité de Tierras Urbanas*, das *Mesas Técnicas de Água*, *Comité de Gás*, *Misiones Sociales* e outros, para alguns CCs, como o de *La Cañada*, por exemplo, foi muito difícil vencer a desconfiança e o desinteresse dos vizinhos em promover a instituição. O processo demorou cerca de um ano. Mary Villalobos, atual *vocera* de *Economia Comunal*, nunca havia participado de nenhum tipo de organização popular, mas com o apoio de Peggy Brieva, moradora da *Calle Ayacucho* que já pertencia a um CC, e Alexis Rondon, promotor/funcionário da FUNDACOMUNAL, decidiu se engajar na construção da instituição em seu setor.

Peggy no pertenencia al ámbito de nuestro Consejo Comunal, pero nos orientó en como se hacía, en conversaciones informales, no a

nivel de institución. Y Alexis era todo el contrario porque Alexis estaba en la institución, [ello nos daba] orientaciones con respecto a los papeles que se tenían que llevar [...] había que tratar de estudiar también, tratar de uno aprender y después colaborarle a la comunidad [...] Porque se la gente no sabe, pues, entonces, todo se confunde y por eso que la gente no participa. Otras veces es simples apatía. [...] Había unas reuniones en que yo les decía: “mira, la Constitución dice que esto es una democracia participativa, se usted no viene a las reuniones, se usted no participa, ¿cómo voy a saber qué problema tiene el pasaje donde usted vive? Si hay una reunión a las siete de la noche, deje su cena lista, deje los muchachos arreglados porque tu tiene que salir dos horas para una reunión del Consejo Comunal. Eso es lo que se quiere, que la gente participe (VILLALOBOS, entrevista, 2011).

Para vencer a desconfianza, o desinteresse ou mesmo o medo de muitas pessoas de participarem destas novas instituições, Villalobos conta que precisava bater de porta em porta, distribuía papéis informativos nos muros, colocava anúncios nas rádios comunitárias convocando reuniões, traçava planos estratégicos para resolver os problemas da comunidade, se mantinha informada das leis e buscava orientar a todos os vizinhos que precisassem de algum tipo de ajuda. Era muito comum também participar das reuniões de outros CCs e, com isso, via que era possível ter projetos aprovados, executar obras, tirava dúvidas, recebia apoio (como no caso de Peggy Brieva que a orientava sempre que possível). Com as informações recolhidas nestas reuniões e com os contatos que foram feitos com as instituições do Estado foi possível, inclusive, fazer um projeto antes mesmo de se tornar um *Consejo Comunal* propriamente dito (um projeto de conserto de escadas que estavam em péssimas condições). Então, concomitantemente às etapas burocráticas necessárias para registrar o CC, esta equipe promotora formada por cerca de cinco pessoas inicialmente, tirava fotos, fazia orçamentos e trabalhava neste projeto.

No ano de 2010, quando de nossa primeira visita ao setor, eles estavam engajados no censo. Acompanhamos o trabalho e pudemos observar os vários desafios: desde a disponibilização de tempo para bater de casa em casa e preencher os formulários até a própria resistência de muitos vizinhos em respondê-los. Outro problema foi o fato de se tratar de uma região onde há muitos inquilinos, então, era ainda mais difícil mobilizá-los já que não possuíam nenhum sentimento de pertencimento àquele setor e, portanto, não lhes interessava organizar-se para obter melhorias. Havia muitos moradores que mentiam para o censo, com medo que Chávez expropriasse suas casas ou levasse seus filhos embora (discurso muito presente nos meios de comunicação de oposição). Sobre

este último aspecto Manuel Díaz, atual *vocero* da *Unidad Financera* do *Consejo Comunal Atlantico Norte 1, 4 y 5*, da *Zona F* com *La Silsa*, conta como foi fazer o censo demográfico em seu setor:

Cuando nosotros fuimos hacer el censo demográfico, la planilla del censo demográfico pedía los datos que son fundamentales: quien sufriera de enfermedad, su nombre, su sustento, se cobra real o no cobra, se trabaja o no trabaja... Entonces, resulta que hay personas que no son afectas al gobierno, al proceso revolucionario, gente de la comunidad que [...] pensaban que lo que se estaba proponiendo con lo Consejo Comunal era para quitarle el apartamento, era para saber cuánto cobra, era para saber se íbamos confiscar el sueldo [...] Cuando el Consejo Comunal pedía lo datos decían que se quería quitar su casa o que el gobierno iba te quitar la casa para poner los médicos cubanos allá dentro. Eso fue lo que se dio aquí. Entonces, los primeros cuatro, cinco años aquí en la parroquia fueron terribles” (DÍAZ, entrevista, 2011).

A desconfiança de muitos moradores em relação aos CCs e a vinculação que estes possuem com o governo é um dos maiores entraves para esse processo. Como construir uma instituição realmente democrática se são estabelecidos critérios subjetivos e políticos que vinculam um projeto de Estado a um governo, a um partido ou a um líder? O governo, assim como a oposição, alimentam uma polarização da sociedade em *escuálidos*¹⁵⁶ e *chavistas*. Deste modo, a lógica que se impõe é que no âmbito do discurso, as leis são direcionadas ao “povo”, porém, quem seria este “povo”? Certamente não são todos venezuelanos, mas sim, aqueles que estão com o governo, com o processo. A título de ilustração, em um discurso para o *Aló Presidente*, Chávez opera essa lógica exortando o “povo” a defender os CCs dos *escuálidos*:

Los Consejos Comunales son una estrategia de transferir poder al pueblo organizado [...] no se dejen penetrar por el escualidismo, hay un plan de los escuálidos para penetrar los consejos comunales, no se dejen penetrar por el paramilitarismo colombiano, hay otro plan del paramilitarismo colombiano y venezolano, apoyado por los escuálidos de aquí, por los desesperados y los amargados para tratar de sabotear a los consejos comunales. No se dejen, eso es del pueblo, al pueblo lo que es del pueblo, eso no es de los escuálidos (CHÁVEZ, 2009, n°343, p. 48).

¹⁵⁶ *Escualido* é um termo cunhado pelos chavistas para caracterizar a oposição como “frágil”, “débil”, “moribunda”, “pequena”. Porém, a popularização do termo, contribuiu para que se tornasse um sinônimo de “oposição”.

Se você se identifica com esse “povo”, terá acesso a poderosos instrumentos de poder popular capazes de permitir que uma comunidade organizada possa gerir as políticas locais e melhorar as condições de vida de seu setor. No entanto, se você discorda – e numa democracia **realmente existente** sempre haverá aquele que discorda -, amargará do abandono do Estado, no sentido de não ver políticas públicas voltadas para seu interesse. Conclusão: ou você se recolhe à vida privada e profissional, sem envolver-se diretamente com temas político-partidários – são os chamados *apáticos* – ou você se junta às fileiras daqueles descontentes que convocam e executam marchas e manifestações em proporções similares às de apoio ao governo – *os escuálidos*. Voltaremos a esse ponto mais a frente.

Por ora, gostaríamos de retomar o processo de fazer o censo. Um aspecto interessante é o conhecimento que se adquire: quando a equipe promotora entrava na casa das pessoas, reencontravam vizinhos que há muito não falavam, sabiam das novidades (quem morreu, quem casou, quem ficou doente, quem se divorciou, quem teve filho), identificavam problemas compartilhados (como a questão das infiltrações, um problema endêmico de todo o *Barrio Sucre*, ou melhor, de toda a *Parroquia*), tudo isso num ambiente descontraído, com risadas e consolos dependendo da ocasião. Portanto, esse processo de visitar as casas, conhecer ou reencontrar as pessoas, identificar os problemas, permite que se tome conhecimento de um mundo novo por trás das paredes de tijolos. Um mundo de problemas compartilhados. Cresce uma consciência de que existe uma coletividade ao redor, constrói-se uma identidade local¹⁵⁷ e vislumbra-se a possibilidade de, uma vez unidos, os moradores serem capazes de resolver os problemas que mais afligem suas vidas, trazendo benefícios para a comunidade.

¹⁵⁷ Em relação a este aspecto, é interessante notar que um dos documentos exigidos para o registro do CCs é a história local do setor correspondente.

Figura 23



CC La Cañada faz inspeção em uma casa em situação de risco de desabamento
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]

Segundo Villalobos, para as primeiras eleições, foram necessários alguns ensaios porque ainda havia muito desconhecimento quanto às funções do CC, da *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* e do processo eleitoral.

Tuvimos que hacer como que unos ensayos sobre todo para la gente de la Comisión Electoral porque había mucho desconocimiento. [...] Hicimos una comida. Vinieron de un canal de televisión que se llama VIVE y estuvimos hasta las dos de la mañana en el contaje de los votos. En eso nos ayudaran los del Consejo Comunal de la calle Miranda parte baja [...] Era una pared completa de papelografos con todos los voceros y el contaje de los votos. Pero la gente participó bastante. En este sentido no nos quejamos (VILLALOBOS, entrevista, 2011).

Em regra geral, as eleições costumam ser o momento em que as pessoas mais participam. Afinal, já existe uma cultura política consolidada nesse sentido.

Figura 24



Chamada para eleição dos *voceros* do *Consejo Comunal* da *Calle Miranda parte baja*
 [Fonte: arquivo do CC Churun-Meru (fevereiro de 2009)]

Em 2007, no setor *Los Higuitos*, onde já havia um *Equipo Comunitario de Trabajo* formado por 18 pessoas, alguns membros começaram a discutir a lei, a frequentar cursos oferecidos pelas instituições, a buscar informações sobre o tema e, apesar da resistência de alguns, Carmen Mécia e sua irmã, em particular, resolveram tentar a construção do *Consejo Comunal*. Foram batendo nas portas dos vizinhos, convidando a um e a outro para estar à frente de um *Comité de Cultura, Comité de Deportes, de Salud, de Educación* e assim por diante. Depois desse primeiro esforço, convocaram uma *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* para explicar às pessoas o sentido e os objetivos de um CC, além de encaminhar a *Asamblea Constitutiva* de eleição dos *voceros*. Segundo Mécia, contaram com boa participação (mais de 50% da população do setor) neste início.

Hicimos una fiesta electoral para nuestro primer Consejo Comunal. El voto era secreto, pero todo mundo decía '¡ya sabe Carmen, te acorde de mi!', era secretísimo, ¿no? [risos]. Hicimos la urna, como una elección normal, hicieron la cola, se repartieron las papeletas electorales, se hizo un cubículo donde la gente iba votar, salía, ponía su dedo, su firma, todo como un proceso electoral. Incluso tuvimos gente del CNE [Consejo Nacional Electoral] participando con nosotros. Luego, se hizo el conteo de las boletas y luego que se

terminó el conteo de las boletas, fuimos llamados allí, nombrados: “Carmen Mécia, quedó como vocera principal con tantos votos”, “fulana de tal” y así sucesivamente. Luego hicimos una gran comelona para celebrar que estábamos conformados en Consejo Comunal y después el trabajo social dentro de la comunidad (MÉCIA, entrevista, 2011).

No *Bloque 34*, da *Zona E*, o CC foi formado em 26 de julho de 2009. No começo tiveram muitas dificuldades porque havia muitas pessoas que não eram a favor do governo ou então que simplesmente não queriam participar. Depois de um trabalho intenso de convencimento, fizeram um diagnóstico da comunidade e identificaram demandas e problemas. Era um grupo de 22 pessoas visitando todos os apartamentos. O processo eleitoral em si de constituição demorou apenas três dias.

El Consejo Comunal del Bloque 34 se conformó en tres días. El primer día fue viernes, en la mañana visitamos casa por casa, terminamos en la tarde. A las siete de la noche pusimos una mesa allá abajo para que las personas se postularan, se postularan el día viernes. El sábado hicimos la elección del Consejo Comunal que empezó a las siete de la mañana y terminó a las nueve de la noche. De verdad fue gratificante hacer eso. Te nutre cuando ve que las personas participan, les interesan y de verdad quieren un cambio. Las personas de verdad querían ese cambio” (PADRON, entrevista, 2011).

Figura 25



Eleições no *Bloque 34*
[Fonte: Arquivo CC *Bloque 34* (junho de 2010)]

O *Bloque 34* faz parte de um *superbloque* onde existem também os *Bloques 35* e *36*. Nestes dois últimos, apesar de haver algumas lideranças comunitárias, não foi

possível formar CCs. Para Miguel Padrón, *vocero* do CC do *Bloque 34*, isso se dá porque há muitas pessoas que não são simpatizantes do processo, então, continuam organizados apenas como *Juntas de Condomínio*. Esse aspecto nos traz de volta a temática do forte conteúdo ideológico que dá sentido a esta organização que, por sua vez, está reproduzido inclusive na própria lei que, como vimos, afirma que o horizonte norteador de um CC é a construção do socialismo (LOCC, 2009, Art. 2º). Ainda que não se tenha realmente claro o significado do socialismo, há uma perspectiva de transformação radical da realidade. Apesar de não haver nenhuma proibição no sentido de ter que ser *chavista* para formar um CC, existe uma pressão moral que não é tributária somente dos discursos de Chávez, mas, principalmente e, sobretudo, dentro das próprias comunidades. Em outras palavras, queremos chamar atenção para algo que está presente na cultura política popular que é o “autoritarismo popular”¹⁵⁸. Quer dizer, em muitas entrevistas com *voceros* era comum o silogismo pautado na ideia de que este é um projeto de Chávez e, portanto, os membros pertencentes a um CC devem estar a favor do processo. Se você não está com Chávez, o que pretende fazer com um CC?

Portanto, em muitos casos, os opositores acabam não se envolvendo com esse tipo de organização (como acontece nos *Bloques 35* e *36*, para citarmos um exemplo) ou, então, acabam deliberadamente excluídos pelos próprios vizinhos. Em *La Cañada*, Mary Villalobos conta que tinha uma vizinha que não aceitava ser computada pelo censo porque era “antichavista”, “escualida”, e temia que expropriassem sua casa. O resultado foi que, da mesma maneira, o CC lhe virou as costas.

Los escualidos hablaran de que les iban quitar las viviendas de la gente. Entonces, yo me topé con una señora por aquí de arriba, como que por la manzana 18 y dije: ‘Mira, buenas, ¿como está? Yo vengo para que me llene el censo’. Y ella contestó: ‘No porque ustedes me van quitar la casa’. Entonces yo lo que hice fue que me agarré me volteé y la dejé así... no la censé, no la censé. La señora se comió a eso que le vendió la oposición, que le vendió la Globovisión. Y así hay gente, pues. (VILLALOBOS, entrevista, 2011).

Sobre a situação dos inquilinos, havia uma grande dificuldade de censá-los, sobretudo aqueles que alugavam somente um quarto dentro de uma casa – situação muito comum na região. Segundo Villalobos, os proprietários, de igual maneira, não

¹⁵⁸ O autoritarismo está presente sob diferentes formas no cotidiano das classes populares. Se expressa na divisão social do trabalho, no interior das relações familiares e também no comportamento político através da intolerância às posições contrárias.

permitiam que os integrantes do CC os censassem, por conta desse medo da expropriação (ibid.).

Há muitos casos também de sabotagem. Um opositor participa de um CC, porém atrapalha as assembleias com discussões fúteis ou se é um *vocero* com acesso aos recursos, protela a execução de obras e assim por diante. No âmbito das instituições, pode haver também um favorecimento em termos de registro e aprovação de projetos para CCs localizados em zonas *chavistas* em detrimento de áreas mais ricas ou que aportem poucos votos para o governo¹⁵⁹.

Os CCs que se formaram antes de 2009 tiveram que se adequar à nova lei. Então, quando de nossa primeira visita, no começo de 2010, esta era a grande temática presente nas reuniões. Havia uma série de trâmites burocráticos a cumprir, novas eleições, novo censo, novos grupos de trabalho e havia que aprender a nova lei. Para tanto, foram oferecidos vários *talleres* explicativos com funcionários da FUNDACOMUNAL, da *Comisión de Participación Ciudadana da Alcaldía* e vários outros entes públicos dispostos a explicar às pessoas o que mudou e o que deveria ser incorporado nos CCs.

¹⁵⁹ Na pesquisa de campo, participamos informalmente de algumas reuniões de uns CCs do setor do *Manicomio*, na *Parroquia La Pastora*, que fica em frente ao *23 de Enero*, uma zona com maior incidência de opositores ou, simplesmente, não-chavistas. Havia uma revolta muito grande dos *voceros* por estarem há anos aguardando uma resposta das instituições sobre os projetos propostos pelo CC e alegavam que não eram atendidos por não serem um setor tipicamente popular (estaria mais para uma classe média) e por aportarem poucos votos ao *chavismo*.

Figura 26



Funcionários da FUNDACOMUNAL (à esquerda de camisa azul marinho, com o megafone) assessoram o *Consejo Comunal* da Calle Miranda, Barrio Sucre, para a adequação à nova lei. [Fonte: nosso arquivo pessoal (março de 2010)]

Em uma ocasião, houve um *taller* de adequação no *Cuartel Cipriano Castro* onde compareceram mais de 200 *voceros* de vários CCs da *Parroquia* e regiões adjacentes.

Figura 27



Funcionária do Ministerio Popular para las *Comunas* explica a nova lei dos *Consejos Comunales* para os *voceros* do 23 de Enero, no *Cuartel Cipriano Castro* [Fonte: nosso arquivo pessoal (março de 2010)]

Acompanhamos várias assembleias onde estavam sendo eleitas as novas *vocerias* e houve uma participação “relativa” da população neste processo. Dizemos relativa porque os CCs ainda carecem de uma participação mais voluntária dos moradores. Geralmente é preciso um grande esforço daquele grupo mais mobilizado para que se forme uma assembleia com quórum mínimo. Quando se disponibilizam urnas, a participação é mais intensa, pois não há o compromisso do horário, então, as pessoas votam. Porém, assembleias de outra ordem, para postular *voceros*, decidir sobre ou aprovar um projeto ou mesmo para eleger o *Comité Electoral Provisional*, por exemplo, como foi o caso de muitas assembleias a que assistimos, ainda há muitas dificuldades em promover uma maior participação das pessoas. É recorrente a necessidade de convocar uma segunda assembleia por falta de quórum.

Segundo Manuel Diaz,

la parroquia es combatiente, pero porque hay varios colectivos y varias personas... pero la parroquia en sí, los habitantes, hay muchas personas que son neutras. Yo quedé loco: En las elecciones más ¡votaran 312 personas! 312 personas bajaran del edificio. Pero bajan 312 personas a votar, es el mecanismo que tienen: las elecciones, votan, votan, votan y hasta ahí llegan, ¿ve? Se tu pedir una colaboración, “no, no puedo, estoy haciendo esto”. Entonces, no entendían la cuestión. Es el mecanismo que lo enseñaran hace mucho tiempo: yo voto y me voy, voto y me voy y él me representa, ¿ve?” (DIAZ, entrevista, 2011).

Em muitos casos foi comum observar que os *voceros* principais são confundidos como “presidentes” do CC, apesar de não existir este cargo. No *Bloque 34*, estivemos em uma reunião de *voceros* com Miguel Padrón, *vocero* principal do CC e representante principal da *Junta de Condominio* que atua paralelamente ao CC, e a maior parte das pessoas se referia a ele como “presidente”. Por já possuir esta trajetória de trabalho comunitário, a oportunidade aberta pelo CC fez com que ele se engajasse e se dedicasse profundamente para resolver os problemas de sua comunidade. Com isso, tudo recaía sobre ele e em outros dois *voceros* mais próximos (tanto a responsabilidade sobre os problemas não solucionados, quanto os sucessos dos projetos aprovados).

Portanto, em regra geral, os CCs são muito dependentes de um grupo de 5 a 10 pessoas mais mobilizadas. A cultura política de participação ainda é um processo em desenvolvimento, no sentido das pessoas passarem a considerar como uma de suas prioridades cotidianas, o trabalho comunitário. Trata-se realmente de uma “cultura política”, pois não estamos falando apenas de uma mudança no comportamento político,

mas uma mudança cultural, de visão de mundo, isto é, muitas pessoas alegam não “ter tempo” para as atividades políticas, porém, da mesma forma que é preciso **fazer** tempo para ir ao mercado, trabalhar, descansar etc., é preciso **fazer** tempo para ir às reuniões semanais, criar e decidir sobre projetos, exercer a controladoria social, ir às instituições em busca de recursos, fazer os cursos oferecidos pelo diferentes entes governamentais, entre outras atividades que envolvem o CC¹⁶⁰. Como toda mudança cultural, isso não se dá da noite para o dia. A experiência dos CCs é muito recente. Precisaremos aguardar os próximos anos para identificar o real impacto desta nova prática política na cultura do cidadão venezuelano.

3.4. *Consejos Comunales e Colectivos Políticos: Uma Articulação Possível?*

Conforme vimos no capítulo anterior, os *colectivos* são organizações que existem na *Parroquia 23 de Enero* desde os anos 80. Trata-se de organizações armadas egressas da luta guerrilheira e da luta contra o narcotráfico travadas nesse período, mas também profundamente dedicadas ao trabalho comunitário em seus respectivos setores. O 23 possui uma divisão territorial não formal que se baseia nas áreas de atuação de cada *colectivo*. Deste modo, para citarmos alguns exemplos, no setor *La Cañada* existem a *Coordinadora Simón Bolívar* e a *Fuerza Comunitária Che Guevara*; em *Monte Piedad*, o *Colectivo Salvador Allende* e a *Fundación Cultural Simón Bolívar*; no *Barrio Sucre*, o *Colectivo Gran Mariscal Ayacucho*; em *La Piedrita*, o *Colectivo La Piedrita*; na *Zona Central*, o *Colectivo Alexis Vive*; em *Caño Amarillo*, o *Colectivo Montaraz*, entre muitos outros. Alguns são mais tradicionais e outros mais recentes. O termo “colectivo” acabou ficando bastante associado no senso comum aos conflitos armados típicos dos anos 80 e 90, sinônimo de violência para os que vivem dentro e fora da *parroquia*. Por essa razão, considerando o novo momento histórico inaugurado pela eleição do presidente Chávez, os *colectivos* estão se convertendo em *Fundaciones*, devidamente registradas nas instituições públicas e, hoje, atuam paralelamente aos *Consejos Comunales*, muitas vezes, misturando-se a eles.

Na *Zona Central*, por exemplo, onde está o *Colectivo Alexis Vive*, alguns dos *voceros* principais dos *Consejos Comunales* são militantes do próprio *colectivo*. Isso se dá porque com a oportunidade aberta pelos CC, há uma ampliação das frentes de

¹⁶⁰ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o conceito “cultura política”, ver BERSTEIN in RIOUX & SIRINELLI, 1998.

batalha para obter melhorias para sua própria comunidade, então, os membros dos *colectivos* participam ativamente dos CC. Em uma reunião da *Comuna El Panal 2021*, em janeiro de 2011, que contou com a presença massiva de *voceros* e moradores da *Zona Central*, a estrutura era bastante centralizada na figura do líder do *colectivo*, Robert Longa. Como em uma palestra, ele discursava para as pessoas, atualizando-as sobre as conquistas do último ano e passando informações sobre os próximos projetos. Depois de sua longa intervenção, as pessoas tinham espaço para opinar ou fazer algumas pequenas colocações, o que torna claro como a presença do *colectivo* é marcante e decisiva no seu interior. Portanto, apesar da presença e da participação de pessoas que não necessariamente são membros do *colectivo*, a estrutura acaba ficando bastante dependente das lideranças.

Figura 28



Robert Longa discursa para a Comuna Panal 2021
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]

No setor *La Piedrita* ocorre fenômeno parecido. Muitos *voceros* do CC são membros do *colectivo*. No *Bloque 17* também. *Chaca*, líder do *Colectivo Fuerza Comunitária Che Guevara*, se destaca na assembleia como o grande incentivador, convocando as pessoas dos edifícios para descerem e participarem das reuniões.

Para muitos militantes dos *colectivos*, os setores que contam com essa trajetória de organização, resultam em CCs com maior capacidade de ação. Segundo Nelson Santana, do *La Piedrita*, “la presencia de los colectivos fortalecen los Consejos Comunales”, potencializando essa estrutura:

En nuestros espacios, los CCs han sido más fácil realizar el trabajo porque ya hay una organización que tiene una experiencia, una trayectoria de cómo manejarse con la comunidad, cómo llenar los proyectos, cómo hacer los proyectos, qué proyectos tienen más prioridades que otros, entonces, esa integración consejo comunal con colectivo ha contribuido para el fortalecimiento más de nuestro sector (SANTANA, entrevista, 2010).

Nesse setor, por exemplo, através do CC (com apoio do *colectivo*), foi possível recuperar várias encostas que eram terrenos baldios e agora se tornaram áreas férteis de produção de diversos tipos de hortaliças e verduras; há a produção de *cachamas* (um tipo de peixe criado em tanques de água salgada); há um serviço de ambulância; há uma *bloquera* (pequena indústria autogestionária de fazer blocos de concreto para construção); há um *abasto socialista* controlado pelo CC. Este último está adstrito a rede MERCAL que oferece alimentos de primeira necessidade à preços subsidiados pelo Estado. O *mercalito*, como também é chamado, atende a uma população de cerca de 1.500 pessoas por semana (não apenas do setor *La Piedrita*, mas de regiões adjacentes). Há também um projeto de construção de uma *Casa Comunal* de três andares que abrigaria o *Mercal Tipo 2* (um pouco maior que o *mercalito*), uma escola de artes e um centro de informática. A ideia é que a produção feita pela própria comunidade possa ser vendida para a comunidade a preços acessíveis.

Na *Zona Central*, onde está o *Alexis Vive*, de igual maneira há hortas, produção de *cachamas*, *bloquera*, ambulância, *abasto*, além também de uma empacotadora de açúcar (outra mini-indústria autogestionada pela *Comuna El Panal 2021*). Segundo Rosangela Orozco, liderança do *colectivo* e *vocera* do CC, a empacotadora foi construída em resposta aos altos preços especulativos do quilo do açúcar pelas empresas privadas¹⁶¹ e, com o objetivo, de aproveitar um terreno baldio subutilizado da *parroquia* para construir uma *Empresa de Producción Social*, feita pela comunidade e para a própria comunidade:

ahorita trabajamos con 7 Consejos Comunales de la Zona Central. [...] Muchos de los trabajadores que están acá, nos ayudaran a construir el galpón [...] Tratamos de contratar dos trabajadores por cada Consejo Comunal [...] todos postulados por las Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas (OROZCO, entrevista, 2011).

¹⁶¹ No mercado, o quilo do açúcar pode chegar a BsF 8 ou BsF 10. A empacotadora vende o açúcar a cerca de BsF 3.

O projeto envolve uma forte articulação com os pequenos produtores que fornecem a matéria-prima para a empresa e o seu público-alvo é a própria *Comuna El Panal 2021*, em primeiro lugar, mas também as diferentes cooperativas e os pequenos distribuidores de alimentos da *parroquia* e das comunidades populares de maneira geral. Em janeiro de 2011, já distribuía o açúcar para mais três *parroquias* da capital, além do *23 de Enero*.

No Programa *Aló Presidente*, nº 363, Hugo Chávez apoiou a iniciativa da *Comuna*, destacando que este é um exemplo do que seria o objetivo da “Revolução”, isto é, um movimento de baixo para cima:

ahí en lo micro es que ascendemos. Ahí está el resultado de la ascensión, no es bajar. La idea que uno tiene a veces es que lo micro es como bajar, no, es subir. [...] Hay que ascender. Ustedes están ascendiendo, ustedes están ahí en las lomas de lo concreto, en lo alto de la concreción de cuánta utopía, de cuánta lucha, de cuánta idea, de cuántos sueños, cuántos esfuerzos mentales, intelectuales y políticos (CHÁVEZ, 2010, nº 363, p. 66)

No que diz respeito à temática da autonomia, se nos CCs as tensões com a dependência em relação ao Presidente se faz mais presente, com os *colectivos* este aspecto ganha outra dimensão. Estas organizações, apesar de apoiarem o processo e verem em Chávez uma liderança, sua longa trajetória de organização e sua formação ideológica e política os fazem mais independentes. Não foram poucos os casos nos quais os *colectivos* do *23 de Enero* deixaram o governo em situações delicadas, como quando o *La Piedrita* atirou bombas de gás lacrimogênio contra a embaixada do Vaticano, contra a residência do diretor da rede RCTV ou contra a sede da emissora opositora *Globovisión*. O Presidente nessas ocasiões rechaçou publicamente as ações, porém, reiteradas vezes, sempre que possível, busca deixar claro o seu apoio aos *colectivos*. No mesmo Programa *Aló Presidente* que citamos acima, Chávez depois de ouvir o depoimento de Rosangela Orozco, militante do *Alexis Vive*, destaca:

me informaba acá el ministro, de ese colectivo luchador, valiente, revolucionario pero hasta la médula, que es el Colectivo Alexis Vive. A todos ustedes, muchachas y muchachos, del Alexis Vive, nuestro saludo comprometido con ustedes, con sus luchas, con sus batallas, y un aplauso, pues, para Alexis Vive (ibid., p. 61).

Portanto, quando o governo incentiva a organização popular *desde abajo* e assume uma postura de *permissividad*¹⁶², isto é, que permite que os movimentos populares construam seus espaços e exerçam suas atividades, abre-se a possibilidade para que essas organizações que já possuíam uma trajetória de trabalho comunitário expandam seus projetos a uma velocidade e dimensão jamais antes conseguida. Apesar de não ser exclusividade dos espaços onde existem *colectivos* – mais à frente veremos outros exemplos de projetos igualmente ambiciosos e originais –, é notória a capacidade de elaborar e executar projetos de grande monta nos setores que contam com a suas atuações.

Para os *colectivos*, um dos principais desafios dos CCs é o desenvolvimento de uma “consciência política”. Esta seria uma das principais diferenças entre um e outro, já que os primeiros primam por uma formação político-ideológica mais consistente e os CCs, a priori, teriam um caráter mais pragmático. David Romero, do *Colectivo La Piedrita*, destaca esse aspecto: “los Consejos Comunales no tienen formación ideológica o política [...] Nosotros sí, tenemos nuestros círculos de lectura, discutimos Marx, Che, Lenin, Salvador Allende para ir adquiriendo intelectualidad”. Romero afirma ainda que o CC do *La Piedrita* está “blindado” porque conta com a atuação do *colectivo*, quer dizer, ali é possível perceber uma “línea de accion” e, diferentemente do que ocorre em outros CCs, onde “se meten todo” (i.e, onde participa todo o tipo de gente), não há “obstaculos” para sua prática (ROMERO, entrevista, 2011).

O respaldo da comunidade é conquistado na medida em que graças à experiência de trabalho comunitário das pessoas envolvidas e seu grau de organização é possível aprovar e executar projetos de grande porte. Projetos que, em outros setores que não contam com essa organização, encontram maiores dificuldades para serem aprovados, até mesmo considerados pelos seus moradores. Por essa razão, em muitos casos, outros CCs de setores adjacentes costumam buscar o apoio dos *colectivos* para a elaboração de um projeto, para mobilizar as pessoas a uma grande manifestação ou atividade cultural, para difundir alguma mensagem através das rádios comunitárias que muitos deles possuem, para resolver algum problema pontual de segurança, entre outros.

Carmen Mecia, *vocera* do CC *Los Higuitos*, afirma que mantem boas relações com todos os *colectivos* que fazem vida na *parroquia* e que sempre que precisa de uma

¹⁶² Na introdução desta dissertação, destacamos o conceito de *permissividad*, proposto por José Roberto Duque, em entrevista (2011).

orientação para algum projeto, procura por eles, bem como escuta as suas sugestões para aprimorar o trabalho comunitário em seu setor.

Hemos tenido reuniones con la gente de La Piedrita que han apoyado nosostros, así como la gente del Alexis Vive. De hecho lo que ellos quieren es que nosotros tenemos aquí una siembra de cachama [...], hay otro proyecto que es tener un circuito cerrado dentro de la comunidad. Ellos iban ayudarnos a hacer nuestro circuito [...] con las cámaras y garantizar la seguridad de nuestro sector [...] Cualquier otro caso, nosotros cuando precisamos de ayuda vamos a Chinquinira del Alexis Vive, vamos a Luis Isturiz, el Chaca, del Ernesto Che Guevara, vamos a Valentin, de La Piedrita [...] Nosostros nunca tuvimos problema con ellos. Al contrario, los colectivos nos han prestado apoyo siempre que precisamos (MECIA, entrevista, 2011).

Segundo Mecia, não há intervenção dos *colectivos* nos CCs, mas sim, ações de assessoramento. Quando há muitos obstáculos ou resistência dos moradores e *voceros* em relação à sua participação, eles se retiram para seus setores (ibid.).

Numa outra via, há também o questionamento de muitos moradores em relação aos *colectivos* por se tratarem de organizações armadas e hierarquizadas em determinadas lideranças. Por melhor que seja a relação entre um *colectivo* e seu setor, o fato de uns manipularem armas e outros não estabelece uma hierarquia informal que faz com que uns se afastem, outros respeitem, outros, simplesmente, sintam medo.

Grisel Marín é *vocera* de um CC localizado na *Zona Central*, onde está o *Colectivo Alexis Vive*. A moradora afirma que, por um lado, as ações do *colectivo*, seu trabalho comunitário, são muito bem-vindas para a comunidade: “ellos dentro de sus actividades [...] organizan el transito, han rescatado áreas verdes, colaboran mucho para rescatar nuestros espacios, en la parte cultural han apoyado mucha formación, apoyaran la Misión Cultura Corazon Adentro, de teatro y danza [...]”. Por outro lado, também afirma que

la gente tiene cierto temor porque, con la experiencia de nosotros, aquí en la Zona Central sobretodo que ha sido la más golpeada, las armas de fuego son las que han matado nuestros vecinos, a nuestros estudiantes, a nuestros niños. Entonces, eso aleja. O sea, se tu manejas una pistola, aleja. Porque yo soy una ciudadana común que puedo llevar en la mano un libro, mi cartera, entonces, está otra persona, con un arma, sea colectivo o no, cualquier persona que tenga un arma, ya esta persona lo respectan (MARÍN, entrevista, 2010).

Além disso, suas estruturas seriam profundamente hierarquizadas e que, apesar de na maior parte das vezes, atuarem em favor da comunidade, o fazem **em nome** da comunidade, quando teria que ser a própria comunidade à frente dos projetos. Para isso serviria o CC. Mary Vilallobos, *vocera* do CC *La Cañada* do setor *Barrio Sucre*, expressa algumas destas críticas em depoimento:

No es lo mismo un colectivo o una Fundación y un Consejo Comunal. ¿Por qué? Porque el colectivo o Fundación tiene un líder principal y esa opinión de ese líder, lo que yo creo, no va a ser consensual, va ser impuesta. En el Consejo Comunal es consensual entre los voceros del Consejo Comunal y se vamos más allá existe la Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas. En esa asamblea, con un quórum amplio, con una representación de toda la comunidad, se pueden tomar mejores decisiones en beneficio de la comunidad. En cambio, con los colectivos o las Fundaciones, no se hace eso. Ahí un conclave toma una decisión, la que quiera que sea, buena o mala, pero es un conclave él quien decide, no es toda la comunidad. Aunque que se hable al nombre de toda la comunidad, aunque haga algo a favor de la comunidad, pero la decisión, desde mi punto de vista, no es de toda la comunidad (VILLALOBOS, entrevista, 2011).

Há a crítica também que os *colectivos* resistem em participar de espaços de articulação supra-setoriais (como a *Junta Parroquial*, por exemplo); que dificilmente há diálogo entre os diferentes *colectivos*; e, finalmente que, na maior parte das vezes, cada *colectivo* prefere executar seus projetos com os próprios meios, desprezando o auxílio ou a mediação dos funcionários estatais. Segundo Manuel Diaz, do CC *Atlántico Norte*, do setor *La Silsa*,

Los colectivos tienen un poquito más de consciencia política, de vivencia política, pero [...] muchos colectivos actúan en su parcelita. Aunque estejan haciendo su trabajo bien, están haciendo su trabajo solamente en una parcela y hay que expandir eso. La Comuna es esa expansion (DIAZ, entrevista, 2011).

Apesar disso, muitos reconhecem também que os *colectivos* cumpririam um importante papel na defesa da *parroquia*. No Golpe de Estado de 2002, por exemplo, sua atuação foi fundamental quando houve uma grande repressão. Nesse caso, para muitos entrevistados, os *colectivos* seriam os únicos que teriam força para enfrentar os aparatos repressivos quando necessário, mas, ainda assim, no que diz respeito ao trabalho comunitário, este deveria ser realizado pelos CCs. Nas palavras de Vilallobos,

“se lo quisiera ver como una fuerza de choque, pues, puede ser deber del colectivo, pero ¿en cuanto al trabajo comunitario? Eso tiene que ser el Consejo Comunal” (VILLALOBOS, entrevista, 2010).

3.5. Os Projetos

Apesar de serem mais comuns, projetos ambiciosos não são exclusividade dos setores que contam com a presença de *colectivos*. No setor *Los Higuitos*, por exemplo, Carmen Mécia fala do projeto de seu CC que é o de aproveitar três enormes galpões abandonados localizados em seu setor para construir três grandes edifícios para abrigar todas as pessoas do *barrio*, em melhores condições. Em seguida, demoliriam todas as casas e aproveitariam o espaço para desenvolver projetos sócio-produtivos, de lazer, de cultura, entre outros.

Son en esos tres galpones vacios donde nosotros tendríamos la posibilidad de llevar a cabo este proyecto, donde nosotros tendríamos la oportunidad de vivir dignamente en unos apartamentos que se edificarían allí y tumbar gran parte de lo que es la comunidad que ya está hecha. ¿Para qué? Para allí colocar lo que es la cancha, lo juego diario, el maternal, sobre todo hacer el socio-productivo... bueno, y muchas otras cosas que serian beneficios para nuestra comunidad (MÉCIA, entrevista, 2011).

Figura 29



**Três galpões abandonados situados no setor Los Higuitos.
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]**

No momento, o CC está fechando os detalhes do projeto. Fazendo estudo do solo, orçamento, para, em seguida, postulá-lo diante das instituições. Até o momento da

entrevista, outros projetos já haviam sido aprovados: como o de fazer um canal de escoamento de água para evitar as infiltrações e deslizamentos; construção e reparação de tubulações de água e esgoto; aproveitamento de uma encosta abandonada como um espaço para desenvolver cultivos de hortaliças e verduras; reparação de um conjunto de moradias com a *Misión Barrio Nuevo, Barrio Tricolor*; reparação de calçadas e passagens; legalização do serviço de luz; melhoramento da iluminação pública; instalação de gás direto nas casas, entre outros.

No setor *El Porvenir*, em *Sierra Maestra*, várias casas foram restauradas com a *Misión Barrio Nuevo, Barrio Tricolor*. Além disso, conseguiram a construção de um laboratório de informática com 15 computadores com acesso à internet de forma gratuita, graças ao apoio da *Fundación Infocentro*; planos de férias com excursões para os moradores do *barrio*, principalmente, as crianças (tudo pago por fundações, *alcaldías* e outras instituições); instalação de câmeras de segurança; construção de escadas (46 metros); serviço de esgoto, entre outros. Há também o projeto ambicioso de construção de uma *Casa Comunal* por cima do estacionamento e de uma praça. Lá haveria espaços para fazer as assembléias, para passar filmes para as crianças, para montar uma *Empresa de Producción Social* (que poderia ser uma oficina de costura), para colocar a *Misión Barrio Adentro* (ANDERSON, entrevista, 2011)

Figura 30



**Espaço onde se postula construir uma *Casa Comunal*
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]**

Em *Caño Amarillo*, graças ao CC, os moradores já contam com serviço de água, possuem quadras poli-esportivas, restauraram muitas moradias (também com a *Misión*

Barrio Nuevo, Barrio Tricolor), organizaram atividades com a MERCAL levando a venda de alimentos a preços subsidiados para dentro da comunidade, entre outros. O projeto mais ambicioso foi a demolição de um antiga estrutura que havia no interior da comunidade, onde viviam algumas famílias em situação de risco, para a construção de um edifício com 100 apartamentos. Procuraram os geólogos, os técnicos e fizeram o projeto que foi aprovado. A luta, atualmente, se trava para a continuidade das obras, pois a estrutura já foi demolida, as famílias vivem provisoriamente em um edifício cedido pelo *Ministério de la Cultura*, mas o trabalho de construção está parado, por falta de recursos, há 2 anos. A expectativa é que as obras terminem ainda no ano de 2011.

Figura 31



**Espaço onde foi aprovada a construção de um edifício com 100 apartamentos
[Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]**

O tema mais recorrente, sobretudo nos *barríos*, é a reabilitação de moradias, pois a maior parte delas está comprometida devido às infiltrações. No *Barrio Sucre*, o CC *La Cañada*, no ano de 2011, quando de nossa segunda viagem à Venezuela, estava debruçado sobre um projeto de restauração de moradias, já que o maior problema do setor é a infraestrutura. Através do *Consejo Federal de Gobierno/CFB*, foi disponibilizado um fundo de compensação para as diferentes *parroquias* do Distrito Capital e o CC citado postulou para este fundo a restauração de tetos, paredes e pisos das casas que se encontravam em casos mais críticos.

Frequentamos a muitas reuniões de *voceros* no momento em que eles estavam desenhando o projeto. A adequação deste último às normas exigidas pelo CFB se dava num ambiente descontraído e íntimo. Em meio às temáticas mais sérias, as pessoas riam, brincavam umas com as outras e falavam de assuntos do dia-a-dia, inclusive, temas políticos como o discurso de Chávez de prestação de contas na *Asamblea Nacional* ou o tema dos refugiados das chuvas de novembro e dezembro de 2010 que assolaram vários Estados do país. As reuniões são, portanto, um espaço semanal de socialização dos vizinhos. Normalmente, não há uma formalidade burocrática, no sentido de haver atas, listas de presenças, ordens de palavra etc. Isso só se dá quando há a necessidade de decidir alguma questão de peso e quando há a participação de maior número de moradores. Apesar das reuniões serem abertas a todos os vizinhos e existirem 48 *voceros* eleitos, costumam participar sempre entre 5 e 10 *voceros* mais mobilizados, em sua maioria *mujeres*. Aliás, uma das grandes características do *Socialismo del Siglo XXI* e da experiência dos CCs é o protagonismo feminino à frente dessas instituições. Essa lógica de participação se reproduz em vários outros CCs com os quais trabalhamos.

Nesse processo de formulação de um projeto no setor *La Cañada*, foi muito interessante ver os moradores discutirem engenharia, construção civil, materiais de construção, orçamento. Baseiam-se, sobretudo em suas experiências cotidianas e não em um conhecimento técnico, à exceção de Avelino Maya que trabalha no setor de construção e, portanto, tem um maior conhecimento sobre o assunto. Fazem todo o projeto/orçamento manualmente, sem grandes recursos, distribuem as tarefas e, depois, um deles que tem um maior conhecimento de informática – escasso entre os *voceros* – ficaria encarregado de passar as informações para o computador. Surgem muitas dúvidas e os moradores contam com a ajuda da *vocera* do CFB pela *Parroquia 23 de Enero*, Xiomara Paraguán, que, por ocasião desse projeto, se reúne todas as segundas-feiras, no *Centro Municipal de Apoyo al Poder Popular/CMAPP*, no setor *Mirador*, com a *Junta Parroquial*, composta por *voceros* de vários CCs do 23, além também da *vocera* da *parroquia*, Zulay Zambrano.

No projeto do CC *La Cañada* estava prevista a reabilitação de apenas 25 casas. Os critérios para a escolha das primeiras a serem atendidas se pautavam na necessidade – casas com risco de desabamento -, mas também, priorizavam as casas daqueles que participavam das reuniões.

Mary Vilallobos depois de ir a uma *taller* de “como fazer um projeto de inversão de recursos”, levou à reunião, em 12 de janeiro de 2011, a preocupação em articular o projeto de reabilitação de moradias ao *Plan Nacional Simón Bolívar*. A *vocera* chamou atenção para a necessidade do CC fazer também um trabalho ideológico e político, não podendo ser resumido a uma resolução de problemas materiais.

A planilha a ser entregue ao CFB exigia que o CC relacionasse o projeto às diretrizes presentes no *Plan*, isto é, a uma *nueva ética socialista*; à *suprema felicidad social*; à *democracia protagónica revolucionária*; a um *modelo productivo socialista*; à *nueva geopolítica nacional*, à *Venezuela potencia energética mundial*; ou à *nueva geopolítica internacional*. Para cada diretriz, há um conjunto de objetivos intrínsecos que os CCs devem se filiar:

- Para a *nueva ética socialista*: *refundar ética y moralmente la nación*;
- Para a *suprema felicidad social*: *reducir la miséria a cero y acelerar la disminución de la pobreza; transformar las relaciones sociales de producción; fortalecer las capacidades básica para el trabajo productivo; promover una ética, cultura y educación liberadoras y solidarias*, entre outros.
- Para a *democracia protagónica revolucionária*: *construir la base sociopolítica del Socialismo del Siglo XXI; formar una nueva cultura política basada en la conciencia solidaria del ciudadano; construir un sector publico al servicio del ciudadano que conduzca a la transformación de la sociedad; ampliar espacios de participación ciudadana en la gestión pública*; entre outros.
- Para o *nuevo modelo productivo socialista*: *desarrollar el nuevo modelo endógeno como base económica del Socialismo del Siglo XXI; incrementar la soberanía alimentaria; fomentar la ciencia y la tecnología al servicio del desarrollo nacional*; entre outros.
- Para a *nueva geopolítica nacional*: *aproverchar las fortalezas regionales creando sinergia entre ellas; hacer posible una ciudad incluyente con calidad de vida; proteger espacios para conservar el agua y la biodiversidad; alcanzar un modelo de producción y acumulación ambientalmente sustentable*; entre outros.
- Para *Venezuela potencia energética mundial*: *asegurar que la producción de enegría contribuyan a la preservación del ambiente; propiciar un cambio radical hacia la generación térmica de energía eléctrica adicional con basen en el gas; convertir a*

Venezuela en una potencia energética regional y fortalecer la integración latinoamericana; entre outros.

- Para a *nueva geopolítica internacional: profundizar el dialogo fraterno entre los pueblos; fortalecer la soberanía nacional*; entre outros.

O CC *La Cañada* decidiu, por fim, que seu projeto de reabilitação de moradias se enquadrava na diretriz *suprema felicidad social*, com o objetivo de *reducir la miséria a cero*.

A postulação dos projetos ao CFB foi um evento realizado no INCES, da *Zona E*, em janeiro de 2011. A *vocera* Xiomara Paraguán lembrou que, por se tratar de um *Fondo de Inversión* com recursos limitados, o governo privilegiaria projetos sócio-produtivos com impacto social e que envolvesse o maior número de CCs articulados possível. Dois representantes do governo receberam os projetos e escutaram cada CC defender o seu perante a comunidade. Dentre os principais apresentados por diferentes setores do 23, destacamos: restauração de calçadas; de encanamentos; construção de *Casas Comunales*; restauração de moradias; impermeabilização dos edifícios; reformas nas dutos de lixo; construção de escadas; construção de muros de contenção para evitar desabamentos, entre outros. No que diz respeito aos projetos sócio-produtivos, os CCs da *Zona E* propuseram o reaproveitamento de um posto de gasolina abandonado para construção de um centro de informática para a população; a *Comuna Juan 23*, propôs a construção de uma *herraría comunal*; e a *Comuna en Construcción* da *Zona F*, propôs a recuperação de áreas de deslizamento para a plantação de produtos agrícolas orgânicos para abastecer a comunidade.

Figura 32



Xiomara Paraguán (à direita, de blusa branca) e os dois representantes do CFB (de pé, de blusa vermelha listrada e de blusa azul) dão início à seção de apresentação dos projetos no INCES.
 [Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]

Todos os projetos foram apresentados com uma preocupação muito grande por parte dos *voceros* em respaldá-los na Constituição, nas leis e no *Plan Nacional Simón Bolívar*, o que é interessante para pensarmos o exercício de se buscar ir além da resolução de problemas imediatos materiais, mas de refletir também sobre um projeto de país, de cidadania, de poder popular.

A realidade dos edifícios é bastante diferente da realidade dos *barrios*. Segundo Manuel Diaz, *vocero* do *Bloque La Silsa*, “las necesidades de las casitas, son diferentes de los bloques. Ellos están cerca de nosotros, pero tienen otras necesidades, otros proyectos” (DIAZ, entrevista, 2011). Deste modo, a população dos *bloques* se organizou em torno de temáticas como a impermeabilização dos edifícios, a restauração dos encanamentos de água, dos dutos de lixo, das quadras poli-esportivas, a recuperação de jardins, a construção de um sistema de iluminação eficiente, entre outros.

Na *Zona F*, por exemplo, no *Bloque 37*, Nancy Concepcion conta que quando houve a formação do CC em seu setor, uma das primeiras medidas foi colocar uma cartolina no térreo do edifício para que as pessoas escrevessem quais eram os principais problemas que afligiam a comunidade. Depois de definidas todas as demandas, foi convocada uma *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* para estabelecer quais teriam prioridades e o resultado foi: “impermeabilización, ascensores, gás, ductos de basura, águas blancas y águas negras, acercado”. Segundo Concepción, quase todas as exigências foram atendidas pelo CC, recorrendo a diversas instituições, público e privadas.

Cuando nosotros nos formamos como CC, fuimos a la FUNDACOMUNAL y llevamos tres proyectos: el cercado perimetral, el parque y un ascensor; a Fundacaracas, llevé la cancha y la minicancha de básquet; me fui a PDVSA y llevé el proyecto del gás; me fui a la Alcaldía Libertador y llevé el del cercado eletrejado interno. [...] Despues, traé los organismo, bajé la comunidad y mostré a todos el dinero que se estaba entregando al CC para hacer la obra y ahí se firmó todo (CONCEPCIÓN, entrevista, 2011).

Concepción buscava saber de outros CCs quais instituições estavam aprovando projetos e tentava ter o seu aprovado também, postulava o mesmo projeto várias vezes em diferentes lugares (o projeto de cercamento, por exemplo, foi postulado quatro vezes até que fosse aprovado), às vezes, era necessário dividir o projeto em várias etapas para tê-lo aprovado. Em suma, depois de muitas lutas e pressões sobre as diferentes instituições, em janeiro de 2011, quando o CC estava em sua segunda gestão, faltava resolver ainda a problemática das águas (os encanamentos são os mesmo de 50 anos atrás, quando foram construídos os edifícios) e dos dutos de lixo. Inclusive, havia a meta de pintar os prédios também, tal como foram pintados os de outras zonas, porém, antes disso, era preciso cumprir as prioridades estabelecidas pela *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas* anteriormente (CONCEPCIÓN, entrevista, 2011).

Na medida em que os projetos iam sendo aprovados e as obras executadas, do *Bloque 37*, Concepción foi incentivando os moradores dos *bloques* ao lado para formar seus CCs até chegar em *La Silsa*, onde está Miguel Diaz e, hoje, ambos trabalham na formação da *Comuna* que envolve cerca de 15 CCs no total (10 edifícios grandes e 5 pequenos) – tema que aprofundaremos mais à frente.

Na entrevista de Miguel Padrón, *vocero* de *Finanzas* do *Bloque 34*, da *Zona E*, percebemos demandas muito parecidas: impermeabilização, reforma do encanamento, dos dutos de lixo, aumentar o estacionamento, construção de um muro de contenção para impedir o desabamento de uma encosta que se localiza na parte traseira do edifício; reconstrução da quadra poliesportiva, dos jardins, das calçadas.

No dia 19 de janeiro de 2011, participamos de uma reunião com *voceros* desse *bloque* e foi muito interessante para observar também as tensões existentes entre os vizinhos devido a problemáticas cotidianas e às dificuldades de se alcançar um consenso sobre os problemas mais imediatos: desde a permissão ou não de fazer churrascos no estacionamento nos finais de semana, de estacionar carros de familiares dentro do edifício até o consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens de maneira indiscriminada

durante as madrugadas. São temas que tocam na vida privada dos moradores, em costumes e valores, e o CC assume a tarefa de árbitro, de mediador de conflitos, porém, o grande dilema que se coloca é que não é uma instituição imparcial, que está fora daquela realidade, mas sim, formada pelos próprios vizinhos e, por essa razão, problemas pessoais vêm à tona, rixas, desentendimentos, o que torna ainda mais complexa a dinâmica em seu interior. Conforme mencionamos anteriormente, destacamos também o fato de grande parte dos moradores e *voceros* presentes na reunião considerarem Padrón como o Presidente da instituição e o responsabilizavam por todos os problemas não resolvidos. O *vocero* principal chegou a oferecer sua carta de renúncia, depois de criticar também a pouca participação de todos os demais membros, o que fez recair tudo sobre suas costas.

No último levantamento do SAFONACC para a *Parroquia 23 de Enero*, entre 2008 e 2010, foram reabilitadas mais de 200 moradias e 20 foram substituídas; foram aprovados projetos de substituição de elevadores nos edifícios; de remodelação de áreas comuns e recreativas; de construção de *Casas Comunales*, centros de informática, cercamentos, escadas e calçadas; de recuperação de módulos de saúde, escolas, parques infantis; de substituição de encanamentos de água, entre outros. No total, foram 62 projetos aprovados somente por esta instituição e um montante de mais de BsF 26 milhões investidos nesse setor (SAFONACC, 2011).

Num âmbito nacional, para o ano de 2008, a *Fundación Centro Gumilla/FCG* fez uma pesquisa entre 1.138 CCs em todo o país e os principais projetos aprovados seguiram uma lógica parecida com a que vimos até aqui, isto é, voltadas, principalmente, para a melhoria da infraestrutura das comunidades: seja reformas/reconstruções de casas, instalação de redes de esgoto, encanamentos de água potável, rede elétrica, construção de calçadas, escadas e reforma de parques, escolas e praças.

Así, se puede constatar que, por lo menos en la fase inicial, las comunidades aprovecharon los CCs para solucionar problemas inmediatos de infraestructura y de servicios básicos principalmente. En ese rubro también se alcanzan los éxitos más rápidos y visibles, lo que aumenta la motivación para la participación colectiva (FCG, 2008, p. 32 apud AZZELINI, 2010, p. 295-296).

Portanto, podemos perceber que os CCs em seus primeiros anos se consolidaram como uma via eficaz para transformar uma série de elementos da vida cotidiana,

atendendo às demandas históricas das comunidades populares. Apesar de na maioria dos casos ter se prevalectido uma postura mais pragmática, decorrente das situações precárias em que se encontravam essas regiões, a expectativa é que, a partir do momento em que são geradas as mínimas condições de sobrevivência, os CCs se articulem e se dediquem a temáticas cada vez mais amplas e complexas. Esse seria o princípio norteador para a formação das *Comunas* e, mais além, para o *Estado Comunal* venezuelano.

4. Rumo a um *Estado Comunal*?

4.1. O Próximo Passo: A Formação das *Comunas*

Conforme vimos, o passo seguinte à formação dos CCs é a sua articulação em *Comunas*, o que permitiria uma ampliação do seu raio de ação e de sua capacidade de executar projetos cada vez mais abrangentes, além de incorporar em uma única instituição os vários tipos de organização popular presentes em um dado território.

Se numa primeira fase, os CCs estavam mais voltados para a resolução de problemas de infraestrutura – e ainda estão -, o incentivo à formação de *Comunas*, tem por objetivo impulsionar o componente produtivo, quer dizer, as comunidades passam a ter que desenvolver projetos sócio-produtivos que contribuam para o desenvolvimento endógeno e autossustentável do país – não apenas em nível local, mas regional e nacional.

Esse processo de articulação de vários CCs e organizações populares em níveis mais complexos já se dava na prática antes da regulamentação de uma lei. Esta última foi aprovada recentemente, em dezembro de 2010, e é alvo de muitas críticas – aspecto que desenvolveremos mais adiante. Segundo Dario Azzellini (2010, p. 300), “en la práctica las comunas asumieron forma concreta sin que haya una ley, su construcción es fomentada y financiada institucionalmente y hasta las ciudades comunales son discutidas intensamente y en algunos casos ya practicadas desde abajo”. Para o ano de 2009, depois de um significativo impulso concedido pela *Misión 13 de Abril*¹⁶³, Chávez, em seu Programa *Aló Presidente*, estimou que haveria cerca de 200 *Comunas en Construcción* em todo o país e afirmou que era de fundamental importância impulsionar esse projeto, pois seria a base para construção do *Socialismo del Siglo XXI*.

actualmente tenemos en todo el país, 200 comunas que están en construcción; yo quiero pedirle a todos que nos integremos en este esfuerzo; todos, el partido, el pueblo, las comunidades, las gobernaciones, las alcaldía; porque la comuna es el espacio, la base territorial y humana para la construcción del socialismo; en las comunas hay que concentrar todo el esfuerzo cultural, político, económico, productivo, para la construcción del modelo socialista (CHÁVEZ, 2009, n°344, p. 60).

¹⁶³ A *Misión 13 de Abril* foi lançada no Programa *Aló Presidente*, n° 318, no ano de 2008, com o propósito de estimular a criação de *Comunas Socialistas* e fortalecer o poder popular. O nome é uma homenagem ao povo que foi às ruas no contexto do Golpe de Estado de 2002 e que impediu a deposição de Chávez.

Na *Parroquia 23 de Enero*, já tivemos a oportunidade de mencionar a existência da *Comuna El Panal 2021*, que conta com forte atuação do *Colectivo Alexis Vive* e as *Comunas en Construcción* da *Zona F- Zona E* e *Sierra Maestra*. Para o presente momento, gostaríamos de destacar a experiência da *Comuna Juan 23* que consideramos uma das mais emblemáticas desse movimento na região.

Segundo Nelson Solórzano, *vocero* principal da *Comuna*:

la Comuna es el próximo paso, es la autogestión [...] es donde el pueblo asume el poder y el control de las políticas publicas y sociales [...] tratando de no depender del “Papá Estado”, sino de tratar que nosotros mismos seamos protagonistas y hagamos nuestro propio autogobierno (SOLÓRZANO, entrevista, 2011).

A primeira tentativa de articular um espaço envolvendo vários CCs se deu ainda em 2006, com dois CCs do 23 e dois da *Parroquia* vizinha *San Juan*. O objetivo era desenvolver atividades culturais que envolvessem as duas *parroquias*, porém o projeto fracassou e voltou a ser proposto somente em 2008, pelo CC *Las Delicias*, do setor *Observatório* do 23 de Enero – CC o qual Solórzano pertence. Nesse momento, foram 6 CCs que participaram e houve a criação de um *Parlamento Comunal*. Foram feitas várias reuniões para discutir quais projetos poderiam ser propostos que pudessem atender a todos os CCs. Chegaram, inclusive, a dividir os recursos recebidos por um CC.

De allí se retomó el nombre Juan 23, es decir, Parroquia San Juan y Parroquia 23 de Enero y fuimos construyendo un concepto de Comuna. [...] Cuando empezamos los primeros CCs comenzamos realizando un proyecto de alumbrado que involucraba a todos los CCs. Y después fuimos más allá cobriendo la ruta de otros CCs para llamarlos a participar. Porque eso iba ser importante para realizar otros proyectos: de gás, de infraestructura, de agua, para todo el territorio. Fuimos casa por casa, invitando los CC, llamando los amigos. [...] Unidos teníamos más respuesta. Ahí estaba la fuerza. Entonces, la gente fue incorporando (SOLÓRZANO, entrevista, 2010).

Quando buscavam recursos nas instituições, ao falarem em nome de não apenas um, mas vários CCs, tinham mais força para tê-los aprovados. Era uma fórmula que dava certo e, portanto, conseguiram expandir para outros CCs. Dessas iniciativas,

obtiveram muitas conquistas. Solórzano afirma que todos os projetos que propuseram foram aprovados e executados na comunidade.

Em janeiro de 2011, a *Comuna* estava constituída por 15 CCs, sendo 9 da *Parroquia 23 de Enero* (setor *Observatório* e *Mirador*, principalmente) e 6 da *Parroquia San Juan*, além de várias organizações civis.

Despues, venieran una Frente de Discapitados que querían participar con proyectos también. Ellos querían trabajar y nosotros los incorporamos [...] Otras organizaciones fueron se incorporando [...] los transportistas se incorporaran a la Comuna con el proyecto de reparar las calles, tapar huecos, con nuestros propios recursos porque no íbamos esperar que el Estado los repare (ibid.).

Atualmente, além dos CCs, participam também o *Colectivo Fuerza de Resistência Popular Tupamaros*; a *Cooperativa Futuro Colectivo*; a *Cooperativa Taxis Andrés Eloy Blanco*; a *Frente de Mujeres Princesa Urquía*, a *Frente de Personas con Discapacidad Motora Juan 23*; o *Comité de Madres del Barrio*; o *Club de Abuelos*; a *Asociación Civil Jeeps Andrés Eloy Blanco*; o *Comité de Seguridad Integral* e uma *Mesa de Cultura*.

A história do *Comité de Seguridad Integral* é muito interessante, pois aí houve uma curiosa inversão. Segundo Solórzano, nesse setor do 23, havia muita delinquência e o que eles fizeram foi sentar com o chefe desses grupos e propor uma integração com a *Comuna*. De grupos de delinquentes, eles se converteram no *Comité de Seguridad Integral Andrés Eloy Blanco* e agora “ellos nos cuidan a nosotros; transformamos la inseguridad en seguridad. Esos chamos que tu ve de chaqueta negra, son ellos” (ibid).

A *Comuna* se constitui por uma estrutura horizontal, representada por, pelo menos, um *vocero* e *vocera* eleitos de cada CC, comitê, associação, frente e cooperativa que participam. Semanalmente ocorrem as reuniões no chamado *Parlamento Comunal*, espaço onde se deliberam os projetos, tanto os que estão em execução, quanto os que seus membros têm a intenção em postular.

Dentre os projetos executados, estão: a instalação da *Misión Barrio Nuevo, Barrio Tricolor* que foi um sucesso na região, conseguindo restaurar várias moradias; a reativação do ambulatório *Andrés Eloy Blanco*, onde passou a trabalhar um médico cubano da *Misión Barrio Adentro*; a oferta de cursos de formação educativa em diferentes áreas para os moradores da região (cursos de horta comunal, ideologia política, artesanato, comercialização de alimentos, economia social, ferraria, corte e

costura); a realização de atividades culturais, desportivas, recreativas e com portadores de necessidades especiais, entre outros.

Os projetos que naquele momento estavam em debate na *Asamblea Comunal* eram: a construção ou aquisição de um local para o funcionamento do *Parlamento Comunal* (que, atualmente, ocorre numa quadra poli-esportiva ao lado do CMAPP, no *Observatório*); a construção de uma creche para a comunidade e de uma escola de artes circênces; a instalação de gás direto nas casas de todo o território correspondente à *Comuna* e o desenvolvimento de *Empresas de Producción Social* (como a *bloquera* e a *herrería comunales*).

Em relação a estas últimas, Nelson Solórzano destaca em muitos momentos da entrevista a importância de se tornarem independentes do Estado e de gerar os próprios recursos para financiar os projetos. Quando precisam de alguma assessoria, crédito ou investimento, não hesitam em buscar o apoio das instituições, porém, o objetivo é não depender tanto do governo.

[...] Las instituciones nos apoyan, nos envían técnicos para trabajar con nosotros. Pero primero nosotros y después el Estado. En lo que nosotros no podamos, pedimos asesoría en el Estado. Pero tratando de no depender tanto del gobierno, del Estado, sino que nosotros podamos hacer nuestras propias políticas (ibid.)

Apesar dessa preocupação em se tornarem independentes do Estado, em serem autônomos, a liderança de Chávez é inquestionável e considerada extremamente necessária, pelo menos “por agora”, parafraseando a emblemática frase do Presidente na época da insurreição de 1992. Nas palavras de Solórzano: “nosotros tenemos aquí en ese país un líder, un proyecto y un modelo. El líder es Chávez, el proyecto es el Plan Nacional Simón Bolívar y el modelo es el socialismo. Sin una de esas piezas, *por ahora*, no es posible hacer la revolución” (ibid.). Se colocada a hipótese de Chávez perder uma eleição ou alguma situação em que tivesse que deixar a Presidência, o líder comunitário afirma que somente se preocuparão com um substituto, quando Chávez não pudesse mais estar lá, mas torce que “Dios le de vida” para que permaneça o maior tempo possível.

Quando estivemos na Venezuela em 2011, houve uma atividade muito interessante em que uma *Comuna* vinda do *Valle del Tuy*, Estado Miranda, foi fazer um intercambio com a *Comuna Juan 23*. Há muitas atividades nesse sentido.

Em Miranda, há uma experiência na qual várias *Comunas* estabeleceram o sistema de *trueke*, isto é, uma moeda social foi criada, chamada *zamorano*, com o objetivo de fomentar a *Economía Comunal* através da troca de serviços, produtos, saberes e culturas, observando as potencialidades de cada uma e se articulando de maneira complementar.

Figura 33



*Moneda Comunitaria utilizada no Sistema de Trueke Comunal da Conferederação de Consejos Comunales “José Leonardo Chirino”*¹⁶⁴

[Fonte: rednacionaldetrueke.blogspot.com – consulta em 28/07/2011]

Segundo a *Red Nacional de Truekes*, existem hoje 13 sistemas de *truekes* em todo o país: em Yaracuy, Falcón, Trujillo, Nueva Esparta, Sucre, Barinas, Monagas-Sucre-Anzoátegui, duas em Zulia, duas em Miranda e em Mérida. O modelo se inspira nas tradições de muitas comunidades originárias do continente e é incentivado e impulsionado pelo Estado.

En los Sistemas de Trueke modernos, las comunidades buscan nuevas formas solidarias de resolver sus necesidades y generar mercados locales donde se intercambien justamente sus productos, servicios y saberes, sin necesidad de utilizar el dinero. Fue así como volvimos a practicar el Trueke directo, y además también se crearon *las Monedas Locales (o Monedas Comunales o Facilitadores de Trueke como los llamamos acá en Venezuela)*, instrumentos que se utilizan como facilitadores de los intercambios y que circulan sólo a nivel local (*Red Nacional de Truekes*, 2010 – consulta em 01/06/2011).

¹⁶⁴ A *Confederación de Consejos Comunales “José Leonardo Chirino”* é uma das mais bem sucedidas iniciativas de constituir uma *Comuna* no Estado Falcón e uma das principais referências da *Red Nacional de Trueke* no país.

Figura 34



Encontro entre Comunas no 23 de Enero
 [Fonte: nosso arquivo pessoal (janeiro de 2011)]

Na ocasião do encontro entre as *Comunas*, houve palestras, trocas de experiências, acordos de comércio e de intercâmbio. A tendência, portanto, vai mais além: depois de formadas as *Comunas*, o objetivo é a articulação de várias *Comunas* rumo a uma *Ciudad Comunal* e, por conseguinte, um *Estado Comunal* ou a uma *Confederación de Comunas*.

Se no plano ideal e em algumas experiências o projeto da *Comuna* parece caminhar num sentido emancipatório, autogestionário e produtivo, há também algumas críticas que precisam ser consideradas.

Para Roland Denis, *ex-Viceministro de Planificación y Desarrollo Regional*, a *Ley de las Comunas/LOC* pretende criar um “Estado Corporativo-Burocrático” com instâncias de “autonomia controlada” e sustentado por um “capitalismo de Estado”, pois

al promoverse estas leyes en realidad lo que están haciendo [...] es creando la norma necesaria para controlar y bloquear desde la maquinaria del Estado, el proceso revolucionario mismo, intentando mimetizar los principios y reglas de un orden ya constituido [...] con la acción política emancipadora y constituyente del colectivo (DENIS, 2010, p. 1).

A grande preocupação desse ativista político reside na ameaça da burocratização de um rico processo que se desenvolve nas bases sociais do governo, segundo o autor, um “otro poder paralelamente al orden constituido” (ibid, p. 2). A normatização das

condições, processos e formatos de poder popular é prejudicial para um processo transformador *desde abajo*, pois agride a pluralidade de experiências que se desenvolvem na prática através de uma imposição *desde arriba*. Trata-se de pré-estabelecer a norma e a forma antes do ato propriamente dito de ação política. Sobre essa problemática da Lei impor um modelo único de organização popular, o discurso de Denis tem

a ver com o seu lugar de enunciação, no caso, representando muitos grupos sociais indígenas e camponeses que estão tendo muitas dificuldades diante do governo de reconhecer suas formas de autogoverno, sobretudo grave no caso dos indígenas que já são comunais desde sempre e que o governo não reconhece seus territórios e vem autorizando empresas transnacionais explorar minérios¹⁶⁵ (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.1).

Ainda para Roland Denis, a LOC prevê as “comunas como un órgano territorial más – una suma mecánica de consejos comunales – que ayuda el Estado a aumentar la eficacia de su acción, reproduciendo aquella visión archiliberal de reducir el estado a un órgano de gestión de lo público” (ibid., p. 2). O poder popular seria somente um espaço de participação, “espacios de permiso”, conforme disposto no Artigo 64° da Lei:

La Republica, los estados y municipios [...] transferirán a las comunas o a los sistemas de agregación que de éstas surjan, funciones de gestión, administración, control de servicios y ejecución de obras, atribuidos aquellos por la Constitución de la República, en pro de mejorar la eficiencia y los resultados del beneficio colectivo (LOC, 2010, Art. 46°)

Além desses aspectos, haveria problemas ainda na concepção de território da *Comuna* (art. 4°) pautado por vínculos culturais de uma identidade local, quando na verdade deveria ser mais amplo, partindo de identidades coletivas que se constituem enquanto “povo” ou “classe”; ou no caráter verticalizado de sua estrutura que vai desde o *Parlamento Comunal* aos *Consejos Ejecutivos*, de *Planificación Comunal*, de *Justicia Comunal*¹⁶⁶, de *Controladoría Social* e *Banco Comunal*¹⁶⁷, compostos por *voceros* de

¹⁶⁵ Sobre a relação entre os povos originários e o Governo Chávez, ver artigo de nossa autoria para o Boletim Tempo Presente da UFRJ, *Os Povos Indígenas e a Revolução Bolivariana* (2010).

¹⁶⁶ A *Justicia Comunal* consiste em “un medio alternativo de justicia que promueve el arbitraje, la conciliación, la mediación y cualquier otra forma de solución de conflictos, ante situaciones derivadas del ejercicio del derecho a la participación y a la convivencia comunal, de acuerdo a los principios constitucionales del Estado democrático y social de derecho y de justicia, sin contravenir las competencias legales propias del sistema de justicia ordinario” (LOC, 2010, Art. 56°).

voceros, que delimitam a carta de fundação da *Comuna*, o plano de desenvolvimento e redigem até as chamadas *Cartas Comunais* que estabelecem as normas de vida dentro do seu território. Estas últimas estão definidas no Artigo 18° da Lei

Carta Comunales son instrumentos, propuestos por los habitantes de la Comuna y aprobados por el Parlamento Comunal, destinados a regular la vida social y comunitaria, coadyuvar con el orden público, la convivencia, la primacía del interés colectivo sobre el interés particular y la defensa de los derechos humanos, de conformidad con la Constitución y las leyes de la República (LOC, 2010, Art. 18°)

Mais uma vez, é necessário destacar os problemas intrínsecos ao estabelecimento de normas subjetivas (imposições morais) para a convivência no interior de uma comunidade. Nas palavras de Denis: “¿que será eso?, a ver si un día no nos permiten andar en cholas por la calle o tomarnos una cervecita so pena de pasarnos a las instancias de la justicia comunal tambien preestablecidas” (DENIS, 2010, p. 4).

Portanto, a construção do *Estado Comunal* venezuelano é permeada por conflitos, tensões, dilemas e desafios. Para além da bipolaridade entre *chavistas* e não-*chavistas*, há um rico debate sobre os rumos do processo. Roland Denis é expressão desse movimento. Apesar de todas as críticas, consideramos válido destacar que se um dia o debate sobre a democracia residiu na luta pela representação, depois, pelo sufrágio universal, pela representação qualificada (isto é, a possibilidade de eleger representantes das classes trabalhadoras, classes mais pobres e, mais recentemente, minorias de todos os tipos) e, finalmente, pela participação política, hoje, o que se está discutindo na Venezuela é a **qualidade** desta participação.

Desse modo, para aprofundar esse debate, acreditamos que o tema da burocracia estatal e do poder popular, dos poderes constituídos e constituintes, merecem uma atenção mais aprofundada por considerarmos que se trata de um dos pontos nevrálgicos para a discussão acerca da “democracia participativa e protagônica”.

¹⁶⁷ “Organización económico-financiera de carácter social que gestiona, administra, transfiere, financia, facilita, capta y controla, de acuerdo con los lineamientos establecidos en el Plan de Desarrollo Comunal, los recursos financieros y no financieros de ámbito comunal, retornables y no retornables, impulsando las políticas de participación democrática y protagónica del pueblo, bajo un enfoque social, político, económico y cultural para la construcción del modelo productivo socialista” (LOC, 2010, Art. 4° e 40°)

4.2. Burocracia Estatal e Poder Popular

Ao longo desta dissertação foi possível observar que há uma tensão bastante significativa entre as novas instituições de poder popular e o aparato burocrático estatal. Essa tensão diz respeito ao permanente conflito entre a dependência e a autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, entre os poderes constituintes e constituídos, entre a burocracia estatal e o povo, entre o movimento *desde arriba* e o *desde abajo*.

Em primeiro lugar, é preciso considerar com um pouco mais de detalhe, mas sem nos aprofundarmos muito, o fenômeno da burocratização das sociedades modernas, isto é, conforme demonstrado por Max Weber, as burocracias constituídas enquanto tais tendem a se tornar expressão de um *locus* de poder no interior dos Estados cuja função é a de se reproduzir (WEBER, 1980, p. 16). O temor de perder as vantagens oferecidas em contrapartida à sua função – retribuição material e prestígio social – “é a razão decisiva da solidariedade que liga o estado-maior administrativo aos detedores do poder” (WEBER, 2011, p. 59-60). Em consequência, historicamente há um esforço por parte das burocracias em controlar processos dinâmicos que fogem ou ameaçam o seu *status*, domesticando-os e utilizando-os para potencializar seu poder diante de outras forças.

Uma característica que se sobressai no caso venezuelano é que a figura de Chávez é percebida pelos *voceros* como algo separada da burocracia formal do Estado (leia-se ministérios, fundações, *alcaldías*, *gobernaciones* etc.). Se as burocracias tendem a se articular com os “detedores de poder” para conter os movimentos sociais dinâmicos e mantê-los sob seu controle, há um paradoxo na medida em que o impulso de Chávez à organização do poder popular é entendido por suas bases como um mecanismo para superar essa problemática; porém, ao mesmo tempo, sua articulação com os ministérios e organizações sociais e o esforço no sentido de uma normatização do poder popular também podem ser compreendidos como um elemento que ratifica a premissa anterior lançada por Weber. Evidência desse último aspecto poderia ser, por exemplo, a política do governo de afastar uma parcela da burocracia que não estaria sob seu controle (*alcaldías*, *gobernaciones* etc.) e fortalecer aquela que lhe presta serviço diretamente (os ministérios, fundações etc.)¹⁶⁸. No entanto, por outro lado, ao incentivar

¹⁶⁸ Este processo se reproduz também em outras instâncias: há um fortalecimento da educação no âmbito das *misiones sociales* e *escuelas bolivarianas* em detrimento do sistema educacional tradicional; há um fortalecimento das *Misiones Sociales Barrio Adentro* (desde o nível de atendimento primário até aos centros de diagnóstico e reabilitação integral) em detrimento dos hospitais e clínicas tradicionais; há um

concomitantemente o empoderamento do povo, não significa que será tão fácil mantê-lo sob controle como supostamente se pode esperar.

No que tange à burocracia estatal, críticas não faltam por parte dos CCs, podendo ser representadas pela metáfora reproduzida por Mary Villalobos: “El Presidente va 20 pasos adelante, los Consejos Comunales van 10 pasos detrás del Presidente, pero las instituciones parecen unos morrocoyes. No hacen nada” (VILLALOBOS, entrevista, 2011).

Devido aos permanentes confrontos, gradativamente, houve uma melhora na relação entre os CCs e a burocracia. A demora das instituições em responder à aprovação dos projetos ou para a liberação dos recursos era – e continua sendo – um dos principais alvos dos CCs¹⁶⁹. É uma das razões para que muitos acabem se desmobilizando. Conhecemos casos em que havia espera de dois anos para a aprovação de um projeto, abrindo, inclusive, um espaço fértil para a corrupção. Para Villalobos, a problemática da corrupção está diretamente relacionada aos obstáculos impostos pela burocracia.

La burocracia es un mal. Por eso que el Presidente dice que los transmites tienen que ser más ligeros para evitar esa burocracia. ¿Qué trae la burocracia? ¡La corrupción! Porque una persona – quien quiera que sea – en el afán de resolver un problema – el que quiere que tenga – esa burocracia la expone a esperar, a perder tiempo, a perder oportunidades. Y en el desespero de no perder tiempo, ni perder oportunidades, vienen y dicen: “mira, yo te fresco tanto para que me ayudes”. En ese sentido, la burocracia ha sido la creadora de la corrupción que tenemos hoy en día (VILLALOBOS, entrevista, 2011)

Além disso, há também um crescente dinamismo do poder popular nas bases que passa a reivindicar uma maior autonomia em relação à burocracia estatal e reivindica para si a criação de uma burocracia interna autônoma. Se esse processo avança pode haver uma inversão, isto é, o poder popular conseguir instrumentalizar a burocracia

fortalecimento da *Policía Nacional Bolivariana* em detrimento da tradicional *Policía Metropolitana* (que esteve a frente das repressões do Caracazo e do Golpe de Estado de 2002 para citarmos alguns exemplos); e assim por diante.

¹⁶⁹ Atualmente, ao entregar um projeto na FUNDACOMUNAL é assinado um documento no qual é obrigatória uma resposta em até 30 dias, coisa que não existia antes e resultava em muitos projetos engavetados. Além disso, como mencionado, há a presença das instituições no interior das comunidades, o que facilita o diálogo com o povo. No 23 – como em todas as outras *parroquias* – há o *Gobierno Parroquial*. Todas as segundas-feiras há reuniões com a *vocera* competente e a cada semana uma instituição senta-se à mesa junto aos CCs e os orientam nos projetos específicos que lhes competem.

estatal ao seu favor. Se isso ocorrer, qual seria o papel assumido pelo líder nessa nova correlação de forças?

Porém, torna-se necessário para o CC também conseguir combater a própria burocratização interna, no sentido dos riscos de haver uma elitização de um pequeno grupo de *voceros* mais mobilizados que se assenhoram da instituição, seja por possuírem um conhecimento técnico que faz a diferença no momento de pensar um projeto, seja pelo próprio voluntarismo ao trabalho comunitário. A falta de prática e de conhecimentos específicos por parte dos *voceros* dos CCs resulta em uma série de projetos recusados por falta de documentos, problemas no orçamento, problemas técnicos de viabilização, entre outros. Assim, um mesmo CC é obrigado a refazer o mesmo projeto inúmeras vezes, constituindo-se como mais um fator de desmobilização. Apesar do apoio dado pelas instituições para assessorar a construção dos projetos, oferecendo cursos de formação, serões explicativos de como preencher as planilhas, disponibilização de funcionários públicos para atender especificamente a estes problemas, ainda assim o trabalho se faz difícil, sobretudo em regiões que não contavam com nenhum tipo de experiência com trabalho comunitário. Em decorrência, resulta que, na maior parte dos CCs com os quais trabalhamos, todas as responsabilidades acabam recaindo sobre um grupo de 5 a 10 pessoas mais mobilizadas – quando o corpo de *voceros* muitas vezes chega a 40 ou 50 pessoas, sem contar o conjunto generalizado de vizinhos que devem participar das *Asambleas de Ciudadanos y Ciudadanas*. Trata-se de um obstáculo ainda ser superado aquele de articular e discernir o que poderia ser um poder político flexível, dinâmico, responsável pela tomada de decisões e um corpo técnico de caráter mais fixo, responsável pelos trâmites burocráticos.

Portanto, a questão fundamental que se coloca é como constituir um poder político que seja capaz de se sobrepor ao burocrático estatal ou, em outras palavras, como alcançar uma fórmula ideal que permita uma articulação entre a agilidade das decisões políticas tomadas pelo povo em seus respectivos espaços de decisão e o aproveitamento do conhecimento técnico especializado dos burocratas, já que estes últimos, justamente por seu grau técnico especializado, acabam se tornando a entidade que verdadeiramente detém o poder. Em certa medida, todas as demais experiências de poder popular dos séculos XIX e XX acabaram derrotadas nesse aspecto, quer dizer, não sobreviveram à burocratização. No entanto, o projeto da “democracia participativa e protagonista”, apesar de todos os seus dilemas e conflitos, pode indicar novos caminhos para a resolução desse problema.

No âmbito das leis, além das que analisamos anteriormente, há também a *Ley Orgánica del Poder Popular/LOPP*, aprovada em dezembro de 2010, que dispõe princípios que caminham no sentido de uma gradativa transferência de competências do aparato institucional tradicional para os CCs e *Comunas*, visando a formação de *autogobiernos comunitários y comunales* que permitam o exercício direto do poder pelos cidadãos e cidadãs (artigo 1º). A Lei admite como instâncias do Poder Popular: os *consejos comunales*, espaço onde o povo organizado exerce a gestão direta das políticas locais de seu setor; as *comunas*, consideradas espaços locais socialistas constituídas por uma integração de *consejos comunales* e outras formas de associações civis comprometidas com o desenvolvimento de um regime de produção social; a *ciudad comunal*, constituída pela agregação de várias *comunas*; e os diferentes sistemas de agregação entre *consejos comunales* e *comunas*.

A função dos órgãos públicos, no caso, tal como descrito na lei, é incentivar, apoiar e assessorar todas estas instâncias de Poder Popular com vistas à formação de *autogobiernos*. Por essa razão, deve transferir suas competências no âmbito da administração pública, controle de serviços e execução de obras às comunidades organizadas (artigo 27º).

Portanto, hoje na Venezuela, temos um horizonte de transferência de competências que tende a retirar cada vez mais o papel predominante das prefeituras e governos estaduais na gestão das políticas, apesar de não necessariamente extinguí-los. Sua função passa a estar cada vez mais submetida às instâncias de Poder Popular citadas em termos de liberação de recursos, fiscalização e promoção da descentralização dos poderes.

Apesar de haver um projeto nesse sentido, na prática, o que percebemos é que a presença da *alcaldía* no âmbito dos *Gobiernos Parroquiais* ainda é de significativa importância, tanto no apoio quanto na abertura para o diálogo entre os CCs e as diferentes instituições públicas e privadas para que possam atendê-los em seus projetos. No *23 de Enero*, mencionamos, por exemplo, as reuniões semanais que ocorrem no *Centro Municipal de Apoyo al Poder Popular/CMAPP*, instituição adstrita à *alcaldía* de Caracas. Ainda assim, para muitos entrevistados, o objetivo desta organização popular é, de fato, a substituição destes poderes

Para muitos críticos, o estabelecimento de uma instituição de base que não responde ao poderes constituídos municipais e estaduais gera uma sobreposição de atribuições. Afinal, onde começam e onde terminam as atribuições dos CCs e das

prefeituras e governos estaduais? A formação das *Comunas* vem a complexificar ainda mais esse quadro. Supõe-se, nesse caso, que se trata de um projeto do Presidente em estabelecer uma relação direta com o povo através de seus ministérios: “La creacion e impulso del Poder Comunal puede descentralizar funciones pero también las centraliza en el Presidente de la Republica” (MARTIN, 2007, p. 165). Para Américo Martín (ibid., p. 184), os CCs, ciudades comunales, consejos obreros, cooperativas e todas as organizações derivadas impulsionadas pelo governo “carecen de autonomia, no son soberanos [...] y consolidan la centralizacion y el papel del presidente como centro del sistema solar, con sus planetas satélites”.

Considerando essas dimensões, poderíamos nos perguntar se, afinal, toda esta participação representa um instrumento de controle do Estado (leia-se, do Executivo) sobre a sociedade ou se é da sociedade sobre o Estado. A fronteira entre uma e outra possibilidade é tênue, e não há como definir ao certo em que lugar se encontram os CCs. É certo que há esforços no sentido de estabelecer uma institucionalização paralela à formal rumo à construção de um *Estado Comunal*, porém isso fortalece ou não a capacidade de controle do Executivo sobre essas instituições? Pode fortalecer, na medida em que os CCs dependam das instituições públicas, sobretudo dos ministérios, para a liberação de recursos e aprovação de projetos. Contudo, seria bastante reducionista desconsiderar também que esta “tomada de poder” - quer dizer, a capacidade do povo, em especial das classes populares, de se organizarem, de se conhecerem, de produzirem projetos (desde os mais pontuais até os sócio-produtivos de desenvolvimento endógeno) - possa gerar consequências que subvertam qualquer tentativa de controle.

4.3. O Papel do Líder e as Transformações da Cultura Política

A dependência em relação ao Presidente está presente na grande maioria dos discursos. Para os *voceros*, a liderança de Chávez é de fundamental importância para o avanço do processo. Nas entrevistas, quando perguntados sobre uma situação hipotética em que Chávez perdesse uma eleição ou não estivesse mais no poder, praticamente todos foram relutantes em considerar esta realidade mesmo sob uma condição de hipótese. Antes de responder à pergunta, fizeram questão de deixar claro que esta não era uma possibilidade real, que isso jamais aconteceria, que Chávez tinha a maioria e o povo não deixaria que ele saísse do poder. Em muitos casos, o vínculo a Chávez não é

apenas no sentido político, mas há um verdadeiro amor pelo líder, provocando suspiros, lágrimas, entrega, dedicação, admiração. Mary Vilallobos, por exemplo, reconhece a importância das leis, mas diz também que ela não poderia mais viver sem Chávez.

Yo, por ejemplo, no vivo sin él, yo. Sin embargo, los Consejos Comunales tienen una ley, son una persona jurídica [...]. Pero, [hesitação], sin Chávez, no sé... [risos]. Porque el promotor ha sido él, el impulsor ha sido él, el garantidor ha sido él... ¿cómo visualizarlo eso sin él? No creo... De todas maneras, bueno, Chávez es un tipo joven, sano, unos 12 años más [risos] y estará más consolidado todo, me refiero a los Consejos Comunales, Comuna y más allá de eso, la consciencia. [...] (VILLALOBOS, entrevista, 2011).

É interessante notar que em casos como o de Vilallobos, há um expressivo processo de reconstrução da memória a partir da eleição de Chávez. Para muitos simpatizantes e atuais lideranças comunitárias, não havia praticamente nada em termos de organização até que o presidente fosse eleito. Todo aquele passado de lutas e de iniciativas de construir espaços de participação que antecederam à Chávez (e que, por sua vez, são a fonte de onde surgiu todo esse projeto) é apagado ou relegado à segundo plano, diante da imagem e das ações do “comandante”.

Tal perspectiva de dependência em relação a Chávez é reiterada em vários outros casos, porém com sentidos diferenciados. Juan Contreras, por exemplo, líder comunitário de maior tradição, que já atuava politicamente na *parroquia* desde muito tempo antes de Chávez, ressalta que há a necessidade de se construir uma direção coletiva para o processo, que a ausência desta representa uma debilidade, porém, naquele momento, o Presidente era o líder incontestado e, paradoxalmente, representava também a fortaleza daquele projeto.

El papel de Chávez es el papel de líder, el papel de educador, es el papel de dirección. Yo creo que nosotros tenemos una fortaleza y una debilidad. Si tiene cierto que tenemos un líder como Chávez, no tenemos una dirección colectiva. Entonces, hoy el movimiento reclama construir esa dirección con los diferentes liderazgos (CONTRERAS, entrevista, 2011)

Setores mais radicais da *parroquia* dizem, inclusive, que estão dispostos a pegar em armas se a direita voltar ao poder, pois isso representaria um retrocesso de tudo o que foi conquistado até aquele momento. Segundo David Romero, militante do

Colectivo La Piedrita e vocero de Seguridad y Defensa Territorial, do CC Andrés Bello Bloque 7, de Monte Piedad:

Al pasado no volveremos jamás [...] Aquí en Venezuela se Chávez llegar a perder unas elecciones y llegue un gobierno contrarevolucionario, o sea, de la derecha, no tenga la duda de lo que estoy diciendote: aquí empezaría combates. [...] Sería triste y costaría muchas vidas [...] (ROMERO, entrevista, 2011)

Se é notória a dependência em relação ao líder, é importante destacar que esta só existe porque os *voceros* identificam em Chávez um meio para continuar tendo suas demandas atendidas. Não podemos considerar o povo refém de um discurso ou de uma manipulação, mas compreender que, direta ou indiretamente, o líder é um meio para atingir um fim. Se há uma delegação – talvez até excessiva – do poder, esta está ancorada no princípio da participação nas esferas locais e no progressivo empoderamento do povo. Além disso, a relação com o Presidente não isenta os *voceros* de tecerem suas críticas ao processo quando necessário, tanto em relação às leis, quanto em relação à burocracia (ministérios, governos municipais, estaduais etc.).

Em linhas gerais, podemos considerar que há um processo gradual de transformação da cultura política do cidadão venezuelano. A ideia de cultura política nos parece válida porque não se trata apenas de uma transformação das posturas políticas dos cidadãos, mas da cultura propriamente dita, da concepção de mundo, de indivíduo, de política¹⁷⁰. Se antes a democracia parecia um conceito estranho, pouco a pouco, a política e a gestão pública vão se tornando temas cotidianos transformando culturalmente a vida daquelas pessoas e, por conseguinte, suas posturas políticas. Num país onde a população jamais havia sido convocada a participar, as atividades políticas e, em especial, a esfera pública, não haviam se constituído enquanto espaços legítimos de deliberação de idéias e aprovação de projetos; onde política e cotidiano estavam dissociados, salvo nos dias de eleição, quando o exercício da cidadania começava e terminava no ato de votar; neste país, todos esses comitês de trabalho, os CCs e, agora, as *Comunas* assumem um papel de grande importância de recuperar estes espaços da esfera pública, (re)legitimando-os e ampliando-os para o interior das comunidades, através dos quais as pessoas comuns passam a ter poder deliberativo e decisório nas instâncias que mais atingem as suas vidas.

¹⁷⁰ Para uma reflexão sobre o conceito de “cultura política”, Cf. BERSTEIN in RIOUX & SIRINELLI, 1998.

Se, num primeiro momento, pode prevalecer o interesse em resolver uma mazela específica que aflige a comunidade, é possível também que esta mobilização inicial possa desencadear um outro processo mais amplo e mais rico que o meramente local. Ao se criar um espaço de convivência entre os vizinhos, os assuntos discutidos ali caminham paralelamente à vida política: se houve uma decisão polêmica do governo, se há um período de eleições ou de referendos, se há problemas de caráter mais amplo que os que se relacionam à realidade local, as reuniões permitem que estas opiniões encontrem um espaço comum para serem colocadas, questionadas e debatidas. Portanto, se, a priori, a função de um CC é fundamentalmente atender às demandas locais, esses espaços podem ser potencializados para um sentido mais amplo que o original. Em certa medida, é essa aposta que o governo bolivariano vem fazendo e as classes populares junto aos CCs e às *Comunas* vêm respondendo de maneira significativa, mas cujas consequências somente os próximos anos poderão esclarecer.

Sem dúvida, existem muitos outros limites e desafios a serem enfrentados. Em que medida essa dependência do Estado impede maior democratização efetiva desses espaços de decisão política? Será que essas novas instituições teriam força e legitimidade para sobreviver sob um governo de oposição? Se a autonomia de um CC a priori, é assegurada pela soberania da *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, qual será a real interferência dos partidos políticos e de interesses clientelistas no interior dessas organizações? A presença de lideranças locais carismáticas ou então de indivíduos articulados com redes clientelistas mais amplas ou partidárias pode influenciar a tomada de decisões da assembleia de diferentes formas: pela retórica, pela troca de favores, pela coerção, pelo constrangimento¹⁷¹. Será, então, que ao romper uma forma de clientelismo, os CCs possam vir a reestruturar outros, com novos sujeitos à frente (DEL BUFFALO, 2006)?

Essas são apenas algumas das inúmeras questões que saltam a partir da experiência da “democracia participativa e protagônica” na Venezuela. Não temos a intenção, nem as condições, de respondê-las neste estudo. Porém, a partir do que foi analisado anteriormente é possível levantar algumas **potencialidades** emancipatórias que decorrem dessas tensões existentes entre os poderes constituídos e constituintes. Para tanto, um olhar mais atento à obra do filósofo Antonio Negri, *O Poder*

¹⁷¹ O *constrangimento* a que nos referimos pode ocorrer de diferentes formas. Uma delas é na hora do voto da assembleia. Em muitos *Consejos* as eleições são abertas, o que pode inibir um indivíduo a votar contra a maioria, com receio de algum tipo de retaliação dos vizinhos.

Constituinte... (2010), à luz do que vimos trabalhando até aqui, pode ser um caminho interessante para vislumbrarmos algumas expectativas para o futuro.

4.4. Entre Poderes Constituídos e Constituintes: Potencialidades Emancipatórias

Conforme vimos, são muitos os desdobramentos da experiência dos CC e das *Comunas*. No entanto, para Roland Denis, a questão fundamental que deve ser colocada, desde uma perspectiva preocupada em superar a concepção de um Estado liberal, é a de criar leis, não para normatizar a participação política do povo, mas sim, para controlar e definir qual é o papel do Estado no âmbito dessa nova dinâmica do poder popular. É o Estado quem precisa de uma normativa que controle seu poder e não o inverso:

Preguntamos, ¿por qué se hacen estas leyes con un espíritu tan rígido y normativo, donde el estado predispone el nuevo orden social en vez de hacer leyes donde esté muy claro cuales son los deberes del estado ante la insurgencia de estos nuevos órdenes? [...] Linda sería una ley donde desde el mismo preámbulo se hable del infinito constitutivo del pueblo y a partir de allí se establezcan las obligaciones legales, de apoyo en recursos técnicos, organizativos, legales que la misma realidad supone, cambiando de esta forma la razón misma del estado. (DENIS, 2010, p. 4).

A crítica de Denis pode estar relacionada com o que Antonio Negri chama de juridicização do princípio constituinte, isto é, o poder constituído controlando sua fonte constituinte, como um fator que limita um processo revolucionário e limita a democracia (NEGRI, 2002, p. 175). Para o nosso caso, podemos interpretar que normatização das diferentes formas de participação construídas no seio das classes populares representaria o seu sufocamento e controle. Segundo Negri (ibid., p. 7), o poder constituinte tem uma natureza híbrida, pois, se por um lado, é a “fonte onipotente e expansiva que produz as normas constitucionais de todos os ordenamentos jurídicos” e “o sujeito desta produção”, por outro lado, esse poder constituinte resiste à sua constitucionalização. Se os CCs e a *Comuna* são produtos desse poder constituinte e são produzidos por esse poder constituinte, ao convertê-los em normas, em leis, em constituição, haveria um afastamento desse poder criativo das bases, esvaziando essas normas de sentido. Ao se converterem em poderes constituídos formais, deixam de ser constituintes, pois perdem o vínculo com as fontes responsáveis por sua existência e

acabam se transformando. “Uma vez limitado e concluído, o poder constituinte é então retido em redes hierárquicas que articulam produção e representação e, assim, é reconstruído conceitualmente, não como causa, mas como resultado do sistema” (ibid., p. 25).

Portanto, “a potência que o poder constituinte oculta é rebelde a uma integração total em um sistema hierarquizado de normas e de competências... o poder constituinte permanece sempre estranho ao direito” (BURDEAU¹⁷² apud NEGRI, 2002, p. 7-8). Ou então, nas palavras do próprio Negri:

o paradigma de um poder constituinte é aquele de uma força que irrompe, quebra, interrompe, desfaz todo o equilíbrio preexistente e toda continuidade possível. [...] Portanto, o conceito de poder constituinte, compreendido como força que irrompe e se faz expansiva, é um conceito ligado à pré-constituição da totalidade democrática. Pré-formadora e imaginária, esta dimensão entra em choque com o constitucionalismo de maneira direta, forte e duradoura. [...] A pretensão do constitucionalismo em regular juridicamente o poder constituinte não é estúpida apenas porque quer – e quando quer – dividi-lo; ela o é sobretudo quando quer bloquear sua temporalidade constitutiva (ibid., p. 21).

Considerando esta peculiaridade do poder constituinte não ser jamais submetido a um constitucionalismo ou ordenamento jurídico qualquer ou a redes de representação, o autor o relaciona diretamente a um princípio revolucionário e de crise: é o “motor ou expressão principal da revolução democrática” (ibid., p. 22).

Quando se fala em revolução se fala em poder constituinte: figuras de rebelião, de resistência, de transformação, de criação, de construção do tempo e da lei aglomeram-se nessa síntese. [...] O poder constituinte manifesta-se como expansão revolucionária da capacidade humana de construir a história (ibid., p. 40)

Os poderes constituídos devem estar a reboque do poder constituinte e não o inverso. “O direito e a constituição seguem-se ao poder constituinte – é ele que dá racionalidade e forma ao direito” (ibid., p. 40). Quer dizer, se o poder constituinte pode encarnar ou estabelecer a constituição, ele não pode ser encerrado (“enclausurado”, diria o autor) nesse processo, pois “está sempre em aberto [...] flui, potente como a liberdade – é, ao mesmo tempo, resistência à opressão e construção de comunidade, é discussão

¹⁷² BURDEAU, G. *Traité de Sciences Politiques*. Vol. IV. Paris: s/e, 1983, p. 171.

política e tolerância, é povo em armas, é afirmação de princípios através da invenção democrática” (ibid., p. 48).

Em certa medida, é este o caminho proposto por Roland Denis ao afirmar que, apesar de reconhecer que não se trata de uma tarefa fácil devido à cultura clientelista e corporativista de muitos movimentos *desde abajo* em relação ao Estado e ao Presidente, as novas organizações sociais que emergem, como os CCs, *Comunas*, sindicatos, conselhos de trabalhadores, cooperativas e movimentos camponeses e indígenas, podem e deveriam promover uma nova rebelião, desta vez, “anti-burocrática, anti-hierárquica, igualitária, auto-governante e auto-gestionária” (DENIS, 2009 – consulta em 17/06/2011). Esta seria uma das potencialidades abertas por esse processo, isto é, a de construir uma “forma formante”, para voltarmos a Negri (2005, p. 423) – objetivo, diga-se de passagem, não alcançado pela Revolução Renascentista (capítulo II), Revolução Inglesa (capítulo III), Revolução Americana (capítulo IV) e Revolução Bolchevique (capítulo V)¹⁷³.

O processo constituinte é, explicitamente, um projeto de criação. A democracia [...] transforma a potencialidade teórica em projeto político. O projeto já não consiste em fazer com que o político corresponda ao social, mas em inserir a produção do político na criação do social. A democracia é o projeto da multidão enquanto força criadora [...] Este é o segundo terreno da continuidade histórica do conceito de poder constituinte [e este] continua em aberto mesmo depois deste desenvolvimento [...] porque este curso nunca é superado, mas ao contrário se desenvolve (ibid., p. 425-426).

No mundo atlântico, isto é, nas Revoluções Inglesa e Estadunidense, por exemplo, o poder constituinte foi aprisionado devido à separação do político e do social. A “racionalização do espaço político”, diluiu o poder constituinte nos mecanismos de representação (mediação vertical) e limitou sua ação a determinados espaços políticos. Houve, assim, o isolamento da multidão no social, neutralizando sua capacidade inovadora no político. Ora, o processo é justamente o oposto. O poder constituinte significa conceber o social e o político de maneira integrada (tal como Marx já chamava atenção), sob uma nova ética, valores e visões de mundo ou, nas palavras de Negri, sob uma nova **racionalidade**. Trata-se, em termos práticos, de alcançar um modelo de

¹⁷³ No livro *O Poder Constituinte...*, Negri analisa em cada capítulo um processo revolucionário onde teriam ficado evidentes as forças dinâmicas do poder constituinte e a maneira como se relacionaram e sucumbiram ao poder constituído. Apesar de terem sido sufocadas pelos poderes constituídos, as experiências desses poderes constituintes são válidas, na medida em que provocaram um alargamento do próprio conceito e da práxis revolucionária.

autogoverno pleno, de autogestão, no qual o povo tenha condições de decidir e deliberar sobre as diretrizes políticas sem encerrar essa prática a determinados “espaços políticos” e sem limitá-la a um determinado formato, já que o poder constituinte é ininterrupto, desmedido e permanentemente revisado e transformado (ibid., p. 453-457).

Se a história irá rumar nesse sentido, não sabemos, porém, é importante destacar, que se os caminhos a serem tomados forem outros, representará uma opção histórica do povo venezuelano imerso em suas contradições internas e interesses coletivos, por sua vez, produtos do contexto no qual estão inseridos. Não há uma fórmula que indique qual é o caminho certo. Não há **erros** nesse processo. Se pensássemos assim, estaríamos reproduzindo aquele pensamento que predominou durante muitos anos nas reflexões a respeito do populismo clássico, quando muitos autores identificaram que a opção do povo pela cultura corporativista e pela conciliação com Estado, teria sido consequência de uma falsa consciência, de um equívoco ou de uma manipulação.

Aqui vislumbramos apenas **potencialidades** emancipatórias, partindo de uma preocupação em construir uma realidade pós-capitalista e pós-liberal. Entretanto, reiteramos, este não precisa ser necessariamente o desejo do povo venezuelano enquanto agente histórico¹⁷⁴. Devemos analisá-lo dentro de suas ambições, realizações e diversidades e não imputar-lhes um caminho que seria o correto. Dada as permanentes tensões entre a autonomia e a dependência desses movimentos sociais em relação ao Estado personificado em seu Líder, esta seria apenas uma das inúmeras possibilidades possíveis. Não foram poucos os casos analisados em que havia uma preocupação nesse sentido, quer dizer, que o povo de fato construísse as condições para assumir o poder e que a dependência em relação a Chávez e às instituições formais, apesar de necessária para o momento, fosse superada posteriormente. Porém, *por ahora*, não temos condições de dizer para onde exatamente o processo está seguindo, para qual lado essa tensão será resolvida. Ainda assim, independentemente do resultado, acreditamos que só o fato de podermos estar discutindo essa **possibilidade** já torna válida essa rica experiência, constituindo-se como mais uma grande contribuição para aqueles que acreditam e que almejam um *otro mundo posible*.

¹⁷⁴ À parte do conceito **populismo**, para uma reflexão mais aprofundada sobre a constituição do povo enquanto agente histórico, ver LACLAU, 2007.

Democracia, Participação e Poder Popular: Uma Experiência em Aberto

*Si Chávez es populista, ceresoloiano, militarista,
social-demócrata, proyanqui, o revolucionario y guevarista,
ese es su problema o en todo caso de su gobierno.
El proceso por más que sea afectado por estas definiciones,
sin embargo camina por otro lado, cuya voluntad de poder
no comienza ni termina en un gobierno*
Roland Denis

A frase de Roland Denis pode soar como ingênua ou iludida para alguns, porém a provocação nos parece interessante para refletirmos sobre todo esse processo que viemos discutindo até aqui. Trata-se, primeiramente, de pensar a “democracia participativa e protagônica” como algo que não nasceu pronto, que não é produto de um único líder, que este não é o único tributário dessa iniciativa, tampouco seu governo, mas sim, que estamos falando de um projeto que encontra suas raízes em tradições populares, em práticas sociais que antecederam a essa institucionalização e coexistem a essa institucionalização. O governo teria, sim, um papel importante na catalização e na redimensionalização do projeto. Segundo Dario Azzelini (2010, p. 285), “los CCs surgieran desde la base, pero su papel destacado y su crecimiento exponencial se deben a que el Estado los apoya y difunde de manera masiva”.

Portanto, se esse projeto não começa no governo Chávez, se podemos buscá-lo na crise do modelo *puntofijista*, na articulação da sociedade civil, nos anos 80 e 90, em torno do movimento assembleísta dos *barrios*, das *Mesas Técnicas de Agua*, das *coordinadoras culturales* etc., não podemos dizer também que ele necessariamente se encerraria com o mandato do Presidente. Apesar da profunda dependência que existe em relação ao líder, o sucesso e a popularidade desse projeto não podem ser explicados apenas pelo impulso dado pelo Presidente e seu governo.

Quantas experiências no Brasil existiram no sentido de uma ampliação da democracia e da implementação de reformas radicais para transformar a sociedade? Guardadas as devidas proporções, nós também tivemos nossos líderes, a exemplo de Luis Carlos Prestes, Jango e Leonel Brizola, mas nossas circunstâncias históricas e interesses coletivos não permitiram que se avançasse muito nesse sentido. Quer dizer, é claro que houve muitos avanços e mudanças, mas nossas estruturas políticas ainda são expressão de um aparato liberal que se fundamenta na premissa do voto como fonte – praticamente única – de participação política e há a persistência de seculares relações

corporativistas, clientelistas, fraudulentas e corruptas que afastam nossos parlamentares do povo.

Nesse sentido, o que faz da Venezuela diferente, pelo menos, no sentido de ter se consolidado ali uma via de transformação daquela realidade considerada factível para a maioria das classes populares? O que permitiu que esse projeto de “democracia participativa e protagônica” se popularizasse tanto e fosse reiteradamente apoiado em diversas eleições, plebiscitos, referendos e práticas? Reservados os créditos ao Presidente, devemos buscar essas respostas no povo, nas tradições democráticas e antidemocráticas desse país, na irredutibilidade das elites diante das pressões *desde abajo* e na forma como houve a articulação do povo enquanto agente histórico no âmbito desse projeto transformador sob uma permanente tensão entre dependência e autonomia.

Estamos certos de que cada país tem sua própria história e estas não são importáveis, mas sendo brasileira e partindo do pressuposto que esta dissertação não deve ser apenas uma contribuição para a reflexão sobre o processo histórico de um país vizinho, acreditamos que desvendar os meandros que vinculam o líder e o povo, o projeto e a prática, as expectativas e as projeções para o futuro, podem nos ajudar a refletir também sobre nossa própria história, no sentido de nos indagarmos para onde estamos indo ou para onde **podemos** ir desde uma perspectiva em superar o estado de coisas que nos encontramos. Acreditamos que tal esforço é válido e necessário, pois com todos os problemas que possamos identificar na experiência venezuelana, a fórmula desta nova democracia que se baseia no empoderamento do povo, no alargamento da esfera pública para o interior das comunidades populares, na busca pela interpenetração do político e do social e na construção de uma nova racionalidade, podem ser caminhos férteis para refletirmos sobre um modelo ideal que nos faça avançar e superar, **a nosso modo**, a institucionalidade liberal representativa.

Ao fazer um balanço sobre a primeira década do Governo de Hugo Chávez, Steve Ellner (2010) chama atenção para um aspecto interessante que é o de evitar encerrar essa reflexão em modelos paradigmáticos. Segundo o autor, se partíssemos de um parâmetro exclusivamente liberal, é provável que identificássemos nessa experiência, sobretudo, deficiências e problemas críticos; já se partíssemos de critérios de uma democracia radical, a conclusão poderia seguir para um outro caminho, de provável celebração. Porém, ao invés de nos filiar a uma ou a outra vertente, a reflexão sobre

as potencialidades e limites da “democracia participativa e protagônica” deve considerar elementos de ambos os modelos e incluir aí ainda outras referências.

No campo da crítica liberal, a premissa da autonomia dos Poderes seria um dos campos mais questionados, já que o *Fiscal General*, o *Controlador Nacional*, a maioria dos membros do *Consejo Nacional Electoral*, os funcionários da administração pública e poderíamos incluir também o *Supremo Tribunal de Justicia* são – ou, pelo menos se espera que sejam – *chavistas* (ELLNER, 2010, p. 30). Na *Asamblea Nacional*, até as últimas eleições parlamentares de 2010, o *chavismo* também era maioria absoluta, já que a oposição havia se retirado do pleito em 2005¹⁷⁵. Inclusive, para compreendermos o dinamismo com o qual as leis eram aprovadas e a radicalização do processo, sobretudo no segundo mandato de Chávez (2007-2012), é necessário levar em consideração esse ambiente político favorável. Houve também um gradativo fortalecimento do Executivo, com a aprovação da reeleição indefinida, e a sistemática utilização de leis habilitantes, referendos e plebiscitos – estes dois últimos entendidos pela oposição como uma “democracia plebiscitária” que termina “formulando los términos del debate público sin la participación [de la oposición]” (ELLNER, 2010, p. 31).

Já no campo da “democracia radical”, a importância concedida à participação política de setores populares caminha no sentido do “empoderamiento, la incorporación y el ‘aprendizaje político’ por parte de los anteriormente excluidos – factores en gran medida subjetivos y difíciles de medir” (ELLNER, 2010, p. 32). Porém, apesar dessa dificuldade em medi-los, são elementos significativos dessa reestruturação da democracia no país.

Os efeitos dessas transformações são possíveis de ser observados, por exemplo, no processo de politização da sociedade, especialmente, das classes populares, que se fazem presentes nas marchas, nas eleições, nas instituições, na audiência do programa dominical *Aló Presidente* (tema mais debatido nos diferentes espaços nas segundas-feiras – no ônibus, no metrô, nas praças, nos jornais, na televisão, nas reuniões de CCs etc.), nos eventos culturais e nos debates *en la calle* – peculiar, porém emblemática, é a Praça Simón Bolívar no centro de Caracas, por exemplo, ali militantes do PSUV disponibilizaram uma televisão na qual são reproduzidos os discursos de Chávez em

¹⁷⁵ Na nova composição da *Asamblea Nacional*, a aliança PSUV-PCV obteve maioria simples, 48,13%; a coalisão da oposição, *Unidad Nacional*, obteve 47,22% e o *Pátria Para Todos/PPT* (partido independente, mas que vem aprofundando laços com a oposição), 3,15% (CNE, 2010).

diversas ocasiões e a qualquer hora do dia há algumas dezenas de populares em volta assistindo. Edgard Lander destaca que, se anteriormente “o tema principal de conversa em qualquer transporte popular e de classe média era a novela brasileira, hoje é a política” (LANDER, 2010: 1). Ellner (2010, p. 32) também chama atenção para essa capacidade de mobilização do governo:

nunca en la historia de Venezuela había participado un número masivo de personas en marchas y mítines en un periodo tan prolongado como durante la presidencia de Chávez. De hecho, la clave para la supervivencia política de Chávez frente a las tácticas agresivas de calle de la oposición, que comenzaron a finales de 2001, ha sido su poder de convocatoria, que al principio era igual, y luego superior al de sus adversarios.

Nas inúmeras eleições, plebiscitos e referendos (foram cerca de 15 pleitos, entre eles, o referendo aprobatório da Constituição de 1999, as eleições presidenciais de 2000 e 2006, o referendo revogatório de 2004, a reforma constitucional de 2007 e a emenda constitucional de 2009), os *chavistas* ganharam na maior parte das vezes com porcentagens significativamente altas e com taxas de abstenção baixas (ELLNER, 2010, p. 31). Acompanhado dos referendos, o país se viu imerso em amplos debates públicos sobre as reformas e emendas constitucionais – tendência que se reproduziu em menor escala na aprovação das Leis Orgânicas de diversas temáticas.

O apoio ao *chavismo* pode ser explicado, em grande medida, por um certo sucesso dos programas sociais do governo. Segundo relatório feito por Mark Weisbrot, Rebecca Ray e Luis Sandoval, do CEPR (Center for Economic and Politic Research) de Washington, em balanço sobre os 10 anos do Governo Chávez, houve uma significativa melhora dos índices sociais, sobretudo a partir de 2003, quando o governo passa a contar com os recursos da PDVSA: a pobreza foi reduzida pela metade, passando de 54%, em 2003, para 26%, em 2008; a pobreza extrema caiu 72%; segundo o Index Gini, a desigualdade caiu de 47%, em 1999, para 41% em 2008; entre 1998 e 2006, a mortalidade infantil caiu 1/3; o acesso a educação, incluindo educação superior, dobrou de 1999-2000 para 2007-2008; o desemprego caiu de 11.3% para 7.8%; a aposentadoria hoje atende ao dobro de beneficiários do que há 10 anos; as dívidas do governo caíram de 30.7% para 14.3% do PIB e a dívida externa, caiu de 25.6% para 9.8% do PIB (Cf. WEISBROT, RAY & SANDOVAL, 2009).

Esses índices se refletem na prática, com o povo venezuelano contando hoje com uma oferta de serviços básicos a baixíssimos preços, subsidiados pelo Estado. Água, luz, gás, telefonia e transporte não pesam no bolso do contribuinte em razão dos subsídios. Da mesma forma, as *Misiones Sociales* garantem um suporte gratuito em áreas como educação, saúde e alimentação: as *Misiones de Educación* abrangem desde a alfabetização à educação superior e atendem a milhares de venezuelanos que não tiveram condições de acompanhar o ensino formal; as *Misiones de Salud*, como a *Barrio Adentro*, levam atendimento médico para o interior das comunidades e fornecem também centros de diagnóstico integral e centros de reabilitação integral; já as de alimentação, oferecem os *comedores populares* que garantem refeições gratuitas para os mais necessitados e as redes de supermercado MERCAL que distribuem alimentos de primeira necessidade a preços subsidiados.

No entanto, em outra via, para aqueles setores que vivem fora do circuito de primeira necessidade, o alto custo de vida é uma das principais críticas dirigidas ao governo. Colégios e universidades particulares, planos de saúde, artigos de vestimenta, eletroeletrônicos e artigos alimentícios não-subsidiados pela rede estatal representam um pesado ônus, principalmente para os setores de classe média (para esse balanço e uma discussão sobre a economia do governo bolivariano nos últimos anos ver BRUCE & ARAÚJO, 2010b). Além disso, as intervenções nos meios de comunicação¹⁷⁶; os desabastecimentos de água e eletricidade, considerados produto de uma má gestão do setor energético; a corrupção na burocracia do Estado; os altos índices de criminalidade; a política econômica com a maxidesvalorização do bolívar e a inflação; os conflitos de terra no interior do país; e a política de expropriações de empresas pelo governo¹⁷⁷, são outras críticas que alimentam as marchas de opositoristas e expressam um descontentamento com o governo, sobretudo entre os setores médios e altos da sociedade venezuelana.

¹⁷⁶ Sobre a relação do governo com os meios de comunicação, ver BRUCE & ARAÚJO, 2010a.

¹⁷⁷ Em 2002, havia sido aprovado a *Ley de Expropiación por Causa de Utilidad Pública o Social* (Gaceta Oficial n° 37.475) que permite a expropriação de imóveis de utilidade pública que não cumpram com sua função social. Uma lei de expropriação mais radical que submete a toda propriedade privada ao amparo do “interesse nacional” foi rechaçada no referendo da *Reforma Constitucional de 2007*. Em 2009, foi aprovada uma *Ley Orgánica* que garante ao Estado *Bienes y Servicios Conexos a las Actividades Primarias de Hidrocarburos* e permitiu, por exemplo, que o presidente expropriasse das mãos de grupos privados todos os bens e serviços considerados “essenciais” à atividade petrolífera do Lago de Maracaibo. Em 2010, foi aprovada na *Asamblea Nacional* o projeto de reforma da *Ley de Defensa de las Personas en el Acceso a los Bienes y Servicios* que permite que o governo imponha sanções e exproprie comércios e estabelecimentos que aumentem de forma especulativa e arbitrária os preços dos produtos ou atentem contra o bem estar social do povo. Na esteira dessas leis foram expropriados, a rede de supermercados *Exodus*, *Polar* e *Sambil*.

No âmbito da participação nas instituições, segundo o *Ministério do Poder Popular para las Comunas y Proteccion Social*, existem hoje na Venezuela cerca de 31 mil *Consejos Comunales*, 184 *Comunas* ou *Comunas en Construcción* e já foram investidos cerca de 11 bilhões de bolívares fortes (FARIAS, 2010 – consulta em 31/08/2010). Azzelini (2010, p. 287) chega a mencionar que no Estado de Falcón, por exemplo, se formou uma *Red Comunal* com cerca de 400 CCs baseado no trabalho de *Mesas Técnica de Agua* preexistentes. São, portanto, números bastante razoáveis do ponto de vista de pessoas minimamente mobilizadas politicamente e de inversão de recursos. Segundo Ellner (2010, p. 46),

los consejos comunales, y los programas de las misiones educativas han sido innegablemente exitosos. Han brindado oportunidades a cientos de miles de los no privilegiados de aprender y participar en la toma de decisiones, que a su vez realza su sentido de empoderamiento. Además, su participación no es meramente simbólica. Un número significativo de proyectos de obras públicas emprendidos por los consejos comunales en todo el país han sido completados satisfactoriamente.

Porém, se a liderança de Chávez tem cumprido um papel de fundamental importância no impulsionamento desse projeto, paradoxalmente também é um elemento que limita o seu desenvolvimento em um sentido emancipatório. Nas palavras de Roland Denis (2009, p. 1 – consulta em 17/06/2011),

a figura de Hugo Chávez desempenha um papel contraditório. Por um lado, é o libertador de um conjunto de sinais de emancipação e coesão para as pessoas. Por outro lado, é a figura que impediu, através de sua imensa capacidade de liderança, que essa rebelião não chegue até o ponto de romper o Estado tradicional venezuelano

Os discursos do Presidente e seu incentivo à polarização da sociedade entre **povo** e *escuálidos* acabam por gerar problemas no sentido de uma intolerância à crítica interna no próprio *chavismo*. A democratização da sociedade, no sentido de um empoderamento do povo em suas instituições de base participativas não vem acompanhada de uma democratização interna do movimento. Este tende a apontar para um único caminho, um único partido, um único líder. A onipresença de Chávez e a consequente dependência dos *voceros* em relação ao mesmo inibem o surgimento de uma liderança coletiva e obstaculiza o desenvolvimento de instituições intermediárias, mediadoras, como sindicatos e partidos políticos.

Em relação a esse último aspecto, ao longo desta dissertação foi possível perceber que praticamente não nos referimos aos partidos políticos. Isso se deve ao fato de, apesar do PSUV contar com mais de cinco milhões de filiados, ainda se trata de uma instituição extremamente frágil quanto à sua real capacidade de representação. Se é certo que praticamente todos os *voceros* tenham admitido que são militantes do PSUV e que participam das reuniões semanais, o partido ainda carece de uma estrutura que supere o modelo burocrático tradicional onde prevalece uma camada oligárquica nos altos escalões e uma rarefeita oxigenação com as bases. A ausência também de um maior debate interno no próprio *chavismo* resultou em dissidências de importantes quadros e, em determinadas circunstâncias, uma aproximação destes com a oposição, conforme destaca Ellner:

el papel omnipresente de Chávez y la tendencia de los chavistas de depender de él para formular las posiciones oficiales desalientan el debate interno y la creación de mecanismos bien definidos y viables para la toma de decisiones. Además, la tendencia de los chavistas con posiciones críticas a desertar a la oposición (como el grupo disidente liderado por Francisco Arias Cárdenas en 2000, el Movimiento al Socialismo y Luis Miquilena en 2001-2002, y Podemos junto con el general Raúl Baduel en 2007) milita contra la tolerancia y el pluralismo dentro del movimiento, que es una condición *sine qua non* para la democracia interna (ELLNER, 2010, p. 35).

As tensões entre dependência e autonomia do povo organizado nos CCs e nas *Comunas* e o Estado personificado em seu líder são também sintomáticas para esses desafios que ainda estão por vir. Segundo Negri (2002, p. 22), esta tensão, entre um poder constituinte dinâmico, plural e criativo, e o Estado com suas pretensões juridicializantes e controladoras representam o processo revolucionário em si. A fronteira entre a reforma e revolução é tênue e não podemos afirmar com clareza se esse processo transformador realmente caminhará no sentido de uma ruptura completa com o capitalismo em seu sentido amplo (envolvendo não apenas a dimensão econômica e política, mas cultural também, de construção de uma nova **racionalidade**, de novos valores, de uma nova visão de mundo). Para os *voceros* com os quais trabalhamos, o horizonte socialista é muito claro e a crença de viver um processo revolucionário também - ainda que a especulação sobre esse futuro seja algo bastante vago. Ao invés de classificar se é ou não é revolução, o que podemos afirmar com clareza é que não há necessariamente uma descontinuidade entre reforma e revolução, pois esta última é,

antes de qualquer coisa, um processo - que não possui uma data inaugural e tampouco um prazo para terminar. Segundo Atilio Borón,

As revoluções não nascem como tais, mas vão se definindo na medida em que a luta de classes desatada pela dinâmica dos processos de transformação radicaliza posições, supera velhos equilíbrios e redefine novos horizontes para as iniciativas das forças contestadoras (BORON, 2005 - consultado em 14/06/2011).

Se o papel do Estado (e do Líder principalmente) persiste como um instrumento imprescindível para que as classes populares prossigam com o seu processo de transformação, a fronteira entre uma e outra possibilidade – entre reforma e revolução – reside na própria concepção que se tem deste Estado, isto é, como um fim em si mesmo ou como uma possibilidade para que se continue abrindo espaços para a participação protagônica do povo e garantindo as condições materiais “para que lo nuevo pueda surgir desde abajo” (AZZELINI, 2010, p. 371).

Teoricamente, os discursos do Presidente, os princípios dispostos nas leis e a visão que os próprios *voceros* possuem do processo apontam para a segunda opção. Porém, o que precisamos observar com maior cautela é se, na prática social, realmente é possível caminhar nesse sentido. Para o presente momento, não podemos afirmar com segurança nenhuma das duas hipóteses, pois se trata de um processo extremamente recente e permeado por conflitos. Apesar da primeira lei ter sido aprovada em 2006, percebemos uma explosão no processo de formação de CCs nos anos de 2008, 2009 e 2010. No caso estudado por esta dissertação, a maioria dos CCs estava ainda em sua segunda gestão, quando não em sua primeira (lembrando que cada gestão dura dois anos). Quando se soma a demora para a aprovação dos projetos e as dificuldades para se ajustarem à burocracia do Estado, resulta que, em muitos casos, durante um mandato inteiro, não houve atividades significativas de um CC. O que o faz continuar existindo é a disposição política de alguns *voceros* principais que persistem e insistem naquela forma de organização porque acreditam no processo revolucionário comandado pelo presidente Chávez. Por outro lado, a formação das *Comunas* teria como horizonte uma diminuição da dependência em relação ao Estado, já que seu fundamento é tornar as comunidades cada vez mais autossustentáveis, desenvolvendo no interior das mesmas projetos sócio-produtivos que gerem recursos para executar outros projetos de forma autônoma.

O processo de transformação da cultura política do cidadão venezuelano, no sentido de incorporar o princípio da participação política como parte de suas atividades cotidianas é também bastante lento, sobretudo em um país no qual a democracia sempre pareceu um conceito estranho para a maior parte da população. Em meios aos processos férteis de cooperativismo que estão sendo desenvolvidos no interior das comunidades, de auto-reconhecimento, de construção de identidades locais e coletivas, de “equivalenciação de demandas” (Cf. LACLAU, 2009) e de empoderamento, o que se nota é que o fantasma do burocratismo, da centralização e do clientelismo ainda persistem como possibilidades inegáveis.

Persiste também o desafio do povo ser capaz de assumir um papel ainda mais decisivo nos altos escalões do governo, não apenas deliberando e executando projetos e políticas locais, mas também delimitando as diretrizes das políticas públicas; do povo ser capaz de, uma vez organizado, domesticar todas as burocracias – internas e externas aos CCs – e colocá-las a seu serviço; de ser hábil em articular os dinamismos de suas decisões e um corpo técnico especializado. Persiste, por fim, a **possibilidade** também dessa força constituinte do povo não sucumbir aos esforços de constitucionalização do seu poder, mantendo-se viva, punjante, criativa, transformadora, com ou sem Chávez. Todas essas são tarefas que ainda precisam ser feitas, se partirmos do pressuposto de que há realmente uma busca em superar de forma radical e revolucionária as estruturas políticas, econômicas e culturais do mundo em que vivemos.

Sem dúvida alguma, esse não é o único caminho. Vivemos um período histórico extremamente fértil de diferentes buscas por um *otro mundo posible* – sejam elas mais, sejam menos radicais – e todas, de alguma forma, nos trazem diferentes soluções para a problemática da democracia. Do México, com os zapatistas, passando pela Venezuela e a “democracia participativa e protagônica”, ao Equador e a experiência de governos participativos liderados pelo movimento indígena Pachakutik, até a Bolívia com a solução plurinacional para a refundação do Estado. Todos de alguma forma apontam caminhos inusitados para refletirmos sobre esse futuro, com outras e novas tensões entre líderes e povo, entre dependências e autonomias, entre poderes constituintes e poderes constituídos. Apesar de cada experiência corresponder ao seu contexto específico e possuir características próprias, todas vão na direção da busca por uma **forma formante**, que viabilize a prática do **mandar obedecendo**.

Estes são caminhos que só podem ser pensados dessa forma porque foram construídos no seio da maioria, no seio das classes populares, no seio do **poder**

constituente que novamente temos o privilégio de enxergar de forma explícita e que torcemos, para que nos anos que virão, não sejam **enclausurados** mais uma vez.

FONTES

DESDE ABAJO

ENTREVISTAS realizadas em trabalho de campo (2010 e 2011).

ALTURE B., Carlos Julio. Liderança comunitária, 42 anos, morador do *Barrio Santa Clara*, setor *Sierra Maestra*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Finanzas* do CC *Santa Clara*. Entrevista realizada em 17/01/2011.

ANDERSON, Octavio. Líder comunitário, 46 anos, morador do *Barrio La Libertad*, setor *Sierra Maestra*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Finanzas* do CC *Sierra Maestra*. Entrevista realizada em 25/01/2011.

AZUAJE, Ravin. Promotor cultural, aproximadamente 60 anos, morador da *Parroquia Altagracia*. É militante do *Colectivo Fuerza Comunitaria Che Guevara*, setor *La Cañada*, *Parroquia 23 de Enero*. Entrevista realizada em 05/03/2010.

BRIEVA, Peggy. Funcionária pública, 45 anos, moradora do *Barrio Sucre*, *Parroquia 23 de Enero*. Foi promotora da FUNDACOMUNAL para a *Parroquia 23 de Enero* e *Vocera Principal* do CC *Gran Mariscal Ayacucho*. Entrevista realizada em 04/03/2010.

BUITRAGO, Marisol. Tem aproximadamente 40 anos e moradora do setor *Caño Amarillo*. É *Vocera de Cultura* do CC *Caño Amarillo*. Entrevista realizada em janeiro de 2011.

CAMPOS, Oswaldo. Pedreiro, 44 anos, morador do *Barrio Santa Edwiges*, setor *Sierra Maestra*. É *Vocero de Infraestructura* do CC *Amaneció de Golpe*. Entrevista realizada em 17/01/2011.

CHACÓN, Oriany. Estudante, 24 anos, moradora do *Barrio Ladera Dos*, setor *Mirador*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Alimentación* do CC *Ladera Dos*. Entrevista realizada em 21/01/2011.

COBO, Maureen. Dona de casa, aproximadamente 50 anos, moradora do *Bloque 52-53*, do setor *Sierra Maestra*. É *Vocera* do *Comité Electoral* do CC *Bloque 52-53*. Entrevista realizada em 09/03/2011.

CONCEPCIÓN, Nancy. Técnica em eletrônica, 56 anos, moradora do *Bloque 37*, *Zona F*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Finanzas* do CC 37F. Entrevista realizada em 19/01/2011.

CONTRERAS, Juan. Licenciado em Serviço Social, aproximadamente 40 anos, morador do *Bloque 19*, setor *La Cañada*, *Parroquia 23 de Enero*. É fundador da *Coordinadora Simón Bolívar*. Entrevista realizada em 05/03/2010.

DAVALILLO, Rafael Martínez. Cobrador de seguros, 35 anos, morador do *Barrio Sucre*. É *Vocero de Cultura* do CC *Gran Mariscal Ayacucho* e fundador do *Colectivo Gran Mariscal Ayacucho*. Entrevista realizada em 24/01/2011.

DIAZ, Manuel Antonio. Politólogo, 41 anos, morador do *Bloque 5*, setor *La Silsa*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Finanzas* do CC *Atlantico Norte 1, 4 y 5*. Entrevista realizada em 20/01/2011.

DURAN, Zulay J. *Obrera*, 57 anos, moradora do *Barrio Santa Rosa*, setor *Sierra Maestra*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Infraestructura* do CC *Santa Rosa*. Entrevista realizada em 17/01/2011.

MARQUÉZ FLORES, Yanelkar. Geógrafa, 34 anos, moradora da *Parroquia El Valle*. Foi geógrafa da *Oficina Técnica Nacional para la Regularización de la Tenencia de la Tierra Urbana*. Entrevista realizada em 13/03/2010.

ISTURIZ A., Luis A. Liderança comunitária, aproximadamente 40 anos, morador do *Bloque 17*, setor *La Cañada*, *Parroquia 23 de Enero*. É fundador do *Colectivo Fuerza Comunitaria Che Guevara* e *Vocero de Salud* do CC *Bloque 17*. Entrevista realizada em 05/03/2010.

JAINNE, Gladys. Aposentada, 67 anos, moradora do *Bloque 41*, da *Zona F*. É *Vocera Principal* da *Comuna en Construcción Zona F-E*. Entrevista realizada em 20/01/2011.

LONGA, Robert. Estudante, aproximadamente 40 anos e morador da *Zona Central*, *Parroquia 23 de Enero*. É o líder do *Colectivo Alexis Vive*. Entrevista realizada em 08/03/2010.

MARÍN, Grisel. Licenciada em educação, aproximadamente 40 anos, moradora do *Bloque 30*, *Zona Central*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Salud* do CC *Bloque 30-29*. Entrevista realizada em 08/03/2010.

MARQUEZ FLORES, Yanelkar. Geógrafa, 34 anos. Trabalhou na *Oficina Técnica Nacional para la Regularización de la Tenencia de la Tierra Urbana/OTNRTTU*. Entrevista realizada em 13/03/2010.

MATOS, José Tomas. Carpinteiro, 59 anos e morador do *Barrio Santa Rosa*, setor *Sierra Maestra*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Finanzas* do CC *Santa Rosa*. Entrevista realizada em 17/01/2011.

MAYA, Avelino. Comerciante, aproximadamente 65 anos, morador do *Barrio Sucre, Parroquia 23 de Enero*. Foi membro fundador do *Comité de Tierras Urbanas* do *Barrio Sucre* e é *Vocero de Finanzas* do CC *La Cañada*. Entrevista realizada em 07/03/2010.

MECIA, Carmen B. Secretária, 56 anos e moradora da Comunidade *Los Higuitos, Zona E, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Finanzas* do CC *Los Higuitos*. Entrevista realizada em 18/01/2011.

MENDEZ, Robert Alexander Escalona. Ferreiro e carpinteiro, 41 anos, morador do *Barrio La Piedrita, setor La Piedrita, Parroquia 23 de Enero*. É membro do *Colectivo La Piedrita* e *Vocero de Finanzas* do CC *La Piedrita*. Entrevista realizada em 20/01/2011.

MIR, Manuel. Historiador, aproximadamente 50 anos, morador do setor *Observatório, Parroquia 23 de Enero*. É *ex-Jefe Civil* da *Parroquia 23 de Enero*. Entrevista realizada em 11/03/2010.

MIRANDA, Tibusay. Educadora, aproximadamente 50 anos, moradora de *Catia La Mar, Estado de Vargas*. É diretora da *Biblioteca Pública La Cañada*. Entrevista realizada em 12/03/2010.

MOTA, Yaritza. Professora, aproximadamente 40 anos, moradora do setor *La Libertad, Parroquia 23 de Enero*. É fundadora do *Colectivo La Libertad*, *ex-Facilitadora* da *Misión Robinson* na *Parroquia* e atual coordenadora da *Misión Robinson* no Distrito Capital. Entrevista realizada 11/03/2010.

MONCADA, Doris. Dona de casa, aproximadamente 40 anos, moradora do *Barrio Sucre, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Controladoría Social* do CC *Gran Mariscal Ayacucho*. Entrevista realizada em 09/03/2010.

OROZCO, Rosangela. Professora, 30-31 anos, moradora da *Zona Central, Parroquia 23 de Enero*. É militante do *Colectivo Alexis Vive* e *Vocera Principal* do CC de seu setor. Entrevista realizada em 08/03/2010 e 19/01/2011.

QUEVEDO A., Carmen R. Administradora, 49 anos, moradora do *Barrio Santa Rosa, setor Sierra Maestra, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Controladoría Social* do CC *Santa Rosa*. Entrevista realizada em 17/01/2011.

QUINTERO, Carmen. Líder comunitária, 45 anos e moradora do setor *Caño Amarillo, Parroquia 23 de Enero*. É *vocera* do *Comité de Tierras Urbanas* e Coordenadora do *Comité de Salud* do CC *Caño Amarillo*. Entrevista realizada em 26/01/2011.

PABÓN, Delfina L. Comerciante, 54 anos, moradora do *Barrio Santa Rosa*, setor *Sierra Maestra*, *Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de la Mesa Técnica de Agua* do CC *Santa Rosa*. Entrevista realizada em 16/01/2011.

PADRON, Miguel. Administrador, 38 anos, morador do *Bloque 34, Zona E, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Finanzas* do CC *Bloque 34 - Bloques Pequeños 32 y 33* e presidente da *Junta de Condomínio* do *Bloque 34*. Entrevista realizada em 19/01/2011.

PEREZ H., Lisandro O. Filósofo, aproximadamente 50 anos, morador do *Barrio La Redoma*, setor *La Esperanza, Parroquia 23 de Enero*. Militou na *Frente Tupamaros* e atualmente é *Jefe Civil* da *Parroquia 23 de Enero*. Entrevista realizada em 12/03/2010.

PÉREZ, Eliseo. Administrador, aproximadamente 40 anos e morador do *Barrio Sucre, Parroquia 23 de Enero*. Foi membro fundador do *Comité de Tierras Urbanas* do *Barrio Sucre*. Entrevista realizada em 07/03/2010.

RIVAS D., César A. Licenciado em educação, aproximadamente 40 anos e morador do *Barrio Sucre, Parroquia 23 de Enero*. Foi fundador do *Comité de Tierras Urbanas* e *Vocero de Cultura* do CC *Churun-Meru* do *Barrio Sucre*. Entrevista realizada em março de 2010.

ROMERO, David. Advogado, 37 anos, morador do *Bloque 7*, do setor *Monte Piedad, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Seguridad y Defensa Territorial* do CC *Andrés Bello Bloque 7*, militante do *Colectivo La Piedrita* e fundador do *Colectivo Salvador Allende*. Entrevista realizada 22/01/2011.

RONDON S., Alexis A. Funcionário público, aproximadamente 40 anos, morador da *Parroquia San Agustin del Norte*. Foi promotor da FUNDACOMUNAL na *Parroquia 23 de Enero*. Entrevista realizada em 08/03/2010.

SANTANA, Nelson. Muralista, aproximadamente 50 anos, morador do *Barrio La Piedrita, Parroquia 23 de Enero*. É fundador do *Colectivo La Piedrita* e *Vocero de Cultura* do CC *La Piedrita*. Entrevista realizada em 09/03/2011.

SERRANO, Eduardo Ontiveros. Recepcionista, 43 anos, morador do *Barrio Ladera Dos*, setor *Mirador, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Infraestructura* do CC *Ladera Dos*. Entrevista realizada em 21/01/2010.

SOLORZANO, Nelson. Líder comunitário, 51 anos, morador do *Barrio Las Delicias*, setor *Observatório, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocero de Deportes* do CC *La Delicias* e *Vocero Principal* da *Comuna Juan 23*. Entrevista realizada em 21/01/2011.

VILLALOBOS, Mary. Comerciante, 40 anos e moradora do *Barrio Sucre, Parroquia 23 de Enero*. É *Vocera de Economía Comunal* do CC *La Cañada*. Entrevista realizada em 26/01/2011.

VOLCAM, Aurora. Comerciante, aproximadamente 40 anos, moradora do *Barrio Sucre, Parroquia 23 de Enero*. Foi fundadora do *Comité de Tierras Urbanas* do *Barrio Sucre*. Entrevista realizada em 07/03/2010.

ZAMBRANO, Fanny. Cabelereira, aproximadamente 40 anos, moradora do *Barrio Sucre*. Foi fundadora do *Comité de Tierras Urbanas* do *Barrio Sucre* e é *Vocera de Controladoría Social* do CC *La Cañada*. Entrevista realizada em março de 2010.

ENTREVISTAS transcritas por Mirna Pacheco *et. al.* (1983).

AGUERREVERA, Leonardo. Habitante da *Parroquia 23 de Enero*, setor *La Libertad*, há 15 anos. É descrito como um jovem preocupado com os problemas sociais. Foi líder comunitário nos anos 60 e 70. Entrevista realizada nos anos 80.

CASADIEGO, Alex. É morador do *23 de Enero* desde pequeno. É descrito como um senhor vinculado aos movimentos sociais e políticos da *parroquia* nos anos 60. Entrevista realizada nos anos 80.

CAVALLERO, Diógenes. Morador do *Bloque 45*, do setor *Mirador*. Foi líder da *Junta Representativa del 23 de Enero* nos anos 60 e membro da *Asociación de Vecinos ASO-MIRADOR* nos anos 80. É também descrito como um senhor vinculado aos movimentos sociais e políticos da *parroquia*. Entrevista realizada nos anos 80.

DELGADO, Ramon. Morador da *Zona Central* e residente da *parroquia* desde a sua fundação. É descrito como um senhor vinculado aos movimentos sociais e políticos da *parroquia*. Entrevista realizada em 21 de maio de 1983.

GIL, Luis Alberto Dugarte. Morador do setor *Los Flores* e sobrinho de um dos integrantes do grupo *Siete Macho*. Passou a maior parte de sua vida se dedicando ao trabalho docente na *parroquia*. Entrevista realizada nos anos 80.

PERNIA, Frederico. Atuou na derrocada de Marcos Pérez Jiménez e vivia na *parroquia* há muitos anos. É descrito como um senhor vinculado aos movimentos sociais e políticos da *parroquia*. Entrevista realizada em 7 de maio de 1983.

VILLORIA, Anibal. Ex-militante do *Partido Acción Democrática/AD*, padre e, nos anos 80, voltou-se para a atuação na área de esporte (formando crianças e adolescentes). Entrevista realizada nos anos 80.

ENTREVISTAS para o Documentário *Fuego Bajo el Agua* (2009).

DIAZ, Manuel. Senhor de aproximadamente 70 anos que atuou nas organizações políticas da *parroquia* nos anos 60, 70 e 80.

RODRIGUEZ, Gustavo. Senhor de aproximadamente 60 anos que atuou e atua nas organizações políticas da *parroquia*.

DESDE ARRIBA

CHÁVEZ, Hugo. *Aló Presidente*, n° 179, 25/01/2004 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, n° 227, 03/07/2005 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, n° 245, 06/12/2009 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, n° 344, 24/11/2009 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, m° 358, 24/05/2010 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, n° 359, 30/05/2010 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, n° 363, 08/08/2010 (transcrição).

_____. *Aló Presidente*, n° 369, 09/01/2011 (transcrição).

CENSOS DE 1936, 1941, 1950, 1961, 1971, 1981, 1990 e 2001.

CNE (Consejo Nacional Electoral), 1998, 1999, 2010. In: www.cne.gob.ve – consulta em 17/06/2011.

CONSTITUCIÓN de la República de Venezuela de 1961.

CONSTITUCIÓN Bolivariana de la República de Venezuela de 1999.

LEY Orgánica de las Comunas/LOC de 2010

LEY Orgánica de la Planificación Pública/LOPP de 2002

LEY Orgánica del Consejo Federal de Gobierno/LOCFB de 2010.

LEY Orgánica del Poder Popular/LOPP de 2010

LEY Orgánica de los Consejos Comunales/LOCC de 2006.

LEY Orgánica de los Consejos Comunales/LOCC de 2009

PROYECTO Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista de la Nación/PPS (2007-2013).

SAFONACC. *Planilha de gastos anuais para a Parroquia 23 de Enero (2008-2010)*.

Texto Mimeo. 2011.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002a.

_____. *Socialismo e Democracia: Desafios para o Século XXI*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Polêmica, 2002b.

_____. “Compreender o Passado para Pensar o Futuro: Experiências e Perspectivas do Socialismo”. In: AZEVEDO, Cecília; FERRERAS, Noberto, BRUCE, Mariana *et al.* (orgs). *Outras Modernidades – Textos e Propostas (EUA e Nuestra América)*. Rio de Janeiro, FGV: 2009.

_____. “Turbulência ao Sul do Rio Grande”. In: *Jornal de Resenhas*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1997 apud FERREIRA, Jorge. “A Democratização de 1945 e o Movimento Queremista”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática (da Democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ALI, Tariq. *Piratas Del Caribe – El Eje de la Esperanza*. Buenos Aires: Luxemburg, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANTILLANO, Andrés. “La Lucha por el Reconocimiento y la Inclusión en los Barrios Populares: La Experiencia de los Comités de Tierras Urbanas”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2005, vol. 11, n° 3, pp. 205-218.

AVRITZER, Leonardo. *Participatory Institutions in Brazil*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009

AZZELLINI, Dario. “Democracia Participativa y Protagónica en Venezuela: La Busqueda de una Nueva Democracia, la Construcción de Dos Lados y los Consejos Comunales como Mecanismo de Autogobierno Local”. Tese de Doutorado em Sociologia. México: Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.

BARRETO, Morella. “História de la Parroquia 23 de Enero”. In: FUNDARTE. *El 23 de Enero*. Caracas: FUNDARTE, 1990.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Por uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. *La Démocratie Libérale*. Paris: PUF, 1999.

BETANCOURT, Rómulo. *Venezuela, Política y Petróleo*. Caracas: UCAB, 2007.

BISBAL, Marcelino. “La Voz de Cátia”. In: www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM197712_35-44.pdf - consulta em 15/09/2010.

BOBBIO, Norberto. *Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BORGES, Gustavo. “El 23 de Enero: Retrospectiva de un Barrio Latinoamericano”. In: www.el23.net. 2009 – consulta em 19/05/2011

BORÓN, Atílio. “La Encrucijada Boliviana”. 2009. In: www.rebellion.org – consulta em 17/06/2011.

BRUCE, Mariana; FERRERAS, Noberto; AARÃO REIS, Daniel *et al* (orgs.). *Outras Modernidades: EUA e Nuestra América (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____; FEITOSA, Emilly. “O Nacionalismo Popular em Nuestra América: Revolução Cubana e Bolivariana em Debate”. In: AARAO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009

_____. “Misiones Sociales e Poder Popular na Venezuela Bolivariana”. Monografia em História. Rio de Janeiro: UFF, 2008.

_____. “Os Povos Indígenas e a Revolução Bolivariana”. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, nº 31, 2010.

_____; ARAÚJO, Rafael. “A Crise na Venezuela: Mídia e Revolução”. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, nº 3, 2010a.

_____. “Petróleo e (in)dependência: Os Desafios da Economia Bolivariana”. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, nº 13, 2010b.

BUXTON, Julia. “Política Económica y ascenso de Hugo Chávez al poder”. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel (eds.). *La Política Venezolana en la Época de Chávez: Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

CASTRO, Gregório (Ed.). *Debate por Venezuela*. Caracas: Faces/Alfa, 2007, v.41.

CATALÁ, José Agustín. *Los Archivos del Terror (1948-1958 La Década Trágica): Presos, Torturados, Exilados, Muertos*. Caracas: El Centauro, 1998.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Different*. Londres: Princenton, 2000.

COLAU, Ada. “Los Comités de Tierras Urbanas y el Proceso de Regularización de Tierras en Venezuela”. Informe. 2007. In: www.descweb.org/files/articulo_venezuela.pdf - consulta em 17/06/2011.

- CONTRERAS, Juan. “La Coordinadora Simón Bolívar: Una Experiencia de ConstruCCión del Poder Local en la Parroquia 23 de Enero”. Monografía de Serviço Social. Caracas: UCV, 2000.
- CORONIL, Fernando. *The Magical State: Nature, Money and Modernity in Venezuela*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- COSTA, Antonio Luiz. “Nem Estado Nem Mercado”. In: Revista *Carta Capital*. São Paulo: ed. Confiança, ano 23, nº 447, junho, 2007,
- D’ELIA, Yolanda (coord.) *Las Misiones Sociales en Venezuela: Una Aproximación a su Comprensión y Analisis*. Caracas: ILDIS, 2006
- DEL BÚFALO, Enzo. “Venezuela”. In: *Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. PIT-CNT Instituto Cuesta Duarte: Buenos Aires, juio, 2006.
- DENIS, Roland. *Los Fabricantes de la Rebelión: Movimiento Popular, Chavismo y Sociedad en los años noventa*. Caracas: Primera Linea y Nuevo Sur, 2001.
- _____. “Por unas Comunas ‘Sin Ley’”. 2010. In: www.analitica.com - consulta em 17/06/2011.
- _____. “Entrevista ao Diário Espanhol *Público*: Chávez: Avanço e Freio na Revolução Bolivariana”. 2009. In: massote.pro.br - consulta em 17/06/2011.
- DI TELLA, Torcuato. *Para uma Política Latinoamericana*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- DUQUE, José Roberto. “El 23 de Enero y la Historia del Pueblo”. In: www.discursodeloeste.blogspot.com – consulta em 19/05/2011.
- ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel (eds.). *La Política Venezoelana en la Época de Chávez – Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- ELLNER, Steve. *Rethinking Venezuelan Politics: Class, Conflit, and the Chávez Phenomenon*. London: Lynne Rienner Publishers, 2008.
- _____. “En la búsqueda de explicaciones”. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. *La Política Venezoelana en la Época de Chávez – Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- _____. “Las Estratégias desde ‘Arriba’ y desde ‘Abajo’ del Movimiento de Hugo Chávez”. Cuadernos del Cendes, año 63, nº 62, maio-agosto, 2006
- _____. “La Primera Década del Gobierno de Hugo Chávez: Logros y Desaciertos”. Cuadernos del Ciendes, vol. 27, nº 74, p. 27-50, 2010.
- FAIRCLOUG, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

- FARIAS, Erika. “Entrevista”. In: www.alopresidente.gob.ve – consulta em 31/08/2010.
- FERNÁNDEZ, Maryori C. P. “Movimiento Revolucionario Tupamaro (MRT): Un Actor en la Polarización Política y Social de la Venezuela Actual”. Monografía de Sociología. Caracas: UCV, 2006
- FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História – Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. “O Nome e a Coisa: O Populismo na Política Brasileira”. In: *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Trabalhadores do Brasil: O Imaginário Popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, Tempo Presente e História Oral”. In: www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf - consulta em 17/06/2011.
- FIGUEROA GUERRERO, Pedro. “El 23: Territorio Libre en América”. 2009. In: www.aporrea.org/poderpopular/a70975.html - consulta em 17/06/2011
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUNDARTE. *El 23 de Enero*. Caracas: FUNDARTE, 1990
- GACETA MUNICIPAL, mês VII, año LXIV, nº 11.806
- GERMANI, Gino. *Sociologia da Modernização*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. “História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões”. In: SOHIET, Raquel; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. de Fátima (orgs). *Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GONZÁLEZ, Zuleima; HERNÁNDEZ, Sol; SULBARÁN, María. “Estudio Exploratorio de Tipo Etnográfico sobre las Características de la Violencia y las Actividades Ilegales Existentes en un Barrio de Caracas para el año 1996”. Monografía de Serviço Social. Caracas: UCV, 1997.
- GOTT, Richard. *À Sombra do Libertador – Hugo Chávez e a Transformação da Venezuela*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Hugo Chávez y la Revolución Bolivariana*. Madrid: Foca, 2006.

- GUEDEZ, Rómulo Rodríguez. “Horizontes Verticales: Estudio sobre la Violencia en el 23 de Enero”. Monografía de Comunicação Social. Caracas: UCV, 1988.
- GURFINKEL, Laura. “¿Qué es un ‘liceo bolivariano’?”. 2004. In: www.analitica.com – consulta em 17/06/2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice: 1990.
- HALL, Michael; SPARDIN JR, Hobart. “A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina (1880-1930)”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, Vol. 4.
- HELLINGER, Daniel. “Visión Política General: La Caída del Puntofijismo y el Surgimiento del Chavismo”. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel (eds.). *La Política Venezolana en la Época de Chávez: Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra: 1996.
- _____. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- IANNI, Octavio. *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LACABANA, Miguel; CARIOLA, Cecilia. *Construyendo la Participación Popular y una Nueva Cultura del Agua en Venezuela*. Cuadernos del Cendes, año 22, n° 59, tercer época, maio-agosto, 2005, p. 111-133.
- LACLAU, Ernesto. *La Razón Populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- _____. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979,
- LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LANDER, Edgard. “El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela”. In: *Observatorio Social de América Latina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Año VIII No 22, septiembre.
- _____. Entrevista para *Caros Amigos* em 6 de junho de 2010. In: carosamigos.terra.com.br.
- LECHNER, Norbert. “De la Revolución a la Democracia”. *Revista Sociología*, año 1, n° 2, otoño, 1986.

- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp: 1996. LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- LEÓN, Roberto Briceño. “Los Habitantes del 23 de Enero: Una Radiografía Social”. In: FUNDARTE. *El 23 de Enero*. Caracas: FUNDARTE, 1990.
- LOPEZ, Manuel. “La Arquitectura del 2 de Diciembre”. In: FUNDARTE. *El 23 de Enero*. Caracas: FUNDARTE, 1990.
- LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del Viernes Negro al Referendo Revocatório*. Caracas: Alfadil, 2005.
- _____. “Sobre representación política y participación en el socialismo venezolano del siglo XXI”. In: CASTRO, Gregorio (ed.). *Debate por Venezuela*. Caracas: Alfa, 2007.
- _____ (Ed.). *Ideas para Debatir el Socialismo del Siglo XXI* (vol I & II). v. 40 e 50. Caracas, Alfa: 2007 e 2009.
- _____ (coord.). *Protesta y Cultura em Venezuela – los Marcos de Acción Colectiva em 1999*. Buenos Aires: CLACSO, 2002a.
- _____; LANDER, Luis E. “Venezuela, golpe e petróleo”. Buenos Aires, OSAL, junio, 2002b.
- _____; MEDINA, Medófilo. *Venezuela: Confrontación Social y Polarización Política*. Bogotá: Aurora, 2003.
- LOMBARDI, John V. “El permanente dilema de Venezuela: Antecedentes de las transformaciones chavistas”. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel (eds.). *La Política Venezolana en la Época de Chávez: Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.
- MACHADO, Jesus. “I Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela”. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2008.
- _____. “II Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela”. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2009.
- MACKINNON, Maria M., PETRONE, Mario A. *Populismo y Neopopulismo en América Latina – El Problema de la Cenicienta*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.
- MARTÍN, Américo & MUÑOZ, Freddy (Eds.). *Socialismo del Siglo XXI: ¿Huida en el Laberinto?* Caracas: Alfa, 2007, v.42
- MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se Inventa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

- _____. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Unesp, 2008.
- MARTÍN, Américo; MUÑOZ, Freddy (Eds.). *Socialismo del Siglo XXI: ¿Huida en el Laberinto?* Caracas: Alfa, 2007, v.42
- MASSEY, Doreen. “Power-Geometry and a Progressive Sense of Place”. In: BIRD, John *et. al* (eds). *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*. London, Routledge, 1993.
- MCCOY, Jennifer; MYERS, David (eds.) J. *The Unravelling of Representative Democracy in Venezuela*. London: The Johns Hopkins University Press, 2004/
- MEP. *Liceo Bolivariano: Adolescencia y Juventud para el Desarrollo Endógeno y Soberano*. Caracas: MEP, 2004.
- MICHELS, Robert. *A Sociologia dos Partidos – Pensamento Político*. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1982.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Poderes Globais – Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”. Revista BIB, São Paulo, nº 59, 1º semestre de 2005.
- MIR, M.; TORRES, N. VALOR, H. “Política de Desarrollo Habitacional del Estado Venezolano Durante el Período 1952-1970: Parroquia '23 de Enero' de Caracas”. Monografía de História. Caracacas: UCV, 2000.
- MYERS, David J. “The Normalization of Punto Fijo Democracy”. In: MCCOY, Jennifer L.; MYERS, David. J. *The Unravelling Representative Democracy in Venezuela*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2004.
- NEGRI, Antônio. *O Poder Constituinte: Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- OURIQUES, Nildo (org.). *Raízes no Libertador: Bolivarianismo e Poder Popular na Venezuela*. 2ª edição revista. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- PACHECO, M.; RAMOS ALVAREZ, E. R.; RANGEL ROMAN, M. E. “Aproximación al Estudio de la Parroquia 23 de Enero”. Monografía de Serviço Social. Caracas: UCV, 1987.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PITKIN, Hanna Fenichel. “Representation and Democracy: uneasy alliance”. In: *Scandinavian Political Studies*, vol. 27, N. 3, 2004.

PLAZA, Helena. *El 23 de Enero de 1958 y el Proceso de Consolidación de la Democracia Representativa en Venezuela (Ensayo de Interpretación Sociopolítica)*. Caracas: Garbizu & Todtmann Editores: 1978.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Histórico*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Nos Varadouros do Mundo: Da Territorialidade Seringalista à Territorialidade Seringueira”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. “Sobre o artigo “Comunas ‘Sin Ley’”, de Roland Denis”. Mensagem recebida por <brucemariana@gmail.com> em 20/10/2010.

PROVEA. *Informe 2002: Derecho a la Manifestación Pacífica*. 2002. In: www.derechos.org.ve - consulta em 17/06/2011.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REDE NACIONAL DE TRUEKES. “La História de los Sistemas de Truekes en Venezuela”. 2010. In: rednacionaldetrueke.blogspot.com - consulta em 17/06/2011.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RETAMAR, Roberto F. (org.). *José Martí: Nossa América*. São Paulo, Hucitec, 1991.

RIBEIRO, Vicente. “Emergência do Movimento Operário na Venezuela: Paralisação Petroleira e Resistência na Construção de uma Identidade Operária no Processo Bolivariano”. In: XIII Encontro de História Anpuh –Rio [Identities]. Anais Eletrônicos, 2008.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. “O Projeto Revolucionário e a Criação da Universidade Bolivariana da Venezuela”. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels. Anais Eletrônicos, CEMARX, 2007.

ROBERTS, Kenneth. “Polarización Social y Resurgimiento del Populismo em Venezuela”. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel (eds.). *La Política Venezolana en la Época de Chávez: Clases, Polarización y Conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

RODRIGUES, L. M. *Sindicatos e Estado*. São Paulo: Ática, 1989.

- ROJAS, Kléber Ramirez. *Historia Documental del 4 de Febrero*. Caracas: El Perro y la Rana, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Versão para Ebook. 2001.
- SANTOS, B.d.S.; AVRITZER, L., 2002. “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, B. d. S. (org) *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. R.J.: Civilização Brasileira, pp. 39-82.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York: Harper & Brothers, 1942.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. “Algumas Informações sobre Classe e ‘Falsa Consciência’”. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. “Introdução: Costume e Cultura”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VARGAS, Veronica Lazzaro. “Hacia un Ideal de Integración de la Comunidad Organizada en la Parroquia 23 de Enero”. Trabajo de Grado de Sociologia. Caracas: UCV, 2004.
- VIEIRA, Luis Vicente. “A Constituição Venezuelana de 1999 e a Superação do Sistema Representativo Parlamentar”. In: OURIQUES, Nildo (org.). *Raízes no Libertador: Bolivarianismo e Poder Popular na Venezuela*. 2ª edição revista. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- ZERMEÑO, Sérgio. “Neoliberalismo, desorden y neopopulismo”. In: Revista mexicana de Sociologia. N.º 4/1989. UNAM, México DF.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.
- _____. *Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada: Crítica Política do funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- WEFFORT, Francisco. *Formação do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Ática, 2006.
- WESBROST, Mark; RAY, Rebecca; SANDOVAL, Luis. *The Chávez Administration at 10 Years: The Economy and Social Indicators*. Washington: CEPR, 2009.

WOOD, Ellen M. *Democracia Contra Capitalismo: A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

JORNAIS E REVISTAS

Así es la Noticia

La Nación

El Nacional

El Globo

Últimas Noticias

El Universal

Revista Alexis Habla

DOCUMENTÁRIOS

“Outra Maneira é Possível... na Venezuela”. Direção: Elisabetta Andreoli, Gabriele Muzio e Max Pugh. Italia/Gran Bretagna, 86 minutos, 2002.

“A Revolução Não Será Televisada”. Direção: Kim Bartley e Donnacha O’Briain. Reino Unido/Holanda/Estados Unidos/Alemanha/Irlanda/Finlândia, 74 minutos, 2003.

“Fuego Bajo el Agua”. Direção: Lenin Brea e Nulia Vila. 75 minutos. 2009.

“Venezuela Rising: A lesson in Participatory Democracy”. Direção: Jennifer Wager. Nuestra América Productions. 66 minutos. 2006.

“Comuna en construcción”. Direção: Dario Azzellini. Caracas/Berlin/Wien, 94 min.

SÍTIOS NA INTERNET

Aló Presidente. www.alopresidente.gob.ve

Colectivo Alexis Vive - www.colectivoalexisvive.es.tl

Consejo Municipal de Políticas Públicas - cmpp.gob.ve

Consejo Nacional Electoral/CNE – www.cne.gob.ve

El 23 – www.el23.net

El Discurso del Oeste - discursodeloeste.blogspot.com/

ONG Provea - www.derechos.org.ve/

SAFONACC- www.safonacc.gob.ve

Sítio Oficial do Governo. www.gobiernoonlinea.ve